

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3



ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO
(ORGANIZADOR)

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3



ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alessandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano 3 / Organizador Alessandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-538-9

DOI 10.22533/at.ed.389202810

1. Sociologia. 2. Desenvolvimento Humano. I. Ribeiro, Alessandro Teixeira (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Pensar e sociedade, o indivíduo, a intersubjetividade e as relações sociais são preocupações constantes nos artigos e capítulos que integram a obra “A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 3”. O livro reúne uma série de contribuições da pesquisa social que buscam dar os contornos sobre a vida em sociedade, sobre as identidades e comunidades sociais.

A variedade de olhares que surgem nos capítulos dá conta de uma abordagem ampla sobre diversos temas atuais e urgentes. Sobretudo de questões relacionadas aos processos identitários, à etnicidade, dentre outros. Aqui, destacam-se os trabalhos que abordam as redes de interdependências estabelecidas a partir dos jogos indígenas, a tradição e a sobrevivência de comunidades pesqueiras portuguesas, entre comunidades geracionais, grupos de trabalho e identidades profissionais.

As vulnerabilidades social e laboral também são evidenciadas e debatidas à luz das correntes sociológicas nos trabalhos aqui destacados. Dentre eles podemos ressaltar pesquisas sobre políticas públicas para dependentes de novas drogas psicoativas, a precarização do trabalho e as condições sanitárias no mercado sexual durante a pandemia, as redes de apoio e grupos de identidade vinculados às pessoas em situação de rua, e as condições de representatividades da comunidade carcerária.

O rigor metodológico e as contribuições de múltiplas observações do campo social faz da coleção “A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 3” uma obra que contribui para o campo científico nacional.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

GEORG SIMMEL E A EDUCAÇÃO COMO TRAGÉDIA

Elson dos Santos Gomes Junior

Rafael Ferreira Pureza de Oliveira

Marcos Felipe Medeiros de Souza

DOI 10.22533/at.ed.3892028101

CAPÍTULO 2..... 12

ENTRE TRADIÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DO TRABALHO DO MAR: DILEMAS GERACIONAIS DAS COMUNIDADES PISCATÓRIAS PORTUGUESAS

Licínio Manuel Vicente Tomás

DOI 10.22533/at.ed.3892028102

CAPÍTULO 3..... 28

EDUCAÇÃO INFORMAL E EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA: INVESTIGAÇÃO SOBRE SENIORES RESIDENTES EM VIANA DO CASTELO

Manuela Benvinda Vieira Gomes Cachadinha

DOI 10.22533/at.ed.3892028103

CAPÍTULO 4..... 41

UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MERCADOS DAS NOVAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (NSP)

Susana Henriques

Maria das Dores Guerreiro

Joana Paula Silva

DOI 10.22533/at.ed.3892028104

CAPÍTULO 5..... 55

SABERES TRADICIONAIS: UMA PESQUISA PARTICIPANTE REALIZADA COM O MOVIMENTO DAS APRENDIZES DA SABEDORIA

Ana Paula Huçalo

Analine Badotti Batista

Cristina Ide Fujinaga

Fernando Stora

Francieli Aparecida Zakseski

Marina Joice Keil

Willidiane Tessari

DOI 10.22533/at.ed.3892028105

CAPÍTULO 6..... 68

REGULAÇÃO E DESREGULAÇÃO DO TRABALHO: TRABALHO SEXUAL, PANDEMIA, CRISE, EXCLUSÃO E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

Roseli Bregantin Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.3892028106

CAPÍTULO 7	83
O LUGAR DE SUJEITO E O INDIVÍDUO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	
Amanda Marques de Carvalho Gondim	
José Luís Simões	
Izabel Adriana Gomes de Sena Simões	
DOI 10.22533/at.ed.3892028107	
CAPÍTULO 8	90
JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: REDES DE INTERDEPENDÊNCIAS	
Deoclecio Rocco Gruppi	
DOI 10.22533/at.ed.3892028108	
CAPÍTULO 9	108
ENTRE SOCIABILIDADES E DESIGUALDADES: AS REDES DE APOIO NAS RUAS	
Anne Gabriele Lima Sousa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3892028109	
CAPÍTULO 10	121
DINÂMICAS DE AÇÃO DOS FISIOTERAPEUTAS PORTUGUESES - TENDÊNCIAS, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS	
Paula Soares	
DOI 10.22533/at.ed.38920281010	
CAPÍTULO 11	135
DINÂMICAS DA FAMÍLIA EMPRESÁRIA, REFLEXIVIDADE E A SUCESSÃO: A FERRAMENTA DO PROTOCOLO FAMILIAR	
Ana Paula Marques	
António Nogueira da Costa	
Paula Freire	
DOI 10.22533/at.ed.38920281011	
CAPÍTULO 12	151
COMUNIDADE DE MOTOCICLISTAS: UMA ABORDAGEM SOBRE UM MOTO CLUBE DO PARANÁ	
Karine Aparecida de Lima	
Bárbara Mendes Paz Chao	
Danielle Soraya da Silva Figueiredo	
Fabio Antonio Matucheski Zarpelon	
Iara Rodrigues Vieira	
Cristiana Magni	
Reinaldo Knorek	
DOI 10.22533/at.ed.38920281012	
CAPÍTULO 13	160
AUTONOMIA PROFISSIONAL DAS NOVAS PROFISSÕES DA SAÚDE EM	

PORTUGAL - OS TÉCNICOS SUPERIORES DE RADIOLOGIA

António Fernando Caldeira Lagem Abrantes

Rui Pedro Pereira de Almeida

Luís Pedro Vieira Ribeiro

Bianca Vicente

Kevin Barros Azevedo

Carlos Alberto da Silva

Dulce Miranda

DOI 10.22533/at.ed.38920281013

CAPÍTULO 14..... 172

ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO INTRAMUROS DO PRP-RS

Júlia Estela Heling

DOI 10.22533/at.ed.38920281014

CAPÍTULO 15..... 180

APROXIMAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE PODER E AUTORIDADE NA SOCIOLOGIA DA AÇÃO EM WEBER

Alexsandro Teixeira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.38920281015

CAPÍTULO 16..... 193

A PROSTITUIÇÃO SOB ESCRUTÍNIO: QUANDO OS PROJETOS ANTIPROSTITUIÇÃO DO FEMINISMO ABOLICIONISTA E DE RELIGIOSOS CRISTÃOS CONVERGEM NO BRASIL

Tiago Luís Coelho Vaz Silva

DOI 10.22533/at.ed.38920281016

CAPÍTULO 17..... 206

A COMPLEXIFICAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR NOS DISCURSOS DA MÍDIA ESPORTIVA NO MIXED MARTIAL ARTS - MMA FEMININO

Luara Faria dos Santos

Ana Carla Dias Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38920281017

SOBRE O ORGANIZADOR..... 217

ÍNDICE REMISSIVO..... 218

CAPÍTULO 1

GEORG SIMMEL E A EDUCAÇÃO COMO TRAGÉDIA

Data de aceite: 26/10/2020

Elson dos Santos Gomes Junior

Instituto Federal Fluminense – IFF
Santo Antônio de Pádua – RJ
<http://lattes.cnpq.br/5016117362424484>

Rafael Ferreira Pureza de Oliveira

Instituto Federal Fluminense – IFF
Santo Antônio de Pádua – RJ
<http://lattes.cnpq.br/6284100609550189>

Marcos Felipe Medeiros de Souza

Instituto Federal Fluminense – IFF
Santo Antônio de Pádua – RJ
<http://lattes.cnpq.br/1314948153361579>

RESUMO: A modernidade se tornou tema em diversos autores. Na obra do filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), foi como um pano de fundo de suas análises, principalmente, no que tange à mercantilização das relações humanas. Em sua obra principal “A Filosofia do Dinheiro”, Simmel esboça uma interpretação da modernidade como tragédia. Isto pelo fato de, nas mínimas relações, o homem ter atribuído um preço ou valor. Neste contexto, a análise se justifica por podermos pensar os efeitos da mercantilização sobre a educação e, logo, a educação como tragédia. Assim, o objetivo deste trabalho constitui-se na crítica simmeliana a uma modernidade que se fundou na produção e aquisição de riquezas e que, no entanto, abandonou a preocupação com o humano. O percurso metodológico foi realizado através da análise de algumas obras de Simmel que servem

de referência para a temática proposta. E, como resultado de tal percurso, podemos concluir que o filósofo traz uma crítica incisiva a respeito do papel da educação na modernidade. De tal modo, quando problematizamos que educar envolve muito mais que elementos comercializáveis (conteúdos, técnicas e habilitações), encontramos em sua sociologia uma busca por uma condição de existência que contemple outras dimensões do existir humano. A educação deve pautar-se no desenvolvimento de tais instâncias do existir. Disto, podemos extrair uma orientação de valoração qualitativa no que concerne à educação, além disso, problematizamos a escola, as relações pedagógicas, o currículo entre tantas outras instâncias educativas que sofrem com os efeitos apontados em sua obra “Filosofia do Dinheiro”.

PALAVRAS-CHAVE: Georg Simmel; Educação; Modernidade.

ABSTRACT: Modernity has become a theme in several authors. In the work of the German philosopher and sociologist Georg Simmel (1858-1918), it was as a background for his analyzes, especially with regard to the commodification of human relations. In his main work “The Philosophy of Money”, Simmel outlines an interpretation of modernity as a tragedy. This is due to the fact that, in the minimum relations, man has assigned a price or value. In this context, the analysis is justified because we can think of the effects of commodification on education and, therefore, education as a tragedy. Thus, the objective of this work is the Simmelian critique of a modernity that was founded on the production and acquisition of

wealth and that, however, abandoned the concern with the human. The methodological path was carried out through the analysis of some works by Simmel that serve as a reference for the proposed theme. And, as a result of such a journey, we can conclude that the philosopher brings an incisive criticism regarding the role of education in modernity. In such a way, when we problematize that education involves much more than marketable elements (contents, techniques and qualifications), we find in its sociology a search for a condition of existence that contemplates other dimensions of human existence. Education must be guided by the development of such instances of existence. From this, we can extract an orientation of qualitative valuation with regard to education, in addition, we problematize the school, the pedagogical relations, the curriculum among so many other educational instances that suffer from the effects pointed out in his work “Philosophy of Money”.

KEYWORDS: Georg Simmel; Education; Modernity.

INTRODUÇÃO

A modernidade se tornou um tema que permeou os trabalhos de diversos autores nas Ciências Humanas. Na obra do sociólogo e filósofo alemão Georg Simmel (1858-1918), foi como um pano de fundo de suas análises, principalmente, no que concerne à mercantilização das relações humanas. Em sua obra principal “A Filosofia do Dinheiro”, Simmel (2013) esboça uma interpretação da modernidade como tragédia. Isto pelo fato de, nas mínimas relações, o homem ter atribuído um preço ou valor.

No que tange à Educação, essa atribuição nos leva a pelo menos dois caminhos analíticos. O primeiro refere-se à questão da quantificação e, como consequência, uma investigação do conceito de número. Considerando que este conceito é entendido superficialmente como correspondente quantitativo, temos um problema que envolve rever, não apenas a questão da quantificação na prática educativa, como também o uso limitado que tal conceituação tem sido aplicada. Nestes termos, podemos salientar que ela se distanciou das bases filosóficas dos chamados pré-socráticos, dentre estes, Pitágoras (570-495 a.C.), que creditou ao número a possibilidade de pensarmos conceitos como “unidade”, “dualidade”, “unidade da diferença”, “justiça”, entre outros (KRASTANOV, 2013).

O segundo caminho – e o que seguiremos – tange a problematização do conceito de valor que, em Simmel (2013), assume o compromisso de descortinar uma lente de concepção humana que se fez em tragédia. A condição de existência trágica foi um dos legados do mundo moderno burguês. O modo de produção capitalista, no fundo, apenas consolidou uma concepção de relacionamento humano onde a perspectiva do lucro infiltrou-se nas relações humanas. Das mais complexas as mais simples, o mensurável passou a existir.

Neste contexto, as relações afetivas foram atingidas pelo racionalismo trágico, onde, até mesmo o amor, ganhou contornos mercantis. Por exemplo, quem nunca ouviu a célebre frase dos pais aos filhos que diz: “você não tem razão para reclamar, te dou tudo do bom e do melhor”. Simmel (2005) nos alerta com sua sociologia que isso pode ser “verdade”, contudo, não passa de uma perspectiva “trágica”.

Diante do exposto, a tragédia simmeliana veio nos alertar de que as pessoas podem possuir todos os bens materiais possíveis, no entanto, se elas não dispuserem da afetividade, da religiosidade, do amor, da essência humana e dos motivos verdadeiramente importantes – do ponto de vista humanístico –, tudo não passa de uma terrível catástrofe existencial.

Essa perspectiva possui fundamentos na discussão kantiana entre essência e aparência. Foi nela que Simmel (2014) se pautou para o desenvolvimento de sua sociologia das formas. Esta propõe um estado constante de alerta, onde devemos nos preocupar com os conteúdos, e não apenas com as aparências.

Nesta perspectiva, retomando o exemplo dos pais que acham que dão “tudo do bom e do melhor”, Simmel (2005; 2014) nos alerta ao fato de que, no fundo, o conteúdo deste “dar”, está pautado sobre uma lógica trágica engendrada desde a Antiguidade e que se consolidou na modernidade. Esta nos ensina que “formas” valem mais que conteúdos, que o dinheiro é um representante equivalente de humanidade e que o elemento material é o referencial indiscutível para a felicidade, entre tantas outras coisas.

Nestes termos, este trabalho apresenta uma análise da educação a partir do conceito de “tragédia” na obra do filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel. De tal modo, problematizamos o processo educativo dialogando criticamente com a lógica mercantilista em que se baseia a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista.

METODOLOGIA

A metodologia usada foi pautada na análise crítica dos textos selecionados para a discussão da temática (SIMMEL, 2005; 2006 2013; 2015;). Além disso, foram utilizados autores considerados referências para complementar a investigação proposta neste trabalho. Neste sentido, a metodologia foi centrada na análise de cinco obras do escolhido autor, além de pesquisa bibliográfica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho faz uma análise relacionando educação com a concepção trágica de Georg Simmel. Para isso, se utiliza de suas obras principais a respeito

do tema, ou seja, a análise contida em “Filosofia do Dinheiro”, onde Simmel (2013) traça um panorama da permeabilização das relações humanas através de uma lógica mercantilista de interação. Neste sentido, o referencial ético e de realização humana passou a ser profundamente abalado por este processo.

Este quadro é analisado em um momento histórico específico, por isso, o conceito de “modernidade” importa como norteador nesta análise. Segundo Simmel (2005), a modernidade se caracteriza como uma tragédia da existência humana, onde o modo de vida burguês, industrial e capitalista, ao invés de ser tratado como ápice da civilização, é entendido por Simmel com tom de decadência. Dessa maneira, esta não se manifesta apenas em sentido material, mas, principalmente, em termos de “espírito”.

Desse modo, a humanidade caminhou para uma grande confusão existencial, onde, esta se caracteriza pela sua incapacidade de perceber a “essência” das coisas e, principalmente, do ser. De acordo com Simmel (2014), essa característica manifesta uma crise ontológica, uma vez que, em termos educativos, significa que as máquinas se tornaram mais inteligentes que as pessoas (SIMMEL, 2005). O avanço tecnológico e a conhecida modernidade não carregaram consigo, tampouco com a mesma intensidade, o desenvolvimento humano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Simmel e a Modernidade

O conceito de modernidade possui nos “clássicos da sociologia” muitas interpretações. Enquanto ciência que se desenvolveu juntamente com a consolidação da sociedade burguesa moderna, este conceito encontra-se no cerne da formação da sociologia, incluindo autores clássicos e contemporâneos.

Segundo Marx (2013), a modernidade se iniciou com o processo de “acumulação primitiva de capital”. Neste sentido, no período das grandes navegações e, sem seguida, o mercantilismo, foram as bases do que se consolidou como mundo moderno. Logo, uma integração ocorreu no mundo conhecido de então, conectando povos, economias, interesses e relações políticas.

Para Weber (1999), a modernidade se enquadra na consolidação de uma “racionalidade” burguesa. Para tanto, se evidenciou um tipo de dominação chamada por ele de “racional legal”. Desta forma, a modernidade se posicionou como alternativa de “estilo de vida” e de “ética”, contra a “dominação tradicional”. Portanto, a modernidade engendrou o impessoal, as relações sociais jurídicas e o elemento burocrático como forma de racionalização das atividades de gestão do público e, sobretudo, do Estado.

Em Durkheim (1999), na “divisão do trabalho social”, a modernidade foi apresentada como um alargamento do horizonte das relações sociais. Para o clássico francês, a sociedade caminhou de uma “solidariedade mecânica” para uma forma mais fluída, denominada por ele de “solidariedade orgânica”. Desta forma, houve uma multiplicação dos papéis sociais desenvolvidos na modernidade. Igualmente, esta foi uma marca que nos impôs uma maior quantidade de “papéis sociais” a serem desempenhados. Por isso, foi cogitado o esfacelamento da sociedade, por conta de termos atingido um nível de especialização jamais visto.

Com Simmel (2005), a modernidade possui um caráter crítico peculiar. Ele está preocupado com o conteúdo humano e como, através de todas as mudanças engendradas pela mercantilização das relações humanas, este poderia ser afetado. Neste sentido, a modernidade, tendo o modo de produção capitalista com ápice de tais relações, se apresenta para Simmel como sinal de risco do declínio ontológico.

Segundo Simmel (2005, p.24), na antiguidade clássica a posse estava associada como “competência de uma personalidade”, onde os bens possuídos estavam conectados com o sentido da existência social e da construção do sujeito. Assim, possuir uma terra, por exemplo, significava um conjunto simbólico, de ancestralidade e de construção que envolvia o bem e a pessoa; quase que se confundiam.

No entanto, com o passar do tempo, a ideia de posse passou a se configurar como distanciamento entre a pessoa e o objeto. Para Simmel (2005), este distanciamento gerou uma lógica que abandonou o ideal de pertencimento para engendrar o ideal de acumulação como forma de distinção social.

Desta forma, o homem passou a se preocupar em acumular, sem com isso, se preocupar com o seu interior. A humanidade caminhou para uma desconexão com o conteúdo humano nutrido no sentido de “espírito”. Ou seja, essa lógica cultural passou a “libertar” o homem para que pudesse se (des) conectar ao maior número possível de coisas (bens materiais e afazeres). Segundo Simmel (2013), esta lógica se aprofundou grandemente com a circulação da moeda, a subdivisão em valores cada vez menores onde quase tudo passou a possuir uma estimativa de valor (monetário). Com a consolidação da sociedade burguesa, essa acentuação chegou ao máximo.

A equivalência de moeda em bens proporcionou ao homem se conectar ao dinheiro como uma espécie de moeda universal de troca (SIMMEL, 2005; 2013). Neste contexto, sua lógica passou a operar com vistas ao acúmulo de riquezas e a se dedicar com maior afinco às atividades que pudessem proporcionar esse fim.

Esta forma de cultivo externo de si conduziu a humanidade a uma racionalidade instrumental (SIMMEL, 2006), de tal modo que, quando as pessoas estão se relacionando na modernidade burguesa, seus objetivos acabam sendo

canalizados para a obtenção da moeda universal, o dinheiro. Isso criou um conflito ontológico para Simmel (2013).

Diante do exposto, este passou a existir de forma mais externa do que interna, onde sua preocupação passou a se referir ao cultivo da matéria, a posse do bem universal, o dinheiro. O sentido existencial, de autoconhecimento, de produção do saber, bens, lazer, felicidade, amor, tudo passou a ser afetado pela “filosofia do dinheiro” (SIMMEL, 2013). Dito isto, se observa uma orientação que tem tornado as máquinas mais inteligentes que o homem (SIMMEL, 2005). Para tanto, se verifica o fato de que, na busca pela maximização da riqueza, o homem moderno tem focado no mundo exterior e material e, como consequência, tem deixado o cultivo de si em segundo plano.

Simmel e a Sociologia das Formas

A base cultural moderna se tornou um importante ingrediente da sociologia e da filosofia simmeliana. Neste contexto, ele desenvolveu uma “sociologia das formas” (SIMMEL, 2014), com o objetivo de estabelecer um entendimento e uma orientação crítica a respeito das relações sociais na modernidade.

Em relação aos fundamentos desta sociologia, foi através dos estudos de Kant que Simmel (2006) buscou subsídios para a distinção entre forma e conteúdo. Mais do que se preocupar com a conceituação, se deteve igualmente na exploração sociológica das formas (2013). Neste sentido, abordou a arte, a moda, entre outros campos de constituição criativa humana.

Simmel entendeu que a sociedade acontece, justamente, pela infinita possibilidade de configuração do social. Nesta perspectiva, compreendeu-a como uma ligação que ultrapassa a dimensão física. A relação entre sociedade e indivíduo está presente mesmo que este esteja sozinho (SIMMEL, 2006). Assim,

Todos esses grandes sistemas de organização supraindividuais, aos quais se deve o conceito de sociedade, não passam de cristalizações – dados em uma extensão temporal e em uma imagem imaculada – de efeitos mútuos imediatos, vividos a cada hora e por toda uma existência, de indivíduo para indivíduo (...). Mas a sociedade, cuja vida se realiza em um fluxo incessante, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem uns sobre os outros. A sociedade é também algo funcional, algo que os indivíduos fazem e sofrem ao mesmo tempo, e que, de acordo com esse caráter fundamental, não se deveria falar de sociedade, mas de sociação (SIMMEL, 2006. p. 17-18).

Neste contexto, Simmel salienta a importância de nos atentarmos ao que está além das formas, das “cristalizações”. O seu olhar se direciona para as motivações, ou seja, o que faz com que as pessoas se voltem umas para as outras e, com isso, se tornem conectadas. Sua ideia de “sociação” (SIMMEL, 2006) se baseia

exatamente nisto. Além do mais, nos remete a uma concepção de sociedade menos monolítica, portanto, mais plural no sentido motivacional da existência, nela, até mesmo o aspecto numérico de um agrupamento humano, pode influir nas relações e suas formas (SIMMEL, 1983).

Segundo Simmel (1983), grandes grupos sociais estabelecem estratégias de sociabilidade diferenciadas em relação aos pequenos grupos. Por isso, o ser humano em Simmel é pensado, também, dentro de uma espécie de plasticidade sócio-interativa. Estas relações são fluídas e devem ser vistas dentro desta perspectiva de dinamismo, transformação, fluência, estratégias e ligações.

O que Simmel propôs em sua análise da modernidade foi um caminho alternativo as visões simplistas da sociedade industrial de produção em massa. A sociologia das formas entende que, no contexto moderno burguês e industrial, a humanidade se perdeu em uma lógica de concepção simplista (SIMMEL, 2005). Assim, sua análise é um importante instrumento de crítica a respeito das atuais condições de existência.

Sua sociologia das formas compreendeu o homem como ser de existência complexa. O fato de estar em sociedade e de viver no modo de produção industrial não significa, e não mesmo, que sua simples inserção em uma comunidade e a aquisição de um montante de capital para aquisição de bens seja o suficiente. Isto “porque as necessidades humanas não podem ser racionalizadas da mesma maneira que a produção” (SIMMEL, 1983, p.92).

Nestes termos, Simmel (2005) chama a atenção para os efeitos psíquicos da modernidade sobre as relações. Para ele a formação da vida econômica moderna afetou a maneira de como as pessoas se veem. A humanidade na modernidade passou a ser pensada como equivalente aos objetivos da ordem econômica. Este último, como instrumento capaz de possibilitar trocas de caráter nivelador e universal, trouxe a sensação de que o desenvolvimento humano pode ser possível através de uma vida econômica de sucesso.

Com essa crítica Simmel tocou no cerne da questão, ou seja, tornou-se urgente a distinção entre forma e conteúdo. A humanidade, para o seu pleno desenvolvimento e conhecimento, necessita pensar a si mesma para além da lógica do dinheiro (SIMMEL, 2013). Simmel chama a atenção para o fato de haver um “equivalente monetário para os valores pessoais”. Esta equivalência se instalou nas relações jurídicas, educacionais, amorosas, religiosas, políticas, e tantas outras.

A consolidação desta “equivalência” contribuiu para um tipo de educação estética onde, em primeiro plano, a sociedade atual visualiza o elemento monetário universalizador. Somente depois, e quando isso acontece, se percebe que existem necessidades e conteúdos sem os quais a existência não pode ocorrer de forma plena. Por isso, sua insistência na distinção entre forma e conteúdo (SIMMEL, 2005; 2006).

Educação como Tragédia

As bases de uma sociologia da educação cujo aparato conceitual seja capaz de identificar uma condição trágica foram, assim, desenvolvidas por Simmel em seus principais textos (SIMMEL, 1983; 2005; 2006; 2013; 2014). Dessa maneira, com sua preocupação em distinguir entre forma e conteúdo, valor humano e riqueza, modernidade e tragédia, podemos realizar, na perspectiva de fundamento, o papel da educação.

A modernidade em Simmel possui em sua constituição histórica, social e psicológica, uma lógica “monetarista” (SIMMEL, 2013). De tal modo, todas as nossas ações são desenvolvidas com vistas a um cálculo, cujo parâmetro, nos remete ao “quanto”; ou seja, o que iremos gastar e quanto iremos adquirir com determinados projetos. Esta lógica permeia profundamente o ideal de educação na modernidade.

Da Antiguidade aos nossos dias vimos um conjunto significativo de concepções educativas que marcaram a história da educação. Entre estas podemos citar a “Paidéia” (JEAGER, 2018), “humanitas” (PIMENTA, 2014) e a “Bildung” (MENZE, 1981). Estas são alguns dos conceitos que colocou o ser humano em um patamar próximo do que entendemos por “integralidade”.

No que concerne à educação nestas propostas, esta estava associada a uma preocupação entre o indivíduo e o social, em um ideal de pertencimento que ultrapassava os limites do individualismo extremo. Os estudos pertencentes à história da educação nos mostram esta disparidade em relação à educação moderna e seus pressupostos (CAMBI, 1999). De acordo com Simmel (2005; 2013), a desconexão do homem com a propriedade, alterou as motivações de sua educação.

Assim, quando pensamos em educação na atualidade, a lógica descrita na “filosofia do dinheiro” simmeliana, nos remete para “o quanto podemos ganhar”. Dos traços psicológicos tratados por Simmel (1983), essa é uma marca do cálculo moderno envolvendo as interações humanas. Mais do que isso, passou a envolver o cultivo do “ser” totalmente influenciado por esta “filosofia”.

A tragédia em Simmel (2005) se encontra presente em nosso cotidiano com os valores que atribuímos ao lazer, aos custos do consumo cultural, ao cálculo referente ao consumo de uma boa leitura e/ou de um curso de atualização, ao “desperdício” de aquisição de um novo conhecimento, de uma viagem, do tempo, enfim. Nossa humanidade engendrou uma existência dramática a partir da aquisição de um bem universal.

O paradoxo da existência trágica e, portando, de uma educação nestes termos, é que pensamos uma lógica de preparo que, na maioria das vezes, evoca a lógica da aquisição de riquezas. A tragédia se manifesta de forma profunda na depreciação ontológica; ou seja, na associação da vida a uma busca que não

contribui, ao menos diretamente, para o desenvolvimento humano. A relação do indivíduo com a sociedade deve ser repensada (SIMMEL, 2006).

Segundo Simmel (2006), se não houver essa separação entre os interesses veiculados pelo social e os interesses individuais, o coletivo deteriora o indivíduo. Portanto, na modernidade, antes de tudo, uma educação que resista aos imperativos trágicos deve ensinar a cada um o cultivo de si. Pois, grande parte dos anseios que circulam de forma massiva, acaba trazendo perspectivas generalizantes que não atendem ao autoconhecimento e a valorização de necessidades que se encontram no âmbito individual ou da alma.

A forma de se posicionar contra esta força moderna que envolve o dinheiro e sua lógica é, justamente, uma tomada de consciência que valoriza o desenvolvimento humano para além desta lógica. Mais do que educar para uma profissão de retorno financeiro e/ou de prestígio social, temos que educar para o desenvolvimento humano, através de uma nova ontologia que favoreça a valorização do conteúdo em detrimento da forma (SIMMEL, 2014).

Em Simmel (2005) essa tomada de consciência aponta para uma nova “libertação”. A primeira liberou o homem de sua dependência material para que, através do dinheiro, pudesse “estocar” seus esforços e, com isso, realizar novas ações em seu benefício. A segunda libertação é interior. Ela envolve uma tomada de consciência que oriente para o importa para nossa existência equilibrada.

A “filosofia do dinheiro” (SIMMEL, 2013) trouxe um desequilíbrio para nossa existência, uma vez que, passamos a dedicar muito esforço e tempo de nossas vidas para um elemento que pouco contribui para o desenvolvimento humano. Ao contrário. Colocou-nos em condições desiguais de adquiri-lo e, por outro lado, privou a grande maioria da população do globo do senso de humanidade e reconhecimento enquanto tal.

Diante do exposto a educação como tragédia deve ser repensada. Devemos refletir e reorganizar nossos encaminhamentos e estímulos no que concerne à educação. Os objetivos devem ser pensados com o fito de superar a condição trágica de ensino e de concepção educativa, reconhecendo uma proposta que possa contribuir para a segunda libertação. No entanto, desta vez, podemos esperar que o elemento universalizante seja o humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de tragédia em Simmel (2005) pode nos ajudar na problematização da educação em vários aspectos e conteúdos, por isso, sua inclusão no aparato pedagógico e crítico se faz pertinente e atual. Na sociedade em que vivemos, onde impera a “filosofia do dinheiro” (SIMMEL, 2013), essa análise ajuda na humanização

do processo educativo e no entendimento de que, para além de elementos “universalizáveis” e materiais, as necessidades humanas são variadas, complexas e profundas.

A busca pela superação trágica em termos educacionais, nos coloca em uma rota de desconstrução de concepções e práticas que minimizam a importância e complexidade humana. Nos remete a refletirmos sobre uma educação que pense elementos que vão além de conteúdos, como a paternidade, o amor, a beleza, a liberdade, a religião, o lazer, a felicidade, entre tantas outras inerentes ao humano e sua constituição ontológica.

Por fim, a sociologia simmeliana nos aponta um caminho de construção que, longe de qualquer conformismo, nos remete a premissas que podem e devem ser buscadas através de uma educação contrária a educação “massa”. Simmel (1983) nos mostrou que o indivíduo é superior ao social, não por orientar-se baseado nas teorias do liberalismo econômico, mas sim, por reconhecer que nossa humanidade, privilegiada por uma psicologia com especificidades, merece, quando possível, ter seus anseios atendidos.

REFERÊNCIAS

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DURKHEIM, Émile. **A Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JAEGGER, Werner. **Paideia – a formação do homem grego**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KRASTANOV, Stefan Vasilev. **História da Filosofia Antiga**. Batatais: Claretiano, 2013.

MARX, KARL. A chamada acumulação primitiva. MARX, Karl. **O Capital: para a crítica da economia política**. Livro I, V. II, RJ: Civilização Brasileira, 2013.

MENZE, C. Formación. In. SPECK, J. y otros (Eds.). **Conceptos fundamentales de Pedagogía**. Barcelona: Herder, 1981.

PIMENTA, Leticia Pereira. “Vimque omnem humanitatis”: o modelo pedagógico romano. **Revista Direito e Justiça**. V. 40, N.1, 2014.

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. **Simmel e a Modernidade**. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (Org.). Brasília: Editora UNB, 2005.

_____. **Filosofia del Dinero**. Capitán Swing, 2013.

_____. **Simmel. FILHO**, Evaristo de Moraes e FERNANDES, Florestan (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. **Sociología: estudios sobre las formas de socialización**. Mexico: FCE, 2014.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 1999.

CAPÍTULO 2

ENTRE TRADIÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DO TRABALHO DO MAR: DÍLEMAS GERACIONAIS DAS COMUNIDADES PISCATÓRIAS PORTUGUESAS

Data de aceite: 26/10/2020

Licínio Manuel Vicente Tomás

Investigador do CICS.NOVA.UA/CICS.NOVA
Universidade dos Açores
ORCID: 0000-0002-0441-8207

O presente artigo foi alvo de uma apresentação por altura do IX Congresso de Sociologia Portuguesa que se realizou em Julho de 2016 em Faro-Algarve.

RESUMO: Somos herdeiros de uma tradição marítima na qual o mar sempre ocupou um inegável espaço de identidade. No essencial, quer em termos de processos quer no atinente ao teor das relações de enquadramento socio-laboral, o trabalho nas pescas permanece ainda mal conhecido entre nós. O mesmo é válido para as comunidades humanas que vivem da pesca marítima as quais, perpassadas por mudanças globais, procuram ativamente alternativas à faina do mar e aos rendimentos da atividade da pesca. Contudo, na encruzilhada da modernização dos métodos e das frotas, dos constrangimentos dos mercados globalizados e da indefinição política para o setor, as comunidades piscatórias procuram sobreviver entre dilemas que o dia-dia lhes coloca. Mas estas comunidades constituídas secularmente, que têm no trabalho do mar o seu fundamento e, por vezes o seu único sustento, encontram-se hoje dilaceradas por profundos dilemas visto que se assiste a uma transformação dos sistemas organizacionais da atividade, da sua identidade e do funcionamento das próprias comunidades profissionais, nomeadamente, em virtude das mutações

mercadológicas, ambientais e políticas. Nos moldes atuais, a atividade da pesca é dificilmente sustentável e o setor tornou-se repulsivo. Perante a fuga de efetivos, o envelhecimento profissional destas populações indica que a renovação dos recursos humanos pode estar comprometida. Em suma, trata-se de saber como é que os homens do mar lêem o futuro da sua profissão na continuidade geracional. Assim, procuraremos na presente comunicação dar conta da forma como as comunidades marítimas vivem os dilemas, paradoxos e contradições da sua situação de trabalho os quais definem em boa medida a sua condição de vida e de relação com o mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Desafios ambientais, Trabalho na pesca, Gerações, sustentabilidade e envelhecimento profissional

BETWEEN TRADITION AND SURVIVAL OF SEA WORK: GENERATIONAL DILEMMAS OF MARITIME PORTUGUESE COMMUNITIES

ABSTRACT: We are heirs of a maritime tradition in which the sea has always been an undeniable space identity. Essentially, both in terms of processes either as regards the content of socio-labor relations framework, work in fisheries remain poorly known among us. The same is true for human communities living marine fisheries which, crossed by global changes, actively seek alternatives to the drudgery of the sea and the income of the fishing activity. However, at the crossroads of modernizing methods and fleet, the constraints of globalized markets and political uncertainty for the industry, fishing communities

seek to survive between dilemmas that the day-to-day puts them. But these communities constituted centuries, they have at work the sea its foundation and sometimes their only livelihood, are now torn apart by profound dilemmas as we are witnessing a transformation of organizational systems of activity, their identity and operation of own professional communities in particular because of marketing changes, environmental and political. In the current form, the fishing activity is hardly sustainable, and the industry has become repulsive. Given the flight of effective, professional aging of these populations indicates that the renewal of human resources may be compromised. In short, it is to know how the sea men read the future of their profession in continuity generational. So, we will try in this Communication take account of how the men of the sea live the dilemmas, paradoxes and contradictions of their work situation which define in good measure their condition of life and relationship with the world.

KEYWORDS: Environmental challenges, working in fishing, Generations, sustainability and professional aging.

1 | INTRODUÇÃO: UM MAR DE REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS

O mar é simultaneamente um recurso nacional e um legado histórico necessário para o desenvolvimento de diversas atividades. A forte ligação marítima ancestral prolonga-se na atual conjuntura social com variantes inéditas. Tido por “um valor seguro para o futuro” (CUNHA, 2011:44), a que, inevitavelmente, se atribuíra um lugar de relevo nas representações discursivas oficiais, a exploração oceânica constitui um tema de atualidade. Política e economicamente tudo parece impelir-nos a virarmo-nos para o mar. Lê-se muito, hoje, sobre a necessidade de reconsiderar a exploração do mar nas suas vertentes dos recursos naturais, minerais e até energéticos, turísticos ou comunicacionais (BARRÈRE, 1992). Talvez como forma de minimizar o impacto de uma crise económica e social que nos assola, talvez na procura de uma saída para o impasse político recorrente, o mar aparece como janela de oportunidades sem que, no entanto, se viabilize uma estratégia consistente de exploração.

Todavia, a exploração oceânica atingiu já limiares impressionantes de que nem sempre temos noção. A consciência de que os recursos do mar (ou do planeta) não são inesgotáveis tem vindo a emergir aos poucos numa opinião pública cada vez mais esclarecida e seletiva perante o que procura, mesmo se ainda se está longe de uma consciência ambiental plena (CUNNINGHAM e CUNNINGHAM, 2008). O mar sempre assumiu significado relevante na história e na geografia do país, com a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) de mais de 1,727 milhões de quilómetros quadrados (MEDEIROS, 2005, p. 162) e sob a influência de fortes condicionalismos físicos particulares que determinam a sua fraca possibilidade de exploração¹.

¹ Veja-se por exemplo que a ZEE dos Açores represente cerca de 57% da área nacional e cerca de 30% da União Europeia, mas só é explorável numa parcela muito reduzida, a qual corresponde a uma profundidade de menos de 600 metros de fundo, isto é, onde a pesca artesanal é praticável.

Não obstante a presença e influência oceânicas constantes, só em épocas marcantes o país se virou efetivamente para o mar como meio de solucionar constrangimentos sociopolíticos e económicos; o domínio sobre o território apresenta formas desiguais de se manifestar ao longo da história. A história social e cultural dos pescadores parece, na sua configuração mais profunda, estar ainda por fazer. Como sublinha Inês Amorim, “a história tem dedicado algum espaço às Pescas e às Pescarias, raramente aos Pescadores” (2001, p.6). Podemos questionar o porquê de só raramente se dedicar alguma atenção às comunidades piscatórias e aos pescadores se é facto que são eles os protagonistas da história das pescas e não apenas desta mas também da história económica e social no seu conjunto. Obviamente, é “todo um conjunto de fatores que tem comandado a evolução da pesca portuguesa, desde cedo” (Medeiros, 2000, p.205) assim como, por afinidade, a das comunidades de pesca. A história trágico-marítima está ligada aos acontecimentos dolorosos a reter na memória e, por isso mesmo, legitimamente ao serviço do registo do risco, do perigo, do que a história levou com ela. Por outro lado, como também nota Inês Amorim (2005), tal lacuna pode muito bem ficar a dever-se ao facto de estarmos perante uma cultura agrafa em que não abunda o documento escrito, carecendo mesmo de testemunhos documentais. Efetivamente, trata-se de uma cultura adversa ao registo escrito (TRINDADE, 2008). que se manteve maioritariamente iletrada até bastante tarde. Estamos sem sombra de dúvida perante uma cultura afirmada no quotidiano com forte sentido da pragmática de vida (TRINDADE, 2009). Uma cultura marcada pelo risco, pela dureza e pela solidariedade familiar e comunitária que se expressa na perenidade do elo fundamental entre os elementos no seio da comunidade e das companhas² na atividade piscatória que a história de algumas comunidades orgulhosamente ostenta (PENTEADO e TRINDADE, 1998).

Contrariamente às comunidades marítimas, a cultura erudita olha para o mar como um espaço poético, de lazer, de evasão e de desafio à criatividade – sempre propício à deriva metafórica – que alimenta o imaginário e traça uma certa nova cartografia de utilização representada por uma panóplia de produtos e serviços que alicerçam novas formas de entendimento e de relação para com o mar (CORBIN, 1990). A relação com o mar tem vindo a transformar-se, ao longo do tempo. Os avanços da segurança e a minimização dos riscos num meio inóspito permitiram que o espaço oceânico fosse progressivamente dominado, permanecendo, no entanto, ainda relativamente desconhecido (PARRY, 2002). Entre imagens míticas de espaços intransponíveis e meio adverso à natureza humana, o mar sempre fascinou a humanidade (CORBIN e RICHARD, 2004), converteu-se num meio que permite, ² A companha é, como se sabe, uma unidade de trabalho e de relações de solidariedade fundamental porque baseada nas relações de amizade e de afinidade, composta por companheiros que podem ser familiares ou amigos.

por excelência, a cultura do corpo e a promoção do 6 de 14 usufruto do consumo de lazer, enquadrados dentro de uma nova fantasmagoria urbana (CORBIN, 1990) oposta ao agreste da vida marítima.

2 I A PROBLEMÁTICA DO MAR E DOS RECURSOS NATURAIS NAS SUAS INCIDÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS E SECTORIAIS

O nosso passado comum afirmou a vocação marítima como um desígnio nacional; a trajetória até ao presente releva, claramente, o papel do mar na construção da nossa identidade. A história do mar enquanto domínio que consagrou — e congregou — heranças e desígnios coletivos, está ainda por fazer ou reinventar (PERALTA, 2008). A dos pescadores ou de quem vive do mar, também ela, encontra-se por organizar e conhecer. A nossa relação com o mar transformou-se a diversos níveis e reflete-se intimamente nas atitudes ou na forma de o proteger e divulgar como um património comum (PERON e RIEUCAU, 1996). Ninguém conhece tão claramente os problemas do mar como quem dele vive e com ele sobrevive. Por isso, as práticas de preservação e de integridade ambiental que as comunidades marítimas geraram no decurso da sua já longa evolução, não podem, numa época de intensa devastação, ser postas em causa. No âmbito da pesca tradicional e familiar, o respeito pelos recursos naturais foi algo que desde sempre se cultivou. A questão da preservação ambiental nunca esteve tanto na ordem do dia e, no entanto, é já antiga a polémica que a fundamenta (BOWERS, 1997; SALDANHA, 2005). A delapidação dos recursos assim como o próprio debate científico sobre a temática não constituem uma realidade recente. O que é efetivamente recente é a emergência de uma “opinião pública” que sustente esta causa, a qual abarca cada vez mais sectores da sociedade. Mas o debate público não distingue causas, problemas e consequências, nem tão pouco os diferentes agentes com a sua influência específica.

Os dados que os cientistas coligiram servem frequentemente para legitimar medidas avulsas ou discursos inflamados quando se deveriam tomar como referências orientadoras e conjeturas teóricas de evolução. Eles apontam cenários ou traçam futuros que nos informam do prolongamento de tendências nefastas se nada for feito para contrariar tais tendências. Por conseguinte, no clima social atual, a intensificação da informação, os relatos científicos, os movimentos sociais, as associações de defesa ambiental e as tendências políticas têm forte impacto na opinião pública (DRON, 1998) e conjugadas exercem uma pressão clara sobre as atividades de extração marítima de que a pesca constitui a principal componente.

Foram debates similares e a perda de importância comercial que impuseram, por exemplo, a extinção da captura de cetáceos³ (CYMBRON e DUTRA, 2013),
3 Relembre-se que Portugal aderiu ao tratado Internacional de Proibição da Caça à Baleia em 1982. Nesta al-

não obstante existirem ainda hoje nações a contornar esta determinação. Porém, a diminuição drástica de certas espécies com valor comercial reconhecido como o atum, a pescada ou o bacalhau constituem um dado concreto e não uma especulação. Desprevenidamente, aponta-se o dedo às práticas intensivas e a certas artes de pesca esquecendo-se que nem todos os homens do mar são pescadores e que nem todos os pescadores estão equipados para a extração intensiva, nem utilizam métodos iguais. É uma evidência, a atividade da pesca engloba práticas contrastadas. O seu impacto ambiental ou as suas implicações profissionais diferem de uma modalidade para outra. Assim, também a condição de pescador está longe de reunir uma classe homogênea.

Outra dimensão fundamental e não menos evidente na prática piscatória é que as atividades e os métodos respondem às solicitações da procura. Mercê de novas possibilidades de consumo, a procura de pescado fresco e congelado expandiu-se prodigiosamente, verificando-se que as novas necessidades da sociedade de consumo em massa requerem *stocks* cada vez maiores e quase ilimitados. Assim, o ritmo da regeneração e da reposição ambiental foram quebrados e as capturas de espécies marinhas selvagens para alimentação humana foi ultrapassado pela de produção piscícola.

É, por isso, na confluência de uma problemática que extravasa claramente o âmbito estritamente profissional que se deverão interpretar as novas solicitações e as expectativas sociais que recaem sobre a classe piscatória em toda a sua dimensão. O produto extraído do mar — tal como o seu valor de troca — não é comandado pelos profissionais da pesca. Como todos os objetos de consumo, também este produto entra no jogo tangível do valor social de troca⁴. Os imperativos do bem-estar requerem recursos em abundância e, assim o cremos, as épocas de abundância dos recursos pertencem ao passado.

Nesta ótica, tudo o indica, a polémica questão do equilíbrio ambiental constitui uma problemática alheia ao exercício da atividade marítima, mas impõe-lhe sérios constrangimentos. As suas causas são remotas e, sem dúvida, urbanocentradas. De qualquer modo, esta atmosfera de debate torna ainda mais incerto o desenvolvimento de uma profissão que assenta, por natureza própria, na incerteza e no risco constante: a de pescador.

3 I O MODELO DE DESENVOLVIMENTO E A LÓGICA CONSUMISTA COMO CONDICIONANTE EFETIVA

Várias profissões se encontram em redefinição. A profissão de pescador não é

tura já a utilização industrial dos óleos de cetáceos era muita reduzida e, conseqüentemente, o valor comercial pouco significativo para aliciar a captura.

4 Na sua forma genérica, este princípio foi perfeitamente explicitado, entre outros, por Jean Baudrillard em A sociedade de consumo, Lisboa, Edições 70, 1981.

exceção. A industrialização, a modernização e, de um modo geral, as mudanças que as atividades tradicionais incorporaram são a expressão de uma evolução técnica, económica e social. O consumo, qualquer que seja a sua variante, generalizou-se a grupos que dele eram anteriormente excluídos e, conseqüentemente — nesta vertente pelo menos — democratizou-se⁵. Em certos meios, o desenvolvimento, o crescimento e o progresso constituem bandeiras a defender a qualquer preço. E, no geral, só ultimamente se interroga a sustentabilidade dos sistemas económicos e sociais.

Efetivamente, cremos que é sobretudo o modelo de desenvolvimento e a forma de vida urbana na sua vertente do consumo que é preciso questionar. Numa época em que este se ampliou e se democratizou nos níveis de bem-estar, as apetências elevaram-se e os índices de utilização dos diferentes recursos dispararam. Neste quadro, por que razão o consumo de peixe e dos diversos produtos extraídos do mar constituiria exceção ou seria refreado? Não podemos esquecer que na pós-modernidade, foram as nossas motivações e a correspondente possibilidade de as satisfazer que constituiu o fator que mais estimulou a produção industrial e foi também, com ela, que se gerou muito do crescimento económico e dos benefícios sociais que caracterizam a modernidade.

No entanto, como sabemos, o progresso material e social não beneficia a todos por igual. Muitos permanecem à margem do progresso ou das vantagens que ele possibilita. Esquecemos que, numa época aparentemente movida pelos valores inabaláveis da solidariedade e da equidade, assim como pela crença no progresso e na democracia, os horários de trabalho e o direito ao trabalho constituem — à semelhança de décadas passadas — o ponto nevrálgico das reivindicações em torno do emprego. Ora, este não está garantido quando os recursos do mar são vorazmente disputados ou delapidados por interesses diversos e inconfessados (CHAUSSADE, 2002). Por consequência, a massificação nas solicitações de consumo levou à intensificação da atividade extrativa e piscatória, considerando-se, frequentemente, que são estas últimas que têm de se limitar. E, claro está, o emprego e as legítimas contrapartidas do trabalho também não estão garantidas, sobretudo num cenário em que os contornos da definição profissional são amplamente marcados pela incerteza. O debate público ainda apenas começou e não pode nem deve ser enviesado nos seus pontos fundamentais (AMORIM, 2005).

4 I A PESCA, O EMPREGO E O VALOR QUE SE ALTERA

A pesca é a atividade que garante o produto do mar para alimentação humana

⁵ É facto que o consumo se generalizou nas diferentes camadas sociais e, ao mesmo tempo, se diversificou em todas elas. A facilidade de acesso a certos bens é hoje mais evidente que outrora.

a todos e o rendimento de muitas famílias que, num número significativo de casos se encontram à margem das conquistas do progresso e do bem-estar social, em virtude de condições sociais periféricas e de modalidades de exercício que não asseguram, como noutras áreas, as mesmas contrapartidas de trabalho nem o retorno programado do investimento a quem o faz. No entanto, não podemos esquecer que a pesca pode ser questionada como atividade mas não como sector de emprego. Efetivamente, desde a *antiguidade* que a pesca constitui uma fonte importante de alimentos para a humanidade, mas é sobretudo enquanto sector de emprego que hoje mais se questiona (MONIZ, GODINHO E KOVÁCS, 2000) a par da dinâmica do setor. Por outro lado, a lógica económica de relacionamento mundial converteu a sua função originária num valor estratégico e negocial que desvirtuou e diversificou o seu antigo valor e significado nutricional. O valor nutricional é diferente do valor comercial e a importância que tem no circuito económico determina muito do seu contributo para a definição do emprego. Com efeito, sem desvirtuar o valor comercial do produto do mar, há que ter em conta o valor efetivo e a capacidade empregadora que a atividade gera. A diminuição do volume de ativos do sector indica, em todos os quadrantes, uma fuga à condição profissional e social que a pesca origina mas não ilude as tendências de intensificação das capturas para responder a uma lógica de rentabilização económica tendo em vista um maior bem-estar social. Sabemos que muitas das modalidades tradicionais não são economicamente rentáveis e os próprios profissionais sentem esse constrangimento. A sua importância económica e social decaiu e é muito pouco atrativa para as gerações mais novas⁶. O que é facto é que o abandono da atividade nas modalidades artesanais em detrimento das intensivas ou industriais parece ir a contra corrente do desejável em termos da pressão sobre os recursos.

5 I DILEMAS E CONSEQUÊNCIAS DA CLASSIFICAÇÃO DAS MODALIDADES E DOS PESCADORES

Numa primeira abordagem à mundialização dos constrangimentos, percebemos que nos meandros do negócio do pescado se desenvolveram interesses algo à margem e adversos a estas comunidades (Pérez & Pérez, 2014) sendo que, na atualidade, as pressões ecológicas e económico-sociais são tendencialmente contraditórias, constituindo um factor emergente de forte impacto no rumo de um setor (AMAND, 2011) que se debate entre a tradição e a modernidade do trabalho. A harmonização da sustentabilidade ambiental com a sustentabilidade económica e social revela-se um exercício problemático.

⁶ Não obstante, a elucidação dos dados de enquadramento que denotam a fuga de efetivos e a clara tendência de envelhecimento do setor, procedeu-se com base num estudo ancorado em meio piscatório na principal ilha do arquipélago dos Açores o qual regista a mesma tendência.

De um modo geral, as atividades tradicionais encontram-se em regressão apesar da resiliência das comunidades que as perpetuaram ao longo da sua existência (VIEGAS, 2010). Quando as formas de atuação e as artes de pesca são de teor predominantemente tradicional ou artesanal, como aquela que é desenvolvida em embarcações de boca aberta, de dimensões modestas, seguindo métodos milenares de captura. As contrapartidas de esforço árduo raramente são compensatórias, ficando em clara desvantagem competitiva perante os apetrechos e as técnicas industriais mais vulgarizadas. As formas de caracterização de uma atividade, como a pesca, são diversas mas os métodos empregues na captura e os fins a que se destina são bastante elucidativos tanto da inserção económica como da lógica de sustentação familiar em que assenta o desempenho profissional. Quando o produto da pesca se destina a ser vendido, as finalidades são comerciais e não temos dúvida de que estas são as mais generalizadas. Os métodos de captura e a capacidade extrativa são variáveis e os resultados também o são. À semelhança de muitos outros ramos de atividade, o trabalho piscatório deixou progressivamente de ostentar contornos familiares para passar a ser um trabalho de teor profissional com métodos e técnicas adquiridos no decurso de uma formação especializada e já não tanto herdada. Contudo, quaisquer que sejam os perfis profissionais considerados, as atividades e as profissões são sempre de classificação ambivalente quanto à natureza, inserção e tipificação.

Técnica e conceptualmente não é clara, por exemplo, a distinção que é feita entre pesca artesanal e pesca industrial. No seguimento de outros estudos já realizados, entendemos como pesca artesanal ou tradicional, aquela que é praticada nas proximidades das plataformas continentais ou de cada ilha, não por opção ou por capricho, mas por corresponder a uma fraca autonomia de navegação das embarcações e a uma capacidade de extração limitada, devido ao reduzido investimento humano e incorporação de tecnologia. Assim, recorrendo a José Pascual Fernández (1998), em seu estudo a pesca artesanal nas Canárias, classificam-se embarcações até aos dozes metros de comprimento cujo afastamento da costa não exceda as 45 milhas e com capacidade de alojar em mar tripulações que não excedam os seis ou sete homens. Há ainda quem utilize o critério do gabarito avaliado abaixo ou acima de 20 toneladas de arqueação bruta (PINHO, 1998) para classificar sumariamente o tipo de pesca. Quanto às artes de pesca praticadas e os meios de detecção de cardumes utilizados remetem mais para a tradição do que para a mobilização tecnológica; sendo ainda uma característica divergente a organização do trabalho que no tipo industrial é bastante especializado e subdividido atendendo à repartição de tarefas pelos tripulantes. A especialização e a compartimentação horária da duração entre tempo de trabalho e de não-trabalho é mais visível num do que noutro tipo, acarretando uma possibilidade diferencial

de organização e planificação da vida corrente no seio familiar. Em termos organizacionais, as companhas, irmandades e cooperativas desempenham ainda um papel fundamental e estruturante da atividade produtiva. Mas, em ambas, a filiação corporativa vem cedendo o lugar à prática associativa e sindical, requisitos organizativos que o funcionamento da modernidade laboral impõe. A integração lucrativa do trabalho individual, a dinamização e o envolvimento com direitos firmados requerem, contudo, um reforço das formas organizacionais e participativas do sector.

6 I TENTATIVA DE AVALIAÇÃO DO VOLUME DE TRABALHADORES LIGADOS À PESCA NA REGIÃO AÇORES

Classificar a atividade da pesca nas suas diferentes modalidades têm nomeadamente interesse para uma conveniente caracterização do sector e uma correta avaliação dos modos de vida de uma significativa parcela da população direta ou indiretamente envolvida nas diferentes atividades que configuram o quadro da atividade piscatória. Mas a dificuldade em referenciar e, conseqüentemente, em quantificar os pescadores, as modalidades e a abrangência da própria atividade não se fica por aqui. A fraca rentabilidade e irregularidade dos rendimentos da pesca originam frequentemente situações de pluriatividade. Conjuntamente, o envolvimento familiar dos indivíduos inativos, segundo os critérios usuais de classificação económica e a indefinição profissional na condição de vida de quem “faz um pouco de tudo”, os quais acrescentam fluidez ao sector.

De qualquer modo, limitados e habituados que estamos a utilizar critérios censitários é vulgar situarmos em cerca de um ou dois milhares os pescadores profissionais da Região Autónoma dos Açores (apesar do seu quase um milhão de quilómetros quadrados), tendo decaído, na sua evolução, o quantitativo de década para década. No entanto, as flutuações dos valores recenseados tanto se ficam a dever à constituição das categorias e das nomenclaturas utilizadas que mudam como com à própria realidade profissional que se altera. Assim, o censo de 1991 registava na rubrica da distribuição populacional, pelos diferentes ramos de atividade económica, 2137 trabalhadores nas pescas e em atividade similares e o censo de 2001, apenas 1392 na mesma classificação de ativos para a região. Quando se compara o volume dos profissionais recenseados nas capitánias ou na atividade efetiva, os quantitativos variam inevitavelmente. Podemos ilustrar sumariamente este aspeto com uma tentativa de quantificação estatística dos próprios pescadores recenseados segundo diferentes organismos e metodologias. Os dados dos censos indicam uma nítida regressão dos quantitativos de efetivos na pesca quer em Portugal, quer na Região Açores, como se depreende da leitura da tabela 1.

Categorias	1981		1991		2001		2011	
	País	Açores	País	Açores	País	Açores	País	Açores
Patrão	1088	31	1900	153	2572	236	2062	302
T. C. P.	6099	814	4719	476	1778	137	1678	137
T. F. Ñ. R.	415	55	225	52	78	17	77	21
T. C. O.	20227	1220	19702	1452	11524	999	8827	1233
Cooperativas	459	7	178	2	28	2	26	8
Outra situação	74	0	116	2	68	1	118	14
Total Efetivos	28362	2127	26840	2137	16048	1392	12788	1715

TABELA 1- Volume de profissionais na pesca, no país e na Região Autónoma dos Açores em 1981, 1991, 2001 e 2011

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Censos de 1981 a 2011

Para sermos coerentes, consideramos que os valores estimados estão sujeitos a revisões. Representam, no entanto, uma indicação referencial que nos permite situar o volume de trabalhadores envolvidos no sector pesqueiro no arquipélago dos Açores. As comparações oferecem, assim, a possibilidade de relativizar os dados censitários e as classificações que, por mais criteriosas que sejam, deixam de fora substanciais parcelas de ativos cuja categorização se reconhece problemática. As famílias de pescadores são, regra geral, famílias alargadas e aparecem nas estatísticas entre os agregados de maior dimensão, com uma dimensão média de 4,92 pessoas por núcleo familiar.

Em termos de características sociográficas mais salientes, notamos ainda uma média etária bastante elevada dos profissionais (cerca de 49 anos) e uma tendência clara no sentido do envelhecimento da estrutura de ativos quer pela dificuldade que a profissão manifesta em recrutar jovens quer, ainda, pela permanência no ativo de trabalhadores de idade avançada. O desencorajamento, a fraca renovação das gerações no ativo ou a difícil mobilidade ou reconversão profissional explicam, por si só, esta longa permanência na carreira para profissionais que começaram muito cedo a trabalhar (em média com 13,8 anos), sendo que 70% dos atuais pescadores já estavam a trabalhar ao completarem os 14 anos, como nos indica a tabela 2 (valor da percentagem acumulada).

Idades	%	% Acum.
Menos de 12 anos	17,4	17,4
12 anos	11,5	28,9
13 anos	13,6	42,5
14 anos	27,5	70,0
15 anos	13,9	83,9
16 anos	3,8	87,8
De 17 a 20 anos	5,2	93,0
21 e mais anos	3,5	96,5
Sem resposta	3,5	100,0
Total	100,0	-

Tabela 2- Idade de início de atividade dos pescadores açorianos⁷.

Fonte: Estudo sobre profissionais da pesca na Região Açores levado a cabo pelo Centro de Estudos Sociais da universidade dos Açores CES-UA e AMA- Associação Marítima Açoriana, N= 267⁸.

A formação é, na maior parte dos casos, descontínua e adquirida de forma autónoma ou autodidata e o trabalho inicia-se sem grande preparação técnica (TOMÁS e MEDEIROS, 2006; TOMÁS, 2007). As representações sobre a atividade veiculam saberes essencialmente práticos em que a formação é inerente ao exercício profissional, precariamente enquadrado e pouco reconhecido e, por conseguinte, pouco gratificante.

7 I OS CONTORNOS NORMATIVOS DA PROFISSÃO DE PESCADOR

Traçado este quadro de fundo onde se desenha hoje a atividade da pesca e em que emerge a realidade dos pescadores, a profissionalização revela-se difícil, denotando profundas incertezas de continuidade a todos os níveis. Efetivamente, se para certos profissionais podemos falar numa clara explicitação das normas que regem o seu trabalho e a sua conduta no exercício e na relação laboral, aqui afloram um domínio de atividade em que os contornos são fluidos e as normas técnicas pouco tipificadas. Numa tendência de organização social que privilegia a programação geral da existência e que fixa amplas expectativas na regularidade

7 Trata-se de um estudo levado a cabo pelo Centro de Estudos Sócios da Universidade dos Açores (antigo CES-UA) a pedido da Associação Marítima Açoriana que colaborou na recolha de informação através da aplicação de um inquérito por questionário.

8 Este estudo, levado a cabo em 2007 e atualizado em 2014, teve por base 41 entrevistas focalizadas numa comunidade piscatória da principal ilha do arquipélago assim como uma outra componente que consistiu num estudo por questionário extensivo a um total de vinte comunidades em diferentes ilhas (n=267). O objetivo principal do trabalho de campo consistiu em localizarem-se os desafios que os trabalhadores do setor identificam e as estratégias que utilizam para lidar com os diferentes problemas inerentes às situações com que estas comunidades se debatem, independentemente de serem realmente estes os reais problemas que impelem ao abandono da atividade ou a permanecer-se nela.

do rendimento do trabalho, a captação formativa de novos elementos revela-se, também ela, difícil. Quando comparamos com outras profissões, as especificidades da profissão de pescador assentam na constituição de saberes pragmáticos de captura aquática e numa incipiente padronização laboral quer seja de horário quer seja de vínculo ou de enquadramento socioinstitucional do emprego. Mas para além disto, a natureza peculiar revela-se na sua dependência ambiental, na incerteza e no risco inerente ao exercício profissional e na vivência de trabalho no mar.

Há hoje, qualquer que seja o sector e a natureza, necessidades funcionais e adaptativas que não se podem negligenciar. A constituição de um *now-how* formativo, que a experiência incute e que a necessidade da prática da atividade confirma, é também comum a todas as profissões. Na afirmação da profissão de pescador a experiência é tida por principal suporte (TOMÁS e MEDEIROS, 2006). A formação externa ao exercício ou aquela que é feita em contextos escolares, ainda que desejável, não constitui a norma que incorpora as expectativas nem os requisitos do perfil profissional. Todavia, as exigências atuais, de uma sociedade burocratizada e pautada pela maximização da eficácia produtiva, transformaram os requisitos da profissão alterando os contornos profissionais. As regras de empregabilidade ditam uma escolaridade cada vez mais longa e a necessidade de se incorporar na profissão um saber teórico especializado adquirido em contextos de formação próprios.

A conversão do saber teórico em saber utilitário é sempre uma vertente problemática da profissionalização, mas revela, no caso vertente, uma dificuldade acrescida de sustentação motivacional e acreditação formal. As linhas de conduta técnica e eticamente requeridas encontram-se também elas pouco explicitadas. São no entanto, aspetos que contribuem para afirmar estatutos profissionais em termos do reconhecimento social. Nesta vertente, a afirmação de um código deontológico de conduta para a dignificação do exercício profissional, conferindo legitimidade de atuação no mar, parece uma etapa fundamental pois sabe-se que os códigos de conduta são elementos estruturantes de muitas outras profissões (RODRIGUES, 2012) e não só orientações ou sugestões para a um desempenho aceitável da atividade.

Para além disto, o exercício profissional é sobretudo o resultado das gerações mais velhas em atividade. Efetivamente, por todo o lado, a dinâmica da substituição das gerações mais velhas no ativo é mais lenta e, cada vez mais, de difícil concretização. O peso das idades mais avançadas é hoje mais importante do que há umas décadas, sinal de envelhecimento da profissão de que a estrutura demográfica de ativos neste setor e disso legítimo indicador (quadro 3).

idades	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75 +
Portugal	1,5	5,0	6,9	9,3	12,4	14,2	17,8	15,4	10,5	4,9	1,5	0,4	0,2
Continente	1,0	4,0	6,1	8,6	12,0	14,1	18,5	16,4	11,2	5,5	0,5	1,8	0,2
R Açores	4,8	11,9	12,4	13,9	14,6	13,6	12,1	8,8	5,4	1,8	0,6	0,1	0,1
R Madeira	0,8	3,6	5,2	9,1	12,8	17,4	20,8	15,7	12,1	2,5	0,2	0,0	0,0

Quadro 3- Peso relativo das diferentes classes etárias no setor da pesca e aquacultura em 2011, em Portugal continental e regiões autónomas (%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Censos de 2011

Não obstante as condições materiais e técnicas de exercício profissional se consolidarem ao longo de uma trajetória de trabalho e de dedicação, as modalidades de aprendizagem não mudaram muito. Em termos estatutários, a profissão perdeu algumas vantagens comparativas com as que se oferecem no mercado de trabalho para atividades que exigem qualificações ao mesmo nível. Por conseguinte, a profissão, segundo a representação que dela têm os praticantes, é mais repulsiva do que atrativa. Aqui, apesar de ainda não se notar fortemente, a renovação pela base, com os mais jovens, está comprometida como em muitos outros lugares aliás (CARRE, 2005). A renovação das gerações no ativo da pesca já não acontece.

8 I CONCLUSÃO: A MUDANÇA SOCIAL E OS CONSTRANGIMENTOS DA DEFINIÇÃO PROFISSIONAL

Na encruzilhada entre a partilha do trabalho e a disputa dos recursos oceânicos, verificamos que a pesca artesanal enquanto atividade fundamental é esquecida ou reconvertida e a pesca industrial raramente o é. Podemos questionar se esta reconversão corresponde mais aos desígnios da evolução ambiental ou da mudança política. É de sublinhar que os processos de definição e redefinição profissional são diversificados e variam segundo o percurso formativo.

As condicionantes de evolução social, com base nas alterações ambientais, impõem e justificam medidas de intervenção e de condicionamento ao exercício da prática profissional. Nos seus fundamentos, certas medidas não são questionáveis e nos efeitos sobre a desagregação das atividades tradicionais e evolução de certas profissões também não. A problemática marítima oferece-nos um exemplo de como a ecologia e as causas ambientais podem ser emblemáticas em prol da justificação na ação política e social, mas também dos efeitos contagiantes, que têm sobre os modos de vida e as dinâmicas da sociedade global.

A relação entre mudanças ambientais e práticas profissionais é sempre difícil de observar e de comprovar. Admitimos, porém, que o efeito global de uma

prática de pesca predadora e intensificada é nocivo à sustentabilidade dos recursos pesqueiros e compromete, a prazo, a continuidade da atividade tanto na atualidade como nas gerações futuras. Os quadros negros de evolução de sobre-exploração e devastação industrial, já amplamente traçados, criam estupefação embora sejam o resultado não da transformação das comunidades piscatórias, mas da extensão da industrialização e do rumo da economia concorrencial. Por isso, recusamo-nos a considerar que a pesca seja toda ela igual e tenha toda ela os mesmos efeitos.

A modernidade profissional impôs para além de novas formas de organização e de participação coletiva, também códigos de conduta e de procedimentos no exercício do trabalho que a sociedade defende e que a nova relação com os públicos ou clientes requer. Há na meritória atividade e dedicação artesanal regras e potencialidades esquecidas perante a imposição de um padrão de conduta e de produtividade. A alteração das formas de produzir e a regulamentação da atividade laboral, dentro de um quadro de cidadania que responsabiliza os membros de uma coletividade, apresenta-se como mais difícil de sistematizar no âmbito das pescas. A burocracia dissuade ou destrói as oportunidades de fundar um projeto no sector a não ser que se pense em satisfazer solicitações turísticas, recreativas ou de lazer.

Ultimamente, a sociedade — revista numa difusa opinião pública — despertou para a preservação do mar e os agentes políticos e administrativos seguiram, impondo restrições, afirmando programas de reorientação na nossa relação com o mar. Os pescadores e todos aqueles que no intuito da pura sobrevivência também elegeram o mar, como meio primordial para o exercício do trabalho, ficam apanhados nas malhas de uma rede gigantesca que lhe incute alguma apetência pelo abandono e pela desistência. O êxodo das comunidades marítimas poderia somar-se ao rural e, globalmente, a reinvenção do tradicional, pelas solicitações de mercado, fica claramente a perder. A pesca que não é industrial passa a ser desportiva e aquilo que era reduto da sobrevivência para uns transforma-se no objeto da curiosidade e do recreio para outros. Ora a sobrevivência e viabilização lucrativa destas novas atividades vocacionadas para o turismo pressupõem a preservação do artesanal e das comunidades em funcionamento. Contradição clara nos desígnios do presente.

REFERÊNCIAS

AMAND, Rudy, **Socio-antropologie des marins pêcheurs**, Paris, L'Harmattan, 2011.

AMORIM, Inês & Polónia, Amélia, "Gestão de espaços de pesca: poder, administração e conflitos na época moderna. O estudo de um caso: as pesqueiras do rio Ave", **Revista Oceanos. Os pescadores**, nº 47/48, pp. 30-46, 2001.

AMORIM, Inês “Trabalho e ocupações no sector das pescas. Esboço de conhecimentos e proposta para um sistema de classificação e de investigação histórica”, in Madureira N. L. e Amorim, I., **História do trabalho e das ocupações. As pescas**, vol. II, Oeiras: Celta Editora, pp. 5-23, 2001.

AMORIM, Inês, “A pesca ‘pacificada’ – ou os primórdios da questão das pescarias no quadro de uma reflexão sobre os recursos naturais”, **GeolNova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Espaços marítimos e sustentabilidade**, pp. 104-124, 2005.

BARRERE, Martine, **Terre Patrimoine Commun**, Paris: Éditions la Découverte, 1992.

BOWERS, John, **Sustainability and environmental Economics: an alternative text**, Essex, Addison Wesley Longman, 1997.

CARRE, François. « L’effet de la généralisation des zones économiques exclusives sur les pêches mondiales (1970-1985) », **Revista de Geografia GeolNova,- Espaços marítimos, pesca e sustentabilidade**, nº 11, pp. 79-101, 2005.

CHAUSSADE, Jean, **Les ressources de la mer**, Paris : Flammarion, 1997.

CORBIN, Alain, **Le territoire du vide. L’occident et le désir de rivage**, Paris, Édition Flammarion. Corbin, 1990.

CORBIN, Alain e RICHARD, Hélène, **La mer - Terreur et fascination**, Paris: Seuil, 2004.

CUNHA, Tiago Pitta, **Portugal e o Mar**, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

CUNNINGHAM, William P. e CUNNINGHAM, Mary Ann, **Environmental Science. A global Concern**, New York: Mc Graw-Hill International, 2008.

CYMBRON, Albano e Dutra, Márcia. **As baleias nos Açores. Da caça ao turismo**. Horta: Observatório do mar dos Açores, 2013.

DRON, Dominique, **Ambiente e escolhas políticas**, Lisboa: instituto Piaget.

FERNANDEZ, José Pascual, **Entre el mar y la tierra. Los pescadores artesanales canários**, Editorial Interinsular Canaria. (1998).

MEDEIROS, Carlos A., **Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana, uma introdução**. Lisboa: Editorial Estampa. 2000.

MEDEIROS, Carlos A. (Coord.), **Geografia de Portugal. Actividades económicas e espaço geográfico**, Vol. III, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

MONIZ, António Brandão, Godinho Manuel M. e Kovács, Ilona, **Pescas e pescadores. Futuros para o Emprego e os recursos**, Oeiras: Celta Editora, 2000.

PARRY, John H. **A descoberta do mar**, Lisboa: Dinalivro, 2002.

PENTEADO, Pedro e TRINDADE, José M., “A Nazaré e os seus pescadores: entre representações sociais e novas leituras histórico-antropológicas”, **Revista Oceanos – Os pescadores**, Nº 47/48, pp. 81-92, 2001.

PERALTA, Elsa, **A memória do mar. Património, Tradição e (Re)imaginação identitária na Contemporaneidade**, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2008.

PEREZ, Juan M. Santana & Perez, Germán Santana, **La pesca en el banco Sahariano, Siglos XVII y XVIII**, Madrid, Los Livros de la Catarata, 2014.

PERON, François & Rieucau, Jean, **La maritimité aujourd’hui**, Paris: L’Harmattan, coll. «Géographie et cultures», 1996.

PINHO, António Duarte, **Pescas Nacionais. Pedços de uma década perdida**, Lisboa, Meribérica/Liber Editores, 1998.

RODRIGUES, Maria de Lurdes, **Profissões. Lições e Ensaio**s, Coimbra: Almedina, 2012.

SALDANHA, José, “Os oceanos na transição para a sustentabilidade”, **Revista de Geografia GeolNova – Espaços Marítimos, pescas e sustentabilidade**, nº 11, pp. 11-32, 2005.

TOMÁS, Licínio M. Vicente e Medeiros, Octávio H., **Suor de sal e de mar. A profissão de pescador na era da globalização**. Ponta Delgada: CES-UA/AMA, 2006.

TOMÁS, Licínio M. Vicente, “Pescando lobos-do-mar e peixe miúdo em mar revolto – O lugar da idade e do trabalho no envelhecimento socioprofissional dos pescadores”, **Atas do VI Encontro de sociologia dos Açores**, Ponta Delgada: CES-UA, pp. 167-190, 2007.

TRINDADE, José M., **A Nazaré dos pescadores. Identidade e transformação de uma comunidade marítima**, Lisboa: Edições Colibri, 2009.

TRINDADE, José M., “A Dimensão Cultural do Pescador - A influência do mar na organização social e na mundivisão da comunidade piscatória da Nazaré”, **Atas do VI Congresso Português de Sociologia**, Lisboa: APS, 2008.

VIEGAS, Maria do Céu, **Comunidades piscatórias e bio-recursos Marinhos. Estratégias para políticas de desenvolvimento e de gestão sustentáveis**. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Ambiente, FCT/UNL, 2010. [dactilopolicopiada].

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO INFORMAL E EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA: INVESTIGAÇÃO SOBRE SENIORES RESIDENTES EM VIANA DO CASTELO

Data de aceite: 26/10/2020

Data de submissão: 24/09/2020

Manuela Benvinda Vieira Gomes Cachadinha

Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-3300-887X>

RESUMO: Nas sociedades atuais a educação assume um papel de importância estratégica. A literatura na área das ciências sociais e das ciências da educação coloca em evidência a importância da educação ao longo da vida. Também se verifica que outros dois fenómenos caracterizam as sociedades do presente: o envelhecimento demográfico crescente e a globalização económica e cultural que se expande a todas as áreas do mundo. A globalização implica, entre outras coisas, um movimento de pessoas que migram de e para diferentes pontos do globo. Portugal tem uma população com vasta experiência migratória e tem também uma população cada vez mais envelhecida, sendo as gerações dos mais velhos as menos escolarizadas. Efetuamos uma investigação, à luz de pressupostos teóricos construtivistas e do curso de vida, sobre um grupo de seniores com passado migratório, atualmente residentes no espaço urbano da cidade de Viana do Castelo. No contexto da referida investigação, recolhemos informação através de entrevistas, onde nos foram narradas experiências de vida migratória e aprendizagens feitas, onde nos

foram relatadas situações de vida e aspirações na atualidade. Procuramos perceber quais foram as aprendizagens feitas pelos seniores, através da educação informal, durante as suas trajetórias de vida, e como é que tais aprendizagens podem ter contribuído para as situações de elevada autonomia detetadas. Concluímos que a experiência migratória e intercultural influência o envelhecimento autónomo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação informal; Interculturalidade; Migração; Envelhecimento.

INFORMAL EDUCATION AND MIGRATORY EXPERIENCE: RESEARCH ON SENIOR RESIDENTS IN VIANA DO CASTELO

ABSTRACT: In today's societies, education assumes a strategic role. Literature in the field of social sciences and educational sciences highlights the importance of lifelong education. It is also seen that two other phenomena characterize the societies of the present: the growing demographic aging and the economic and cultural globalization that expands to all areas of the world. Globalization implies, among other things, a movement of people who migrate to and from different parts of the globe. Portugal has a population with extensive migratory experience and also has an increasingly aging population, with older generations being the least educated. We carried out an investigation, in the light of constructivist theoretical assumptions and the course of life, on a group of seniors with a migratory past, currently residing in the urban space of the city of Viana do Castelo. In the context of the referred investigation, we collected

information through interviews, where we were told experiences of migratory life and learning made, where we were reported about life situations and aspirations. We try to understand what the seniors learned through informal education during their life trajectories, and how such learning may have contributed to the situations of high autonomy detected. We conclude that the migratory and intercultural experience influences autonomous aging.

KEYWORDS: Informal Education; Interculturality; Migration; Aging.

1 | INTRODUÇÃO

A educação constitui uma dimensão basilar das sociedades atuais que adquire uma importância crescente quer nos países mais desenvolvidos socioeconomicamente quer nos países em desenvolvimento. Na esfera da educação formal, temos uma crescente especialização e diversificação das formações ministradas pelos sistemas educativos e organizações de ensino. Na esfera da educação informal (a que acontece fora dos sistemas instituídos e vocacionados para a formação), verificamos também uma multiplicação e diversificação dos mecanismos, devido, entre outros aspetos, à crescente influência dos meios e redes de comunicação e informação.

As sociedades do mundo atual têm vindo a envelhecer, sobretudo nos países desenvolvidos, tal como o têm demonstrado diversas fontes estatísticas e bibliográficas na área das ciências sociais. A análise das situações e implicações do envelhecimento populacional assume uma crescente relevância científica e social pois a sociedade tem alguma dificuldade em lidar com esta situação. A existência de uma população sénior em crescimento e cada vez mais longeva lança novos desafios aos sistemas de saúde, aos sistemas educativo, aos sistemas de segurança social e à sociedade no seu conjunto.

Paralelamente ao fenómeno do envelhecimento demográfico verifica-se, presentemente, uma crescente globalização económica e cultural acompanhada por fenómenos migratórios que implicam um número crescente de pessoas de diferentes países e culturas. Esta situação acarreta mudanças sociais e culturais e tem implicações na educação formal e informal. Quando um indivíduo contacta pessoas de outras culturas faz também diversas aprendizagens (informais) sobre a cultura do “outro”. Neste contexto, a educação multicultural e intercultural adquire maior relevância e visibilidade.

Portugal que foi tradicionalmente um país de emigração passou a ser também, nos anos mais recentes, um país de imigração, verificando-se hoje a existência de um elevado número de residentes no nosso país provenientes de outras áreas geográficas. Também muitos dos portugueses que há décadas tinham emigrado, regressaram para aqui viverem a aposentação, trazendo consigo experiências de

interculturalidade e multiculturalidade.

Este trabalho pretende apresentar alguns dos resultados de uma investigação por nós efetuada sobre um grupo de seniores com passado migratório e intercultural e residentes na cidade de Viana do Castelo. Procuramos refletir sobre a forma como a aculturação e as aprendizagens efetuadas ao longo do percurso migratório influenciaram a autonomia durante o envelhecimento assim como aquilo que hoje se designa envelhecimento bem-sucedido.

A metodologia selecionada para a realização da nossa investigação é predominantemente qualitativa, com recurso à entrevista semiestruturada como técnica de recolha de informação. Todos os indivíduos entrevistados durante a investigação têm um passado migratório e experiência intercultural.

2 I MODELO DE ANÁLISE E REFERÊNCIAS TEÓRICOS

No contexto do que antes referimos, a investigação efetuada partiu da seguinte questão central: “Quais os fatores interculturais que têm influência num envelhecimento autónomo?”

Vários têm sido os autores que têm colocado em evidência a importância da relação entre educação, cultura e autonomia.

O tema da autonomia aparece na literatura académica, em alguns casos, vinculado à ideia de participação social, e, em outros, vinculado à ideia de ampliação da participação política no que toca à descentralização e desconcentração do poder (MARTINS, 2001; OLLIVIER, 2005).

Sinteticamente, a autonomia é a capacidade de uma pessoa ou de uma comunidade para tomar as decisões que a afetam, construindo as suas próprias regras, refletindo sobre as consequências de suas ações, assumindo responsabilidades. Ora, numa perspetiva política, não há outra maneira de tornar-se autónomo que não pela experiência própria da democracia (OLLIVIER, 2005). O indivíduo só pode alcançar a autonomia se tiver a possibilidade e/ou oportunidade de tomar as decisões sobre os assuntos que o afetam. O cidadão, independentemente da idade, é tanto mais autónomo quanto mais consiga decidir a sua vida e fazer aquilo que é de sua livre vontade (livre arbítrio).

Tal como refere Faleiros (2013), a articulação entre relações sociais, autonomia e proteção representa um paradigma de vinculação entre o contexto, o ambiente, a perceção da pessoa, o modo de vida e as atitudes diante das dificuldades, provenientes tanto do envelhecimento normal como do envelhecimento excecional ou patológico. A autonomia significa consciência, capacidade e possibilidade para tomar decisões a respeito de si e da sua relação com o mundo, de maneira interdependente, num contexto sociopolítico-cultural e como sujeito social e político,

com expressão aos diferentes níveis da sociedade.

São raras as investigações que fazem uma abordagem simultânea das diferentes dimensões da autonomia. Mas, após a revisão da literatura, verificamos que importa reter que a autonomia envolve capacidades físicas, instrumentais, sociais, culturais e políticas.

As crianças, os jovens, os adultos e os seniores vivem hoje em sociedades multiculturais. Carecem de uma educação intercultural de forma a conseguirem uma integração plena no mundo em que vivemos. Acresce que muitos dos seniores residentes atualmente em Portugal e em Viana do Castelo são portadores de experiências migratórias e interculturais. Viveram largos anos noutros países para os quais emigraram.

Alguns autores têm colocado em evidência o contributo da experiência migratória e intercultural para o desenvolvimento da identidade e da cidadania. A experiência intercultural promove o desenvolvimento da responsabilidade social, permitindo também que as pessoas retornem com a sua cidadania ampliada (SEBBEN, 1997).

Outros autores (ALLEN CAR-RODRIGUES, STREY & PEREIRA, 2007) tiveram a preocupação de caracterizar e estudar a “experiência migratória”, procurando analisar as implicações de tais experiências no posicionamento face à cultura e sociedade de origem.

Entende-se por experiência migratória o ter fixado residência durante um certo tempo noutro país ou numa outra cidade com características socioeconómicas e culturais diferentes das da área geográfica de origem. Como resultado da experiência migratória, identifica-se que morar no exterior possibilita descobertas pessoais, amadurecimento, ampliação da autonomia e desenvolvimento do espírito crítico. Apresenta-se também que a experiência migratória pode gerar dificuldades de adaptação na nova cultura e no retorno (ob. cit.).

Na sequência da revisão de literatura efetuada, iremos então verificar, através da observação e análise da realidade concreta, em que é que essa experiência de migração para outros países ou áreas culturalmente diversas das de origem contribui (ou não) para a construção de vivências autónomas.

Construímos um modelo de análise para a nossa investigação que inclui elementos retirados, essencialmente, de três quadros teóricos fundamentais:

- O **quadro teórico construtivista** (composto por um conjunto de teorias). Relativamente ao objeto de estudo estas teorias tornam relevante: 1) a descrição e a compreensão dos processos individuais do envelhecimento, nomeadamente da influência neste processo das estruturas sociais e das interações; 2) o estudo dos aspetos relativos a cada situação e construtivos dos significados sociais do envelhecimento; 3) o estudo

sobre a evolução das concepções sociais do envelhecimento.

Concretamente, Gubrium & Holstein (1999) salientam como exemplos de trabalhos mais atuais sobre o envelhecimento a aplicação das etnometodologias na investigação das estratégias dos idosos na sua vida quotidiana, a análise de histórias de vida e de narrativas sobre a forma como os seniores vão construindo as suas significações e vivenciando as suas experiências e a análise do modo como, em contextos culturais e sociais específicos e diferenciados, os seniores constroem o seu envelhecimento e a sua vida.

- **A teoria do curso de vida (*life course*).** Trata-se de uma concepção teórica que assenta nas interações pessoa/ambiente, nas concepções de estratificação e nas mudanças ocorridas com a idade e com os acontecimentos de vida. Na lógica desta teoria, predomina a concepção dinâmica e dialética, quer seja a nível individual quer seja a nível das relações de grupo.

Um aspeto importante desta concepção é perceber que o envelhecimento não pode ser compreendido apenas em função do envelhecimento imediato e visível nos últimos ciclos de vida, mas que deve ser entendido em função dos ciclos prévios, nomeadamente do início da vida adulta, e dos seus efeitos sobre saúde e a integração social. Neste contexto teórico, há conexões entre os diversos ciclos ou fases de vida e devem ser particularmente estudados os momentos de transição (escola, início da vida laboral, casamento, momento da emigração, nascimento dos filhos... reforma). Posteriormente, em cada contexto social e cultural devem ser analisadas as concepções sociais que determinam as concepções individuais e que levam a que alguém avalie a sua idade de uma determinada maneira.

A adoção da perspetiva do curso de vida permite ainda analisar o envelhecimento como resultado de trajetórias anteriores, especialmente as que relevam do campo profissional. A ocupação do tempo durante a inatividade, a partilha de sociabilidades, o envolvimento em atividades coletivas ou a prossecução de interesses pessoais, dependem, em grande parte, dos condicionalismos cognitivos, motivacionais, sociais e de saúde, que se desenvolvem ao longo das biografias pessoais, tendo como pano de fundo enquadramentos geracionais e históricos precisos. Estes enquadramentos delimitam o campo do processo de envelhecimento, estabelecendo determinações e condicionando opções. (CABRAL *et al.*, 2013, p.18).

Resumidamente, para a Teoria do Curso de Vida o envelhecimento é dinâmico (tem a ver com as mudanças relacionadas com a idade e com os percursos de vida), é contextualizado (o contexto molda o processo de envelhecimento e tem significados culturais) e a própria história molda o processo de envelhecimento seja a nível individual, grupal ou social.

Quisemos construir um modelo que conseguisse sistematizar alguns pontos de consenso teórico e sociológico no que concerne ao tema “educação e envelhecimento”.

3 I CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS SENIORES ESTUDADOS

O grupo de seniores por nós estudados engloba 25 indivíduos dos quais, 13 são do sexo feminino e 12 do sexo masculino. Neste grupo, a repartição por idades apresenta-se da seguinte forma: as idades variam entre os 60 e os 91 anos, sendo que 11 têm entre 60 e 69, outros 11 têm entre os 70 e os 79 e 3 têm 80 ou mais anos.

No que se refere ao estado civil, verifica-se que, no nosso grupo de 25 sujeitos, 21 são casados, 3 são viúvos e 1 é divorciado. Quanto ao número de filhos, a situação dos nossos entrevistados varia entre um mínimo de 1 filho e um máximo de 5. O número de netos varia entre 0 e 11.

Relativamente aos níveis de escolarização, podemos dizer que elas variam entre um mínimo de “sem escolarização” (1 indivíduo) e um máximo de “mestrado” (1 indivíduo). Neste indicador, agrupando os indivíduos em níveis de escolaridade, verificamos que temos no nosso grupo de informantes 4 pessoas detentoras de cursos do ensino superior, 8 pessoas com escolaridade entre o 9º e o 12º anos, 12 pessoas com uma escolaridade de 3ª e 4ª classe (atualmente, 3º e 4º ano do ensino básico) e 1 pessoa sem escolarização.

Atendendo à repartição dos entrevistados por área geográfica de residência, verificamos que todos os indivíduos residem dentro da área urbana da Viana do Castelo.

Quanto à situação de residência verificamos também que 20 dos nossos informantes residem com familiares e apenas 5 residem sós. No nosso grupo, os que declaram residir sós são 3 viúvos, uma divorciada, e um casado. Estes indivíduos que residem sós têm todos mais de 73 anos.

Importa referir que ao longo do processo de envelhecimento, o curso de vida das pessoas conhece mudanças profundas. Na generalidade das situações, passa-se de uma vida familiar para uma vida a dois e, depois da viuvez/divórcio ou separação, a uma vida a sós - uma tendência que tem vindo a acentuar-se nas últimas gerações (ABOIM, 2003). A observação do nosso grupo de revela que a maior parte das pessoas reside com familiares, sobretudo com um cônjuge. As pessoas que vivem atualmente sozinhas viveram em família durante uma parte do seu curso de vida, com extensões variadas.

4 I CARATERIZAÇÃO DO GRUPO QUANTO À AUTONOMIA E BEM-ESTAR

Podemos desde já afirmar que a autonomia dos nossos informantes é elevada. Para fazermos a afirmação precedente baseamo-nos das respostas dadas pelos sujeitos às questões colocadas.

Quanto às respostas dadas à questão “Necessita de ajuda para cuidar de si mesmo?”, 24 responderam “Não necessito de ajuda nenhuma” e apenas 1 respondeu “Necessito às vezes de ajuda em tarefas de cuidados pessoais”.

Relativamente às respostas dadas ao item “Pensando sobre a forma como se movimenta em casa e na rua”, 22 responderam “Movimento-me em casa e na rua sem qualquer dificuldade”, 3 responderam “Tenho dificuldade em movimentar-me sozinho tanto em casa como na rua”.

Quanto às respostas dadas à pergunta “Necessita de tratamentos de saúde regulares?”, 8 responderam “Não necessito de tratamento de saúde regular”; 11 responderam “Às vezes vou ao médico mas não necessito de apoio médico regular”; 3 responderam “Necessito de apoio médico regular”; 3 responderam “A minha vida depende de tratamento médico regular”.

Através da análise das respostas dadas pelos inquiridos e conjugando com os critérios de avaliação usados internacionalmente, podemos dizer que o nível de autonomia na realização das tarefas básicas da vida diária (cuidados pessoais e arranjo doméstico) é muito elevado.

O nível de autonomia em termos de mobilidade e em termos de condições de saúde é também elevado. Recordamos que no contexto dos 25 inquiridos apenas 3 manifestaram que tem dificuldade em movimentar-se sozinho em casa e na rua e que a sua vida depende do tratamento médico regular.

A rede de suporte familiar revela-se de grande importância e significado para os nossos entrevistados pois a maioria, dos que necessitam de algum apoio, recorre a elementos da família quando necessita de ajuda para realizar determinadas tarefas domésticas e de cuidados pessoais.

Da referida situação de autonomia decorrem também situações de elevada satisfação com a condição de vida tal como podemos concluir das respostas dadas a diversas questões colocadas aos entrevistados.

Relativamente ao “Pensando na sua vida e na forma como vive”, 10 responderam “Acho que está tudo muito bem e como queria”; 14 responderam “Há muita coisa agradável mas penso que poderia ser melhor” e 1 respondeu “faltam-me muitas coisas que poderiam contribuir para o meu bem-estar”.

Percebemos, pelas respostas que nos foram dadas como justificação do bem-estar, que a questão da saúde e da autonomia nas tarefas básicas na vida

diária aparece como elemento justificador quase constante. Também a questão da independência económica constitui outro dos elementos referidos por alguns.

No bloco de questões concernente à satisfação com a vida, é relevante assinalar que as respostas dadas ao item “Que pensa sobre a vida que tem atualmente e sobre a forma como a vive?” vêm reforçar a ideia de que a maior parte dos nossos entrevistados estão satisfeitos com a vida que têm. Transcrevemos agora algumas das respostas dadas à referida questão e que demonstram a satisfação com a vida presente.

E3- “Gosto da vida que tenho e da forma como a vivo. Esforço-me pela coerência das minhas atitudes e por cumprir as minhas obrigações particulares e sociais”.

E4- “Penso que é uma vida normal e sem muitos sobressaltos”.

E5- “Sinceramente, penso estar bastante satisfeito com a minha vida atual neste momento e não sinto qualquer necessidade de a alterar, substancialmente”.

E6- “Como me encontro na situação de aposentada, tenho algumas saudades dos relacionamentos da vida ativa. Ainda estou em fase de adaptação face a esta nova realidade”.

E7- “Estou satisfeita com o que ainda faço e contente por poder ser avó de duas netas mais novas, já que das netas mais velhas, por trabalhar, não fui verdadeiramente avó”.

5 | IDENTIFICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA NA HISTÓRIA DE VIDA

Um dos objetivos da nossa investigação consiste em identificar a experiência migratória dos sujeitos na sua história de vida. Para atingir o mencionado objetivo, incluímos no nosso “guião de entrevista” um bloco com perguntas relativas ao passado migratório dos entrevistados. As questões colocadas destinaram-se a obter informações e narrativas sobre os momentos de migração e sobre a experiência vivida pelos entrevistados.

Relativamente ao passado migratório dos nossos informantes destaca-se a variedade dos percursos sendo que poderemos agrupar essas trajetórias em três grandes grupos, correspondentes a diferentes **áreas geográficas de migração**: um grupo que emigrou para França, um outro grupo que esteve migrado nas nossas ex-colónias (Angola, Moçambique e Índia) e um outro grupo que esteve migrado nas nossas maiores cidades do litoral (Lisboa, Porto, Coimbra).

No grupo dos entrevistados que estiveram migrados em França encontramos 10 sujeitos. No grupo dos que estiveram migrados nas ex-colónias encontramos 8 indivíduos. No grupo dos que estiveram migrados em cidades portuguesas encontramos 12 indivíduos.

Dentro dos três grandes grupos encontramos subgrupos de pessoas que acumularam diferentes experiências migratórias: nas ex-colónias e numa grande cidade portuguesa, numa ex-colónia e no estrangeiro e no estrangeiro e numa cidade portuguesa. Neste ponto devemos esclarecer que 5 dos nossos entrevistados estiveram migrados em diferentes locais pelo que incluímos 5 indivíduos em mais do que um dos referidos grupos.

Quanto aos tempos ou duração do período de migração dos nossos informantes eles variam, globalmente, entre os 2 e os 55 anos.

Após a análise dos discursos dos entrevistados percebemos que, mesmo nos casos em que a migração durou menos anos, essa experiência deixou marcas significativas em termos de amigos que se mantiveram e em termos de aprendizagem pessoal e profissional.

Do conjunto das narrativas produzidas pelos sujeitos sobre as suas histórias de vida, conseguimos extrair 3 grandes tipos de perfis, em termos do **momento e razão da migração**: um perfil em que a migração aconteceu durante a infância e juventude para acompanhar a saída da família (neste caso, os sujeitos acompanhavam os pais e começaram por estudar no local de migração e só depois iniciaram a vida laboral), um outro perfil em que a migração aconteceu já na vida laboral e adulta com o objetivo de o próprio informante ir trabalhar, e um outro grupo em que a migração aconteceu devido sobretudo à guerra colonial.

6 I OS DIVERSOS OLHARES SOBRE O ENVELHECIMENTO

6.1 A perspectiva dos mais escolarizados

Atendendo agora às respostas dadas à questão “Acha que durante a sua vida teve educação ou preparação para lidar com a situação atual de pessoa reformada e com mais idade?” pelos informantes com escolarização mais elevada (acima do 9º anos), cabe referir que uma parte relevante destes sujeitos diz que durante a sua vida se foi preparando para a situação de reformado (a) embora não tivesse participado em formações escolares (cursos) específicas para o envelhecimento e para a situação de reforma.

Percebe-se no discurso destas pessoas que a preparação foi acontecendo com o decorrer das vicissitudes e acontecimentos vividos durante a existência e de forma progressiva. Apenas dois dos entrevistados referem rotundamente a sua não preparação para lidar com a situação de reforma. Um destes indivíduos apresenta

maiores dificuldades relativamente à sua mobilidade física o que constitui certamente um fator explicativo para a maior dificuldade em lidar com a vida presente.

Os discursos produzidos pelos nossos inquiridos mais escolarizados colocam em relevo uma progressividade experiencial na preparação para a situação vivida na fase de reforma. As situações decorrentes dos problemas com a saúde apresentam-se como as de maior dificuldade vivencial e como as de mais difícil aceitação.

6.2 A perspectiva dos menos escolarizados

Procedendo à análise das respostas dadas pelos entrevistados menos escolarizados ao item do guião de entrevista, relativo à sua preparação para a situação de aposentação e reforma, verificamos que alguns destes nossos entrevistados associaram a questão aos quantitativos monetários recebidos dos organismos financiadores das reformas. O mesmo não aconteceu com os nossos entrevistados com escolarização mais elevada. Sobre o assunto das expectativas económicas prévias para a situação, sobressai a expectativa prévia de recebimento de uma pensão maior. É de salientar que este grupo de entrevistados é também aquele conjunto de informantes que auferem pensões mais baixas.

A generalidade das respostas dadas pelos entrevistados menos escolarizados, e quando não associam esta pergunta aos montantes monetários, não difere substancialmente das respostas fornecidas pelos entrevistados mais escolarizados. Ambos os grupos (os mais e os menos escolarizados) fazem alusão à preparação para a velhice/reforma que adveio da experiência de vida e do percurso pessoal.

7 | CONCLUSÕES

Verificamos que a experiência cultural e educativa gerada e/ou desenvolvida durante os períodos da vida em que se emigrou/migrou deixou marcas muito significativas e muito recordadas/narradas pelos nossos informantes. Nas narrativas analisadas sobressaem a importância e as consequências (profissionais, culturais, familiares e económicas) que a migração teve para os nossos sujeitos.

O que agora dizemos está de acordo com o paradigma construtivista e com a teoria do curso de vida para os quais é necessário perceber que a senioridade é construída ao longo da vida. Não pode ser compreendida apenas em função do envelhecimento imediato e visível nos últimos ciclos de vida, mas que deve ser entendida em função dos ciclos prévios, nomeadamente do início da vida adulta, e dos seus efeitos sobre saúde, a autonomia e a integração social. A adoção da perspectiva do curso de vida permitiu e permite ainda analisar o envelhecimento como resultante de trajetórias anteriores, especialmente as que relevam do campo profissional (CABRAL *et al.*, 2013).

Tal como referiu Sebben (1996) tornar-se cidadão do mundo pode resultar ou advir da experiência migratória. Neste contexto, salienta-se que as aprendizagens resultantes da migração contribuem sobretudo (mas não só) para o crescimento da autonomia social e cívica, ou seja, para o desenvolvimento da cidadania. O contacto com práticas culturais diferentes, com meios mais urbanizados, com pessoas e ambientes laborais mais diversificadas permitiu desenvolver o espírito crítico relativamente às práticas culturais e sociais do meio local de origem.

Atendendo à investigação empírica efetuada, constamos três subgrupos relativamente ao local de migração: um subgrupo que emigrou para França, outro que migrou para as ex-colónias e outro que migrou para as grandes cidades do litoral português.

Neste contexto, devemos dizer que o subgrupo dos nossos informantes que emigrou para França o fez numa época em que aquele país tinha um clima social e político onde se vivia em democracia quando em Portugal ainda existia um regime autoritário e não democrático. O subgrupo que migrou para as ex-colónias fê-lo num período de luta dos povos nativos pela sua independência. O subgrupo que migrou para as grandes cidades do litoral português fê-lo numa época em que aí se começaram a desenvolver lutas pelos direitos sociais, laborais e políticos. Estas experiências de vida são por nós consideradas uma condição de construção da autonomia e da cidadania nos sujeitos que viveram tais experiências de contacto com realidades políticas, culturais, sociais e laborais diferentes da realidade do seu local de origem. O próprio facto de tomar a decisão de partir (por si próprio ou devido à situação familiar) constitui uma afirmação de autonomia e crescimento pessoal e social. Tal como referem Paulo Freire (1972) e Carmo (2009, 2014), também entendemos que para se desenvolver como pessoa, qualquer indivíduo tem prioritariamente de aprender a ser autónomo, ou seja a ser sujeito da sua própria história construindo uma identidade pessoal a partir do seu potencial.

Durante o período de migração, o subgrupo dos nossos migrados nas cidades do litoral e o subgrupo dos emigrados em França tiveram contacto com contextos culturais menos tradicionalistas e menos rurais do que aqueles em que tinham nascido e vivido durante uma parte do início da sua vida. Este contacto com meios mais urbanizados, onde existiu e existe, à partida, uma maior divulgação do conhecimento científico e um maior apoio sanitário devido à existência de uma rede de cuidados de saúde mais vasta, contribuiu para que os sujeitos desenvolvessem os seus conhecimentos, aptidões e preocupações no campo da preservação da saúde. Este contexto mais urbanizado e desenvolvido contribuiu também para a adoção de estilos de vida mais saudáveis, nomeadamente, em termos de alimentação, de exercício físico e de prevenção de doenças.

No entanto, a influência da experiência migratória não se limita ao campo

da saúde. O contacto com estilos de vida mais urbanizados e com contextos sociais e laborais em que existe uma maior consciencialização dos direitos das pessoas (enquanto trabalhadores e enquanto cidadãos) acabou por contribuir para um desenvolvimento da autonomia em termos sociais e para um crescimento da cidadania nos grupos migrantes.

Ainda sobre a questão acima, devemos dizer que o subgrupo dos nossos informantes que esteve migrado nos territórios das nossas ex-colónias (regiões que, genericamente, não poderiam considerar-se desenvolvidas, nem industrializadas, e que não viviam em democracia) sobretudo devido à sua mobilização para a guerra colonial, teve que desenvolver algumas aprendizagens conducentes à preservação da autonomia e da própria saúde.

Neste contexto, é de referir a aprendizagem feita pelos jovens durante a preparação militar em que se transmitiam também ensinamentos no campo da manutenção da saúde, da autonomia física e da preservação da própria vida.

Sem querermos de modo algum fazer a defesa da guerra ou do treino militar, relembremos que muitos dos soldados que fizeram treino militar para a guerra colonial também alargaram a sua escolarização durante essa mesma formação. Os recrutas que eram analfabetos aprenderam a ler durante a instrução militar. Chama-se a atenção para o facto de que o analfabetismo constituiu um fenómeno prevalente em Portugal durante séculos. Em 1960 ainda existiam aproximadamente 33% de analfabetos no nosso país (INE, 2009).

Para além das aprendizagens para a autonomia feitas durante a preparação militar (esta aprendizagem foi feita apenas pelos homens devido à situação de exclusão do serviço militar vivida pelas mulheres), todo o subgrupo dos nossos informantes que migrou para as ex-colónias (homens e mulheres) também teve oportunidade de contactar com outras culturas, nomeadamente as culturas indígenas das populações africanas. Este contacto com realidades culturais e sociais diferenciadas das de origem dos indivíduos também contribuiu para um enriquecimento pessoal e para perspetivar a cultura local, de origem, de forma crítica.

No conjunto dos nossos entrevistados, quer os que migraram para as cidades do litoral, quer os que migraram para as ex-colónias e os que emigraram para França, todos eles conheceram ambientes culturais, sociais, políticos e laborais mais heterogéneos e tiveram a possibilidade de construir uma aprendizagem prática sobre a diversidade. Entendemos, tal como outros (CARMO, 2009 e 2014) que o conhecimento da alteridade e a aprendizagem para lidar com a diversidade possibilitou o desenvolvimento da autonomia em quem viveu tais experiências.

Chama-se a atenção para o facto de não se pretender fazer aqui a apologia da emigração para aquisição de maior autonomia na senioridade. Apenas constatamos

algumas situações em que a migração contribuiu de alguma forma para incrementar a autonomia dos sujeitos implicados.

REFERÊNCIAS

ABOIM, S. Evolução das estruturas domésticas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 43, pp. 13-30, 2003.

ALENCAR-RODRIGUES, R.; STREY, M.; PEREIRA, J. Experiência migratória: encontro consigo mesmo? Percepções de brasileiros sobre sua cultura e mudanças pessoais. *Aletheia* [On-line], (Julio-Diciembre), 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013567014>> ISSN 1413-0394, [consultado em: 15-1-2019].

CABRAL, M. V. *et al. Processos de envelhecimento em Portugal. Usos do tempo, redes sociais e condições de vida*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.

CARMO, H. **Educação intercultural e educação para a cidadania: uma aproximação teórica.** *Seminário sobre Diversidade Cultural, Educação e Cidadania*, Lisboa: CEMRI / UAB, 2009.

CARMO, H. *Educação para a cidadania no século XXI*, Lisboa: Escolar Editora, 2014.

FALEIROS, V. Autonomia Relacional e Cidadania Protegida: Paradigma para envelhecer Bem. In M. I. Carvalho (Coord.), *Serviço Social no Envelhecimento*, Lisboa: FACTOR, pp. 35 - 48, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*, Porto: Afrontamento, 1972.

GUBRIUM, J. F. & HOLSTEIN, J. A "Narrative practice and the coherence of personal stories". *Sociological Quarterly*, 39(1), pp. 163- 187, 1999.

INE. *50 Anos de Estatísticas da Educação em Portugal*, 3 vols., Lisboa: INE, 2009.

MARTINS, A. M. *Autonomia e gestão da escola pública: entre a teoria e a prática.* Tese de Doutoramento, Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp, 2001.

OLLIVIER, B. Autonomia. In J. Barus-Michel, E. Enriquez & A. Lévy, *Dicionário de Psicossociologia*, Lisboa: CLIMEPSI, 2005.

SEBEN, A. (1996), "Tornar-se cidadão do mundo é resultado de uma experiência migratória?". *Psico*, 27(1), 129-141, 1996.

SEBEN, A. *Um estudo exploratório de intercambistas que viajaram em programas de high school.* Dissertação de Mestrado, Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

CAPÍTULO 4

UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MERCADOS DAS NOVAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (NSP)

Data de aceite: 26/10/2020

Data de submissão: 16/10/2020

Susana Henriques

Instituto Universitário de Lisboa/ Centro de
Investigação e Estudos de Sociologia
(CIES-Iscte)
Universidade Aberta (UAb)
Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-7506-1401>

Maria das Dores Guerreiro

Instituto Universitário de Lisboa/ Centro de
Investigação e Estudos de Sociologia
(CIES-Iscte)
Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6990-5604>

Joana Paula Silva

Instituto Universitário de Lisboa/ Centro de
Investigação e Estudos de Sociologia
(CIES-Iscte)
Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-7938-5094>

RESUMO: O presente texto retrata, contextualiza e discute o fenómeno das novas substâncias psicoativas. Dá especial enfoque à realidade portuguesa e destaca as políticas públicas, os mercados e contextos, embora fazendo o seu enquadramento em termos europeus e internacionais, já que se trata de uma problemática global. As Novas Substâncias Psicoativas (NSP) são um fenómeno emergente que consiste no aparecimento ou reaparecimento no mercado

de um conjunto de substâncias que, de acordo com a sua composição química, formas de uso e meios de aquisição, se assemelham às drogas convencionais, mas com novas particularidades. A sua grande variedade e rápida transformação configuram dificuldades de identificação e delimitação legal e conceptual. Devido a estas características tais substâncias não se encontram referenciadas nas tabelas dos organismos oficiais internacionais. E daqui resulta que não tenham estatuto de ilegais (nem de legais), apesar de serem potencialmente perigosas em termos de saúde pública e, por isso, tenham vindo a merecer atenção social, em termos de políticas públicas e também da comunidade científica. Começa-se por enquadrar o fenómeno das NSP em termos das políticas públicas a nível nacional e dos organismos europeus (EMCDDA) e internacionais (UNODC) com responsabilidades sobre este campo. Procura-se, de seguida problematizar a delimitação conceptual das novas substâncias psicoativas, destacando as dificuldades associadas a tal exercício. Num terceiro ponto abordam-se os mercados das NSP, com destaque para o papel da dimensão virtual potenciada pela expansão das tecnologias digitais e da internet. As conclusões apontam para a necessidade de mais investigação com impacto nas políticas públicas e nas estratégias de intervenção, tornando-se mais focadas, designadamente ao nível da prevenção. Este texto constitui um contributo para a definição e evolução do enquadramento legal do fenómeno das novas substâncias psicoativas.

PALAVRAS-CHAVE: Novas Substâncias Psicoativas; Políticas públicas; Mercados.

ANALYSIS ON PUBLIC POLICIES AND MARKETS OF THE NEW PSYCHOACTIVE SUBSTANCES (NPS)

ABSTRACT: This text portrays, contextualizes and discusses the phenomenon of new psychoactive substances. Giving special focus to the Portuguese reality and highlighting public policies, markets and contexts, but framing them in European and international terms, since it is a global issue. New Psychoactive Substances (NPS) are an emerging phenomenon that consists of the appearance or reappearance of a set of substances on the market that, according to their chemical composition, forms of use and means of acquisition, resemble conventional drugs, but with new particularities. Its great variety and rapid transformation represent difficulties in the identification and legal and conceptual delimitation. Due to these characteristics, these substances are not listed in the tables of official international organizations. And it follows that they do not have the status of illegal (or legal), although they are potentially dangerous in terms of public health and, for this reason, they have deserved social attention, in terms of public policies and also from the scientific community. This paper begins by framing the phenomenon of NPS in terms of public policies at the national level and of European (EMCDDA) and international (UNODC) bodies with responsibilities in this field. Next, we seek to problematize the conceptual delimitation of the new psychoactive substances, highlighting the difficulties associated with such an exercise. In a third point, the NPS markets are addressed, with emphasis on the role of the virtual dimension enhanced by the expansion of digital technologies and the internet. The conclusions point to the need for more research with an impact on public policies and intervention strategies, becoming more focused, namely in terms of prevention. This text aims to be a contribution to the definition and evolution of the legal framework for the phenomenon of new psychoactive substances.

KEYWORDS: New Psychoactive Substances; Public policies; Markets.

1 | INTRODUÇÃO

As Novas Substâncias Psicoativas (NSP) representam um fenómeno relativamente recente, caracterizado por um crescimento contínuo na última década, um pouco por todo o mundo. Incluem uma variedade de substâncias, naturais ou sintéticas, que não se encontram ainda enquadradas nas listagens dos organismos oficiais, por não estarem devidamente testadas em relação aos seus efeitos e pela rapidez com que surgem no mercado. As NSP representam, deste modo, uma ameaça para a saúde pública (EMCDDA, 2011), nomeadamente para os jovens que apresentam maiores níveis de prevalência de consumos (EMCDDA, 2015; 2016). Genericamente englobam: substâncias sintéticas criadas para mimetizar os efeitos das substâncias convencionais e, assim, contornar as restrições legais existentes no domínio das drogas; substâncias que foram desenvolvidas em laboratórios farmacêuticos mas que, por algum motivo, não chegaram a ser comercializadas como medicamentos ou, tendo-o sido, acabaram sendo retiradas; e ainda

substâncias, naturais ou sintéticas comercializadas com a indicação de que não são adequadas ao consumo humano (como por exemplo, sais de banho, fertilizantes para plantas, incensos, entre outras). O atributo 'novas' aplicado a estas substâncias psicoativas remete para o facto de se tratar de novos compostos constantemente criados e recriados mas, também, para o facto de se tratar de substâncias recentes no mercado das drogas, sejam elas quimicamente modernas ou recentemente recriadas nas suas formas de uso.

É precisamente esta dinâmica e contínua capacidade de transformação que caracteriza o campo das Novas Substâncias Psicoativas que pretendemos discutir neste artigo, já que daqui resultam as dificuldades na sua definição e delimitação conceptual e, por sua vez, implicações ao nível das políticas públicas, mercados e do desenvolvimento de conhecimento sobre o tema. Designadamente, no que se refere ao seu enquadramento legal, aos níveis de prevalência e aos padrões de consumo.

A discussão do fenómeno das NSP foi sendo introduzida no discurso das ciências sociais (BENSCHOP et al., 2017; VAVRINCIKOVA, FIDESOVA, JANIKOVA & GRUND, 2016). As particularidades das NSP decorrem da sua própria dinâmica nos mercados das drogas e no campo dos consumos de substâncias no contexto das atuais sociedades em rede. Isto é, uma das características da sociedade em rede (CASTELLS, 2002) prende-se com a influência sobre as dinâmicas dos setores económicos legítimos, mas também afeta os desenvolvimentos no mercado ilícito. Nunca como atualmente foi tão fácil para as pessoas deslocarem-se graças às viagens *low cost*, à ausência de fronteiras entre os estados membros da União Europeia, aos programas de mobilidade como o Erasmus, entre outros. Nunca como atualmente os fluxos de informação e interação foram tão difundidos e acessíveis. Estas duas ordens de fatores, mobilidade de pessoas e bens e fluxos de informação e interação, têm fortes impactos nos mercados, nomeadamente no mercado de substâncias ilícitas em geral e de NSP em particular (EMCDDA, 2016a).

Abordar as questões complexas em torno das Novas Substâncias Psicoativas implica, assim, começar por traçar em termos gerais o debate público expresso na evolução do seu enquadramento legal, desde o seu aparecimento até à atualidade, procurando identificar o universo das mesmas, tanto do ponto de vista do seu surgimento no mercado, como do próprio significado para os sujeitos que as consomem, produzem ou simplesmente comercializam. Para isso, importa contextualizar e perceber o significado destas substâncias nas sociedades tecnológicas de consumo contemporâneas, divididas entre o plano real e virtual de ação dos indivíduos, fazendo prevalecer a sua importância e impacto no discurso em torno do tema, nas suas várias dimensões – corrente, político, científico.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE NSP

Muito embora o contexto português seja o foco do presente texto, a reflexão em torno da delimitação legal e conceptual das NSP terá necessariamente de ter em conta o enquadramento internacional, com particular atenção às orientações europeias. O fenómeno das NSP encontra-se essencialmente ligado à emergência das *smartshops* em Portugal (CALADO, 2013). O mesmo se passa em outros países da Europa (por exemplo República Checa, Roménia e Polónia) (GRUND, VAVRINCIKOVA, JANIKOVA, FIDESOVA, MIOVSKY, 2016).

Entre 2007 e 2013 chegaram a ser cerca de 60 lojas distribuídas por todo o território nacional (cf. Figura 1) e mais 7 a operar online (GOULÃO, 2013; CALADO, 2013). Durante este período, era nestes pontos de venda especializados que, de forma mais habitual, se podiam adquirir as novas substâncias psicoativas.



Figura 1 – As *smartshops* em Portugal (Calado, 2013, p. 50)

Identificadas e publicitadas como legais durante a época em que existiam estas *smartshops*, as NSP vendidas em Portugal tendiam a ser mais baratas e eram mais fáceis de adquirir do que as drogas convencionais. Tal facilidade resultava da sua comercialização física nestas *smartshops*, a par da comercialização em espaços virtuais, expressa num conjunto de *sites* especializados na venda e distribuição de NSP.

As designações iniciais destas substâncias, ‘drogas legais’, ‘*smart drugs*’, ‘*legal highs*’, traziam associadas falsas ideias de legalidade, ausência de riscos, efeitos positivos e, em consequência, uma certa permissividade. Os organismos oficiais procuraram então uma denominação para estas substâncias, capaz de caracterizar o fenómeno e de o demarcar da falsa bondade que, correntemente, a elas se associava. Assim, em 2010 foi introduzido no discurso oficial, legal e científico, o termo “Novas Substâncias Psicoativas” para designar as tais novas drogas que iam surgindo no mercado, integrando um alerta para o perigo que

representavam (EMCDDA, 2011). Em Portugal, só em finais de 2012, passou a ser oficialmente adotada esta designação.

Novas Substâncias Psicoativas passam então a ser definidas como “um novo estupefaciente ou um novo psicotrópico, puro ou numa preparação, que não seja controlado pela Convenção das Nações Unidas de 1971 sobre substâncias psicotrópicas, mas que possa constituir uma ameaça para a saúde pública comparável à das substâncias enumeradas nessas convenções” (cf. página do SICAD). Seguindo a mesma lógica, também as *smartshops* passaram a designar-se ‘pontos de venda de novas substâncias psicoativas’ (CALADO, 2013).

Quanto ao enquadramento legal das NSP, a Lei nº 13/2012 de 26 de março veio introduzir (pela décima nona vez) alterações ao Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Isto é, a lista de substâncias controladas é alargada com o objetivo de adequar a intervenção sobre a expansão do fenómeno das Novas Substâncias Psicoativas, incluindo duas NSP (a *mefedrona* e *tepentenol*) na lista de substância ilícitas. Pela mesma altura, o arquipélago da Madeira registou uma dimensão expressiva do fenómeno de comercialização e de consumo de NSP. É então publicada a primeira legislação regional que aprova normas para a proteção dos cidadãos e para a redução da oferta de “drogas legais” (Decreto Legislativo Regional nº 28/2012/M de 25 de outubro), resultando no encerramento das 6 lojas existentes na região.

Tratando-se de um fenómeno emergente e em grande transformação, a informação sobre os efeitos e danos associados ao uso (e ao abuso) destas novas substâncias sempre foi limitada e confusa, com sérias implicações para a saúde pública. Neste contexto, a Assembleia da República recomendou ao Governo “a aprovação de normas para a proteção da saúde pública e a tomada de medidas neste âmbito. [Considerando o] consenso formado em torno da perigosidade de novas substâncias psicoativas já conhecidas e da suscetibilidade de, assim, prevenir novas contra-ordenações, julgou-se indispensável estabelecer medidas sanitárias de efeito imediato contra as NSP” (Resolução nº 5/2013 de 28 de janeiro).

Pouco depois, no dia 17 de Abril de 2013, é publicado um decreto que define o regime jurídico da prevenção e proteção contra a publicidade e o comércio das Novas Substâncias Psicoativas já conhecidas e de outras que venham a surgir no mercado, proibindo a sua produção, importação, exportação, publicitação, distribuição, venda, posse ou disponibilização (Decreto-lei nº 54/2013, de 17 de abril). O diploma legal integra ainda a Portaria nº. 154/2013 de 17 de abril (em referência no seu artigo 3º) que aprova a lista de Novas Substâncias Psicoativas e ilegaliza em Portugal 159 novas substâncias. Como resultado imediato de tais alterações legais, as *smartshops* encerraram e atualmente o comércio destas novas

substâncias integra o mercado ilícito de substâncias (Henriques e Silva, 2016).

A par da definição oficial de Novas Substâncias Psicoativas foram sendo desenvolvidos estudos nos diversos países e organizações tendo em vista aumentar a monitorização do fenómeno. Entre os projetos de investigação destacamos dois exemplos, *NSP in Europe*, que foca a sua atenção no fenómeno das NSP entre os consumidores ditos problemáticos de drogas e *NPS: Trans*, que procurou conhecer os padrões de consumo de NSP a partir de três grupos distintos de consumidores: online, recreativos e marginalizados (BENSCHOP et al, 2020; BENSCHOP et al, 2017; HENRIQUES & SILVA, 2016).

Outra das respostas que acompanharam as alterações legislativas passou pelo estabelecimento do intercâmbio de informações, avaliação de riscos e controlo das NSP por instâncias europeias. Designadamente, a EMCDDA, o Conselho da Europa e a *European Union's law enforcement agency* (EUROPOL), criaram um mecanismo de Alerta Rápido (*Early-Warning System – EWS*), um sistema europeu para a sinalização permanente e para a investigação do surgimento de Novas Substâncias Psicoativas no mercado, permitindo assegurar a transmissão e o intercâmbio rápido de informações sobre o fabrico, o tráfico e o consumo de NSP entre os Estados Membros.

Importa sublinhar que o aparecimento de novas substâncias nos mercados das drogas que não eram ainda controladas pelos mecanismos oficiais nacionais e internacionais e a posterior adaptação destes mecanismos ao fenómeno não é novidade. Novidade é a dinâmica a que o mercado tem assistido nos últimos anos no que se refere a novas substâncias. Dinâmica que resulta da exploração do crescimento da capacidade de produção em países da Europa do norte (EMCDDA, 2016a), mas também a China e a Índia, da globalização das trocas comerciais e do papel da internet (BRANDT, KING & EVANS-BROWN, 2014).

3 I IDENTIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DAS NSP

As Novas Substâncias Psicoativas, como já referido, designam um conjunto vasto e heterogéneo de substâncias que, utilizadas para fins recreativos e não só, caracterizam uma tendência crescente no mercado de drogas e na prevalência de consumo. No final de 2019 o EMCDDA monitorizou cerca de 790 novas substâncias psicoativas, 53 das quais foram reportadas pela primeira vez na Europa nesse ano. Isto representa um decréscimo face às 100 NSP introduzidas no mercado europeu todos os anos em 2014 e 2015, o que pode estar relacionado com os esforços concertados de controlo destas substâncias. Incluem-se aqui medidas de controlo da produção e medidas de controlo centradas em certas classes de componentes químicos (EMCDDA, 2020). Apesar deste aparente decréscimo no número de

substâncias introduzidas pela primeira vez no mercado europeu em cada ano, o catálogo de novas substâncias psicoativas permanece vasto. Desde 2015 foram detetadas anualmente cerca de 400 novas substâncias reportadas como NSP, valor que ilustra a cultura dinâmica desta quota do mercado das drogas (idem). Dito de outro modo, a dinâmica do mercado é expressa pela rapidez com que novas substâncias podem aparecer e desaparecer, mas o número de substâncias, NSP, em circulação permanece constantemente elevado (EMCDDA, 2020, p. 43).

A diversidade e a rapidez com que surgem as NSP justificam a dificuldade encontrada para categorizar, identificar e listar todas as NSP existentes no mercado (HENRIQUES, SILVA, HSU, 2018). Embora se verifique uma preocupação centrada na procura de tipologias de NSP por parte das mais diversas instâncias, mesmo que com diferentes abordagens e designações, encontrar exemplos concretos de NSP é um desafio. No entanto, denotam-se alguns esforços nesse sentido. O *site* oficial do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e para o Crime (UNODC; UNODC, 2015, 2013) apresenta as NSP agrupadas em 9 categorias, com base nas suas características predominantes: aminoindanos; quetamina e substâncias-tipo fenciclidina; fenetilaminas; piperazinas; derivados de plantas; canabinóides sintéticos; catinonas sintéticas; triptaminas; e outras. O European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA), embora divida igualmente as NSP em 9 grupos de substâncias, inclui novos compostos na sua lista: piperazinas; benzodiazepinas; arilaminas; triptaminas; opióides; fenetilaminas; canabinóides sintéticos; catinonas sintéticas; e outras. Esta organização das substâncias destaca o papel que as fenetilaminas, os canabinóides e as catinonas sintéticas têm vindo a ter no contexto europeu (EMCDDA, 2016b). Mais recentemente, foram surgindo outras formas de reorganização e apresentação dos grupos de NSP presentes no mercado de drogas, tais como: cannabinóides sintéticos; catinonas sintéticas; piperazinas; fenetilaminas; quetaminas e substâncias-tipo fenciclidina; triptaminas; benzofuranos e opiáceos sintéticos; entre outros (ZAWILSKA & ANDRZEJCZAK, 2015).

Em Portugal, definições oficiais e regulatórias de NSP dividem estas substâncias em sete grupos principais: feniletilaminas e seus derivados; piperazinas e derivados; derivados da catinona; canabinóides sintéticos; derivados/análogos da cocaína; plantas e respetivos princípios ativos; e outras, onde está incluída a quetamina (CALADO, 2013: 18). A quetamina permite ilustrar outra dificuldade associada à classificação destas NSP e que se prende com o facto de a realidade de consumo em cada país também influenciar a inclusão ou exclusão de determinada substância na categoria NSP. Efetivamente, a quetamina em Portugal encontra-se oficialmente integrada neste grupo, mas o mesmo não acontece noutros países da Europa, como é evidenciado na classificação da EMCDDA (2016b).

Reforçando a celeridade do surgimento de novas substâncias psicoativas, vários autores (por exemplo, ZAWILSKA, ANDRZEJCZAK, 2015) têm vindo a alertar para a existência de uma “segunda geração de novas substâncias” que corresponde a alterações nos compostos de substâncias já identificadas, procurando, desta forma, contornar as diversas respostas, alterações legais e de regulamentação que vão surgindo. A grande variedade e variabilidade dos componentes das novas substâncias psicoativas resultam em grandes diferenças em termos de atividade biológica, parâmetros farmacológicos e efeitos no sujeito, tendo tudo isto grandes implicações na sua definição, classificação e identificação, quer por parte dos agentes com intervenção a nível político, social, químico, médico ou outro, quer por parte dos próprios consumidores.

Acresce ainda às dificuldades apresentadas uma outra, que se prende com as diferentes denominações por que são identificadas. De facto, as novas substâncias psicoativas parecem variar entre designações correntes (*street names* e nomes de marca), e nomes de compostos ou fórmulas químicas. Por exemplo, os produtos que na sua composição química contêm -PVP (-pyrrolidinovalerophenona) podem encontrar-se com designações correntes como ‘Ocean Breath’, ‘Fire Ball’, ‘Total speed’, ‘Sensation’, ‘Speedway’, ‘Guarana Coco jumbo’, ‘Energy 3 (NRG-3)’ ou ‘Sextasy’ (EMCCDA, 2015).

Perante as dificuldades em termos de classificação e agrupamento destas novas substâncias, apresentou-se uma proposta que baseamos no tipo de substância e nos seus efeitos principais sobre o sistema nervoso central, de forma a enquadrar as várias categorias de NSP: os canabinóides sintéticos, os estimulantes sintéticos, os alucinógenos/psicodélicos e os sintéticos tipo-opiáceos (HENRIQUES, GUERREIRO & SILVA, 2019).

4 I MERCADOS E ESPAÇOS INVISÍVEIS

Na última década, a problemática da droga tem sofrido várias alterações que a investigação tem procurado acompanhar. Grande parte destas mudanças têm sido impulsionadas pela inovação tecnológica, com impactos em novas formas de comunicação, interação e comercialização. Mas também com impactos nas abordagens teóricas e empíricas que configuram a recente investigação neste campo. Neste contexto, o atual foco de atenção colocado no papel que a internet desempenha no mercado de oferta e procura de drogas ilícitas, no geral, e de novas substâncias psicoativas, em particular, tem sido uma das principais evidências, mas também um dos principais desafios no que respeita às dinâmicas mais tradicionais e estudadas nos últimos anos (novas substâncias, rotas de narcotráfico, formas de aquisição, redes criminosas) (PIRES, BORGES & VALENTE, 2015; EMCDDA,

2016).

A internet democratiza o acesso à informação, mantendo-a acessível a todos, ao mesmo tempo que proporciona novas oportunidades. Neste cenário digital, os consumidores de substâncias, os *dealers*, os investigadores e os interessados no tema das drogas fazem uso da tecnologia, tirando partido do fácil acesso à internet e a dispositivos móveis. O desenvolvimento dos meios de informação e comunicação tem provocado a emergência de fóruns de discussão, páginas, aplicações e outros instrumentos onde o tema droga é discutido e as substâncias são promovidas, despromovidas e, por vezes, comercializadas.

A problemática das drogas assenta essencialmente em mercados ilícitos, mesmo em cenários de descriminalização do consumo de drogas, como no caso português. Neste contexto, a possibilidade de anonimato dos intervenientes e de resguardo de contacto pessoal é uma estratégia de proteção e uma vantagem na dinâmica destes mercados online.

Alguns estudos têm-se centrado na questão do mercado online das novas substâncias psicoativas, a partir do *I-TREND – Internet Tools for Research in Europe on New Drugs*, um software que monitoriza as lojas de NSP online. Este tem destacado a dimensão virtual do fenómeno das drogas, especialmente a sua capacidade de se adaptar e responder aos mercados, culturas e hábitos de consumo de cada país ou realidade (EMCDDA, 2016^a; 2019). Outros estudos apontam as vantagens desta dimensão virtual dos mercados na redução dos conflitos interpessoais já que as interações são apenas online e baseadas no anonimato, havendo potencialmente uma menor adulteração das substâncias já que tende a haver uma aproximação entre consumidor e produtor (PIRES, BORGES & VALENTE, 2015).

As alterações legislativas nacionais, europeias e internacionais parecem ter contribuído para a transferência dos mercados físicos, como as *smartshops*, para o mercado virtual, tanto na *surface* (mais acessível) como na *deepweb* (mais restrito). Este, pode entender-se como o “submundo” da web, ou seja, aquele que corresponde à parte da internet que não pode ser acedida através dos servidores convencionais, mas apenas a partir de um outro website particular, correspondente aos “servidores escondidos” exigindo *skills* específicas). Identificam-se, pois, implicações da ação das políticas públicas ao nível da monitorização e preparação de resposta visando perturbar ou interromper as dinâmicas dos mercados online, particularmente os que operam em larga escala (EMCDDA, 2019).

As NSP surgem sobretudo na *deepweb*, a partir da *darknet* ou dos “criptomercados”, parte da *deepweb* apenas acessível a partir de *browsers* específicos que protegem os utilizadores e o histórico de utilização. Por exemplo o Tor, acrónimo de “The Onion Router”, um motor de busca que esconde o endereço IP dos computadores, a primeira identificação de um sujeito utilizador da internet,

protegendo assim a sua privacidade (PIRES, BORGES & VALENTE, 2015; EMCDDA, 2016), beneficiando do facto de atualmente ser possível fazer qualquer tipo de transação, sendo irrelevante a localização ou a real identificação dos envolvidos. No mesmo sentido, é possível partilhar experiências de consumo em tempo real, promovendo, assim determinada substância. Nestes espaços comerciais virtuais não há constrangimentos legais ou outros (ALDRIDGE & DÉCARY-HÉTU, 2014), a identidade é protegida, as transações financeiras são feitas com recurso às “bitcoins” ou às “litecoins” e a comunicação é encriptada, codificada.

Um dos primeiros criptomercados a surgir, em 2011, foi o “Silk Road”, um sofisticado e inovador *Marketplace*, onde era possível adquirir todos os tipos de substâncias, aos mais variados preços. Uma das suas características inovadoras foi o facto de requerer toda uma avaliação para desta forma garantir a satisfação dos consumidores, através de *ratings* associados produtor, vendedor e consumidores finais. Visava, desta forma, estabelecer relações de confiança entre os seus utilizadores e promover demonstrações de qualidade e fiabilidade perante potenciais clientes (ALDRIDGE, DÉCARY-HÉTU, 2014). O *Silk Road* encerrou em Outubro de 2013, mas outras plataformas surgiram, como por exemplo *Black Market Reloaded*, *The Armory*, *Evolution*, *Agora*. No cumprimento da sua vocação mercantilista, este tipo de plataformas foi aprimorando a forma como monitorizam todos os processos inerentes às transações, sendo considerados mercados “resilientes”, ou seja, capazes de se adaptarem às adversidades e obstáculos que vão surgindo (EMCDDA, 2016a).

Em síntese, os *criptomercados*, correspondem à segunda geração de redes paralelas e distinguem-se pelas seguintes características principais (ALDRIDGE & DECARY-HÉTU, 2014; VAN HOUT & BINGHAM, 2013):

- I. pagamentos efetuados a partir de uma moeda virtual (bitcoins, por exemplo);
- II. exigência aos clientes de aceitação do protocolo de anonimato (por exemplo, Tor ou Projeto Invisível de Internet – I2P), de forma a assegurar a inexistência de elementos identificativos e eliminar as probabilidades de rastreio e identificação dos servidores ocultos;
- III. incentivo à confidencialidade das transações envolvidas, de modo a evitar capturas e partilha de informações acerca de dinâmicas ilícitas;
- IV. recurso a um sistema de avaliação online, onde os vários intervenientes podem dar o seu *feedback* acerca de determinada transação, produto ou entrega, diferenciando e destacando assim alguns critérios de qualidade.

De acordo com o relatório europeu sobre os mercados das drogas, o mercado das NSP está cada vez mais habilitado digitalmente. Os mercados de superfície da

web e *darknet* são usados para vendas de drogas online, assim como os media sociais e os aplicativos de comunicação móvel. Os serviços de encriptação e serviços anonimizados são também cada vez mais usados pelas organizações que atuam nestes mercados para fins de segurança.

5 | REFLEXÕES FINAIS

O propósito do presente texto é contribuir para a apresentação e discussão das políticas públicas e mercados, físicos e virtuais, das novas substâncias psicoativas. Para tal, começamos por situar o fenómeno das NSP em termos das políticas públicas que o enquadram. De seguida, deu-se conta das dificuldades de classificação destas substâncias, tal é a sua diversidade farmacológica e a rapidez com que novos componentes são introduzidos configurando uma complexidade de alterações e de novidades.

A dimensão virtual do mercado das drogas parece assumir, no caso das NSP, uma dinâmica particular e igualmente pouco conhecida. Esta dimensão virtual do mercado é relevante quer do ponto de vista da oferta quer do ponto de vista da procura. No primeiro caso importa perceber as rotas, os circuitos, os fluxos da informação gerados, as formas específicas de transação, a (re)definição de papéis entre produtor e vendedor. No segundo caso importa conhecer o perfil dos consumidores, os padrões e prevalências de consumo, as características das interações e redes de interação que se estabelecem.

Concluindo, é incontornável a necessidade de aumentar o conhecimento acerca da natureza e padrões do uso de NSP e do potencial de risco associado a estas substâncias para, a partir daqui se poderem identificar potenciais áreas de intervenção e pontos focais para o desenvolvimento de estratégias preventivas (GIOVANNI et al., 2015). Neste sentido destacamos algumas linhas de atuação a privilegiar que possam complementar as atualizações de estatuto legal que forem sendo introduzidas (CORAZZA et al., 2012; 2013). Uma prende-se com a monitorização das atividades online, essencial ao mapeamento da difusão das NSP. Outra passa pela incorporação de ferramentas tecnológicas em programas de prevenção específicos. Finalmente, o envolvimento de redes de parcerias internacionais e multidisciplinares assume particular relevância face aos desafios criados pelo fenómeno das NSP, designadamente no que se refere à sua grande novidade e ao rápido crescimento.

Em síntese, sendo todas estas particularidades das NSP pontos comuns e determinantes para o seu aparecimento em certos mercados, é necessário todo um exercício relativo à sua definição e conceptualização, essencial à definição de políticas públicas adequadas. Atualmente, a ação pública é exercida sobre problemas

de enorme diversidade e complexidade, articulando-se nos planos internacional, europeu e nacional. Tal é o caso das políticas públicas na área das substâncias psicoativas e, em particular, das NSP.

REFERÊNCIAS

ALDRIDGE, J.; DÉCARY-HÉTU, D. 'Not an "eBay for drugs": the cryptomarket "Silk Road" as a paradigm shifting criminal innovation', 2014. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2436643>>. Consultado em: 12 fev. 2016.

BENSCHOP, A. et al. Why do people use new psychoactive substances? Development of a new measurement tool in six European countries. **Journal of Psychopharmacology**, v. 1, n. 12. fev.2020.

BENSCHOP, A., et.al. **New Psychoactive Substances: Transnational Project on different user groups, user characteristics, extent and patterns of use, markets dynamics and best practices in prevention**, 2017. Disponível em: <https://www.drugsandalcohol.ie/29963/1/NPS-transnational_final_report_2017.pdf> Consultado em: 04 mar 2018.

BRANDT, S. D.; KING, L. A.; EVANS BRAWN, M. The new phenomenon. **Drugs Testing and Analysis**, v. 6, n. 7-8, pp. 587-597, 2014.

CALADO, V. **Novas Substâncias Psicoativas – O caso da Salvia Divinorum**. Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, 2013.

CASTELLS, M. **Sociedade em Rede**. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2002.

CORAZZA, O., et al. Promoting innovation and excellence to face the rapid diffusion of Novel Psychoactive Substances in the EU: the outcomes of the ReDNet project, **Human Psychopharmacology – clinical & experimental**, v. 28, n.4, pp. 317-323, 2013

CORAZZA, O., et al. Phenomenon of new drugs on the internet: the case of ketamine derivate methoxetamine, **Human Psychopharmacology – clinical & experimental**, v. 27 n. 2, pp. 145-149, 2012.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **European Drug Report 2020: trends and developments**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2020.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **EU Drug Markets Report**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2019.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **Relatório europeu sobre drogas**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2016.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **The internet and drug markets**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2016a.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **Perspetivas sobre drogas – os canabinoides sintéticos na Europa.** Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2016b.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **New Psychoactive Substances (NPS) in Europe. An update from the EU Early Warning System.** Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2015.

EMCDDA - EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **Relatório Europeu sobre Drogas – Tendências e evoluções.** Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2014.

EMCDDA - EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **Report on the risk assessment of mephedrone in the framework of the Council decision on new psychoactive substances.** Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2011.

GIOVANNI M. et al. Novel psychoactive substances: use and knowledge among adolescents and young adults in urban and rural areas, **Human Psychopharmacology – clinical & experimental**, v. 30, n. 4, pp. 295-301, 2015.

GOULÃO J. Novas Substâncias Psicoativas, **Boletim da Ordem dos Advogados**, n. 101/102, pp. 36-37, 2013.

GRUND, J-P. C., et al. The Emperor’s new clothes? Findings from the NPS in Europe, EU Rapid Assessment and Response Study of Consumption of New Psychoactive Substances among People Who Use Drugs Heavily in Five EU Member States, **Adiktologie**, v. 16 n. 2, pp. 78-90, 2016.

HENRIQUES, S. GUERREIRO, M. D., SILVA, J. *New Psychoactive Substances: towards a conceptual delimitation.* **Análise Social**, n. 54, v. 233, pp. 804-826, 2019.

HENRIQUES, S., SILVA, J., HSU, K., Overview on new psychoactive substances in Portugal, **CIES e-working paper**. Lisboa: CIES, 2018.

HENRIQUES, S.; SILVA, J. Novas substâncias psicoativas (NSP): políticas públicas, mercados e espaços invisíveis. In **Congresso Português de Sociologia, 9, Faro, 2016 - “Portugal [Em linha]: território de territórios: atas”**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2016.

PIRES, C. V.; BORGES, M.; VALENTE, H. Netreach work in Europe: responses to developments on the dark web and the use of new psychoactive substances, In WOUTERS, Marije; FOUNTAIN, Jane (Eds.). **Between street and screen – Traditions and innovations in the drugs field**, pp. 57-75. Lengerich: Pabst Science Publishers, 2015.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Early Warning Advisory on New Psychoactive Substances**, Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2015.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **The Challenge of New Psychoactive Substances**, Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2013.

VAN HOUT, M. C.; BINGHAM, T. 'Silk Road', the virtual drug marketplace: A single case study of user experiences, **International Journal of Drug Policy**, v. 24, n. 5, pp. 385-391, 2013.

VIVRINCIKOVA, L., et al. **New Psychoactive Substances among People Who Use Drugs Heavily. Towards Effective and Comprehensive Health Responses in Europe**, 2016.
Disponível em: <http://npsineurope.eu/images/pdf/publication/NPS_5_country_rar_report.pdf>
Consultado em: 12 ago 2016.

ZAWILSKA, J. B.; ANDRZEJCZAK, D. Next generation of novel psychoactive substances on the horizon – a complex problema to face, **Drug and Alcohol Dependence**, n. 157, pp. 1-17, 2015.

SICAD – SERVIÇO DE INTERVENÇÃO EM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS, <http://www.sicad.pt/PT/Cidadao/SubstanciasPsicoativas/Paginas/detalhe.aspx?itemId=19>

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, www.unodc.org

Lei nº 13/2012 de 26 de março .http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/822/Lei_13_2012.pdf

Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro.http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/692/dl_15_93.pdf

Decreto Legislativo Regional nº 28/2012/M de 25 de outubro.http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/839/DLR_28_2012_M.pdf

Resolução nº 5/2013 de 28 de janeiro.http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/846/RAR_5_2013.pdf

Decreto-lei nº 54/2013, de 17 de abril.http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/849/DL_54_2013.pdf

Portaria nº 154/2013, de 17 de abril (e Anexo).http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/850/Portaria_154_2013.pdf

CAPÍTULO 5

SABERES TRADICIONAIS: UMA PESQUISA PARTICIPANTE REALIZADA COM O MOVIMENTO DAS APRENDIZES DA SABEDORIA

Data de aceite: 26/10/2020

Data de submissão: 06/10/2020

Willidiane Tessari

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO
Imbituva - PR
<http://lattes.cnpq.br/7174842832690171>

Ana Paula Huçalo

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO
Irati - PR
<http://lattes.cnpq.br/7038004816761928>

Analine Badotti Batista

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO
Guarapuava - PR
<http://lattes.cnpq.br/9155199961864782>

Cristina Ide Fujinaga

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO
Irati - PR
<http://lattes.cnpq.br/7868033399535810>

Fernando Stora

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO
Irati - PR
<http://lattes.cnpq.br/6104109604916872>

Francieli Aparecida Zakseski

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO
Cruz Machado - PR
<http://lattes.cnpq.br/5655869370999173>

Marina Joice Keil

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO
Capanema - PR
<http://lattes.cnpq.br/2841329294454058>

RESUMO: Essa pesquisa trata do relato de experiência, fruto da disciplina Projeto de Investigação Exploratória na Comunidade (PIEC), pertencente ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante, a qual teve como escopo central a inserção e aproximação de forma interdisciplinar junto ao Movimento das Aprendizizes da Sabedoria (MASA). Este relato apresenta a conexão entre meio acadêmico e comunidade, sem intervir ou julgar, mas apreender e registrar uma atividade que faz parte da cultura imaterial da região. Em três encontros com integrantes do MASA foi possível desenvolver narrativas a partir de algumas questões norteadoras, possibilitando uma observação da comunidade e das vivências dos atores deste movimento, o que levou à conclusão de que embora tenha ocorrido avanços com relação às políticas públicas voltadas ao reconhecimento do saber popular, ainda há grande preocupação na continuidade do ofício da cura por meio do benzimento. Há evidências da necessidade de maior visibilidade sob uma perspectiva de valorização e ética na prestação de um serviço digno.

PALAVRAS CHAVE: Comunidade; Benzedeiras; Saber Popular; Saúde.

TRADITIONAL KNOWLEDGE: A PARTICIPATING RESEARCH CARRIED OUT WITH THE MOVEMENT OF WISDOM LEARNERS

ABSTRACT: This research is about the experience report, result of the Community Exploratory Research Project (CERP), part of the Interdisciplinary Graduate Program in Community Development of the Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO. The methodology used was the participant research, which had as its central scope the insertion and interdisciplinary approach to the Movement of the Apprentice of Wisdom (MAW). This report presents the connection between academia and the community, without intervening or judging, but apprehending and recording an activity that is part of the immaterial culture of the region. In three meetings with MAW members it was possible to develop narratives based on some guiding questions, allowing an observation of the community and the experiences of the actors of this movement, which led to the conclusion that although advances have been made in public policies aimed at recognizing popular knowledge, there is still great concern in the continuity of the office of healing through benediction. There is evidence of the need for greater visibility under a perspective of valorization and ethics in the rendering of a worthy service.

KEYWORDS: Community; Faith Healers; Popular Knowledge; Health.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é mundialmente conhecido por sua rica biodiversidade e sua vasta cultura resultante da combinação de diferentes povos, raças e crenças. Desde os princípios da colonização do nosso país, era perceptível a presença de povos autóctones, que carregavam simbologias, tradições e culturas, dentre elas, haviam práticas de saúde próprias. No entanto essas práticas medicinais utilizavam dos recursos naturais, derivados em sua maioria, de plantas encontradas facilmente em seu entorno (FREITAS, 2014). Portanto, os saberes tradicionais compreendem variadas formas de conhecimento, as quais são caracterizadas como um saber ecológico, embasado nas populações locais e nos fenômenos que são traduzidos por meio dos animais, natureza, vegetais e solos (COSTA; OLIVEIRA, 2019).

Desta forma, existem movimentos para conceituar e definir pressupostos para as comunidades tradicionais e seus conhecimentos, uma vez que, o Brasil compõe uma diversidade bastante acentuada entre modos de vida, culturas e ideologias de diferentes comunidades. Essas se dividem entre povos indígenas e não indígenas, os quais são caracterizados como não indígenas os quilombolas, camponeses, agricultores familiares, entre outros (DIEGUES, 2001). Para Leff (2009), as culturas e práticas tradicionais de convivência e manejo da natureza, ganham forças e reconhecimento por sua capacidade de preservar seus recursos, e utilizá-los de forma responsável e sustentável.

A partir disso, os povos tradicionais são caracterizados por ter a capacidade de

utilizar seus recursos, sem comprometer os seus princípios, sobretudo, não colocar em riscos o seu ecossistema. Os objetos, as casas, os materiais, o artesanato, são capacidades e saberes que não visam explorar seus recursos disponíveis (COSTA, 2011). Deste modo, os saberes tradicionais correspondem a um conhecimento que é subsidiado nas relações e experiências com a natureza e o acúmulo de informações transmitidas de geração para geração. Compreende maneiras diversas de entender os fenômenos que estão ao seu redor, em especial a ação sobre seu território e as suas relações sociais (CASTRO, 2000).

Os saberes tradicionais, são, portanto, diferentes dos saberes científicos, e não somente por seus resultados, mas por sua essência. O conhecimento científico é algo unanime e compreendido como uma verdade absoluta, os conhecimentos tradicionais podem variar de acordo com a sua localidade ou capacidade de interlocução. O saber tradicional opera por meio de uma concepção perceptiva e engloba todas as qualidades de um universo único e particular (CUNHA, 2007).

Conforme apontado por Barreto Filho (2006), embora desde a colonização existam povos e comunidades tradicionais, apenas no ano de 1992 é estes obtiveram reconhecimento pelo poder público através da criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), ainda que pouco avanço tenha sido conquistado através disto. Somente no ano de 2007 houve a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), através do Decreto nº 6.040. Esta, por sua vez, conceituou os Povos e Comunidades Tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

Uma característica importante desses povos são os saberes empíricos passados por suas gerações, conhecidos como práticas tradicionais. Estas são provenientes de tradições populares que ao longo da história foram as principais formas de atendimento à saúde da comunidade (IEEP, 2008). Sendo assim, por serem próximos, o local, a família e a comunidade, tendem a representar segurança e proteção em um mundo instável. São espaços de abrigo e amparo às turbulências da vida.

Os conceitos de comunidade, local e região estão intrinsecamente relacionados, já que cada um é construído por fatores comuns (PERUZZO E VOLPATO, 2009). Nesse sentido, os movimentos sociais são fontes de inovação e saberes. Não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. As

ações devem ser construídas coletivamente, buscando a inclusão social, um projeto de vida com base na participação social, onde sejam respeitados seus direitos de cidadania e os níveis de participação da população (GOHN, 2011).

Os registros pré-históricos sugerem que adoecimento e cura sempre estiveram associados a práticas ritualísticas fortemente carregadas de aspectos simbólicos. Nos dias atuais, essas práticas estão presentes em algumas populações mais tradicionais, com relação ao aprendizado das diversas forças da natureza transmitidas através da oração e com as crenças e forças sobrenaturais, advindas das tradições religiosas (AGUIAR, 2010; GEWEHR, et. al., 2017). Neste mesmo sentido, Gewehr, et. al. (2017, p. 40) afirmam que:

As práticas se tornaram alternativas no movimento de urbanização, concorrendo com a medicina científica e demonstrando um aperfeiçoamento das mesmas nos centros urbanos, representadas através da atuação de centros espíritas, por exemplo, que atuam seguindo preceitos semelhantes às concepções de cura de curandeiros e rezadores tradicionais, como a aplicação de “cirurgias espirituais” e passes, demonstrando uma preocupação com o mundo espiritual.

Os saberes tradicionais envolvem o conhecimento empírico, nos quais são práticas transmitidas em meio a crenças e costumes de povos e comunidades. Estes são valorizados regionalmente e ganham força ao longo de sua construção. A partir disso, podemos citar o Movimento das Aprendizes da Sabedoria (MASA), como reflexo daquilo que é construído popularmente e por meio de um saber tradicional.

O MASA nasceu em 2002 com apoio de entidades e comunidades tradicionais de faxinais do município de Rebouças. Este movimento tem uma articulação política própria e seu foco está no reconhecimento das benzedeadas, rezadeiras, curadores, costureiras e parteiras como agentes de saúde por meio das práticas tradicionais. Por intermédio de sua organização, buscam autoridade para o uso dos conhecimentos tradicionais e o livre acesso às ervas medicinais para a consolidação da saúde pública em consonância ao saber tradicional popular. A partir disto, o objetivo do trabalho foi o de relatar a experiência obtida através da entrevista e vivência com membros da MASA.

Foi no município de Rebouças que o movimento conquistou avanços importantes, por meio de muitas reuniões e lutas políticas pela legalização do movimento, em 11 de fevereiro de 2010, a Câmara Municipal sancionou e promulgou a Lei nº 1.401/2010, que dispõe sobre o processo de reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular em suas distintas modalidades: benzedeiros(as), curadores, costureiros(as) de rendaduras ou machucaduras. Ademais a lei regulamentou o livre acesso à coleta de plantas medicinais nativas no município (MEIRA, 2018).

O Decreto Municipal nº 207 foi aprovado em maio de 2010 e prevê o acolhimento das práticas tradicionais de cura no sistema formal instituído na Comissão de Saúde Popular, o qual tem como função elaborar propostas e alternativas em parceria com os agentes de saúde popular (ALMEIDA et al., 2012).

Todas essas conquistas têm como base o que é preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no que se refere à Portaria 971, com a publicação em maio de 2006 da Políticas Nacional das Práticas Integrativas e Complementares. Contudo, segundo Fontanella et al. (2007), tal publicação não se consolida como garantia da inserção de tais práticas dentro da saúde pública, sendo necessário que os estados e municípios desenvolvam estratégias para a promoção do acesso a estes serviços. Ischkanian (2011) ainda aponta que as Práticas Integrativas e Complementares, além de apresentarem baixo custo de aplicação, têm se mostrado uma ferramenta útil no que diz respeito à prevenção e promoção de saúde.

2 | METODOLOGIA

A aproximação com a comunidade, objeto deste relato, aconteceu por meio do Projeto de Investigação Exploratória na Comunidade (PIEC), uma disciplina do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade do Centro Oeste – UNICENTRO, com o propósito de conhecer e apreender sobre a cultura imaterial do Movimento das Aprendizizes da Sabedoria (MASA), por meio do relato daqueles que atuam com muito empenho para manter viva a tradição de suas práticas de cura, sujeitos sociais coletivos e atores fundamentais na luta em prol de reconhecimento, respeito, desenvolvimento comunitário e promoção de saúde pública.

A pesquisa participante, de caráter exploratório-descritivo, entendida como instrumento ou método de pesquisa que busca o envolvimento da comunidade nas questões que dizem respeito às ações dela própria, propicia contato direto do pesquisador com a comunidade que está sendo investigada, sem que haja uma proposta de intervenção ou questionamento de pesquisa (BRANDÃO, BORGES, 2007).

Tal aproximação com o território da comunidade aconteceu por meio de três encontros, com duração aproximada de quatro horas cada, sendo dois deles no município de Rebouças e um terceiro no município de Rio Azul, ambos da região centro sul do estado do Paraná, onde estava ocorrendo uma apresentação do movimento MASA à comunidade local e uma aproximação com os detentores regionais do ofício com a finalidade de fortalecer e buscar representatividade, por meio de um mapeamento da região e criação de lei municipal.

Os resultados desta investigação exploratória são apresentados em forma de

narrativa elaborada pelos autores deste relato de experiência a partir da escuta e da observação atenta. O termo “benzedeadas” no gênero feminino é aqui utilizado com como referência às integrantes do MASA, mulheres em sua maioria, as quais muito gentilmente cederam seu tempo e a disponibilidade em narrar sobre sua história e seu ofício.

3 I O MOVIMENTO MASA E A REPRESENTATIVIDADE DO PARQUE DO MONGE

A primeira visita ocorreu no Parque Ambiental do Monge João Maria, na cidade de Rebouças (PR), região onde reside a benzedeadas aqui denominada Gerânio, a qual compartilhou o histórico do MASA e como se deu o processo de mapeamento das benzedeadas, rezadeiras, curadores, costureiras e parteiras. Contou também sobre as suas origens e os momentos de sua vida que foram marcantes para que se tornasse benzedeadas, além de toda a história do Parque e sua simbologia. Por fim, Gerânio convidou o grupo para conhecer sua casa, lugar em que pratica o benzimento e que cultiva mais de 80 espécies de ervas necessárias para o ritual sagrado.

A formação das benzedeadas se dá por sabedoria ancestral, passado de pai/mãe para filhos, é uma tradição familiar. Gerânio afirma que sua sabedoria advém de seu pai que benzia quando criança e outras benzedeadas da comunidade. Ela começou a benzer após tornar-se mãe, diz que sua sensibilidade aumentou muito depois do nascimento dos seus filhos.

A segunda visita aconteceu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Rio Azul (PR), onde o grupo teve a oportunidade de participar de uma reunião destinada à apresentação, defesa e fortalecimento do MASA, a fim de organizar e lutar pela criação de uma lei municipal que ampare e reconheça o ofício tradicional de cura em âmbito municipal. A benzedeadas, aqui denominada Madressilva, explanou as conquistas já alcançadas, dentre elas, a Lei Municipal de Rebouças nº 1.401/2010 e a Lei Estadual 19.689/2018.

Depois de realizarem uma oração todos se apresentaram e compartilharam como realizam suas práticas de benzimento, relataram a tradição familiar transmitida entre gerações e como isso vem se modificando em relação às novas gerações. Madressilva apresentou a cartilha “Cuidar da vida é nossa missão”, a qual indica que, aproximadamente, 17.000 pessoas do Paraná são praticantes da arte de curar. As benzedeadas residem e executam seu ofício nas áreas rurais do município, mantendo uma forte relação com a natureza e as plantas. Elas são procuradas por diversas pessoas, atendendo em qualquer horário do dia e sem cobrar pelo serviço prestado.

Nos relataram sobre a transmissão das práticas e que ela ocorre, mais comumente, por laços de parentesco, sendo transmitidas entre as gerações. É evidente a preocupação com relação à transmissão de seus saberes e práticas, no sentido de perpetuar e reafirmar a necessidade desse trabalho. Este saber declarado como empírico, não necessita de justificativas científicas para sua existência, tendo sua legitimação por meio da comunidade em que vivem e atuam. A religiosidade não está desvinculada do ofício destas mulheres benzedeiros que dizem seguir a religião católica, cada qual possuindo uma devoção em um santo específico, anjos ou guias. O dom de cura das benzedeiros está diretamente relacionado com o saber sobre as ervas (LEWITZKI, 2019). A criação do MASA conquistou certamente sua legitimidade através das ações de cura e benzimento, configurando o desenvolvimento comunitário cultural e místico nas comunidades do município de Rebouças (PR).

A terceira visita ocorreu também no Parque Ambiental do Monge João Maria. Éramos em cinco e quando chegamos ao local, Glicínia veio ao nosso encontro. Com um brilho no olhar e voz mansa, conta com muito orgulho sobre a conquista do parque, como se tivesse sido uma batalha duradoura com a Prefeitura Municipal de Rebouças, em que foi preciso muito empenho e luta, já que a área estava destinada à construção de casas populares.

O MASA, sempre atuante e resistente, contando com a parceria da comunidade, após muitas conversas com os gestores, conseguiram impedir a degradação da terra com a destinação de boa parte do espaço para a criação do parque ambiental. Atualmente, o parque é reconhecido como Área de Proteção Ambiental (APA) e, de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.985, constitui-se como um ambiente composto por elementos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, que interferem na qualidade de vida e bem-estar das pessoas, e tem como principal objetivo assegurar a utilização dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Encontra-se no Parque Ambiental do Monge João Maria em Rebouças, um ambiente acolhedor que conta com uma estrutura ainda em formação, devido a sua pouca idade, mas que oferece um potencial característico voltado para o lazer e a recreação. De acordo com o relato de uma das idealizadoras, além da proteção das fontes d'água, um dos objetivos do local era justamente oferecer um ambiente agradável a comunidade. Nessa perspectiva foi possível observar pessoas praticando esportes, brincadeiras populares, fazendo almoços, piqueniques, jogos populares, rodas de conversas e chimarrão, passeios e utilizando das trilhas para caminhadas na natureza.

A discussão sobre a importância de preservação de áreas naturais se faz cada vez mais presente, frente ao avanço das tecnologias e da urbanização. A declaração do Rio, fruto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento (1992), ressalta o papel de destaque que as comunidades locais desempenham na gestão do meio ambiente. Peruzzo e Volpato (2009) trazem o conceito de comunidade como um grupo de indivíduos que compartilham dos mesmos ideais, do sentimento de pertencimento, mesmo que este não esteja atrelado à questão de localização.

A conservação de áreas ambientais, mesmo tratando-se de um tema biológico e natural, é, como apontado por Toledo (2001), um tema social, pois abarca principalmente, a comunidade que o cerca. Deste modo, é necessário o estudo do tema através de diversas áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, visando abarcar sua complexidade (POMBO, 2005).

O Parque do Monge como é conhecido, é fruto de uma iniciativa do Movimento das Aprendizizes da Sabedoria (MASA) em conjunto com o poder público, tendo sido legitimado pela Lei nº 2042/2017, promulgada no dia 27 de abril de 2017. Sua área é de 69.575,00 m², representando a totalidade do terreno urbano de propriedade do Município de Rebouças (PR), conforme matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do município, sob nº 15.340 (REBOUÇAS, 2017).

O Parque carrega uma herança cultural que perpassa pela manutenção histórica da passagem de Monges em meados da Guerra do Contestado, os quais prestavam atendimentos à população por meio de práticas de curas naturais, orações e aconselhamentos. O parque é hoje um espaço utilizado tanto pelo MASA, como espaço de captação de ervas, utilizadas no benzimento, e água, para consumo da comunidade, pois ali existem duas fontes de água potável preservadas, o que caracteriza o local como um espaço de interação e socialização (LEWITZKI, 2019).

A partir da representatividade que espaços demográficos podem ter perante um contexto social, o espaço físico transfigura-se em sentido, dando forma às relações sociais e às memórias dos sujeitos. Os limites geográficos tornam-se “referências secundárias” e as relações pessoais e grupais demarcadores de territórios e papéis” (LYNCH, 1982, p. 37).

No decorrer das idas à campo, constatou-se que a simbologia é respeitada por toda a comunidade, pois o parque é um espaço onde se realiza orações, círculos religiosos, profecia de crenças, cultos, e muitas outras atividades que sublimem a fé, a religiosidade e a espiritualidade no sentido de buscar o bem-estar. Um dos membros da comunidade trouxe certa comoção ao nos contar, “aqui é um lugar que traz muita paz de espírito, harmonia com a natureza e predisposição para encarar os desafios do dia-a-dia” (sic).

Entende-se que este sentimento está ligado ao local, mas principalmente à cultura e ao saber repassado pelo movimento MASA. Conforme elucidado por Marin e Scorsolini-Comin (2017), o saber das benzedeadas se constitui como uma tradição que perpassa as práticas de medicina populares, fazendo uso de espaços,

utilizando rituais, rezas, erva e fé, contribuindo para as comunidades consolidando-se como promotora de saúde e bem-estar para a comunidade.

Micaloski, Soares e Tetto (2018) apontam que o envolvimento e o reconhecimento da comunidade em relação aos ecossistemas e recursos naturais são fundamentais para sua proteção, visto que há consciência sobre a importância de tais recursos. Mas, apesar de todo o benefício dos recursos naturais do parque, a simbologia é evidente nos relatos dos membros da comunidade.

Ouvimos histórias sobre três monges que passaram por esta região na época da Guerra do Contestado. Eles atendiam a população com práticas de curas tradicionais e utilizavam da água como um “instrumento” de cura. Foi assim que os integrantes do MASA passaram a se utilizar deste espaço para captação de água, cultivo e utilização de plantas medicinais para a produção de chás naturais e de remédios caseiros (KOSMANSKI, 2017).

Embora tenha sido pouco tempo de pesquisa pode-se constatar que o parque tem uma representatividade além da expectativa inicial do trabalho. Uma vez que, as pessoas se dirigem até o local para recreação, lazer, orações, como também, para captar água que tem na fonte. Acima de tudo, quando perguntadas sobre o papel do Parque no contexto na comunidade, os indivíduos entrevistados se referem com um sentimento de gratidão, crença e vínculo afetivo. O que de certa forma, nos faz acreditar na importância que espaço têm perante a comunidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho proporcionou-nos uma breve aproximação com o Movimento Aprender da Sabedoria, bem como com o Parque Ambiental do Monge João Maria, uma das conquistas deste movimento. Cabe reconhecer que a articulação desse movimento propicia redes de troca e sociabilidade, por meio de um processo de diálogo do saber, onde o conhecimento se fortalece e o coletivo é predominante nas relações. As conquistas do movimento não se tratam apenas de coisas materiais ou concretas, mas de cunho simbólico e imaterial de fortalecimento coletivo e comunitário.

As leis municipais, carteirinhas e demais títulos representam a participação e o reconhecimento dos integrantes de uma forma de empoderamento e reconhecimento. A grande preocupação, apesar da existência de apoio acadêmico e governamental, está na continuidade e propagação deste ofício por pessoas que prestem um serviço digno e de grande valia para o seu território, sendo evidente a necessidade de maior visibilidade sob uma perspectiva de valorização do movimento nas ações da comunidade local.

As benzedeiças são detentoras de uma força, poder e conhecimento,

fatores que são devidamente reconhecidos em sua comunidade. Para além do conhecimento sobre as ervas e rezas, elas dominam conceitos e conhecimento político, imprescindível para seu reconhecimento e sua atuação na sociedade. Elementos como a paixão e a dedicação que as mesmas têm sobre sua profissão, não podem ser negligenciados, bem como o cuidado que possuem para com o parque do Monge.

O Parque e representa um ambiente acolhedor para o lazer e recreação com uma estrutura ainda em crescimento, mas para além disso, os relatos evidenciaram uma representatividade na vida da comunidade, a ponto de expressarem claramente uma crença e vínculo afetivo com o local, traduzido em um sentimento de gratidão. Este é o sentido de um espaço da comunidade a ser eternizado.

Vale destacar que as experiências obtidas durante as visitas à comunidade, despertaram um olhar direcionado a mulheres de luta, detentoras do saber popular da cura. Sobretudo, despertou a necessidade de buscar maior autonomia e conhecimento no que se trata dos cuidados com o corpo, terra e plantas. O que mais chamou atenção, é perceber o quanto essas pessoas são fortes e o quanto sua luta tem significado para a comunidade.

Importe que esse trabalho, por meio da proposta de exploração na comunidade, proporcionou repensar preconceitos instituídos contemporaneamente acerca dos saberes populares, na maioria das vezes balizados por crenças e culturas estanques. Por fim a proposta do PIEC se apresenta na condição de validar uma nova perspectiva de comunidade, bem como, elementos que promovem o desenvolvimento para qualquer contexto comunitário. Uma vez que, nos proporciona evidenciar e vivenciar realidades que passam longe de nossos hábitos culturais cotidianos. Desta forma, nos fez compreender que um processo de desenvolvimento ocorre nos mínimos detalhes, e no comprometimento que as pessoas tem para aquilo que elas convivem, acreditam e tomam como propósitos de vida. Sobretudo, oportuniza prospectar novos objetos de pesquisa, ou pelo menos, vislumbrar novos eixos norteadores que farão com que a pesquisa contemple a comunidade e o desenvolvimento comunitário de tal modo que possa dar sentido a pesquisa e os objetivos que por ela forem delimitados.

O objeto de estudo pode beneficiar com a produção de conhecimento interdisciplinar a sua comunidade. Dentro de tais comunidades existem espaços muito vastos de informações a serem pesquisadas e compreendidas. Devemos assim, realizar estudos que aprofundem o conhecimento sobre o tema, de forma a dar mais visibilidade aos saberes tradicionais. Espera-se que os resultados encontrados sirvam como base para o fortalecimento da produção do conhecimento em diversas áreas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.W.B., MARIN, R. E. A. Conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas: o direito de afirmação da identidade de benzedeiras e benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná. In Boletim informativo nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. **Editora da Universidade do Estado do Amazonas**, Manaus, 2012; ano 1, n. 1.

AGUIAR, E. **Medicina: uma viagem ao longo do tempo** (Domínio público). 2010. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-124108/medicinauma-viagem-ao-longo-do-tempo>. Acesso em 03 jul 2020.

BARRETTO FILHO, H. T. **Populações tradicionais**: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2006. p.109-143.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducopop/article/view/19988>>. Acesso em 27 ago 2019.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p.1, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 20 jun. 2020.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec NUPAUB, 2000, p. 169.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992). **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 3 a 14 de junho de 1992. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Developpemento.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

COSTA, L. F.; OLIVEIRA, M. R, D. Os Saberes Tradicionais e os Dispositivos Legais: Uma Análise das Práticas Culturais da Comunidade Remanescente de Quilombo do Itacuruçá (Abaetetuba/Pará). **Estudos IAT**, Salvador, v.4, n.2, p. 246-260, set., 2019.

COSTA, L. M. **Cultura é natureza: tribos urbanas e povos tradicionais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 202.

CUNHA, M. C. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico**. Conferência na Reunião da SBPC. Belém, 2007.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

FONTANELLA, F.; SPECK, F. P.; PIOVEZAN, A. P.; KULKAMP, I. C. Conhecimento, acesso e aceitação das práticas integrativas e complementares em saúde por uma comunidade usuária do Sistema Único de Saúde na cidade de Tubarão/SC. **Arquivos Catarinenses de Medicina**. Vol. 36, no. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/484.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FREITAS, S. M. **A Saúde no Brasil: do descobrimento aos dias atuais**. São Paulo; INDHS. 2014.

GEWEHR, R. B.; BAÊTA, J.; GOMES, E.; TAVARES, R. Sobre as práticas tradicionais de cura: subjetividade e objetivação nas propostas terapêuticas contemporâneas. **599+8/v. 28. n. 1, p. 33-43**, 2017.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47. 2011.

INSTITUTO EQUIPE DE EDUCADORES POPULARES (IEEP). **1º Encontro Regional de Benzedeiros, Benzedores, Curadores, Costureiras e Parteiras**. Relatório técnico nº1, 2008.

ISCHKANIAN, P. C. **Práticas integrativas e complementares para a promoção da saúde**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, University of São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-13092011-095744/en.php>>. Acesso em: 30 set. 2018.

KOSMASKI, L. **A constituição do movimento aprendizes da sabedoria (MASA) na luta pela valorização e reconhecimento dos saberes dos detentores de ofícios tradicionais**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 2 – Comunidades tradicionais na luta por territórios. Curitiba, 2017

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17-24, 2009.

LEWITZKI, T. A vida das benzedeiros: caminhos e movimento! 2019. **Dissertação (Mestrado em Antropologia)** - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

LYNCH, K. **A Imagem da cidade**. São Paulo: M. Fontes, 1982.

MARIN, R. C.; SCORSOLINI-COMIN, F.. Desfazendo o “Mau-olhado”: Magia, Saúde e Desenvolvimento no Ofício das Benzedeiros. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 446-460, June 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000200446&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 abr. 2020

MEIRA, A.M.K. Mapeamentos sociais como ferramenta para discussão de políticas públicas para o reconhecimento formal de benzedeiros no Paraná. **Revista Inter Ação**, v. 43, n.1, 187-201, 2018.

MICALOSKI, M. M; SOARES, R. V.; TETTO, A. F. Percepção Ambiental da População da Cidade da Lapa – PR em relação ao Parque Estadual do Monge. **Rev. Geografia** (Londrina) v. 27. n. 2. pp. 73 – 86, agosto/2018. Disponível em: < <http://www.uel.br/seer/index.php/geografia/article/view/29621/24121>>. Acesso em: 07 set. 2019.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. Conceito de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Rev. Líbero**. v.12, n.24, p. 139-152, dez. 2009.

POMBO, O. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. Liinc em revista, v.1, n.1, março 2005, p. 3 -15. Disponível: < <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082>>. Acesso em 12 set. 2019.

REBOUÇAS (Município). Lei n.º 2042, de 17 de abril de 2017. Cria o “Parque Ambiental São João Maria”, na área urbana que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Rebouças**, Rebouças, PR, Edição N° 1.469 | Caderno I. 17 abr. 2017.

TOLEDO, V. M. **Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade**. In: LEVIN, S. et al., (Orgs.). *Encyclopedia of Biodiversity*. [S.l.]: Academic Press, 2001.p. 451-463.

CAPÍTULO 6

REGULAÇÃO E DESREGULAÇÃO DO TRABALHO: TRABALHO SEXUAL, PANDEMIA, CRISE, EXCLUSÃO E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

Data de aceite: 26/10/2020

Roseli Bregantin Barbosa

Universidade Federal do Paraná-UFPR

Curitiba/PR

Universidade do Porto-FDUP

Porto/Portugal

<http://lattes.cnpq.br/5397829308384005>

RESUMO: Nossa pesquisa tenta perceber como o trabalho sexual é afetado pela pandemia da Covid-19, quais as suas estratégias de superação na crise sanitária e as ações/omissões do Estado em relação ao setor. Analisar um fenômeno social enquanto ele acontece é sempre muito complicado e em certa medida, precário. São análises de parte do fenômeno, vez que ele ainda não se exauriu. É o registro das condições aparentemente momentâneas, um *print* da página atual do trabalho sexual. Entretanto, essas análises são de extrema relevância, pois nos levam não apenas a entender e dar respostas emergenciais a questões pontuais, mas também sentir o acontecimento. Esse sentir é também uma ferramenta de pesquisa valiosa. Produzimos dados sobre as condições de trabalho de mulheres trabalhadoras do *camming*, acompanhantes em baladas liberais e/ou serviços de táxi no Brasil, Portugal e Reino Unido.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19; Desregulação; Regulação; Trabalho sexual.

REGULATION AND DEREGULATION OF WORK: SEX WORK, PANDEMIC, CRISIS, EXCLUSION AND OVERCOMING STRATEGIES

ABSTRACT: Our research tries to understand how sex work is affected by the Covid-19 pandemic, what are its strategies for overcoming the health crisis and the actions / omissions of the State in relation to the sector. Analysing a social phenomenon as it happens is always very complicated and to some extent, precarious. These are analyses of part of the phenomenon, since it has not yet been exhausted. It is the record of apparently momentary conditions, a print of the current page of sex work. However, these analyses are extremely relevant, as they lead us not only to understand and provide emergency responses to specific questions, but also to feel the event. That feeling is also a valuable research tool. We produce data on the working conditions of professional camming women, escorts in liberal parties and / or taxi services in Brazil, Portugal and the United Kingdom.

KEYWORDS: COVID-19; Deregulation; Regulation; Sex work.

1 | INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui um estudo com base em algumas das nossas observações de campo realizadas no Brasil, Portugal e Reino Unido, com o objetivo de produção de tese de doutorado. Temos interesse nas políticas de regulação do trabalho sexual desses países em razão do roteiro migratório de jovens atuantes

no trabalho sexual, as quais investigamos e monitoramos desde 2016 - *camming*, acompanhantes em baladas liberais e serviços de táxi.

O *camming* é um trabalho sexual realizado frente a uma webcam em plataformas especializadas, de fácil acesso, liberadas para maiores de 18 anos na internet. Essa atividade é mais conhecida como “*sexo virtual*”, e consiste na atenção e exibição de trabalhadores do sexo a clientes que pagam pelos minutos de acesso à uma sala virtual. Os trabalhadores que atuam nessa modalidade são na maioria mulheres entre 18 e 34 anos, com nível de escolaridade entre os 15 e 16 anos de estudos, provenientes de famílias com renda compatível com a classe média (BARBOSA, 2017).

O *camming* surgiu na evolução do sexo por correspondência, por telefone, por mensagens de texto eletrônico e atualmente acontece online (via internet) por voz, texto e vídeo. As *camgirl's* (como são chamadas as mulheres que exercem essa atividade) tiveram dias de glória nos primeiros anos após o surgimento da atividade, quando o *camming* ainda era novidade.

Mila Milan é o mais próximo que a Webcam está de produzir uma celebridade: uma mulher ostentando sua fortuna e que é dona de um resort privado na Tailândia (abaixo), um Porsche, uma empresa de design industrial, nove gatos, oito cachorros, que está prestes a fechar negócio sobre um livro, um filho pequeno, e o que ela diz ter sido “uma das maiores gorjetas na história do strip de webcam – 260.000 tokens, o que correspondeu a US\$13.000 para mim”. Ela começou no negócio de pornografia na Alemanha aos 17 e começou a fazer strip na webcam alguns anos depois em Bangkok. Há dois anos ela era a modelo com melhor classificação no MyFreeCams – o que significava que o seu link estava no topo do layout do site – o que rendia cerca de US\$37,000 por mês. Atualmente, as garotas com melhor qualificação chegam a ganhar o insano valor de US\$75.000 por mês. A competição é acirrada. A batalha para a classificação no MFC é cruel, já que gorjetas geram mais gorjetas: se você está sendo bem paga, você sobe na classificação, gerando uma bola de neve de mais dinheiro e atenção (BILDLE, 2012, p.01).

Porém, essa realidade mudou com a popularização desse trabalho e foi alterada ainda mais drasticamente no período de quarentena da Covid-19, quando aconteceu um acréscimo no acesso de clientes às plataformas e no número de trabalhadores do sexo envolvidos no *camming*.

Já as acompanhantes de “*baladas liberais*” são jovens que conquistam clientes através de sites de relacionamento com ofertas de sexo casual e gratuito. Elas se anunciam em sites de conteúdo pornográfico onde disponibilizam *pop-up's* com *links* para o seu perfil na rede social. Os termos “*de graça*”, “*gratuito*”, “*mães*” e “*casadas*” são os mais utilizados nesses anúncios - aparentemente há uma crença entre homens de que as mulheres casadas e as “*mães-solteiras*” estão mais

dispostas que as outras a fazerem sexo casual e gratuito.

Quando o cliente aciona o *link* é direcionado à página da profissional, que estabelece um contato amistoso e o convida para uma balada liberal, um lugar onde há uma promessa de liberdade para a intimidade sexual maior que em outras danceterias.

A balada liberal funciona como uma danceteria comum, com algumas atrações mais ousadas como a presença de dançarinas seminuas, shows de *strip tease* e outras experiências sensoriais como as vitrines eróticas e as salas escuras. A principal diferença entre uma balada liberal e uma danceteria comum é a disponibilização de espaços privativos para a prática sexual, além da venda de roupas, calçados e acessórios eróticos. Esses espaços são alugados por minutos.

As acompanhantes de baladas liberais não pagam entrada na boate, têm uma comanda de bebidas previamente liberadas para seu consumo (que não podem dividir com o convidado) e transporte gratuito entre sua casa e o trabalho. Elas ganham uma taxa por noite e/ou comissões sobre a consumação do seu convidado, incluindo entrada, bebidas, comidas, compras e principalmente sobre o aluguel de espaço privativo para a prática de sexo com elas.

Cientes experientes sabem que essa relação se trata de um negócio e optam por comprar essa fantasia de sexo casual. Entretanto, para o cliente iniciante a transação não é tão clara, tudo parece uma relação de sexo eventual e gratuito, enquanto para a profissional é um trabalho organizado e sistemático, do qual ela retira sua renda principal, ou quantias para a realização de determinados objetivos pontuais - compra de um celular novo, por exemplo.

Similar a esse trabalho é o serviço de trabalhadores que atendem em “*bares de alterne*” em Portugal e utilizam a Internet para conquistar clientes. A principal diferença é que nesse formato de serviço, o cliente negocia o trabalho sexual de forma direta, não através de uma fantasia de sexo eventual e gratuito. Nos bares de alterne as acompanhantes ganham para fazer companhia ao cliente no bar e/ou subir ao quarto. O preço é cobrado por hora ou por programa e ela paga uma comissão ao dono do bar.

Outra modalidade de trabalho sexual nova é a de acompanhante de viagem de táxi ou sex-drive. Esse serviço consiste no uso de um aplicativo exclusivo de determinadas casas noturnas, destinados a clientes com alta avaliação. Inicialmente esse serviço consistia em uma frota destinada a levar clientes (alcoholizados) das boates até sua casa - a fim de evitar acidentes e multas - e a acompanhante que estava com o cliente na boate o acompanhava também nesse trajeto. Posteriormente, além de levar o cliente alcoholizado em segurança para casa, as boates passaram buscá-lo em casa também. Em pouco tempo o negócio evoluiu para uma prestação de serviço permanente, na qual o cliente tem a sua disposição táxis de “*luxo e de*

luxúria” - conforme *slogan* do aplicativo. Esse serviço é realizado de forma muito discreta e passa facilmente por um serviço de táxi de luxo tradicional. O serviço de sex-drive foi suspenso com a pandemia, assim como os serviços das boates, bares de alterne e baladas liberais.

Um pouco menos discreto é o serviço sexual prestado em veículos de 8 a 10 lugares, em áreas de camping ou plantações de eucalipto, em Portugal. As trabalhadoras sexuais buscam os clientes onde eles estiverem e os levam para a área de atendimento. O trabalho nas *carrinhas* não está restrito às classes altas (como no sex-drive) tem uma clientela mais próxima da classe média-baixa, e também sofreu suspensão durante a pandemia.

2 | A REDE DO SEXO NA PANDEMIA

O trabalho sexual desde a prostituição de rua ao *camming* funciona em rede e acomoda a migração de trabalhadores de uma modalidade para outra. Uma trabalhadora sexual que hoje faz programa, amanhã pode estar dançando em uma boate de *strip tease*, gravando vídeos pornô, fazendo fotos eróticas entre outras atividades desse setor (DIÁZ-BENITEZ, 2010). É o caso da *camming* campeã em acessos Mila Milan, que hoje é atriz e produtora de filmes pornô.

Essa rede ficou bastante evidente durante o período da quarentena, quando o atendimento corpo-a-corpo no trabalho sexual ficou proibido e a clientela ficou retida em casa. Essa situação emergencial deixou milhares de trabalhadores do sexo sem trabalho e sem ter como sobreviver. Restou evidenciada que a falta de regulação efetiva para esse setor promove uma condição precária que expõe um grande contingente de pessoas à situação de penúria, na maioria mulheres, sem qualquer auxílio previdenciário ou social.

A solução para muitas (mas não todas) foi migrar para o *camming*. Contudo, essa modalidade não é das mais democráticas, exige algum investimento e conhecimento para o exercício do trabalho, e é onde as variáveis como cor, escolaridade e classe social têm maior peso nos rendimentos (SANDERS et al, 2017).

A migração de grande número de trabalhadores do sexo de outras modalidades para o *camming* promoveu uma forte perda nos rendimentos tanto das iniciantes quanto das veteranas. As entrevistadas que já atuavam nas plataformas antes da pandemia perceberam algumas mudanças na quarentena: a clientela fixa se afastou; chegaram novos clientes, jovens solteiros que antes da crise sanitária procuravam sexo nas baladas ou nas ruas; o preço por minuto foi alterado de acordo com a disponibilidade de modelos e de clientes naquele momento; muitos clientes preferem comprar uma assinatura mensal a adquirir créditos avulsos, com isso

comissões e taxas subiram; as *camgirl's* veteranas experimentaram um fenômeno no qual tiveram mais horas trabalhadas (e à disposição na plataforma) e menor rendimento, por uma série de fatores antigos e novos.

No período de quarentena da Covid-19, uma verdadeira avalanche de novos trabalhadores de *camming* - advindos de outras modalidades de trabalho sexual, e de fora dele - tomou as plataformas especializadas. “*O site brasileiro Camera Hot, que conta com cerca de 800 camgirls, revelou que no período de 1 a 19 de março teve um aumento de quase 300 mil visitantes, se comparado com o mesmo período do mês passado*” (CRUZ, 2020, p. 01).

O resultado é que na quarentena, mesmo com o aumento na clientela geral das plataformas, uma modelo de *camming* passa mais tempo à espera de um cliente que no atendimento deles, experimenta um aumento nas horas trabalhadas, porém com queda no rendimento mensal.

A lógica da oferta e da procura (lei aplicada à mercadoria) imposta a esse setor de trabalho leva à desvalorização do trabalho na medida em que mais trabalhadores adentram a uma modalidade. Essa é a lógica da *uberização* (SLEE, 2017) que é aplicada pelas plataformas digitais em vários setores de prestação de serviços e de comércio. Seus algoritmos não fazem diferenciação entre preço de mercadoria e preço de força de trabalho. No mercado de trabalho convencional a lógica da remuneração do trabalho é a de que quanto mais trabalhadores empregados em uma atividade mais o patamar salarial aumenta (MACHADO, 2020).

3 I A QUARENTENA DO TRABALHO SEXUAL: ABANDONO DA CLIENTELA E OMISSÃO DO ESTADO

No cenário da quarentena e dos decretos de emergência, o mais grave é a desregulação estatal quanto ao trabalho sexual e a indiferença da sociedade que impede o acesso dessas trabalhadoras à previdência e aos auxílios sociais. Além disso, limitam suas capacidades de articulação, na medida em que não reconhecem suas associações, no regime sindical. Há no senso comum a interpretação de que, supostamente, o reconhecimento da ação coletiva, ou outros de outros direitos trabalhistas aos trabalhadores do sexo se enquadraria em *auxílio à prostituição*, ou crime de lenocínio. E que em razão desse impedimento legal, para reconhecer os sindicatos e os direitos trabalhistas nesse setor, seria necessário antes descriminalizar o lenocínio.

Essas trabalhadoras contam apenas com a ajuda de grupos de apoio (quase caridade) promovidos por políticas públicas esparsas desses países, a maioria com fins assistenciais (abolicionistas), com o objetivo de encaminhá-las para outra atividade, fora do trabalho sexual.

Em Portugal o debate quanto ao trabalho sexual durante a pandemia se dá na arena política com debates parlamentares acerca da legalização do lenocínio, como critério para a regulação do trabalho sexual e seu direito à sindicalização. Mais uma vez, o trabalho sexual é reduzido à prostituição, nenhuma outra modalidade é pautada além dessa (BERNSTEIN, 2014; WEITZER, 2010).

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias discute esta quinta-feira à tarde a despenalização do lenocínio simples, isto é, se deve ou não ser crime, “profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício” de prostituição de pessoas adultas, informadas, que assim o queiram. A primeira subscritora é uma mulher que começou por ser acompanhante e passou a gerir o seu próprio negócio. Chama-se Ana Loureiro e, no trabalho, responde por Andreia Montenegro. “A minha expectativa é que haja sensibilidade e sensatez para debater o tema e que se chegue a uma solução”, diz. Encara este momento como “um passo” na direcção pretendida. Mesmo que uma parte fique pelo caminho, acredita que algumas aspirações se concretizarão. Quando lançou a petição, no ano passado, tinha em mente dois objectivos fundamentais: que a prostituição seja “considerada uma profissão”, que quem a exerce declare rendimentos, pague impostos, desconte para a Segurança Social, como se faz em “qualquer outro trabalho”, e que se legalizem os locais onde se pratica prostituição, de modo a assegurar segurança e higiene a quem lá trabalha. Isto acompanhado pela subida de idade mínima para os 21 anos, o exercício limitado a pessoas com nacionalidade portuguesa ou estrangeiras em situação regular, a obrigatoriedade de exames médicos de seis em seis meses (PEREIRA, 2020, p.01).

O lenocínio se aplica à figura do proxeneta e este é uma figura penal típica da prostituição, não se enquadra em outras modalidades de trabalho sexual, que também necessitam de regulação. Mesmo dentro da prostituição o proxeneta é um ator em desaparecimento. Os atores na prostituição que hoje são enquadrados em lenocínio, na verdade são auxiliares necessários à prestação de serviço - contadores, seguranças, faxineiros entre outros. Estão muito longe da figura rufianesca que detinha o comando da atividade, da carteira de clientes e dos rendimentos das prostitutas. A prostituição atualmente é uma atividade de auto gerência, na grande maioria dos casos.

A figura do proxeneta, criminalizada pelo Direito Penal, está presente apenas em nichos prostitucionais de extrema pobreza, imigrações ilegais e trabalho sexual forçado – a atividade de administrador de plataforma digital (que não é enquadrada pelo Legislador como lenocínio) está mais próxima da figura do proxeneta que aqueles que trabalham junto à prostituta em apartamentos e bares auxiliando-a.

Contudo, criminalizar uma função/atividade, porque menos de 5% dela está ligada à exploração sexual e/ou ao trabalho escravo, não é razoável, nem atende ao

princípio da isonomia no tratamento dispensado pelo Estado a diferentes categorias trabalhadores.

É preciso definir os moldes dentro dos quais a atividade deve ser exercida (direitos e deveres) e fiscalizar a ocorrência de más condições de trabalho e/ou trabalho escravo, como em qualquer outra atividade. O trabalho escravo em si, já é internacionalmente tipificado como crime em qualquer atividade, não é preciso criminalizar as atividades pela incidência desse tipo de crime.

Em razão dos expedientes moralistas do Estado, todo o trabalho sexual permanece desregulado. Suas políticas públicas apenas se ocupam da prostituição, especialmente de criminalizar o *auxílio à prostituição*. Nesse mote, em última instância o Estado considera qualquer política de direitos aos trabalhadores do sexo como crime de auxílio à prostituição ou lenocínio (inclusive o direito à sindicalização).

Ao ser entregue, no dia 20 de Janeiro, a petição Legalização da Prostituição em Portugal e/ou Despenalização de Lenocínio desde que este não seja por coação somava 4004 assinaturas. Hoje, soma 4544. Como engloba duas temáticas distintas ainda que comunicantes, dividiu-se: a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias deve apreciar, esta quinta-feira, a despenalização do lenocínio simples e a Comissão de Trabalho e Segurança Social a regulamentação da prostituição. Haverá depois debate no plenário (PEREIRA, 2020, p.01).

Sem descriminalizar o lenocínio (função em desuso) não há como regular os direitos do trabalho sexual. Dessa forma os trabalhadores do sexo continuarão expostos à precariedade e ao abandono em situações análogas a que estão expostos na pandemia da Covid-19.

4 | OS MODELOS NORMATIVOS E SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHO SEXUAL DE MULHERES

Não fossem as questões morais/familiares que envolvem o trabalho sexual, ele poderia ser regulado como qualquer outra atividade, sem demandar leis especiais. Haja vistas ao fato de que a maioria das legislações trabalhistas não fazem qualquer referência de exclusão do trabalho sexual. Contudo, ante às necessidades especiais desse setor o Estado tem exarado normativas criminalizadoras, regulamentadoras ou reguladoras (RIBEIRO, 2008).

Para termos claras as diferenças entre regulação e regulamentação analisamos detalhadamente cada modelo de normatização e seus efeitos práticos sobre os trabalhadores do sexo. São três modelos: criminalização total, criminalização parcial e regulação total.

CATEGORIA	MODELO	CONTEÚDO
Criminalização Total	Proibicionismo	Criminaliza a compra, venda e exploração do comércio sexual. Criminaliza a atividade e seu entorno, além do cliente e da profissional do sexo.
Criminalização Parcial	Regulamentarismo	Impõe uma série de regulamentos para o exercício da prostituição, tais como áreas determinadas em que as prostitutas podem trabalhar e circular, exames de saúde regulares, carteira de prostituta registrada na polícia, roupas e comportamentos permitidos, entre outras exigências. Na prática esses regulamentos inviabilizavam a atividade e quem os infringia era punida com pena de prisão.
	Abolicionismo	Inicia-se pela tentativa de abolição dos regulamentos que levavam prostitutas à prisão, e culmina na pretensão de abolir a própria prostituição. Criminaliza a compra de sexo <i>indoor</i> e <i>outdoor</i> , bem como a exploração do comércio sexual. Criminaliza o cliente que compra sexo e quem explora ou favorece a atividade, mas não criminaliza a profissional do sexo.
	Neo-abolicionismo	Criminaliza a exploração do comércio sexual (<i>indoor/outdoor</i>) e a compra de sexo na calçada, mas permite a compra de sexo em ambientes privados e a venda de serviços sexuais por um profissional independente que trabalha sozinho (<i>indoor</i>).
Regulação Total	Regulacionismo	Permite a compra, venda e exploração do comércio sexual <i>indoor</i> e <i>outdoor</i> .

QUADRO 1- MODELOS DE POLÍTICA PÚBLICA PARA O TRABALHO SEXUAL

Fonte: SCHULZE, et.al. 2014.

O modelo de criminalização total (ou proibicionista) proíbe a prostituição - também a pornografia, em alguns países - em todas as suas formas e locais: ruas, veículos, bordéis, hotéis, apartamentos etc. Penaliza a profissional do sexo e o cliente, com multas e/ou prisão. Esse modelo tem por objetivo extinguir a prostituição, sob a alegação de que não podendo se prostituir as prostitutas irão procurar outra forma de trabalho (RIBEIRO, 2008).

Na prática esse modelo não tem dado o resultado almejado, criando um comércio ilegal de sexo e aprisionando mulheres na prostituição. Isso ocorre porque atuando na ilegalidade, os prostíbulos acabam na clandestinidade, sem os devidos controles que recaem sobre o comércio em geral. Passam a ser alvo de chantagens por parte de agentes públicos que exigem vantagens ilícitas para fazerem *vista grossa* ao funcionamento ilegal, quando esses mesmos não monopolizam a atividade. No caso das prostitutas de calçadas, acabam sendo obrigadas a prestarem serviços sexuais gratuitos a autoridades policiais para evitarem a prisão (MAC, 2016).

Quando presas, fichadas nas delegacias ou condenadas por crime de prostituição, nunca mais saem da prostituição porque com antecedentes criminais, ou fichada como prostitutas não conseguem outro trabalho. Os resultados da criminalização são exatamente opostos aos pretendidos (MAC, 2016).

Parecidos com o proibicionismo são os modelos abolicionistas e neo-abolicionistas (criminalização parcial). No abolicionismo a compra de sexo *indoor* e *outdoor*, bem como a exploração do comércio sexual é criminalizada, mas a venda não é crime, logo, esse modelo criminaliza o cliente que compra sexo e o empresário que organiza a atividade, mas não criminaliza a prostituta e não faz qualquer referências a outras atividades do trabalho sexual, além da prostituição (SANDERS et al, 2018). Muito ligado a uma determinada ala do feminismo, pretende evitar o problema gerado pelos antecedentes criminais resultantes do proibicionismo regulamentarista. Inicialmente ele tinha por objetivo extinguir regulamentos que acabavam submetendo prostitutas à prisão por descumprimento das normas, por fim ele acaba por pleitear a extinção da prostituição, acabando com a demanda por serviços sexuais, criminalizando o cliente (RIBEIRO, 2008).

A partir dos anos 1990, esta intervenção do Estado na prostituição em muitos países desenvolvidos causou uma grande reconfiguração no mercado do sexo. Até então, ou os governos ignoravam a atividade, ou a proibiam, fechando o cerco sobre o trabalho das mulheres, como aconteceu na França, por exemplo.(...) Entretanto, alguns governos, já na virada do século XX para o XXI, mobilizaram argumentos feministas no combate à prostituição, passando a criminalizar os clientes de forma unilateral, sobretudo na Suécia e em alguns estados americanos, como a Califórnia (COSTA, 2018, p. 43).

No entanto, os efeitos dessas normas sobre o trabalho sexual é uma maior precarização nas condições de trabalho das prostitutas. O cliente opta por contatos e encontros apressados, sem segurança, no interior de veículos, em ruas escuras, por medo de ser autuado. As prostitutas nesse regime acabam por baixar os preços e a abrir mão da sua segurança para atrair o cliente acuado (MAC, 2016).

Aquele que surge como a grande promessa de avanço na normatização do trabalho sexual, o modelo neo-abolicionista é bem aceito pelas sociedades que o adotam - notadamente o Reino Unido - tratado com certo glamour e chamado de *empoderador* por feministas neo-liberais (SANDERS et al, 2009). Essa normativa permite a compra de sexo *indoor* e a venda de serviços sexuais por trabalhadores autônomos que trabalhem sozinhos no interior de um local privado. Visa combater e criminalizar a exploração do comércio sexual e a compra de sexo na calçada (*outdoor*).

Em suma, permite que a prostituta ofereça seus serviços e atenda seus clientes de forma privada e sem outros trabalhadores no local. Apresenta uma

evolução quando comparado ao proibicionismo e ao abolicionismo, na medida em que permite a compra e venda de sexo *indoor*, sem que nenhuma das partes envolvidas seja penalizada. No entanto, diminui a segurança da profissional a proibindo de ter outras pessoas no local da prestação de serviços, sob pena de caracterizar organização de bordel (MAC, 2016).

Na rua, quando uma prostituta entra no veículo do cliente, há quase sempre uma colega a vigiar, ou outras testemunhas, isso inibe a ação de clientes mal-intencionados. Muitas trabalhadoras, inclusive, anotam a placa do carro e guardam até a colega retornar. Isso não acontece na compra e venda de sexo *indoor*, sobretudo em apartamentos, o que exige das prostitutas a adoção extra de estratégias de segurança.

Além disso, proibindo a organização de bordeis, as prostitutas ficam sem acesso ao emprego, direitos trabalhistas e previdenciários. Esse modelo não avança na questão normativa dos serviços sexuais à distância.

Não existem leis específicas exclusivas para o trabalho sexual baseado na Internet, no Reino Unido, onde atualmente é legal anunciar serviços sexuais on-line, também é legal vender serviços sexuais físicos a partir de uma local privado (solicitar nas ruas é crime) somente se a propriedade é ocupada por apenas uma pessoa que trabalha de forma independente. Se dois ou mais trabalhadores do sexo decidem compartilhar um mesmo local de trabalho, então eles podem ser processados por manter um bordel. Na Irlanda do Norte, em 2015, as leis passaram a criminalizar a compra de sexo, mas isso não se aplica em todo o Reino Unido. Não há leis que regulem a conduta de *webcammers* ou aqueles que fornecem mensagens instantâneas, ou serviços de sexo por telefone (SANDERS et al, 2018, p.05). **Tradução nossa.**

O terceiro, e não o melhor, ou mais importante modelo é o da regulação total ou regulacionismo, encontrados atualmente na Holanda e na Alemanha (COSTA, 2018). Esse modelo normativo consiste em dar ao trabalho sexual o mesmo status do trabalho em geral, com algumas normas reguladoras específicas. Ele permite a compra, a venda e a exploração do comércio sexual *indoor* e *outdoor*.

À primeira vista pode parecer a realização dos sonhos dos trabalhadores do sexo, mas não é bem assim, esse modelo também tem seus percalços. Em nossa pesquisa junto às trabalhadoras do sexo identificamos alguns problemas em relação a essa proposta.

É preciso grifar que o trabalho sexual não está excluído da incidência das leis gerais do trabalho em nenhum dos países pesquisados - uma vez presentes os requisitos formadores da relação de trabalho ou emprego haverá a incidência da legislação laboral. Em nossa pesquisa de campo, ao entrevistarmos trabalhadoras do sexo, percebemos que na realidade não são as leis laborais ou falta delas que

impedem o acesso delas aos seus direitos trabalhistas, mas questões práticas específicas da categoria e de sua relação com empregadores em contrariedade com a lei penal.

Uma dessas questões: para exigir os direitos trabalhistas na Justiça há a exposição tanto da profissional quanto de seus clientes, além de empresários do ramo, não há a garantia do segredo de justiça para a proteção da intimidade das partes, e o empresário poderá (de acordo com a legislação de cada país) ser criminalmente responsabilizado e preso. Para que as trabalhadoras do sexo tivessem acesso aos seus direitos, além do segredo de justiça, seria necessária a descriminalização dos *patrões*.

Portugal atualmente não criminaliza nem regulariza a prostituição ou qualquer outra modalidade de trabalho sexual, entretanto, apesar de ratificar convenção internacional que trata a prostituição como atentatória à dignidade humana e coloca trabalhadores do sexo na condição de vítima, o país se mostra bastante tolerante à atividade.

Em Portugal, desde o século XII até meados do século XIX, existiam algumas leis avulsas que visavam controlar a prostituição e as pessoas que a praticavam. Depois destes séculos de legislação dispersa, com o Código Administrativo de 1836, passou-se a prever o estabelecimento de regulamentos que foram implementados em Portugal a partir de 1853 (OLIVEIRA, 2004). O regulamentarismo acabou oficialmente em Portugal em 1962. No entanto, ainda antes desta data, ocorreram várias mudanças nesse sentido que foram reflexo tanto do movimento abolicionista internacional, como das evidências relacionadas com o falhanço da regulamentação. A mudança mais significativa em direção à proibição da prostituição foi o impedimento de novos registos e da abertura de novos bordéis, em 1949 (CARDIA; FONSECA, 1960; LAPA, 1949); a partir deste ano, os regulamentos passaram a aplicar-se apenas às mulheres que já estavam inscritas como prostitutas, bem como aos bordéis que já se encontravam em funcionamento. Essas mudanças na regulamentação refletiam uma posição ambígua por parte do governo que queria simultaneamente manter a prostituição e aparentar que ia ao encontro das exigências do movimento abolicionista. Posteriormente, a 1 de janeiro de 1963, a prostituição foi proibida e criminalizada, legislação que se manteve até ao final de 1982. [...] Como resultado desta legislação, o número de mulheres prostitutas presas aumentou drasticamente. Carmo e Fráguas (1982), no seu livro "Putas de prisão", feito a partir das histórias de vida de mulheres presas num estabelecimento prisional no Porto, relataram que quase todas as mulheres que aí estavam detidas haviam sido condenadas pelo crime de prostituição. Com a Revolução de Abril de 1974, uma nova legislação sobre a prostituição foi anunciada. Contudo, a mudança da lei ocorreu apenas em 1 de janeiro de 1982, altura em que se despenalizou a prostituição. No entanto, embora a prática da prostituição não seja crime, há um crime associado a esta atividade: o crime de lenocínio (OLIVEIRA, 2018. p. 203, 204).

Não há como regular, de fato, o trabalho sexual no todo, sem mudanças na lei do lenocínio. Porém, descriminalizar o lenocínio sem proibir a exploração conjunta de outras atividades comerciais (como restaurantes e hotéis, por exemplo) tem risco. Na relação de emprego há a subordinação, e empresas que juntem trabalho sexual com outras atividades podem acabar por submeter trabalhadoras não prostitutas à prostituição. Nesse cenário, também a identificação de situações de assédio sexual no trabalho fica bastante dificultada.

A regulação nesse setor não pode ser vista como mera declaração do Estado igualando os direitos de trabalhadoras do sexo com os direitos dos demais trabalhadores, isso já está dado em países onde a prostituição não é criminalizada. O que se pretende legalizar é o lenocínio simples¹ (PATTO, 2020), o que não pode ser feito sem atentar a detalhes específicos do trabalho sexual para que não haja prejuízos a outras categorias, nem a facilitação de outros crimes sexuais, como exploração sexual e assédio.

Ressaltamos que no Brasil, Portugal e Reino Unido nada impede uma prostituta de requerer seus direitos na Justiça, as leis gerais do trabalho nesses países não fazem qualquer exclusão do trabalho sexual no acesso aos direitos laborais. A lei penal é quem leva à perda do direito trabalhista da profissional do sexo, por inércia da parte interessada no exercício do direito – por receio de que os empregadores sejam autuados por prática de crime. Contudo, em que pese não haja uma criminalização direta da prostituição, no imaginário social a atividade está associada ao crime. E mesmo em países que descriminalizaram a prostituição, como Portugal, Brasil e Reino Unido essa representação é muito presente e constantemente reforçada pela mídia.

O discurso nacional sobre a prostituição é largamente produzido pela mídia, que desempenha um papel crucial na construção das representações sociais dominantes. Em 2012, Ferreira analisou os dois principais jornais portugueses e concluiu que, embora não sendo a prostituição um crime, ela aparece na imprensa escrita fortemente associada à criminalidade. De acordo com esta análise, os crimes mais frequentemente relacionados com a prostituição são a exploração sexual e o homicídio e, em menor escala, o roubo. Ainda mais, nos jornais que foram analisados, no que diz respeito à prostituição, existe uma predominância de eventos negativos em relação aos positivos (OLIVEIRA, 2018. p. 205).

Um importante entrave à regulação, de fato, do trabalho sexual no Brasil, Portugal e no Reino Unido é a Convenção Internacional das Nações Unidas para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem da

1 Na legislação portuguesa está previsto o crime de lenocínio simples no artigo 169 do Código Penal: “Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos” (DRE, 2017). Nas legislações brasileiras e inglesas as descrições desse crime são muito parecidas com a portuguesa.

qual os três países são signatários. “De acordo com esta convenção, a prostituição e o tráfico de pessoas para a prostituição são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e colocam em perigo o bem-estar individual, comunitário e familiar” (OLIVEIRA, 2018. p. 204, 205).

5 | CONCLUSÕES

Concluimos que a regulação do trabalho sexual - como o *camming*, acompanhantes de baladas liberais ou bares, serviços de táxi e outros análogos à prostituição - depende de um novo paradigma internacional que altere o discurso vigente que associa exploração comercial da prostituição ao crime de tráfico de pessoas para exploração sexual.

Ressaltamos a questão do gênero feminino, porque quanto ao trabalho sexual, a preocupação da sociedade e do Estado é centrada no trabalho da mulher, os homens que trabalham no sexo são totalmente ignorados. Eles aparecem no discurso social apenas na condição de traficantes e de proxenetas. Nas representações sociais, um homem ganhar dinheiro para fazer sexo é algo extremamente vantajoso para ele (está ganhando quando deveria estar pagando), enquanto para a mulher é ato desmoralizante e violador da dignidade - nessas representações o sexo da mulher é sagrado, não pode ser trocado por outra coisa, senão pelo amor de um homem, ou por um filho (FREUD, 1976).

Contudo, nem o Estado, nem a Sociedade pergunta às principais interessadas, as trabalhadoras do sexo, o que elas pensam sobre a venda de sexo e como gostariam que seu trabalho fosse tratado pela sociedade e pela legislação. Tampouco há interesse em saber o que há na economia sexual, além da prostituição. Ninguém questiona o porquê de uma modalidade de trabalho sexual ser liberada e outra controlada (pornografia/prostituição), e o mais importante, quem ganha e quem perde com esse estado de coisas. Por quê um homem pode dispor de seu corpo como melhor lhe parecer, mas a mulher precisa dar satisfação de suas transações sexuais à sociedade? Qual o sentido de proibir a organização de negócio de prostituição, senão por considerar que a mulher seja incapaz de decidir por si mesma o trabalho que ela deve ou não exercer? No imaginário social deduz-se que há um homem mal que a “obriga” a se prostituir, contudo, fora da “prostituição imaginativa” (COELHO, 2019) a maioria dos bordéis são comandados por mulheres, não por homens. E não só, a remuneração do sexo no trabalho sexual, acende a luz amarela da sociedade machista de que o próximo passo das mulheres seja a exigência da remuneração do trabalho sexual e/ou reprodutivo, fonte de mais-valia na estrutura social fundada no modelo de família burguesa.

É possível inferir que a intervenção do Estado no sentido de criminalizar,

impedir ou dificultar o reconhecimento e a remuneração do trabalho sexual, tem claro objetivo de controle sobre o corpo da mulher, sua sexualidade e sua capacidade de reprodução - não há qualquer preocupação com o trabalho sexual masculino. A mensagem é a de que o “descanso” do homem trabalhador e a reprodução da força de trabalho para o Mercado (FEDERICI, 2019) deve ser provido pela mulher na forma de trabalho gratuito em benefício do capital e do homem. Reconhecer o trabalho sexual e remunerá-lo pode ser o primeiro passo no sentido de devolver à mulher o que lhe pertence, seu corpo e seu direito de dele dispor como bem lhe parecer.

APOIO

CAPES

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Roseli Bregantin. CamGirl e a Uberização do trabalho sexual na Internet no Brasil. Montevideo: XXI Congreso ALAS Uruguay, 2017. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/1958_roseli_bregantin_barbosa.pdf . Acessado em: 22 abr 2018.

BERNSTEIN, Elizabeth. Introduction: Sexual Economies and New Regimes of Governance. Social Politics: International Studies in Gender, State & Society 21.3, Oxford, 2014, pp.345-354.

BIDDLE, Sam. Trabalho escravo, lavagem e pilhas de dinheiro: os segredos das strippers de webcam. NSFW:2012. Disponível em: <http://gizmodo.uol.com.br/trabalho-escravo-lavagem-de-dinheiro-e-pilhas-de-dinheiro-os-segredos-das-strippers-de-webcam-nsfw/> . Acessado em: 10 de jul 2020.

CHT TECNOLOGIA. Camera Hot. Disponível em: <https://www.camerahot.com/br> . Acessado em: 10 de jul 2020.

COELHO, Bernardo Marques Soares da Cruz. Figurações e Transfigurações: prostitutas acompanhantes e homens clientes em processo de construção de si. Lisboa: ISCSP-ULisboa, 2019.

COSTA, Vitor Lopes. A prostituta como “namoradinha”: o advento do comércio sexual como forma de intimidade. Belo Horizonte: UFMG,2018.

CRUZ, Felipe Branco. Após coronavírus, busca por sites pornô e camgirls cresce no Brasil. Disponível em:<https://veja.abril.com.br/entretenimento/apos-coronavirus-busca-por-sites-pornos-e-camgirls-cresce-no-brasil/>. Acessado em: 10 jun 2020.

DÍAZ BENITEZ, 2010 DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

MACHADO, Sidnei In: Live O Trabalho dos entregadores via Aplicativos e o COVID-19, Live apresentada por Maria Cláudia Bridi. YouTube, 22 de maio de 2020. 1 vídeo (1h28min58seg), publicada pelo canal A Clínica de Direito do Trabalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L74KYljmJeU>.

OLIVEIRA, Alexandra. Prostituição em Portugal: uma atividade marginalizada num país que tolera mais do que persegue. Revista Bagoas, Natal, 2017, n. 17, p. 201-224, semestral.

PATTO, Pedro Vaz (2020). Prostituição: o quadro legal português. Disponível em: <https://www.oninho.pt/ficheiros/documentacao/Quadro%20legal%20portugu%C3%AAs.pdf>. Acessado em: 10 mar de 2020

PEREIRA, Ana Cristina .Facilitar a prostituição deve deixar de ser crime? Parlamento discute petição esta tarde. Edição de 04 de julho de 2020. Lisboa: Publico.pt, 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/04/sociedade/noticia/facilitar-prostituicao-parlamento-discute-peticao-tarde-1919388>. Acessado em 04 jul 2020.

RIBEIRO, Fernando Bessa. Proibições, abolições e a imaginação de 1po líticas inclusivas para o trabalho sexual, Natal: CCHLA, 2008. Disponível em: https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n02art01_ribeiro.pdf . Acessado em: 25 de mar 2020.

SANDERS, Teela; O'NEILL, Maggie e PITCHER, Jane. Prostitution: Sex Work, Policy and Politics, Londres: Sage, 2009.

SANDERS, T., SCOLAR, J., CAMPEBELL, R., PITCHER, J., CUNNINGHAM, S. Internet sex work: Beyond the gaze. UK: Palgrave Macmillan, 2018.

SCHULZE, Erika; Sandra Isabel Novo Canto; Peter Mason; Maria Skalin. Policy Department C: Citizens' Rights and Constitutional Affairs European Parliament. European Union, Brussels, 2014.

SLEE, Tom. What's Yours Is Mine: Against The Sharing Economy. New York : OR Books, 2017.

WEITZER, R.: Sex Work: Paradigms and Policies. In: WEITZER, R.: Sex For Sale: Prostitution, pornography and the sex industry. Nova Iorque, Routledge, 2010.

What do sex workers want? | Juno Mac | [Open University, 26 de fev. de 2016] TEDx Talks. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VJRBx0JjM_M. Acessado em: 21 jun 2017.

O LUGAR DE SUJEITO E O INDIVÍDUO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Data de aceite: 26/10/2020

Data de submissão: 01/08/2020

Amanda Marques de Carvalho Gondim

Secretaria de Educação e Esportes de
Pernambuco
Recife – Pernambuco
<http://orcid.org/0000-0001-9248-9859>

José Luís Simões

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – Pernambuco
<http://orcid.org/0000-0003-4915-2323>

Izabel Adriana Gomes de Sena Simões

Secretaria de Educação e Esportes de
Pernambuco
Recife – Pernambuco
<http://orcid.org/0000-0002-5272-708X>

RESUMO: Este ensaio promove a aproximação entre as seguintes categorias: lugar de sujeito e indivíduo. A primeira foi desenvolvida por Foucault e a segunda, por Norbert Elias. O principal objetivo é perceber a possibilidade de trazer o pensamento de ambos para entender uma dada perspectiva teórica e metodológica de pesquisa no campo das ciências humanas. Para tanto, o pensamento de Foucault sobre o lugar de sujeito e o indivíduo, presente na obra de Elias, conciliam ideias ao tratar sujeitos individuais na condição de seres relacionais, influenciadores e influenciados pelas figurações nas quais estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault. Norbert

Elias. Lugar de sujeito e indivíduo.

THE PLACE OF SUBJECT AND THE INDIVIDUAL: FIRST APPROXIMATIONS

ABSTRACT: This essay promotes the approximation between categories: place of subject and individual; the first was developed by Foucault and the second, for Norbert Elias. The main objective is understanding the possibility to brought both thought to make a theoretical and methodologic perspective in Human Science field. However, Foucault thought about place of subject and Elias purpose to individual being possible to reconcile considering people as relational beings, influencing the figurations in which they are inserted.

KEYWORDS: Michel Foucault. Norbert Elias. Place of subject and individual.

1 | INTRODUÇÃO

Em uma busca rápida no Google Acadêmico é possível identificar ensaios cujo objetivo é aproximar ideias teóricas desenvolvidas por Foucault e Elias (DOLAN, 2010; HUGHES, 2010; SMITH, 1999; SPIERENBURG, 2004; VEIGA, 2002). Afirma-se, portanto, um esforço acadêmico em realizar esse exercício há algum tempo e analisando diversos materiais produzidos por ambos. Aqui iremos realizar mais uma dessas inflexões no sentido de contribuir e engrossar o grupo de pesquisadores e pesquisadoras que buscamos encontrar nas perspectivas teóricas dos dois

autores sentido para nossas investigações empíricas. Apesar disso, a análise será puramente teórica, com base em dois textos produzidos por Foucault (2015) e Elias (2001), sendo um texto de cada. Trata-se dos títulos: **O pensamento do exterior** e **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. O primeiro foi escrito por Foucault no ano de 1966 e o segundo, por Elias, em 1969; encontra-se uma temporalidade que não se limita, há o aspecto de ambos estarem na Europa onde, nesse período, vários questionamentos filosóficos e sociológicos começam a se aproximar cada vez mais.

Foucault, filósofo de formação, publica esse texto em uma coleção cujo volume tem por título **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Embora no artigo tenha utilizado para análise objetos empíricos da modernidade um tempo posterior à sociedade de corte analisado por Elias em sua obra, suas categorias encontram-se definidas no campo da linguagem e do simulacro. Foucault (2015) afirma que escrever é um ato de comunicar aquilo de que não se sabe. Portanto, procurar colocar no papel algo sobre o qual não se tem domínio é uma experimentação eminentemente foucaultiana.

O livro de Elias (2001) tem seu prefácio escrito por Roger Chartier chamando atenção ao conceito de “liberdade” do indivíduo nas tomadas de decisão e nas ações. A escrita aponta para a observação de que em uma realidade social cujos poderes aparentam ser absolutos, ainda assim há regulações visíveis e invisíveis nas relações estabelecidas entre os membros da corte.

Elias (2001) realiza em sua obra questionamentos passíveis de serem experimentados. A percepção relacional na constituição das configurações sociais suscita perguntas cujas repostas carecem de análises em mais de um campo de observação. O escolhido por Elias (2001) foi a corte, mas ainda nela realiza experimentações que levantam várias outras possibilidades de composição de análise. Perceber a presença da linguagem e do simulacro nesse jogo de interdependências será o caminho tomado por este ensaio para efetuar as aproximações teóricas e metodológicas desses intelectuais que contribuiram não apenas em suas áreas de atuação, mas numa ampliação visual acerca do pensamento histórico da humanidade.

2 | ASPECTOS FOUCAULTIANOS

Foucault (2015) inicia seu texto com duas afirmações aparentemente antagônicas: “eu falo” e “eu minto”. Quando o sujeito afirma que fala, ao mesmo tempo está a fazer algo indiscutível. Ao dizer, “eu minto”, suscita a possibilidade de falar algo cuja verdade pode ser questionada. Inegavelmente, o sujeito que fala não tem como negar a sua ação; a exterioridade está posta e sua refutação não

existe. Contrariamente, há a outra assertiva, levantando uma série de situações anteriormente impossíveis.

O sujeito que mente está a falar e vice-versa. Mas, como perceber isso? De que maneira é possível identificar a mentira no sujeito que fala? A exteriorização do pensamento no sujeito que fala é mensurável em sua veracidade? Durante muito tempo a fala, e o sujeito dela, não era alvo de indagações. Foucault (2015) traz que Nietzsche relaciona a metafísica do Ocidente à gramática e àqueles que detêm o direito de fala. Antes, na época de Kant e Hegel, o que se via era o imperativo de uma “interiorização da lei da história e do mundo” (FOUCAULT, 2015, p. 226). Portanto, o lugar de sujeito e sua fala não tinham espaço para diligências; ao ser apresentado um indivíduo com poder considerado supremo, isso poderia ser reduzido a algo próximo de nada. Nesse sentido, a dialética do “eu falo”, “eu minto”, não aparecerá na própria reflexão do sujeito.

O fictício não está nunca nas coisas nem nos homens, mas na impossível verossimilhança do que está entre eles: encontros, proximidade do mais longínquo, absoluta dissimulação lá onde nós estamos. A ficção consiste, portanto, não em mostrar o invisível, mas em mostrar o quanto é invisível a invisibilidade do visível (FOUCAULT, 2015, p. 229).

Promovendo uma aproximação com o objeto empírico investigado por Elias (2001), a corte francesa exibia aspectos de uma ficção. O poder absoluto do rei chegava até onde ele conseguia exercer o jogo, principalmente pelo uso de elementos ficcionais. Até onde ia o invisível na invisibilidade do visível de uma sociedade de corte?

A partir do momento, efetivamente, em que o discurso para de seguir a tendência de um pensamento que se interioriza e, dirigindo-se ao próprio ser da linguagem, devolve o pensamento para o exterior, ele é também e de uma só vez: narrativa meticulosa de experiências, de encontros, de signos improváveis – linguagem sobre o exterior de qualquer linguagem, falas na vertente invisível das palavras; e atenção para o que da linguagem já existe, já foi dito, impresso, manifesto – escuta não tanto do que se pronunciou nele, mas no vazio que circula entre suas palavras, do murmúrio que não cessa de desfazê-lo, discurso sobre o não discurso de qualquer linguagem, ficção do espaço invisível em que ele aparece (FOUCAULT, 2015, p. 230).

Estabelece-se neste ensaio as palavras que Foucault utilizou para designar a escrita ficcional com o sentido de aproximar da sociedade de corte em seu aspecto teórico. No momento em que Foucault (2015, p. 231) cita Sade, Blanchot, Nietzsche, Artaud e Bataille como exemplos para a realização da “pura e mais desnudada experiência do exterior”, Elias (2001) demonstra como isso pode ser perceptível na sociedade de corte. A experiência do exterior na corte foi dada principalmente

nas relações estabelecidas, antes de qualquer outra, pelo rei e demais indivíduos presentes na corte.

Foucault (2015) trouxe, em sua definição de atração e negligência, textos que descrevem acontecimentos reais, mas, ao mesmo tempo, refletindo acerca do real. Ao afirmar, por exemplo, que a dissimulação está em todos os lugares e cita uma obra de ficção para fazê-lo, não descarta a assertiva dessa situação encontra-se na realidade. É desse modo que ele coloca a presença da lei e da transgressão como manifestações de dissimulação. A lei é uma demonstração clara do pensamento do exterior; bem como a transgressão, o seu aparecimento; “a lei é essa sombra em direção à qual necessariamente se adianta cada gesto na medida em que ela é a própria sombra do gesto que prossegue” (FOUCAULT, 2015, p. 235).

O “falar”, “mentir”, a “lei” e a “transgressão” são, portanto, resultados visíveis e verificáveis do pensamento do exterior. O primeiro e o terceiro indiscutivelmente necessários para a apresentação do segundo e do último. Serão esses resultados, todos possuindo o sentido de linguagem para Foucault, ao mesmo tempo que demonstram sua exterioridade e dissimulação, que se aproximam do que verificou Elias (2001).

3 | ASPECTOS ELIASIANOS

A sociedade de corte, objeto empírico apresentado por Elias (2001) em sua investigação, demonstra uma série de nuances e mecanismos elaborados pelos indivíduos da corte com vistas à sua distinção do conjunto da sociedade francesa. Elaborar uma etiqueta, para o rei, significava não apenas estabelecer distância, mas também dominação. “Quanto mais um soberano se mantém distante, maior é o respeito que o povo lhe confere” (ELIAS, 2001, p. 133).

Alguns aspectos merecem ser considerados, também observados por Elias (2001): o campo de atuação do rei e as relações estabelecidas como meio de dominação. Disso não estão isentas as interdependências na corte e domínio por meio da fala, a partir situação privilegiada do rei frente aos demais indivíduos da corte. O poder da fala e, por conseguinte, de mentir, encontrava no rei a personificação para o exercício da manutenção do seu *status quo*.

Elias (2001, p. 136) aponta que, ao contrário do sentido weberiano de “líder carismático”, o rei Luís XIV não estava exercendo sua dominação em tempos de crise. Se assim o fosse, o nível de previsibilidade seria menor; no entanto, as forças estariam voltadas em uma única direção. Ou seja, na corte governada por Luís XIV o que havia era a ausência de unidade de interesses. A habilidade do soberano para se manter rei requeria cuidados maiores de administração. O governante absolutista deveria guiar o grupo central, a corte, no interesse de formar uma elite e colocando-

se acima dessa elite pelo uso das rivalidades internas.

Aquilo a que nos referimos como “grandes homens” diz respeito, em poucas palavras, a indivíduos que, sendo bem-sucedidos na resolução de determinados problemas que a situação social de sua época impunha, tiveram uma notoriedade extraordinariamente ampla, seja num período curto com maior intensidade, seja num período mais longo de suas vidas, seja durante a vida toda, ou só depois da morte (ELIAS, 2001, p. 140, grifos do autor).

A corte e o rei investigados por Elias não reproduziram nada de excepcional para a história da França. Seu principal feito esteve em manter a sociedade francesa sob autoridade de um governo central, personificado em Luís XIV; isso só foi possível, segundo Elias (2001, p. 141), pelo fato de a marca característica dele ter sido “uma calma e regular mediocridade”. O controle conseguido pelo rei sobre sua corte pautava-se na elevação de uma elite sobre todos.

A manutenção da autoridade de Luís XIV residia, pois, na manutenção das tensões entre os membros da corte. Assim, o seu falar ou calar influenciaria diretamente nas relações entre os diversos grupos que compunham a sociedade cortesã em Versailles. “Guiar as pessoas aparece como uma função central de dominação tanto no caso da dominação carismática ou conquistadora quanto no da dominação defensiva e conservadora de Luís XIV” (ELIAS, 2001, p. 142).

Portanto, o rei era senhor e súdito da sociedade de corte. O que o colocava acima dos demais era a representação simbólica do seu poder, o simulacro. Falar, calar, mentir, as leis e suas transgressões estavam personificadas em Luís XIV. Ao mesmo tempo, ele próprio estaria preso ao seu falar, calar, mentir, a suas leis e transgressões. Toda concentração em uma só pessoa, por tanto tempo – Luís XIV governou a França por 72 anos – demandaria dele um esforço institucional incomensurável. Ainda assim, o período exercido por ele foi marcado por estabilidade política interna, marcada principalmente pelo controle na balança de poder, capitaneada pelo próprio monarca.

É por meio da relação e do controle que se exerceu o poder na corte, definido por Elias (2001) como uma figuração de indivíduos. Na corte, assim como na literatura, “os indivíduos realmente mudam, mas a relação entre eles não” (ELIAS, 2001, p. 156); o lugar de sujeito, bem como a autoridade do indivíduo, encontra-se naquele que fala e pelo qual se é falado. A liberdade do rei possui limites impostos por ele mesmo ao falar e legislar, “nada é mais significativo para o problema da interdependência humana do que o fato de que toda ação de um soberano [...] ao mesmo tempo torna o soberano dependente dos [seus] súditos” (ELIAS, 2001, p. 157-158). O poder absoluto do monarca aqui encontra-se demarcado.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores apresentados encontraram na transitoriedade de certezas como “eu minto” ou “poder absoluto” uma maneira para explicar suas ideias acerca do falar como resultado do pensar, e da liberdade como resultado da efetiva distribuição de poder. Foucault (2015) tratou suas ideias por meio do uso de autores ficcionais e da literatura como mecanismo para desnudar a própria literatura. Elias (2001) investigou a sociedade de corte e suas relações, principalmente ao redor do soberano, para apresentar uma possibilidade não apenas de manutenção de poder, mas das interdependências necessária a ela.

Objetivamente, esse ensaio procurou apresentar aproximações sobre o modo de entender a sociedade não como algo dado e pronto, mas, principalmente, como algo que merece o olhar de vários ângulos para uma melhor compreensão dos mecanismos sociais. Nenhum dos dois pensadores procurou promover ideias acerca de estruturas imutáveis e indelévels. Essa pode ser exatamente uma primeira aproximação.

Quando passamos a focar, em nossa observação, em vez de dois conceitos absolutos diametralmente opostos entre si, como liberdade e determinismo, os problemas de grau e equilíbrio, constatamos então que o problema da liberdade e o problema da efetiva distribuição do poder entre os homens estão em conexão bem mais estreita do que pode parecer (ELIAS, 2001, p. 159).

Sobre isso, pode-se dizer o mesmo do pensamento “eu falo”, “eu minto”, de Foucault (2015). O rei, bem como o autor, procura na dissimulação apresentar o seu pensamento do exterior. É pela experiência do exterior, no caso da corte, que as relações de poder são apresentadas e aparecem. O soberano, como indivíduo de maior poder na corte, utiliza a fala visando sua manutenção no jogo. Não apenas a fala, mas o calar, a lei e a dissimulação.

Esses mecanismos, apresentados por Foucault (2015), podem encontrar realidade nas ações de Luís XIV, apresentadas por Elias (2001). O rei era o soberano; criava, aproximava ou menosprezava membros da corte francesa com a intenção de dissimular um poder absoluto. Sua fala e seu silêncio eram amplamente observados e cada um desses gestos direcionados a um cortesão possuía grande valor simbólico por explicitar tensões.

Vê-se aí, também, uma segunda aproximação entre os teóricos. A lei e quem a elabora são instâncias de uma mesma experiência. Assim como a presença da lei é a sua própria dissimulação e a transgressão dela faz emergir a lei, o soberano, autor da lei, é a personificação e a possibilidade de sua transgressão. O rei Luís XIV e sua corte, objetos de investigação de Norbert Elias na obra **A sociedade de corte**, demonstram como houve a manutenção dessa figuração social, mesmo após

a morte do “Rei Sol”.

A palavra é para Foucault (2015) um objeto de importante questionamento; ele promove sua emergência para questionar o sentido absoluto de poder a ela dado por muito tempo, inclusive nos meios acadêmicos. Não se questionava a fala por vir de quem vinha; não se questionava a palavra porque “ela tinha o poder de fazer aparecer o corpo visível e eterno da verdade” (FOUCAULT, 2015, p. 245). Ao perceber a possibilidade de sua dissimulação, principalmente pela presença do “eu minto”, Foucault (2015) posiciona a palavra, a fala e a lei em um campo de investigação e transitoriedade.

Elias (2001), por sua vez, questiona a afirmação do absolutismo do rei. Fá-lo investigando a rede de interdependências existentes na corte e a necessidade de certificar e manter uma elite da qual estaria acima e, ao mesmo tempo, dependente dela para corroborar seu poder. Apresentar o “Rei Sol” como alguém dependente é questionar verdades ditas e suscitar caminhos metodológicos possíveis.

Por fim, Foucault (2001) e Elias (2015) ampliaram horizontes metodológicos ao demonstrar objetos empíricos a partir de compreensões teóricas distintas. Apesar disso, os textos analisados nesse ensaio levam à conclusão de que, trazendo à tona situações concretas, pode-se desencadear o pensamento da dissimulação como ferramenta de poder e sua manutenção. Suas contribuições vão no sentido de embasar estudos sobre instituições e relações sociais viáveis para investigação, levando em consideração não apenas os sujeitos e suas relações, mas também os ditos e não ditos presentes nelas.

REFERÊNCIAS

DOLAN, Paddy. Space, Time and the Constitution of Subjectivity: Comparing Elias and Foucault. **Foucault Studies**, n. 8, p. 8-27, feb. 2010. DOI: 10.22439/fs.v0i8.2938. Disponível em: < <https://arrow.tudublin.ie/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=clsart>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. O pensamento do exterior. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Coleção Ditos e Escritos III. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 223-246.

HUGHES, Jason. Emotional Intelligence: Elias, Foucault, and the Reflexive Emotional Self. **Foucault Studies**, n. 8, p. 28-52, feb. 2010. Disponível em: < <https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/2942/3013>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SMITH, D. The Civilizing Process and the History of Sexuality: Comparing Norbert Elias and Michel Foucault. **Theory and Society**, vol. 28, issue 1, p. 79-100, feb. 1999. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1023%2FA%3A1006938626238#citeas>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: REDES DE INTERDEPENDÊNCIAS

Data de aceite: 26/10/2020

Deoclecio Rocco Gruppi

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO
ORCID: 0000-0003-0252-0045

RESUMO: Os Jogos dos Povos Indígenas têm demonstrado, a cada edição, aspectos que os tornam um evento relevante para a sociedade brasileira, como a representação de novas formas de jogar e celebrar. Esses Jogos têm como características principais a celebração, o encontro, o conhecimento de outros povos e o reencontro com outros, o que faz com que sejam reconhecidos por suas diversidades culturais. As primeiras participações de jovens indígenas nos Jogos Escolares Brasileiros foi um momento significativo para os irmãos Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena que almejavam a presença indígena nessa competição. A primeira participação indígena nos Jogos Escolares Brasileiros partiu da iniciativa de se levar um arqueiro, a intenção foi apresentar uma outra maneira de demonstrar suas práticas corporais. É a partir daí que se começa a desenvolver propostas para os Jogos dos Povos Indígenas. A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa. As fontes selecionadas foram obtidas na legislação, em documentos oficiais e no acervo de banco de dados e imagens intitulado “Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil

(1996-2009)”, que contêm a memória sobre os jogos dos povos indígenas. Esta pesquisa leva em conta a interdisciplinaridade, apoia-se no conhecimento da Sociologia, Antropologia, Educação Física e História.

PALAVRAS-CHAVE: Jogos indígenas; Jogos; História; Jogos escolares

INDIGENOUS PEOPLE'S GAMES: INTERDEPENDENCIES NETWORKS

ABSTRACT: The indigenous peoples games have shown each time aspects which make them a relevant event to the Brazilian society, like the representation of new ways to play as well as to celebrate. These games have as their main characteristics to celebrate, the meeting, knowing other people and meeting others again, what make them known by their cultural diversifies. The first indigenous participations in Brazilian School Games was a significant moment to the brothers Carlos Justino Terena and Mariano Marcos Terena whose goal was to make the indigenous people to participate in this competition. The first indigenous participation in Brazilian School Games had the initiative to bring one archer, having the intention to present another way to demonstrate body practices. From this participation on, some proposals to Indigenous people games started to develop. The methodology used in this study is qualitative. The selected sources were obtained in the legislation and in the database and images called “Games, Celebration, Memory and Identity: Creation Trajectory Reconstruction, Implementation and Spreading of the Indigenous people Games in

Brazil (1996-2009)”, which contain the memory of indigenous people games. This research is based in the interdisciplinary, being supported in Sociology, Anthropology, Physical Education and history knowledge.

KEYWORDS: Indigenous Games; Games; History; School Games.

INTRODUÇÃO

Os Jogos dos Povos Indígenas são ações idealizadas pelos líderes nacionais, os irmãos Mariano Marcos Terena e Carlos Justino Terena em parceria com o Ministério do Esporte. Esses eventos objetivam a prática dos jogos e a divulgação das manifestações esportivas e culturais de cada etnia. No início os objetivos não eram tão claros, Carlos Terena não imaginou o impacto dos Jogos.

O reconhecimento dos Jogos está presente no Artigo 217 da Constituição Brasileira de 1988, a qual afirma ser dever do Estado proteger, resgatar, registrar e divulgar as manifestações culturais de caráter esportivo que se vinculem às nossas raízes etno-históricas.

O líder Carlos Terena, em entrevista, apresenta o processo pelo qual passou para se chegar ao que se denomina hoje Jogos dos Povos Indígenas. Na percepção de Carlos, as experiências na juventude e o espírito de liderança foram bases para o desenrolar das ações posteriores, ele conta como se deu o envolvimento das comunidades indígenas com o esporte e conseqüentemente com a realização de um sonho, evidencia-se também seu espírito de lideranças que perpassou quase duas décadas expondo como é que se move as coisas para frente.

A criação de uma equipe de futebol formada por estudantes indígenas foi um momento importante para começarem a discutir outras questões políticas e se politizarem. Segundo Sant’Ana (2010, p.101) “(...) eram momentos, também, de reflexão sobre a situação vivenciada pelos seus parentes que ficaram nas TIs., bem como sobre as políticas indigenistas e os levantes indígenas pelo país.”, as possibilidades de visibilidade das comunidades não indígenas por meio do esporte, bem como as inter-relações com dirigentes políticos do Ministério do então Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP) contribuíram para a idealização dos Jogos dos Povos Indígenas. Contudo, a realização de um sonho de colocar as comunidades indígenas para se encontrarem e celebrarem se tornou realidade no ano de 1996 nos I Jogos dos Povos Indígenas, realizados em Goiânia com apoio do INDESP.

MATERIAL E MÉTODOS

O material utilizado apresenta a abordagem da participação indígena nos Jogos Escolares Brasileiros relacionados aos períodos históricos, (1969-2012).

Identificação da filosofia e objetivos dos Jogos Escolares Brasileiro. Participação Indígena – Descrição dos participantes/população atendida e organizadores. Informações sobre o Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena e o Ministério do Esporte, e a relação com os Jogos dos Povos Indígenas.

A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa. As fontes selecionadas foram obtidas na legislação, em documentos oficiais e no acervo de banco de dados e imagens que contêm a memória sobre os jogos dos povos indígenas. O presente trabalho está centralizado principalmente nas ações do Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena e o Ministério do Esporte, por serem os principais protagonistas e estabelecerem relações conjuntas e muito próximas na realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

Esta pesquisa leva em conta a interdisciplinaridade, apoia-se no conhecimento da Sociologia, Antropologia e História.

As fontes históricas estão relacionadas a “ouvir depoimentos, manusear documentos, decifrar impressos ou audiovisuais em busca das experiências de nossos antepassados” conforme (Pinsky, 2008, p. 7). O presente trabalho está fundamentado da teoria sobre figurações e relações de poder de Norbert Elias mais especificamente nas obras: “Sociedade dos Indivíduos” (1994); “Os Estabelecidos e Outsiders” (2000); “Norbert Elias por Ele mesmo” (2001) e “Introdução à Sociologia” (2005), Elias e Dunning “A Busca da Excitação” (1992).

RESULTADOS

Indicação das diferentes Instituições

As Instituições envolvidas nos Jogos dos Povos Indígenas - JPIs, são

- Comitê Intertribal, Memória e Ciência Indígena, liderada pelos irmãos Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena idealizadores e organizadores dos JPIs, e o
- Ministério do Esporte, como principal financiador desses Jogos.

Outras instituições também contribuem para a organização dos Jogos dos Povos Indígenas, estas não oferecem financiamento direto e não são objetos deste estudo do presente trabalho – a saber:

- Universidade, contribui com voluntários das Faculdades de Educação Física e com pesquisadores no acompanhamento e avaliação.
- A Mídia, pois desde a primeira edição contribuiu para a divulgação e visibilidade dos Jogos, assim como para o acesso ao mundo dos esportes pelos indígenas.

- As ONGs. como a Ecoterra representada por Fernando Amazonas e Raí Silva, com trabalhos realizados desde 2003 em Palmas/TO até Porto Nacional/TO e outras.

O presente trabalho está centralizado principalmente nos aspectos históricos da trajetória dos Jogos dos Povos Indígenas desde a primeira Edição e as ações do Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena e o Ministério do Esporte, por serem os principais protagonistas e estabelecerem relações conjuntas e muito próximas na realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

A Etnia Terena

O matador, o guerreiro, era representado por novo grupo social o *xuna-xati*. Era o guerreiro “que se destacava no campo de batalha matando um adversário” (OLIVEIRA, 1968, p. 28)

Oliveira relata: “Contam os Terena que, depois de matar o inimigo, o guerreiro punha o pé sobre seu peito e tocava uma buzina, anunciando seu feito ao mesmo tempo que reclamava o título de *xuna-xati*. Do grupo social formado pelos *xuna-xati*, i.e., desse grupo de “titulados é que eram recrutados os “Chefes de Guerra”, sem levar em conta sua origem social ou étnica – embora fosse raro (segundo nossos informantes) um *kauti*, tornado *xuna-xati*, chegar a ser “Chefe de Guerra”. (1968, p, 28)

As alianças feitas pelos Terena com os Guaikuru, com as trocas de alimentos por instrumentos de ferro, proteção e cavalos, fortalecem as influências e a índole guerreira desse povo. “Longe de serem passivos nessa história, os Terena procuravam extrair dessas relações (via aldeamentos) aspectos importantes de suas pautas culturais, desde a apreensão dos recursos do Outro (aprendizado do português (fala e escrita), dos hábitos e costumes, acesso a mercadorias, etc.), até a ampliação dos domínios sobre outras etnias, principalmente quando convocados pela Coroa para aldear/“civilizar” etnias consideradas “selvagens”. (SANT’ANNA, 2010, p. 36)

Por outro lado, Pereira nos mostra como compreender a índole pacífica dos Terena que pode ser analisada do ponto de vista da relação de convívio com outros povos: “Os Terena se consideram como um povo afeito à sociabilidade com outros povos, como foi possível constatar em diversas narrativas[...].Contrapõe assim, seu modo de ser ao da população de outros grupos étnicos, considerados como portadores de uma índole hostil, ou menos propensa à contração de relações de convivialidade com outros povos”. (2009, p. 28)

Nos primeiros contatos, a influência dos Terena era vista com bons olhos pelos portugueses sendo-lhes concedido, portanto, um tratamento diferenciado e especial frente a outras etnias, o que possibilitou uma aliança com a Coroa portuguesa: [...]

apesar de desfrutarem de certa autonomia, circulação e manterem relações intensas e não-belicosas com os portugueses, tudo isso não foi suficiente para uma boa composição e configuração das relações entre os Terena e os brasileiros após a eclosão do conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864 - 1870) (SANT'ANNA, 2010, p. 39)

Nas terras Terena há uma unidade social mais inclusiva, dotado de autonomia política própria, existe um cacique e um conselho tribal. Cada aldeia resolve suas pendências jurídico-políticas entre seus membros internamente. Os assuntos são tratados em grandes reuniões com a presença necessária de todas as lideranças das aldeias.

Relações dos Terena com a sociedade brasileira

As relações Terena-sociedade brasileira perpassa por episódios centrais desde seus primeiros contatos “com as frentes nacionais de desbravamento até sua integração à economia brasileira regional e sua acomodação nos segmentos socioculturais, nacionais”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972, p. 27).

Cardoso de Oliveira expõe os fatores socioculturais os quais, de acordo com seu ponto de vista, estimulam e facilitam a assimilação¹, bem como aqueles que dificultam ou a impedem, apresenta os pontos convergentes e divergentes, como consequência do trabalho cativo e da saída da aldeia para cidade.

O paradigma da assimilação das populações indígenas foi repensado e substituído na Constituição de 1988 pela obrigação do Estado em assegurar o respeito e a diversidade cultural. O surgimento do movimento indígena, como nova figuração, denota a possibilidade de apoderar-se, ou seja, estabelecer relações de poder presente nessa rede de interdependência.

O Trabalho realizado por Pereira (2009) na aldeia de Buriti corrobora com os dados etnográficos apresentados por Cardoso de Oliveira ao longo de suas publicações. E, em virtude do desmoronamento do paradigma existente, afirma a renovação e um novo momento na antropologia brasileira em que “a maioria dos antropólogos considera inconsistentes as descrições orientadas pelo paradigma da aculturação e busca experimentar novas possibilidades de descrições e análises”. (PEREIRA, 2009, p. 33)

Como uma das populações indígenas mais numerosas no Brasil, de 24.776 habitantes, (FUNASA, 2009), os Terena mantêm seus princípios próprios e sua formação social, “na situação de contato com a sociedade nacional (colonial e pós-colonial), as comunidades terena optaram – ou tiveram que fazer essa opção como estratégia de sobrevivência” (PEREIRA, 2009, p. 129) eles mantiveram seus

¹ Roberto Cardoso de Oliveira. *O Processo de Assimilação dos Terena* : “processus pelo qual um grupo étnico se incorpora noutro, perdendo sua identificação étnica anterior”

princípios.

Porém, os Terena estão sempre atentos às questões que se referem aos seus direitos, sobretudo nos dias atuais, por meio dos espaços ocupados em diferentes instituições governamentais ou não governamentais.

Através dos espaços ocupados e decorrentes dos movimentos sociais para a condução das demandas indígenas, as associações indígenas, criadas a partir da década de 1970, começam a ter destaque. Vale ressaltar que nas décadas de 1980 a 1990 existe um aumento do número de projetos referentes às questões indígenas promovidos pelas associações criadas nesse período, não somente pelos Terena mas por outras etnias em diferentes regiões brasileiras.

As mobilizações indígenas vão crescendo pelo país, especificamente “os Terena protagonizaram muitas dessas mobilizações que estavam acontecendo, articulando, em diferentes níveis o apoio às suas reivindicações” (SANT’ANNA, 2010, p.100).

A compreensão sobre a etnia Terena, da organização social e as relações com a sociedade brasileira, possibilita analisar que as relações interpessoais dos irmãos Carlos Terena e Marcos Terena provém da índole terena, quando tratam dos assuntos relacionados aos Jogos dos Povos Indígenas com representantes do Ministério do Esporte e suas articulações políticas.

Histórias de vida relacionadas com os Jogos dos Povos Indígenas

Mariano Marcos Terena

Da etnia Terena, faz parte do grupo de estudantes que vai para Brasília completar os estudos na década de 1970, obtém grande destaque e torna-se piloto de aeronave. Marcos Terena é hoje servidor da Fundação Nacional do Índio, articulador dos Direitos Indígenas, mentor dos Jogos dos Povos Indígenas e um dos grandes representantes da União das Nações Indígenas, Movimento Indígena Brasileiro do final década de 1970, que contava, na época com um grupo de estudantes de outras etnias; é Professor da Cátedra Indígena Itinerante e representante de questões dos indígenas no Brasil na Organização das Nações Unidas.

Mariano Marcos Terena foi integrante da Equipe de futebol UNIND (União das Nações Indígenas) formada por quinze estudantes indígenas que foram estudar em Brasília na década de 1970, essa equipe de futebol se tornou um movimento político discute direitos humanos, liberdade e democracia na ação indígena.

Um dos fundadores do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena em 1991.

Em 1992 participa como representante indígena na Conferência das Nações Unidas – Rio 92, contribui na elaboração de uma Declaração denominada “Karioca”

e da “Carta da Terra” apresentadas nessa Conferência, documentos esses que foram revistos na Rio + 20, também organizada pela ONU e realizada em 2012 na cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 2001, Marcos Terena profere uma palestra em Irati/PR por ocasião do I Simpósio Cultura Corporal e Povos Indígenas do Paraná. Nessa palestra comenta seu papel no Comitê Intertribal, refere-se também à situação deparada pelos índios no Brasil e fala sobre os Jogos dos Povos Indígenas realizados na cidade de Goiânia/GO, no ano de 1996. A palestra é transcrita pela pesquisadora Marina Vinha e publicada em 2003 no livro intitulado Cultura Corporal Indígena, organizado por Maria Beatriz Rocha Ferreira [et al.]. Este é o primeiro encontro para reflexões, no meio acadêmico, sobre os Jogos dos Povos Indígenas.

É articulador político e organizador do Fórum Social Indígena, um dos espaços criados para discussões que acontecem durante cada edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Nesses Fóruns são discutidas questões como: Ecologia, Política, Saúde, Educação, Direitos Indígenas entre outros temas, por representantes indígenas, profissionais, pesquisadores, personalidades nacionais e internacionais. É um espaço aberto e possibilita tomadas de decisões e encaminhamentos de propostas sobre os Jogos dos Povos Indígenas.

Carlos Justino Terena

Foi atleta de futebol, participa como chefe de delegação nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) em meados da década de 1980 e 1990. Carlos Justino Terena é funcionário da FUNAI, é representante do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena e um dos idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas e coordenador cultural desses Jogos;

Entre outras passagens de sua história de vida, comenta sobre a ida a Brasília para estudar e encontra indígenas de outras etnias, esse contato possibilita a ampliação de conhecimento sobre outros povos e admite que esse encontro é muito positivo. Conforme Carlos Terena (2007): *“Bom, só que naquela época não conhecia assim a cultura de outros povos e quando fomos a Brasília eu fui a Brasília estudar, comecei a conhecer outras etnias como principalmente xavante, juruna, carajá [...] que não estão no meio da gente foi embora. Comecei a conhecer outros povos e a partir dessa leitura eu comecei a conhecer também a cultura desses povos e eu sempre imaginei que um dia a gente pudesse juntar essas atitudes, digamos positiva em torno de alguma coisa que pudesse ser em comum então sabemos que há divergências políticas digamos assim há divergências religiosas[...]*

Como se pode observar, nesse relato, a constituição dos Jogos dos Povos Indígenas é uma das inspirações de Carlos Terena após o conhecimento/

reconhecimento de outros povos indígenas, ele vislumbra um momento de encontro onde os povos possam apresentar suas distintas culturas. Essa experiência, da sua ida a Brasília para completar os estudos e conhecer outras pessoas de etnias diferentes, possibilita estabelecer novas redes de interdependências, tudo leva a crer que é um momento muito propício para ampliar seus conhecimentos e as probabilidades de atuação, como esportista, nas questões políticas e, até mesmo relativas às questões sociais. As conexões estabelecidas pelos estudantes não são planejadas, são jovens de etnias diferentes reunidas num mesmo lugar com objetivo de estudar, ali eles têm a oportunidade de refletirem sobre as mais diversas questões relativas às suas vivências trazidas das aldeias para aquele espaço. Devo lembrar que o processo pelo qual se chega à constituição dos Jogos dos Povos Indígenas ainda será discutido ao longo desta tese.

Carlos Terena, esportista, faz parte de comissões que se formam para levar “atletas” para competirem nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), em 1985 em São Paulo, a primeira delegação indígena a participar dos JEBs é composta por representantes do Xingu com as etnias: Kamayurá, Yawalapiti, Waura, Kalapalo e Meinako para fazerem demonstração da luta Huka Huka, e também com a presença de uma equipe de futebol, de atletismo e de natação, nessas modalidades comparecem representantes das etnias: Terena, Xavante, Karajá e os povos do Alto Xingu, onde Carlos Terena foi designado um dos Coordenadores da Delegação. (BOLETIM, 1985, p. 406). A articulação com o então Ministério da Educação e Cultura proporciona essa participação, que permanece até início dos anos de 1990, como relatado anteriormente.

Como dirigente em 1989, Carlos Terena aponta o fato ocorrido com a equipe indígena de futebol de campo no jogo contra a equipe do Paraná. A equipe da Nação Indígena ganha no placar, mas é desclassificada pelo regulamento, pois três de seus atletas têm inscrições irregulares. Sobre esse ocorrido Carlos Terena explica: *“a desclassificação fez com que nos sentíssemos iguais aos brancos, vendo a lei ser cumprida da forma como gostaríamos que acontecesse com as invasões de nossas terras”* (BRASIL, 1989, p. 42). Há uma certa tensão nessa fala, foi o momento para queixar-se de problemas sociais enfrentados pelos indígenas e a sociedade nacional e, expressar a indignação ao referir-se às questões sociais que eram e continuam sendo desfavoráveis.

DISCUSSÃO

Os Jogos Escolares Brasileiros são definidos por Ferreira et al. (2005, p.20.3) como: [...] peculiares quando não são locais – ou seja, municipais ou intermunicipais – por assumirem proporções de mega-eventos ao estilo de competições

internacionais, e por representarem municípios e cidades... Outro aspecto redefinido por esses jogos é a integração da juventude por meio do esporte.

No decorrer de sua história, o envolvimento sempre crescente do número de atletas e estudantes, melhoria técnica dos esportes olímpicos, o aparecimento de uma mentalidade entre a classe estudantil com relação a atividade física, a reciclagem de professores e técnicos, são pontos principais propostos pelos Jogos Estudantis Brasileiros (GRUPPI, 2011, P. 57).

Em 1987 em Campo Grande ano em que, no Fórum de Debates, aparecem questões referentes à compreensão sobre os JEBs, os posicionamentos quanto ao esporte participação, esporte performance e esporte de rendimento, contudo, são momentos de reflexão sobre sua finalidade. (BORGES E BUONICORE, 2007, p.63).

O modelo dos JEBs começa a ser questionado, assim como sua finalidade como competição, bem como a quem se dirige. Outra questão que se torna relevante é quanto às condições de saúde dos atletas, nesse embate considera-se o aluno no contexto escolar como um atleta em potencial, haja vista a sugestão de se colocar a necessidade de exame médico no interior da escola. Do mesmo modo que as questões levadas ao Fórum demonstram certa preocupação no formato no que diz respeito ao esporte participação, de performance ou de formação, ainda consideram o espaço da escola como local revelador de talentos esportivos.

Nesse contexto de mudanças é redigida a “Carta Brasileira do Esporte na Escola” após discussões e subsídios veiculados na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola². Em 1989 Manoel Tubino assume como dirigente da SEED, por indicação do ministro Carlos Sant’Anna, e estabelece um referencial teórico baseado em suas concepções sobre educação, no qual define cinco princípios socioeducativos, a saber: “o da participação, da cooperação, da coeducação, da corresponsabilidade e da integração” (BRASIL, 1989, p. 30). A partir desses princípios o autor defende que a prática esportiva dentro dos JEBs deverá ser de direito de todos, e que não se poderá continuar como um evento no qual se privilegia o esporte de alto rendimento, proporcionando dessa forma a discussão do papel desse esporte no interior da Escola.

A defesa pela publicação da Carta Brasileira do Esporte na Escola reafirma o comprometimento do dirigente com as densas mudanças no conceito de Esporte, as quais se podem ser assentadas no interior da Escola e reafirmando a presença

2 Na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola apresentaram-se pesquisadores de universidades brasileiras, a saber: Prof. Cristóvam Buarque, Prof. Silvino Santin, Prof. Roberto Crema, Prof. João Batista Freire da Silva, Prof. Laércio Elias Pereira, Prof. Paulo Roberto Gomes de Lima, Prof. Paulo Rubem, Prof. Jorge Sergio Pérez Gallardo, além de contar com a participação de Marcos Terena como integrante da comunidade indígena para uma das mesas de debates levando às questões relacionadas a existência de nações indígenas e às práticas esportivas dos indígenas. Entre outros participantes teve Georgecohama D. A. Araujo e Paulo Roberto de Oliveria, Antonio Batista Pinto (Mestre Zulu – Capoeira), Nilton Agra Vasconcelos Galvão, Paulo Roberto Bukhardt, Rene Augusto Otrenba Eiras. (BRASIL, 1989)

do esporte como evento educativo.

No ano de 1985 a Nação Indígena participa pela primeira vez dos JEBs, é citada nos boletins dos Jogos realizados na cidade de São Paulo, quando realizam a demonstração da luta Uka Uka no CEPEUSP, essa luta aparece no quadro das modalidades com as datas e horários, bem como o local a serem realizadas (BOLETIM, 1985, p.01). A participação nesses JEBs contou com a presença das etnias: Kamayurá, Yawalapiti, Waura, Kalapalo e Meinako, teve como Chefe da demonstração da Luta: Sr. Aritana - “Capitão absoluto do Alto Xingu” (BOLETIM, 1985, p. 406), e também com a presença de uma equipe de futebol, de atletismo e natação, representados pelos Terena, Xavante, povos do Alto Xingu e Karajá, como chefe das modalidades: Sr. Jorge Terena, e Coordenadores da Delegação: Carlos Terena e Jeremias Xavante (idem, p. 406).

A participação indígena no desporto começa no final década de 1970 quando um grupo de jovens indígenas, estudantes que moram em Brasília decidem criar uma equipe de futebol: *Tudo começou em 19 de abril de 1979, Dia do Índio, quando foi organizada uma seleção de futebol indígena formada pelas tribos dos Karajá, Terena, Bakairi, Xavante e Tuxá, para partida amistosa contra a então equipe do CEUB. Daí nasceria uma equipe de futebol de campo e salão dos estudantes indígenas com o nome de KURUMIM. Ela já se apresentou em vários estados brasileiros, inclusive atuando por duas vezes no Maracanã, no Rio de Janeiro. (TERENA, 2001 p.37).*

O relato nos apresenta o momento das experiências na juventude com a organização da equipe de futebol formada por integrantes de diferentes etnias, estudantes que se apresentam em diferentes estados brasileiros, inclusive a atuação por duas vezes no Maracanã, no Rio de Janeiro. Como afirma Sant’Ana (2010, p.101) “(...) alguns jovens saíram de suas aldeias rumo a Brasília.(...) morando num mesmo local e compartilhando de expectativas e experiências comuns, esses jovens criaram laços de amizade e socialização, formando, nesse período um pequeno time de futebol denominado UNIND (União das Nações Indígenas)”. Carlos Terena: *Em seguida, através da nossa articulação junto ao Ministério da Educação e Cultura, ficou acertada a participação das comunidades indígenas nos IV Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), na cidade de São Paulo, em 1985. E até hoje continua a participação das comunidades indígenas em eventos esportivos oficiais. (TERENA, 2001 p.37).*

A articulação de Carlos Terena junto ao Ministério da Educação e Cultura concretiza sua participação como liderança indígena no processo de desdobramento da inserção das comunidades indígenas num diferente contexto brasileiro que é o dos Jogos Escolares.

A primeira participação de indígenas nos JEBs acontece com a presença de um arqueiro para distinguir, ou seja, para apresentar uma outra maneira de

demonstrar práticas corporais, como afirma Terena: “Sim, para mostrar como se atira uma flecha sem *dopping*, sem anabolizante, deixa a gente atirar uma flecha” (idem, p. 37). No entanto o autor nos brinda com seu relato sobre a participação do arqueiro naqueles Jogos: *(...) quando o índio flecheiro desceu na linha para fazer a demonstração, eu mesmo não conhecia esse índio flecheiro, ele disse: ‘Não, pode por aqui mais de cinquenta metros – porque é importante escolher e poder ver onde vai acertar’. ‘Então ele não mirou como todo arqueiro faz, ele olhou assim atirou. Ele acertou uma melancia. ‘Está muito grande, traga outra’ trouxeram uma fruta menor até chegar na maçã(...)* (TERENA, 2001 p.37).

Ao comentar esse fato, Terena se remete ao conceito de esporte, e mostra como as práticas corporais podem ter significados dentro de determinados contextos. Ainda complementa: *(...) ele estava usando um arco tradicional, estava utilizando uma metodologia tradicional, mas com um objetivo que não era tradicional, porque lá na aldeia aquele índio não faz aquilo como esporte. Ele faz para acertar uma ave, uma anta, um peixe no meio do rio... Então, nós a partir daquele momento começamos a trabalhar esse conceito de Jogos dos Povos Indígenas.* (TERENA, 2001, p.37).

Essa demonstração então, é o início de como se pode pensar o esporte a partir de um novo enfoque, ou seja, um novo conceito para o esporte moderno, e que abre caminho para novas questões referentes aos Jogos dos Povos Indígenas como marco para a sociedade não indígena.

Em 1988, São Luiz – MA, XVII JEBs, a Nação Indígena participa nas modalidades de Futebol e Futebol de Salão e um fato se torna relevante, eles recebem um comunicado da Comissão Central Organizadora: “A Comissão de Disciplina comunica que as equipes de Futebol e Futebol de Salão da Nação Indígena perderam todos os pontos em favor dos adversários. Tal mudança deve-se ao fato de terem sido inscritos atletas em duas modalidades coletivas contrariando assim, o Artigo 50 do Regulamento Geral dos XVII Jogos Escolares Brasileiros.”(BOLETIM, 1988, p. 247)

Para todos os participantes há o mesmo Regulamento, não obstante serem Nação Indígena e recebem o mesmo tratamento dado a qualquer outra delegação participante dos Jogos. Sobre essa questão Carlos Terena afirma: “a desclassificação fez com que nos sentíssemos iguais aos brancos, vendo a lei ser cumprida da forma como gostaríamos que acontecesse com as invasões de nossas terras”(BRASIL, 1989, p. 42).

Em 1989, com as inovações e mudanças de formatação, os JEBs contam com a presença de aproximadamente 4.000 atletas. Nesse ano a nação indígena participa nas Modalidades de Atletismo (masc. e fem.), Futebol de Salão e Futebol.

Constituição do Comitê Intertribal

Em 1991 é criado o Comitê Intertribal – 500 anos de Resistência, presidido por Mariano Marcos Terena. Marcos Terena, como é conhecido, é designado³ titular, e Pedro Cornélio como suplente, junto ao Grupo de Trabalho Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas, para a preparação/participação da ECO 92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Entre outras pessoas compõem o Comitê Intertribal: Eliane Potiguara, Itiarori Karajá e o Aritana. Marcos Terena em depoimento a Graziella Sant’Anna (2010, p. 112) afirma: Graziella: *O Comitê, você disse que surgiu na Eco 92...* Marcos Terena: *Isso, daí não sei como eles me convidaram pra ir pra Genebra, primeira vez, ao Secretariado responsável pela Conferência da Rio 92 [ECO 92], convidou e eu fui pra lá. Então, antes de ir pra lá o pessoal da ONU aqui disse: “Vai ter uma Conferência, o que você acha que pode fazer e articular?”. Eu falei: “Eu posso ajudar a organizar tal, mas quero ver primeiro, preciso pensar o que podemos fazer”. Daí, conversei com o Carlos [Terena] o que nós íamos fazer, daí chegamos à conclusão que íamos fazer uma aldeia no evento. Era uma coisa inédita, mais agressiva. Nós estávamos com um plano aqui que nós íamos fazer uma aldeia onde nós iríamos demonstrar o que é desenvolvimento, o que é meio ambiente, usando a tecnologia da selva, começamos a usar esses termos assim. O cara falou: “Poxa, vocês conseguem fazer tudo isso?”. “Nós só vamos participar se conseguirmos fazer isso”. Daí fui pra Genebra nessas condições, já como Comitê Intertribal. Graziella: Vocês montaram o Comitê com que pessoas? Marcos Terena: *Nós montamos com a Eliane Potiguara, o Itiarori Karajá, o Aritana, e outros.* Graziella: *Tinha outros Terena?* Marcos Terena: *Tinha. E registramos a associação para, assim, com o efeito de referência externa lá fora, porque provavelmente a gente poderia ter financiamento para as ações na Rio 92, só que no decorrer do processo eu achei assim, como era evento da ONU, qualquer recurso que a gente conseguisse a gente descarregaria no PNUD e ele gerenciaria isso pra gente, e foi o que realmente aconteceu.* (Marcos Terena)*

O modo como Marcos Terena se afirma diante dessa situação, como representante indígena junto ao governo, com prestígio e confiança, também proporciona a inserção de seu irmão Carlos Terena na organização, por meio do Comitê Intertribal se concretiza a participação de indígenas na ECO 92.

Quando Marcos Terena fala do surgimento do Comitê Intertribal, penso que ele se refere a um dos primeiros trabalhos que esse Comitê realizou e ampliou a visibilidade, tanto para os indígenas que o compuseram quanto para o Governo, que naquele momento possibilitou uma participação mais ampla, ou seja, de outros setores da sociedade num evento como a ECO 92.

3 Conforme Diário Oficial da União de 23 de outubro de 1991, seção II p. 7435.

Na discussão de questões relativas ao meio ambiente, a representatividade da população indígena pode se dar a partir desse Comitê Intertribal. Porém, surgem algumas questões que merecem atenção acerca dessa representatividade, ou mesmo o porquê desse Comitê ser escolhido, na década de 1990 já existem inúmeras associações indígenas disseminadas pelo país, sobretudo na Região Norte.

Talvez a composição do Comitê representado por algumas etnias possa ser uma das respostas. No entanto, há questionamentos que nos dão indícios das redes de relações estabelecidas naquele tempo e espaço que possibilitam a melhor compreensão dessa participação junto ao Governo. O fato de Marcos Terena ser convidado para a organização da ECO 92 faz com que se “registre a associação”, tanto para fins de financiamentos como para as tarefas que deverá executar, ou mesmo para um início de parceria com o Governo. Ao mesmo tempo nota-se contradições nas ações, o mesmo governo que em um momento se aproxima dos indígenas para realizar tarefas de interesse político comum, se encontra do lado oposto dos indígenas quando estes através das várias associações reivindicam ações governamentais frente aos seus problemas.

Entre outros eventos que o Comitê Intertribal realiza em parceria com o Governo Federal, encontramos os Jogos dos Povos Indígenas, este por sua vez será amplamente abordado na investigação que permeia esta pesquisa.

CONCLUSÕES

Novas redes de interdependências são estabelecidas a partir da iniciativa indígena, haja vista que ao longo do tempo as atividades da equipe de Futebol Indígena proporcionam maior visibilidade e espaços para discussões de problemas que envolvem as aldeias. Nota-se as lideranças indígenas a se reunirem em eventos esportivos e considerando esses como meios de se ter visibilidade na sociedade mais ampla, quer seja em nível nacional ou internacional. Os intercâmbios, como afirma Marcos Terena, visam o “fortalecimento da integração de nossas diferenças étnicas, cuja base é exatamente o respeito e o resgate ao orgulho por essa diferença lingüística, cultural e até mesmo física” (1997, p.2).

As articulações se apresentam de modo que abranja a sociedade nacional “principalmente entre os jovens e crianças, visando mostrar a verdadeira cara dos índios e conquistando não só a simpatia, o engajamento desses setores, como a valorização do amor à terra e as riquezas culturais, ecológicas e étnicas do nosso país(...)” (TERENA, 1997, p.2).

Marcos Terena afirma que, por meio do esporte, os indígenas começam a se tornar mais visíveis para a sociedade mais ampla e, que a luta indígena em

questões importantes como a demarcação de terras, há muito tempo acontece e pode ser apresentada de modo objetivo por meio desse instrumento: o esporte.

A busca pelo reconhecimento governamental começa a se tornar mais evidente quando Carlos e Marcos Terena iniciam contato com o Ministério do Esporte e INDESP a fim de apresentar seus projetos para a realização do evento denominado Jogos dos Povos Indígenas.

Os Jogos dos Povos Indígenas realizados em Goiânia (1996), com a participação de aproximadamente 500 índios, num total de 20 etnias brasileiras foi realizado com parcerias, a primeira delas com o então INDESP e com o Ministro Extraordinário do Esporte.

Apesar de terem notado grande receptividade por parte de autoridades, o projeto aprovado a ser executado tem alguns problemas a serem resolvidos, como a mudança de cidade, o escasso tempo para a organização, e, ainda o que se pôde notar a falta de experiência no trato com povos indígenas.

Nessas novas relações interpessoais, nota-se, através das palavras de Marcos Terena, o “descaso e crítica velada” ao projeto, e estes, por estarem sempre dispostos a lutar pelos seus ideais, mantêm o desafio de levar o projeto adiante.

Dentre as várias articulações, além do contato com o poder público, Carlos e Marcos Terena têm que “(...) conversar com setores da imprensa, visando agendá-las para o evento, não só no Brasil como fora (...)” (TERENA, 1997, p.2).

A preocupação em estabelecer a articulação com a imprensa surge pela necessidade de se preservar a mensagem transmitida “através dos slogans, dos folders enfim, da linguagem histórica e contextualizada” (TERENA, 1997, p.2) a toda sociedade, “já que o que estava em jogo era a história do Índio em nosso país, como também da personalidade e do trabalho histórico do Ministro Edson Arantes do Nascimento”(idem.).

A presença da FUNAI, apesar de cumprir seu papel no projeto dos Jogos dos Povos Indígenas, também é um momento tenso, já que é constitucionalmente a representante oficial do Governo Federal na Assistência e Proteção ao Índio, porém esse órgão não apresenta preocupação com eventos esportivos, por não fazer parte de seus programas indigenistas, nas palavras de Marcos Terena vê-se preocupação de se estabelecer aproximações entre a FUNAI e o Ministério dos Esportes.

As tensões emergem na medida em que se começa a repensar a diversidade de necessidades que as comunidades indígenas possuem, não somente questões sobre as demarcações de terras que são muito importantes, além das questões da saúde, recursos financeiros, mas também ao direito de vivenciarem as manifestações culturais e esportivas e sua continuidade.

Após a realização do primeiro grande evento: os Jogos dos Povos Indígenas em Goiânia, a presença dos povos indígenas em eventos públicos começa a ser

valorizada pelo poder público, em especial pelo Ministério dos Esportes. Essas novas relações apresentam oportunidades recíprocas, no que diz respeito à visibilidade e diversidade de cultura e povos presentes no Brasil.

No ano de 1996 o governo brasileiro apoia a candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2004, e com a intenção de “compor um lobby multi-racial do nosso país para defender a cidade do Rio de Janeiro perante o COI” (TERENA, 1997, p.4) o Ministério dos Esportes incumbiu os irmãos Carlos e Marcos Terena de organizarem uma delegação de atletas indígenas e levá-la para a cidade do Rio de Janeiro a fim de mostrar tradições culturais de povos indígenas tais como: rituais indígenas, danças, corrida da tora por homens e mulheres, huka-huka, e demonstração de arco e flecha. Marcos Terena elucida: *A articulação e a montagem de um evento como esse, que não é nosso, não pode simplesmente ser decidido pelos donos do dinheiro ou pelos donos do poder, nosso trabalho demanda tempo e paciência, num vai-e-vem entre a cidade e as aldeias, quer seja por telefone, fax, rádio ou mesmo um recado.* (1997, p.4).

Essa incumbência dada a Carlos e Marcos Terena deixa-os preocupados pela complexidade da ação, pois é uma decisão de um órgão público, como Marcos afirma, é necessário “tempo e paciência” para fazer os contatos e os convites além da preocupação da aceitação desses convites: “Durante muito tempo a imagem de nossas tradições culturais, espirituais e lingüísticas foram manipuladas através de fotos, filmes e livros, inclusive em nome da ciência e da valorização cultural. Interessante que nesses casos o personagem principal foi o homem branco, o manipulador, o usurpador, o colonizador, por isso, quando o convite foi feito, tratamos de realizar uma avaliação cuidadosa, não só em termos de apoio financeiro, estrutural, com em saber com quem estávamos caminhando e até mesmo, qual o tipo de valorização teríamos como retorno para nossa demanda territorial e de sobrevivência de nossas aldeias” (1997, p.4).

A avaliação feita pelos líderes leva em consideração as possibilidades de valorização de suas culturas e, sobretudo a um retorno em nível das comunidades como a “demanda territorial e de sobrevivência” nas aldeias.

Nas palavras de Marcos Terena, pode-se identificar os problemas e dificuldades que um evento como esse trazem, em nível de organização de comunidades indígenas, também os benefícios diretos aos indígenas brasileiros. Nessa avaliação percebemos que a balança de poder se estabelece, pois os indígenas têm as tradições culturais, seus conhecimentos, e o poder público a intenção de reunir isso tudo aos seus interesses, neste caso a candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas.

A decisão não é somente de Carlos e Marcos Terena, é tomada em conjunto com as comunidades escolhidas, pois decisões como estas não são unilaterais.

Marcos Terena, em relação aos participantes diz: “Todos possuidores de grande potencial físico, beleza plástica e cultural, além de sua força espiritual”, em virtude de não considerar essa ação como simplesmente um passeio, “mas um trabalho de construção da nossa dignidade também”.(1997, p. 4)

Em comum acordo com os organizadores do evento Marcos Terena afirma: “ficou decidido o tipo de evento que teríamos naquele domingo (...): dois rituais indígenas, a dança da terra, a dança da amizade e a dança da guerra; corrida da tora por homens e mulheres; huka-huka, e a demonstração do arco e flecha”. (MARCOS TERENA, 1997, p.4)

Uma preocupação dos líderes Carlos e Marcos Terena refere-se à população em geral no que diz respeito a sua participação direta nas atividades programadas, como forma de intercâmbio, é um bom momento para os “brancos” conhecerem melhor outras culturas existentes neste país.

Contudo, o local onde estariam ao longo do dia, em frente ao Copacabana Palace, “um dia antes mudado pelos donos da festa para 100 metros a esquerda do hotel” (MARCOS TERENA, 1997, p.05) os líderes acompanham a “montagem do alvo, da pista de corrida, do tipo de água da praia, do sistema de segurança, de primeiros socorros, etc, afinal seriam 80 pessoas de diferentes costumes, muitas inclusive sem nunca terem saído das aldeias”. (idem)

Para Marcos Terena, o acompanhamento da saída dos indígenas de suas aldeias para o Rio de Janeiro, conta com apoio institucional e de infra-estrutura, e, sobretudo o tipo de transporte e acomodações para todos integrantes convidados a participarem do evento.

Esse relato nos remete ao comprometimento das comunidades indígenas com o evento, e que lamentam a falta de registro sob a forma de vídeo ou de fotografias por parte do Ministério e do Indesp, apesar disso tudo os integrantes da barraca Indígena correspondem às solicitações abraçando-se e com agradecimentos. A rede de relações estabelecidas em Brasília entre Carlos Terena e Marcos Terena e os representantes do governo possibilita a participação indígena nos Jogos Escolares Brasileiros em 1985. Ao longo da participação nos JEBs vivenciam experiências de organização de competições esportivas.

A trajetória de Carlos Terena nas experiências anteriores como atleta ou dirigente, a participação nos JEBs e os relacionamentos com profissionais de Educação Física apontam possibilidades de se pensar um evento para reunião de povos indígenas. Carlos Terena diz que “sempre sonhou em ver seus parentes reunidos” para encontros, sejam eles esportivos ou que propiciem a discussão de problemas enfrentados nas aldeias.

A constituição dos Jogos dos Povos Indígenas se dá pelas redes de interdependências formadas por Carlos Terena e Marcos e Marcos Terena em suas

trajetórias de vida que, através do trabalho realizado no e pelo Comitê Intertribal, garantem o planejamento desse evento que reúne um maior número de participantes a cada edição.

REFERÊNCIAS

- BORGES, E.C. & BUONICORE, A. C. (2007). *Memória do Esporte Educacional Brasileiro: Breve História dos Jogos Universitários e Escolares*. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude.
- BRASIL. (1985). *Boletim dos Jogos Escolares Brasileiros*, p. 406.
- BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF.
- DUNNING, E. (2003). *El Fenómeno Deportivo: estudios sociológicos en torno al deporte, la violencia y la civilización*. Barcelona: PaidóTribó,
- ELIAS, N. (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- ELIAS, N. (2005). *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70 Ltda.
- ELIAS, N. e DUNNING, E. (1992). *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL.
- GRUPPI, D.R.; ROCHA FERREIRA, M. B. (2010). *Os Jogos Indígenas: Processo de Ressignificação das Práticas Corporais dos Kaingang*. In II ENCONTRO ALESDE (Associação Latino-Americana de Estudos Sócio-culturais do Esporte – Centro de Investigación ‘Estudios em Educacion Física, Salud, Deporte, Recreacion y Danza’). Maracay – Venezuela.
- GRUPPI, D.R. (2011). *Jogos Estudantis Brasileiros e Jogos dos Povos Indígenas*. In CAMARGO, V.R.T., ROCHA FERREIRA, M.B.R e von SIMSON, O.R. (orgs.) *Jogo, Celebração, Memória e Identidade: reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996-2009)*. Campinas, SP; Curt Nimuendajá,.
- GRUPPI, D.R. (2013). *Jogos dos Povos Indígenas: Trajetórias e Interlocações*. (Tese de doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.
- OLIVEIRA, R. C. de. (1960). *O Processo de Assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- OLIVEIRA, R. C. de. (1996). *O Índio e o Mundo dos Brancos*. 4ª.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- PEREIRA, L. M. (2009). *Os Terena de Buriti: as foras organizacionais, territorialização da identidade étnica*. Dourados, MS: Editora da UFGD,
- ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M.; FASSHEBER, J.R. M.; TAGLIARI, I. A. UGARTE, M.C.D. (2005). *Cultura Corporal Indígena*. In Atlas do Esporte no Brasil. Org. Lamartine Pereira da Costa, Shape Editora e Promoções Ltda. Rio de Janeiro, 1ª Edição. ISBN: 85-85253-62-2, p. 35-36.

ROCHA FERREIRA, M.B. ; HERNANDEZ, M.; CAMARGO, V.R.T. SIMSON, O.R. von. (2008). **Jogos Indígenas, Realizações Urbanas e Construções Miméticas**. Revista Ciência e Cultura. Temas e Tendências. SBPC, 60:4, p. 47-49.

ROCHA FERREIRA, M.B., FASSHEBER, J.R., TAGLIARI, I.A., SILVEIRA, D. (2003). **Cultura Corporal Indígena**. UNICENTRO. Editora.

ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M., FASSHEBER, J. R. M., TAGLIARI, I.A. UGARTE, M.C.D. (2005). **Jogos tradicionais indígenas**. In: ____ COSTA, Lamartine (org.). Atlas do Esporte no Brasil - Raízes. Rio de Janeiro: Shape Editora e Promoções Ltda. Rio de Janeiro, 1ª Edição – ISBN: 85-85253-62-2, p. 35-36.

SANT'ANA, G. R. de. **Histórias, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena**. 2010. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

TERENA, C. J. **Depoimento** [ago. 2009]. Entrevistadora: Diana Vicente Ruiz – LABJOR-UNICAMP, Entrevista concedida ao LABJOR/UNICAMP, Campinas,SP.

TERENA, M. (1997). **Relatório sobre a participação Indígena**. (mimeo). Brasil.Ministério do Esporte, 01-04.

TERENA, M. (2001). **O Esporte como Resgate de Identidade e Cultura**. Anais I SIMPÓSIO CULTURA CORPORAL E POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ. Irati-PR: UNICENTRO,.

CAPÍTULO 9

ENTRE SOCIABILIDADES E DESIGUALDADES: AS REDES DE APOIO NAS RUAS

Data de aceite: 26/10/2020

Data de submissão: 27/07/2020

Anne Gabriele Lima Sousa de Carvalho

Universidade Federal do Oeste da Bahia
Barreiras – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/7810828288364595>

RESUMO: Este trabalho direciona o olhar para a sociabilidade estabelecida entre indivíduos em situação de rua, com o objetivo de analisar em que medida suas maiores ou menores inserções em redes de apoio, como os vínculos estabelecidos com o Estado, com familiares, com outros moradores de rua ou com não-moradores de rua, geram posicionamentos distintos na hierarquia simbólica inerente à organização da vida nesse espaço. As reflexões se baseiam na realização de um trabalho de campo nas ruas do centro da cidade de João Pessoa, Paraíba, onde foram realizadas entrevistas em profundidade com 18 indivíduos em situação de rua. A partir da análise, percebe-se que os recursos proporcionados por essas redes de apoio se revelam como um capital social fundamental para a compreensão das posições desiguais dos agentes na dinâmica social que cerceia a vida nas ruas, condicionando rotinas e estratégias de sobrevivência distintas no cotidiano desses indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Situação de rua. Redes de apoio. Posições desiguais.

BETWEEN SOCIABILITIES AND INEQUALITIES: SUPPORT NETWORKS ON THE STREETS

ABSTRACT: This work focuses on the sociability established among individuals on the streets, with the objective of analyzing the extent to which their greater or lesser insertions in support networks, such as the links established with the State, with family members, with other residents on the street or with non-homeless people, generate different positions in the symbolic hierarchy inherent to the organization of life in this space. The reflections are based on the realization of fieldwork in the streets of the city center of João Pessoa, Paraíba, where in-depth interviews were conducted with 18 individuals on the streets. From the analysis, it is clear that the resources provided by these support networks are revealed as a fundamental social capital for understanding the unequal positions of agents in the social dynamics that surrounds life on the streets, conditioning different routines and survival strategies in the everyday life of these individuals.

KEYWORDS: Street situation. Support networks. Unequal positions.

1 | INTRODUÇÃO

A inserção dos indivíduos na situação de rua representa a ruptura com laços sociais fundamentais. A sobrevivência nesse espaço, porém, exige a construção de novas relações sociais, com vistas à sobrevivência nesse cenário adverso.

Este trabalho busca a apreensão da

sociabilidade estabelecida da vida de rua. Compreende-se a rua, sob a ótica de Bourdieu (1983, 1992 e 2007), como um campo permeado por relações de poder, onde o capital social se revela como significativo para o estabelecimento de distinções e atribuição de maior ou menor vantagem aos indivíduos em determinados contextos. O autor compreende capital social como o recurso alcançado pelos indivíduos a partir das suas redes de relacionamentos, conferindo-lhes poder em um dado campo.

Fontes (2010) ressalta que as redes sociais podem atuar na reconstrução da sociabilidade entre indivíduos socialmente excluídos, no sentido de amenizar as perdas sofridas, a partir da mobilização de recursos. O autor também ressalta que os vínculos que possibilitam aos indivíduos acesso a recursos podem ter inscrições sociais diversas, como o mercado, o Estado e as relações interpessoais. O acesso diferenciado aos recursos oferecidos por essas redes pode estruturar suas identidades, diferenciando uns dos outros.

Este trabalho direciona o olhar para as redes de apoio com as quais os indivíduos contam para sobreviverem e organizarem suas rotinas na situação de rua, buscando observar em que medida sua maior ou menor inserção em redes sociais específicas implica em posicionamentos distintos na hierarquia simbólica inerente à vida nesse espaço.

As reflexões apresentadas se basearam em um trabalho de campo realizado no centro de João Pessoa, capital da Paraíba, onde buscou-se observar as áreas com maior concentração de indivíduos em situação de rua, bem como identificar interlocutores para a realização de entrevistas. Foram realizadas 18 entrevistas em profundidade que, somadas às dezenas de relatos informais e às demais observações realizadas, possibilitaram a apreensão de um amplo conjunto de informações e interpretações.

A análise apresentada ao longo do trabalho voltou-se para a compreensão da forma como os indivíduos se relacionam com determinadas redes de apoio cotidianas, como os vínculos estabelecidos com o Estado, com familiares, com outros moradores de rua ou com outros atores – trabalhadores, moradores e frequentadores do entorno em que habitam ou transitam.

2 | RELAÇÃO COM O ESTADO

O olhar do Estado para a população em situação de rua, no sentido de desenvolver projetos e políticas sociais, torna-se mais perceptível em âmbitos locais, através de iniciativas de algumas prefeituras, como pode ser notado nos trabalhos de Oliveira (2008) e de Silva e Herrera (2008), entre outros.

No que se refere à João Pessoa, a prefeitura, através da Secretaria de

Desenvolvimento Social, conta com um cadastro de indivíduos adultos em situação de rua. O cadastro garante a esses indivíduos alguns benefícios, como alimentação diária, assistência médica e psicológica, confecção de documentos, passagem de volta para suas cidades, além de abrigo noturno na “Casa de Acolhida” - um albergue com vagas limitadas.

Considera-se que a participação ou não-participação dos indivíduos nessas políticas pode revelar diferenças no volume de capital social, visto que a relação desses indivíduos com os órgãos estatais, no sentido de se tornarem beneficiários dessas ações, oferecem-lhes vantagens na vida de rua, que não são disponibilizadas aos que não possuem esse vínculo.

Em âmbito federal ou estadual, nenhum dos indivíduos que colaboraram com a pesquisa estava inserido em qualquer programa ou benefício do governo. Em âmbito local, com relação ao cadastro na prefeitura, apenas sete, dos 18 entrevistados, dispõem desse benefício, embora todos os entrevistados não-cadastrados afirmem saber que há a distribuição de refeições. Muitos deles frequentam a fila de espera no local, aguardando as refeições que sobram da fila dos indivíduos cadastrados.

Em muitas cidades, onde há a presença de movimentos sociais formados por indivíduos em situação de rua, esses movimentos atuam no sentido de informar a população e de requerer políticas que beneficiem todo o conjunto de indivíduos nessa situação (ROSA, 2005). Na Paraíba, no entanto, não há a presença de nenhum movimento formado por esses indivíduos. Os indivíduos inseridos nesse cenário, muitas vezes nem sabem que possuem algum direito. Isso ajuda a compreender o baixo número de indivíduos cadastrados, sem direito aos mesmos benefícios dos que possuem o cadastro.

São cadastrados na prefeitura aqueles indivíduos que procuram o setor de assistência social para solicitar algum benefício, como passagem, segunda via de documentos, alimentação ou acolhida, entre outros. Muitas vezes, porém, os indivíduos não procuram a inclusão no cadastro por falta de orientação acerca de como ele é realizado e percebem que se posicionam em desvantagem em relação àqueles que possuem supostos requisitos para o cadastro. Isso pode ser constatado nos exemplos abaixo.

Dodora, 62 anos, que não está cadastrada, ao ser indagada, salienta: “eu nunca fui atrás de saber não, que eu num tenho documento mesmo. É tudo mais difícil para quem não tem documento, que se não tem documento não tem como conseguir as coisas. É o meu caso”. Da mesma forma, Genaro, 60 anos, afirma que não sabia do cadastro e reforça: “Não, que parece que é eles que procuram para botar o nome, né a gente não [...] Parece que só quem ganha é quem já dormiu uns tempos lá no albergue. Parece que é uma coisa dessas”.

Ao mesmo tempo, ao serem questionados se gostariam de ser cadastrados,

os informantes declaram: “Com certeza. Só de não ter que pegar fila é bom demais, que não é nem sempre que tem [refeição]. Tem dia que acaba é cedo” (Genaro); “Para pegar a ‘quentinha’? Mas é claro. Todo mundo quer. Se não quisesse não ia todo mundo lá para fila” (Salette, 51 anos).

Observou-se que a relação com o Estado, mantida pelos indivíduos a partir do cadastro na prefeitura, oferece aos mesmos vantagens que os distinguem daqueles que não tem acesso ao benefício. Em alguns casos, essa distinção é percebida pelos indivíduos que estão incluídos no cadastro e utilizada por eles para tirar proveitos sobre os demais.

Um exemplo é o caso de Paulo, 58 anos, cadastrado na prefeitura. Ele conta que adoeceu logo que chegou em João Pessoa e lhe foi sugerido por um outro morador de rua que procurasse a assistência social do município, através da qual foi encaminhado para médicos e exames. Conta também que já passou um tempo na “Casa de Acolhida”, mas optou por voltar para a rua, devido à rigidez das normas. Paulo ressalta que vê o fato de ser cadastrado como uma vantagem, pois tem acesso às refeições diárias, distribuídas em marmitas. Ele tem nessas marmitas uma segunda fonte de renda. Como consegue alimentação diária no trabalho de “mandado”¹ que exerce no Mercado Central, costuma vender as marmitas, ou mesmo trocá-las por cigarros ou bebidas.

O cadastro na prefeitura, nesse sentido, revela-se como um bem, que outorga benefícios a alguns, posicionando quem não o possui em uma condição inferior, pois esses indivíduos precisam percorrer caminhos mais árduos e instáveis para o alcance dos mesmos recursos, como a fila de espera, a captação de doações de outros fundos, ou mesmo a partir do desembolso de seus próprios recursos financeiros. A posição dos indivíduos em relação ao cadastro na prefeitura, deste modo, revela-se como um indicador da posse de capital social, situando-os em posições de poder distintas no campo, pois define seu maior ou menor reconhecimento e amparo nesse espaço.

No entanto, o fato da maioria de indivíduos em situação de rua não serem cadastrados demonstra a limitada ação dessas políticas, que beneficia apenas uma parcela dessa população.

3 | RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

A família é percebida como um dos principais eixos organizadores da vida, fonte de suporte material e afetivo dos indivíduos. Scott (2011), no entanto, lembra que a família deve ser pensada a partir de uma multiplicidade de referências. Ela pode ser compreendida tanto como reduto de solidariedade, como também enquanto

¹ Mandado é o nome dado pelos indivíduos em situação de rua a ocupação de biscate. Significa que o mesmo presta pequenos serviços temporários em troca de alguma gorjeta.

um lugar de tensões, no seio do qual as desigualdades são intensificadas.

Vários trabalhos que se dedicaram a estudar a vida da população em situação de rua em diferentes cidades brasileiras (SCOREL, 1999; FRANGELLA, 2004; GEHLEN e SCHUCH, 2008; MENDES, 2007; ROSA, 2005) observaram que a circunstância limite que desencadeou na situação de rua, na maioria das vezes, tem forte envolvimento com a ruptura familiar desses indivíduos. Esse rompimento familiar permitiria compreender, em parte, a ausência de relações familiares que marca a vida de rua de dois terços dos entrevistados desta pesquisa. Da mesma forma, observou-se que a ausência de contato familiar é mais comum entre indivíduos que já estão há mais de dois anos na rua, constituindo o que Rosa (2005) chamou de situação crônica de rua, quando o tempo na rua torna as possibilidades de saída dessa situação cada vez mais distantes, pelo processual rompimento dos vínculos fora dali.

Percebe-se, no entanto, que, em alguns casos, os indivíduos nunca contaram com laços familiares suficientemente sólidos, ou perderam-lhes ainda muito cedo, antes mesmo das rupturas que desencadearam na situação de rua. A fragilidade dessas relações fica mais clara quando olhamos para alguns exemplos, como o de Salete, que, aos 15 anos, grávida, foi entregue pela família para um casal de Belo Horizonte, fazendo com que passasse seus próximos anos exercendo trabalho doméstico não-remunerado. Salete perdeu, naquele momento, seus laços familiares e nunca conseguiu reconstruí-los, razão pela qual hoje vive nas ruas. Outro exemplo é o de Bel, travesti, de 32 anos, expulsa de casa aos 14 anos devido à não aceitação da sua sexualidade pela família nuclear, fazendo com que fosse criada pela avó. Com o falecimento da avó, Bel hoje vive nas ruas, visto que não recebeu amparo de qualquer familiar. Ou mesmo no caso de Francisco, 31 anos, tendo ido viver com a tia, ainda adolescente, devido ao falecimento da mãe. Anos depois foi entregue pela tia ao pai, com quem nunca havia convivido e, posteriormente, sofrido abuso sexual. A fuga para a rua representou a busca por segurança.

O distanciamento que afasta a família do seu papel de rede de apoio para esses indivíduos apresenta-se a partir de uma relação de mão dupla: por um lado, a família não oferece auxílio para as dificuldades vivenciadas pelos indivíduos; por outro lado, os próprios indivíduos também não procuram esse auxílio, possivelmente para que sua condição de subordinação não seja reforçada. A família, nessa perspectiva, não é classificada como uma estrutura que representa amparo, mas como uma instância de julgamento.

Como exemplo, Genaro está na rua, segundo ele, “por escolha própria”, desde a separação da esposa, e não procura a família para que não o vejam na atual condição física. Jacinto, 40 anos, na rua por desemprego, embora tenha contato com os irmãos, não procura auxílio para que não o vejam como um fracassado.

Dodora, 62 anos, está na rua devido a complicações causadas pelo diabetes e não procura a família, que não sabe que ela vive na rua, porque não quer ser um peso para os outros carregarem.

Nota-se também que o contato entre os indivíduos e a família ocorre com mais frequência entre mulheres que possuem filhos menores vivendo com outras pessoas. Em termos materiais/financeiros, esse contato se dá mais no sentido de oferecer recursos aos filhos do que de receber algum auxílio. Indiretamente, porém, o mesmo contato lhes confere uma espécie de conforto emocional e, neste sentido, revela-se como um recurso que atua como um capital social que produz ânimo para o enfrentamento das situações adversidades, como ilustra o relato de Neném, 35 anos: “Eu faço tudo pelos meus meninos, morro por eles (...) Eu só num fiz mais besteiras na minha vida porque tenho eles, que precisam de mim”. E Kelly, 35 anos, reforça:

Eu quero dar exemplo para as minhas filhas. [...] Eu posso não ser boa esposa, boa empregada, boa filha, não ser nada de bom, mas boa mãe eu devo ser. Porque mesmo eu nessa situação, nunca deixo faltar nada para as minhas filhas. Um dia Deus há de permitir que eu possa dar um lugarzinho para elas viverem comigo. Eu vivo esperando esse dia.

No único caso estudado em que o indivíduo conta com a ajuda material de familiares - Raimundo, de 65 anos -, devido ao fato desse contato ser esporádico e não se revelar como uma de suas principais fontes de auxílio na rua, revela-se como um laço fraco, posto que não lhe oferece nenhuma segurança com relação a suprir suas necessidades básicas.

Percebe-se que a rede de apoio formada pelos vínculos entre os indivíduos em situação de rua e seus familiares não se revela como uma fonte comum de recursos à qual costumam recorrer em busca de amparo para as dificuldades encontradas. Não obstante, em alguns casos esse vínculo representa uma certa significância para os indivíduos que o possuem. Os recursos mobilizados por essa posse, porém, revelam-se limitados e insuficientes para configurar um volume expressivo de capital social.

4 I RELAÇÃO ENTRE PARES DE RUA

As redes de apoio formadas pelos que compartilham um mesmo espaço se revelam como fundamentais para a sobrevivência e para o reconhecimento interno dos indivíduos em situação de rua (FRANGELLA, 2004).

Mais da metade dos entrevistados declarou contar com o apoio oferecido por outros moradores de rua. Observou-se que as relações de apoio entre pares

são estabelecidas, principalmente, entre indivíduos que habitam áreas menos protegidas, por representarem áreas de circulação mais desregrada. Isso pode ser compreendido se considerada a maior vulnerabilidade a qual estão sujeitos os indivíduos que habitam áreas de circulação mais irrestrita, diferente dos que habitam áreas de circulação relativamente mais reguladas e que contam com outros recursos de segurança e assistência, como a oferecida por outros indivíduos, não-moradores de rua.

Segundo os entrevistados, entre os tipos de recursos alcançados pelas redes de apoio entre pares de rua, estão: o compartilhamento de comida e de água, de colchão ou de papelão, de cobertor, de bebidas alcoólicas e outras drogas, além de maior segurança para dormir.

A segurança para dormir se apresenta como o quesito mais enfatizado pelos agentes entrevistados, garantindo-lhes uma relativa tranquilidade nos seus momentos de descanso, pois acreditam que não a teriam se não tivessem esse vínculo com outros indivíduos na mesma situação.

Isso é ilustrado pelo relato de Neném, ao ser perguntada sobre como seria dormir sem a companhia de outros indivíduos em situação de rua:

Dá para dormir só não, é esquisito. Pelo menos eu acho. Principalmente mulher, que os outros mexem. Que dá medo, dá! A gente vê as coisas que acontecem e fica é com medo [...] Quando você faz amizade é melhor. Quando cai aqui, tem que fazer amizade, que aí ninguém mexe. Eu conheço todo mundo, bem dizer. Ninguém mexe comigo, acho que vê que todo mundo me conhece. Se não fosse isso era ruim.

Bel, que dorme em companhia de outras três pessoas, conta que assim que foi viver na rua nem dormia, pois sentia medo por sempre lembrar dos casos noticiados de moradores de rua queimados em outras cidades. Para ela, a construção de laços com outros indivíduos na mesma situação faz com que se sinta menos desprotegida.

Constatou-se, porém, que a inserção do indivíduo nessa rede não ocorre indiscriminadamente. Em muitas situações, para que seja aceito pelo grupo de indivíduos estabelecidos em um espaço, o indivíduo recém-chegado precisa se submeter às regras impostas pelos demais.

Elias e Scotson (2000), em pesquisa sobre as relações de poder entre dois grupos relativamente homogêneos, residentes em uma comunidade industrial inglesa, ressaltam que a relação de poder entre eles se dava em função do tempo de residência no local. O grupo estabelecido considerava-se superior aos que residiam a menos tempo no lugar, tratados como “outsiders”.

Nota-se, porém, que essa hierarquização entre estabelecidos e recém-chegados no espaço não cria uma barreira intransponível na vida de rua. A aceitação dos recém-chegados se dá por meio de negociações e da obtenção de vantagens

personais pelos indivíduos já estabelecidos no espaço, sob pena do recém-chegado ficar exposto aos riscos do isolamento na rua. Neste sentido, o indivíduo que deseja penetrar em determinado território monopolizado por outros indivíduos deve oferecer em troca algum tipo de moeda, como dinheiro, bebidas, cigarros, drogas, alimentos, entre outros, para que seja aceito, como pode ser observado no depoimento de Francisco:

Não é chegar, assim, se entocando. Não é qualquer doido, que pode até dar o vacilo, aprestar com os outros. Logo de início, tem que ver [...] É normal isso. Quando chega, dá cigarro de fumo, traz cana, dá um miúdo, o de comer, essas coisas assim. Não é só aqui. Lá no Rio [*Rio de Janeiro, onde Francisco também já viveu na rua*] também tem. Acho que todo canto tem. É normal [...]

No caso das mulheres, muitas vezes, o ritual para permanência no espaço é cumprido através de relações sexuais, como lembra Kelly:

Toda vez que eu chegava num canto novo para dormir, tinha que agradar quem tava ali. Tinha vezes que precisava agradar quatro, cinco homens na mesma noite. Tinha vezes que só fazia ter nojo. Mas era o jeito, né? [...] Às vezes era o povo de rua mesmo, mas também tinha vezes que eram os vigias da rua, os pedreiros das obras [...] Tinha que fazer para me deixarem pousar por ali. Pelo menos não estavam me arrancando pedaço. E depois iam me proteger, né? Porque se fosse em outro canto era arriscado até chegar alguém fazendo maldade [...] Quando os outros já te conhecem, já passam a respeitar mais. Hoje ninguém mexe mais comigo. Mas de início não pode contrariar.

Na percepção da entrevistada, inserida em um campo regido por leis próprias e masculinizadas, e onde a violência se apresenta como um elemento orientador das práticas e das relações, a ‘maldade’ é concebida apenas como a ameaça “exterior” ao território no qual ela está inserida. A violência da qual muitas vezes foi vítima representava o preço da sua proteção, legitimando a dominação dos indivíduos já estabelecidos no espaço.

Nos casos explanados, pode-se notar que as trocas para o consentido ingresso no espaço são comuns em situações em que os indivíduos ainda não pertencem a uma rede de relações na rua. Os relatos dos interlocutores sugerem que, a partir do momento em que estabelecem vínculos, a permanência no local deixa de ser objeto de trocas, passa a ser aceita como comum ao espaço e as relações tendem a se tornar mais horizontalizadas.

Nota-se que essas relações não assumem dimensões profundas, atuando apenas com uma função compensatória para minimizar as necessidades e os riscos aos quais os indivíduos estão submetidos. Ao mesmo tempo, aparentam ser frágeis e circunstanciais, visto que em todos os casos estudados os indivíduos afirmam

que, apesar de se ajudarem, não confiam uns nos outros. Como ilustra Josinaldo:

Confiar a gente não confia, né? [...] Na rua tem gente de todo tipo, aí a gente confia, desconfiando. É aquele negócio [...], confia porque é o jeito, porque está do lado, querendo ou não está dando uma força, está dando uma mão. É melhor pensar que confia [...] Mas ter certeza mesmo da intenção da pessoa é mais complicado.

E Francisco reforça:

Eu digo assim, conheço um bocado de gente onde eu vá, mas durmo com um dos olhos abertos. Porque na vida é cada um por si. Amanhã aquele que te dá a mão, de uma hora para outra te dá uma punhalada porque você está no caminho dele. A vida deixa o camarada malandro. E a rua te deixa mais malandro ainda. Não pode dar o vacilo [...] Da rua não se leva ninguém. Um pode ajudar o outro hoje, mas amanhã é outra história. Se eu sair da rua amanhã, não vou mais nem lembrar de quem conheci aqui. Na vida é cada um por si, isso eu aprendi, dona [...] Essa é a lição que a vida dá”.

Scorel (1999) destaca que o isolamento e a solidão que marcam os trajetos cotidianos dos indivíduos em situação de rua, não se dão devido a uma rejeição aos agrupamentos, mas como um efeito da fragilidade dos suportes relacionais construídos por eles nesse espaço. Os depoimentos acima sugerem que a ausência de confiança é um elemento importante no estabelecimento dessa fragilidade.

Apesar do caráter mais frágil e ocasional dessas relações, os laços de solidariedade estabelecidos entre os indivíduos, ainda que superficiais, podem ser considerados como parte importante de seu capital social.

5 I RELAÇÃO COM NÃO-MORADORES DE RUA

Os vínculos criados com outros grupos podem representar o acesso a benefícios que muitas vezes são negados aos que não possuem os mesmos laços. A relação com outros indivíduos não-moradores de rua revela-se como uma importante fonte de capital social para a população de rua.

A maioria dos interlocutores afirma contar com o apoio oferecido pela relação mantida com outros indivíduos, não-habitantes de rua. Diferente do que foi notado nas relações entre pares de rua, observou-se que as relações com indivíduos não-moradores de rua possuem maior frequência entre indivíduos que habitam as áreas mais protegidas e com circulação menos irrestrita. Isso pode ser compreendido ao se atentar para o fato de que a própria permanência dos indivíduos nesses espaços depende do consentimento de outros atores que possuem alguma relação com esses espaços e que, portanto, exercem algum tipo de controle sobre essas áreas.

Essas redes de apoio, porém, não se restringem aos vínculos criados com

peças que participam dos seus locais de habitação, mas também com moradores, trabalhadores e freqüentadores dos locais por onde circulam. Os casos estudados levam a perceber que ambos funcionam como fontes de capital através do qual os indivíduos obtêm recursos, muitas vezes regulares, que os posicionam em uma posição privilegiada, em face das condições precárias e das incertezas sob as quais vive grande parte dessa população.

Entre os recursos usufruídos a partir da rede de apoio estabelecida por esses vínculos, estão: autorização para pernoite; guarda dos objetos pessoais; acesso a banheiros; garantia de donativos, como água e alimentos; contratação de serviços, responsáveis pela maior parte da renda desses indivíduos; oferecimento de doações em dinheiro e objetos; entre outros.

José, 44 anos, habitante do Terminal Rodoviário, conta como essa relação com outros grupos de indivíduos ocorre:

Eu já conhecia o povo todo lá. Desde quando eu trabalhava lá. Eu fiz muito amigo, o povo de lá gosta de mim, eu me dou bem com todo mundo. [...] Melhor é que tem mais segurança, não tem confusão, dessas malocas. Quando eu dormia lá para cima só não levaram minha roupa, o resto levaram foi tudo [...] Lá os guardas tomam conta para não ter bagunça. Eles todinhos me conhecem. Eu chego, tomo meu banho, converso, deito lá em cima tranquilo. Nunca teve problema nenhum, não.

Um outro exemplo é o de Paulo, que relata que, assim que chegou ao Mercado Central, um ano antes, não era bem visto pelos donos e funcionários dos boxes, devido ao fato de não conhecer ninguém. Mas, com o passar do tempo, foi fazendo amizades e conquistando a confiança das pessoas, que começaram a lhe atribuir serviços, como lavagem dos bancos, limpeza das mesas, recolhimento do lixo, pequenos consertos, entre outros trabalhos. Em troca, Paulo passou a se alimentar e matar a sede nos próprios boxes. Afirma também que muitas vezes ganha presentes e que dorme dentro de um dos boxes, onde também guarda seus objetos pessoais. Segundo ele, é uma troca, pois ele dorme em segurança e cuida para ninguém mexer.

Segundo Frangella (2004), uma das grandes limitações com as quais sofrem os indivíduos em situação de rua é a falta de banheiros públicos gratuitos e a dificuldade de acesso a banheiros privados, restando-lhes, muitas vezes, apenas a própria rua para suas necessidades fisiológicas e impossibilitando o banho diário.

Isso também foi enfatizado por diversos outros informantes, ao mencionarem a falta de acesso ao banheiro como a principal consequência negativa da ausência de uma rede de relações. Os indivíduos contam que mesmo os banheiros públicos costumam cobrar uma taxa de manutenção.

As informações dadas pelos interlocutores sugerem que a constituição de

laços com outros atores urbanos revela-se não apenas como uma artimanha à qual recorrem em busca de usufruir de vantagens, mas como um recurso fundamental para que possam suprir necessidades humanas básicas e sem o qual vivenciam grandes apuros. Os indivíduos parecem ter consciência de que os recursos adquiridos ocorrem em função desses laços.

O relato de Rosângela, 49 anos, habitante das redondezas do Supermercado Bompreço, ilustra essa consciência:

O bom é quando já tem um canto certo [*banheiro*], que pode ir [...] Eu vou te dizer que o que é mais complicado não é o de comer, não. Chega em padaria, em restaurante, em lanchonete, sempre dão alguma coisa. Agora, os sanitários ninguém gosta de emprestar. Ainda mais gente de rua que são todos sujos, aí complica [...] Eu graças a Deus vou no posto [*posto de gasolina, local onde os funcionários costumam oferecer auxílio para Rosângela e seu companheiro, com quem vive na rua*], mas eu vejo muito o povo reclamar disso aí [...].

Da mesma forma, os indivíduos que não contam que o apoio que representa tais relações com outros grupos aparentam perceber a posição desfavorável sob a qual estão situados.

Gente que não é de rua não gosta de gente de rua. Xinga, vira a cara, fica de cara fechada [...] Uns tem mais sorte, arranjam [*quem ajude*]. Tem gente que não tem sorte [...] Eu mesmo nunca tive sorte. É a coisa mais difícil do mundo [*indivíduos não-moradores de rua*] tratarem bem. (Francisco)

Bel também ressalta que só consegue as coisas se pagar por elas e que gostaria de ter um lugar onde pudesse se lavar de graça. A entrevistada acredita que a sua desvantagem se deve ao fato de ser travesti e acredita que se não fosse teria mais chances de ser bem aceita pelas outras pessoas. Conta que assim que chegou na rua costumava ir atrás, mas, após ser maltratada inúmeras vezes, desistiu.

Os recursos oferecidos pelos vínculos mantidos com outros habitantes urbanos, deste modo, revelam-se como uma forma de capital social fundamental para os indivíduos em situação de rua, posicionando-os de forma desigual no campo a partir do acesso ou do não-acesso a vantagens e benefícios pela participação ou não-participação nessa rede.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No seio das condições precárias de vida na qual os indivíduos em situação de rua estão submersos percebe-se, a partir da análise apresentada, a movimentação de uma hierarquia simbólica construída pelos jogos de poder que permeiam as interações mantidas nesse espaço social.

Como pode ser observado, as redes de apoio com as quais contam os indivíduos inseridos no campo da vida de rua, em contextos peculiares e provenientes de diferentes formas de vínculos, funcionam como mecanismos que assinalam distinções entre esses agentes, fazendo com que tenham um maior ou menor domínio das adversidades que a vida de rua enseja.

Ressalta-se, nesse sentido, que os recursos proporcionados se revelam como um capital social fundamental para a compreensão das posições desiguais dos agentes na dinâmica social que cerceia o campo da rua. O capital social, assim, apresenta-se como um capital fundamental para o campo estudado, posto que o volume da sua posse vai condicionar rotinas e estratégias de sobrevivência distintas no cotidiano dos seus agentes.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: **Sociologia**. Org.: Renato Ortiz. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1983.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FONTES, Breno Augusto. S. M. Redes Sociais e enfrentamento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas. **Cadernos IHU Ideias** (UNISINOS). Vol. 08, 2010.

FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GEHLEN, Ivaldo e SCHUCH, Patrice. **Cadastro de Crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e Estudo do mundo da população em situação de rua de Porto Alegre – RS**. UFRGS/FAURGS-FASC. Estudos quanti-qualitativos – RELATÓRIO FINAL. Porto Alegre, 2008.

MENDES, Mariana Vilas Bôas. **Um estudo sobre os territórios existenciais da População de Rua de Belo Horizonte**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, Leandro Tosta de. A (re)construção da identidade social da população em situação de rua da cidade de Marília. **Anais do Seminário Nacional População em Situação de rua: Perspectivas e Políticas Públicas**. Norma E L. S. Valencio e Angélica A. Cordeiro (Orgs.). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SCOTT, Parry. **Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades**. 1. ed. Recife: Editora Universitaria UFPE, 2011.

SILVA, Vivian e HERRERA, Ana Laura. Experiência de Gestão Municipal Atendimento a Pessoas em situação de rua. São Carlos. In: **Anais do Seminário Nacional População em Situação de rua: Perspectivas e Políticas Públicas**. Norma E L. S. Valencio e Angélica A. Cordeiro (Orgs.). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

DINÂMICAS DE AÇÃO DOS FISIOTERAPEUTAS PORTUGUESES - TENDÊNCIAS, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Data de aceite: 26/10/2020

Paula Soares

Escola Superior de Tecnologia de Lisboa
Universidade de Évora
H&TRC da Escola Superior de Tecnologia
da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de
Lisboa
<https://orcid.org/0000-0003-3910-3376>

RESUMO: Constituiu objeto deste trabalho, revelar a estrutura conceptual dum trabalho realizado sobre os fisioterapeutas portugueses, contextualizando a perspetiva fundamental de interligação entre o seu passado e o presente, com base num olhar plural sobre os dilemas e as tendências deste grupo profissional. Da conjugação destes pontos, mobilizamos uma reflexão sobre os princípios orientadores subjacentes às dimensões normativas e no quadro axiológico das práticas profissionais dos fisioterapeutas. A partir de uma abordagem qualitativa, e em termos estritos, os resultados do estudo permitiram-nos conhecer, e compreender as características deste grupo profissional, com uma estruturação e reestruturação própria de relações e recursos parecendo influenciar o seu futuro (profissão/profissional), moldado por uma tendência cada vez maior de “erosão” na matriz identitária de regulação e controlo do seu quotidiano de trabalho. **PALAVRAS-CHAVE:** Fisioterapia, Profissão, Autonomia, Dinâmicas.

DYNAMICS OF ACTION OF PORTUGUESE PHYSIOTHERAPISTS - TRENDS, PROBLEMS AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: It was the object of this work to reveal the conceptual structure of a work carried out on Portuguese physiotherapists, contextualizing the fundamental perspective of interconnection between their past and present, based on a plural view on the dilemmas and tendencies of this professional group. From the combination of these points, we mobilize a reflection on the guiding principles underlying the normative dimensions and on the axiological framework of the professional practices of physiotherapists. From a qualitative approach, and in strict terms, the results of the study allowed us to know and understand the characteristics of this professional group, with a structuring and restructuring of relationships and resources seeming to influence their future (profession / professional), shaped by an increasing tendency of “erosion” in the identity matrix of regulation and control of their daily work. **KEYWORDS:** Physiotherapy, Profession, Autonomy, Dynamics.

1 | INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é a divulgação de um estudo efetuado sobre os fisioterapeutas portugueses, contextualizando a perspetiva fundamental de interligação entre o passado e o presente deste grupo de profissionais, com base num olhar plural sobre os dilemas e as tendências deste, de forma a uma melhor

perceção das lógicas de ação organizada dos fisioterapeutas portugueses na sua elaboração, regulação e desenvolvimento profissional.

Inicialmente foi efetuada uma breve revisão bibliográfica, com o objetivo de melhor compreender a problemática da regulação das profissões das tecnologias da saúde e as suas dinâmicas da profissionalização, sendo esta a ponte necessária para o estudo sobre estes profissionais, e a contextualização do seu passado e o presente.

Numa abordagem inicial fazemos uma descrição sumária da profissão de fisioterapeuta, da sua evolução histórica, e das organizações que a representam em Portugal e no mundo. Para seguidamente ser possível lançar um olhar sociológico ao campo das dinâmicas relacionais entre a regulação profissional dos fisioterapeutas e o Estado de uma forma geral, o que permitiu criar um espaço de reflexão e debate sobre o propósito lógico do quadro de ensino e formação existente na área da fisioterapia portuguesa transversalmente ao longo do tempo, passando depois à análise crítica do complexo mundo laboral dos fisioterapeutas, as suas tendências, problemas e perspetivas.

Privilegiou-se a abordagem de natureza qualitativa, e a entrevista semiestruturada como instrumento de recolha de informação, efetuada por conveniência a doze fisioterapeutas com diferentes contextos de ação devido aos distintos papéis desempenhados nos diferentes setores organizacionais da saúde, da área da fisioterapia.

2 I SER FISIOTERAPEUTA – PASSADO E PRESENTE - PERSPETIVAS NORMATIVAS

A história da fisioterapia, como aliás a de outras profissões da área das tecnologias da saúde, é recente e semelhante a outras profissões cuja origem se centra num carácter inicial de atividade fundamentalmente técnica, com base em saberes práticos de execução, e um percurso estreitamente relacionado/dependente da profissão médica. Os últimos anos têm no entanto sido marcados por uma alteração de paradigma, com progressiva diminuição da dependência da profissão médica e crescente autonomização por parte dos fisioterapeutas.

Falar de autonomia, implica o reconhecimento de um grupo profissional, sendo este identificado por um conjunto de saberes próprios e *“um estatuto social fundamentado num código de conduta legitimado por organizações profissionais específicas, diretamente relacionadas com a ordem social.”* (Santos, 2011:30). Tal implica o “controlo do conhecimento”, que em Portugal adota um papel fundamental quando *“o fisioterapeuta não está obrigado, do ponto de vista legal a depender de uma prescrição médica para tratar ou cuidar de um utente, [pois] os diferentes códigos de*

ética referem que ele deve realizar a sua intervenção em cooperação com o médico do utente” (Lopes, 1994:41). Tal encontra-se em divergência com o legislado no Dec. Lei 564/99 de 22 de Dezembro, que menciona que os fisioterapeutas devem atuar em conformidade com a indicação médica.

No entanto, o percurso destes profissionais tem evoluído ao longo dos anos, passando de uma atividade meramente técnica cujos profissionais dependiam claramente da classe médica realizando tarefas delegadas, a profissionais cujo exercício tem por base atividades fundamentadas em saberes teóricos, técnicos e científicos adquiridos transversalmente ao longo de uma formação académica baseada na melhor evidência científica, seguindo um código ético próprio. Esta íntegra de forma expressa a consciência coletiva dos seus profissionais, regula as suas condutas científicas, e estimula a uma crescente autonomia.

É fundamental compreender o percurso de profissionalização dos fisioterapeutas portugueses, através do olhar da sociologia, pois percebemos que ao longo de várias décadas os grupos ocupacionais da área das tecnologias tem lutado pela afirmação e autonomia rumo à profissionalização.

Esta profissão integrava um grupo de 18 profissões que *“compreendem a realização de atividades no âmbito da saúde, tendo como matriz a utilização de técnicas de base científica com fins de promoção da saúde e de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença ou de reabilitação”* e *“desenvolvem-se em complementaridade funcional com outros grupos profissionais da saúde, com igual dignidade e autonomia técnica de exercício profissional”* (DL n° 320/99, 11 de Agosto). Atualmente, e devido a uma reorganização e junção de alguns cursos da área, encontra-se integrada num novo grupo de ainda 10 profissões, sendo provavelmente por tal facto que a visibilidade social desta profissão é ainda relativamente reduzida.

No entanto e apesar de integrada neste ainda vasto grupo, a fisioterapia detém dinâmicas, símbolos e valores próprios, sendo considerada uma profissão emergente. Tal deve-se essencialmente ao fato de possuir *“um número definido de pessoas a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, [com o objetivo de dar] resposta a necessidades sociais”* (Rodrigues, 1997, pp. 7-8). A autora refere igualmente que a fisioterapia está integrada nas profissões intermédias *“tanto no que respeita ao nível de qualificação exigido como ao grau de autonomia ocupacional. [sendo estes] grupos ocupacionais de emergência recente em resultado de processos de especialização ao nível dos sistemas de ensino e/ou de trabalho.”* (Rodrigues, 2012, p.52). O seu percurso é relativamente curto, tomando como exemplo, situações semelhantes ocorridas em outros países Europeus.

A atribuição do título profissional inicialmente concedido por um reduzido número de instituições de ensino, sofreu um significativo aumento, sendo atualmente dezanove as instituições a lecionar fisioterapia em Portugal, refletindo-se esta

variedade no número de vagas acrescido, e conseqüentemente no crescimento abrupto ao nível do número de licenciados, originando elevadas repercussões ao nível do mercado de trabalho. No entanto tal aumento potencializa o reconhecimento do fisioterapeuta como um profissional com poder de resolução de problemas específicos, e não simplesmente como um executor de uma listagem de técnicas. Tal tem por base o substancial aumento dos saberes e competências, bem como a possibilidade de formação académica ao mais alto nível.

Os fisioterapeutas têm então como objetivo primordial serem considerados profissionais de primeiro contato, reconhecidos pelo poder de resolução de problemas específicos, e não simplesmente como meros executores de uma relação de técnicas prescritas. Tal torna obsoleto e despropositado o modelo de desempenho baseado em prescrições e diagnósticos médicos, totalmente formatados e desadequados, conducentes a um conjunto de procedimentos listados de técnicas e tratamentos automatizados.

Atualmente estes profissionais detêm formação base ao nível de licenciatura, com a possibilidade de acederem a mestrados e doutoramentos na área da fisioterapia, tanto no ensino universitário como no ensino politécnico. Segundo a Associação Portuguesa de Fisioterapeutas (APFisio), única representante profissional dos Fisioterapeutas Portugueses, (tendo o Lei n.º 122/2019 de 30 de Setembro, criado a Ordem dos Fisioterapeutas e aprovado o respetivo Estatuto), o nível de autonomia profissional em Portugal encontra-se muito abaixo dos padrões europeus, mais por razões sociológicas do que técnicas, e em muitos casos por razões meramente administrativas e de natureza política.

3 I A PRÁTICA DOS FISIOTERAPEUTAS – A REGULAÇÃO E AS RELAÇÕES COM O ESTADO

Blin define práticas como *“sistemas complexos de ação e de comunicação [...] próprios das interações entre indivíduos que participam num mesmo contexto (organização e instituição) profissional”* (Blin, 1997:142).

E para Santos a noção de “prática” refere-se a uma “atividade humana intencional” que de certa forma contrasta, com a “teoria”. A autora refere que o marxismo aplica abundantemente o conceito de *“praxis”*, e sustenta de forma constante a teoria numa conjugação dialética que permita aos indivíduos através da “prática ou conjunto de práticas” a transformação da natureza através do seu desempenho. *“A intencionalidade da prática é uma característica importante, uma vez que encerra, em si própria, o conceito de finalidade [...] “a prática” não é aqui entendida como um conjunto de atos humanos espontâneos, mas sim como uma ação intencional, com um objetivo próprio que visa a mudança social”* (Santos,2011:63).

Podemos considerar que a prática incorpora um ator, um objetivo, uma situação, um objeto, um processo e por fim um resultado dessa mesma prática, sendo esta então uma ação com um percurso e um fim determinado.

Lopes coloca em evidência ao nível das profissões da área das tecnologias da saúde “*O pendor prático das funções e a ausência de qualquer autonomia profissional [que] deixam expresso o lugar socialmente periférico e tecnicamente subalterno que marca a génese institucional destas profissões*” (Lopes, 2006, p.112).

A entrada dos anos 80 traz o investimento na formação podendo dizer-se, que se dá início ao processo profissionalizante com base na relação com o estado, representando um sistema de “*credenciação ocupacional, que irá abrir caminho para posteriores investimentos no fechamento social destas ocupações.*” (Lopes, 2006:113).

Com a Lei 31/92, que sumariamente concede ao governo autorização para legislar sobre as atividades paramédicas, definem-se “*as condições do seu exercício, estabelecendo normas quanto à formação profissional e regulamentando as profissões correspondentes*” (Lei 31/92, Art.º 1º), ou seja são legisladas as práticas.

Esta Lei vem condicionar o exercício profissional à posse de um diploma, certificado ou título adequado, de acordo com exigências expressas na regulamentação própria, e ainda à titularidade de uma carteira profissional a ser emitida pelo estado (DL 261/93). Tal regulamentação tem por objetivo a exigência de habilitações mínimas para o acesso a este tipo de atividade e para o seu exercício, requisitos para obtenção do título profissional e para o seu registo, normas deontológicas de disciplina aplicáveis, e ainda a definição do grau de autonomia e competências profissionais.

Estes fatos segundo Lopes atestam “*o reconhecimento formal de uma relativa margem de autonomia que aparentemente vem reconfigurar a relação com a profissão tutelar (a medicina)*” (Lopes, 2006:114), deixando no entanto inalterado o vínculo de subordinação espelhada na sua nova denominação – atividades paramédicas.

Como já referido a ascensão ao grau de licenciado e o reforço da componente teórica de formação, deixam de estar única e fortemente ligados à execução prática, no entanto os ganhos ao nível do monopólio da prática, foram obtidos através do monopólio de mercado por diferentes mecanismos de credenciação, não tendo sido alcançado em termos de autonomia funcional, por serem atividades de extensão do ato médico. Percebemos então que todo este processo não é absorto o papel do estado no desenvolvimento da profissão, provindo aqui a função reguladora deste mesmo estado e não um processo de auto-regulação.

Na linha da perspetiva de Foucault a ideia de governação rejeita, a noção de

estado como entidade coerente cujo poder político vai inevitavelmente de encontro aos interesses da sociedade civil. O estado é então visto como um conjunto de instituições, procedimentos, conhecimentos e tecnologias que conjuntamente e de forma combinada resultam numa forma particular de governação (Johnson, 2005; Light, 2005).

As trajetórias de profissionalização destas profissões estão relacionadas com uma regulação administrativo-burocrática, ou hetero-regulação, com intervenção direta do estado em todo o processo de credenciação e tutela sobre os órgãos consultivos. As questões relacionadas com as ligações entre o estado e as profissões desencadeiam de forma marcada, controvérsia no debate sociológico pela possibilidade da manutenção de uma relação consensual. As profissões visão uma crescente autonomia, e o estado por seu lado o maior controlo possível do exercício. Esta dualidade é então razão de discórdia no debate sobre a relação profissões/estado, segundo diferentes autores pelo seu aparente antagonismo pois, nesta relação o estado procura intervir e controlar as profissões e estas procuram uma crescente autonomia, deixando no entanto o estado, “nas mãos” das profissões as questões ligadas aos aspetos mais técnicos do trabalho como garante da sua “autonomia”. Esta é denominada por Freidson (1975, 1994) como autonomia técnica, por oposição à dependência socioeconómica, existente para o autor, na relação profissões/estado. O mesmo distingue dissemelhantes tipos de autonomia, técnica contra socioeconómica, e formas de autonomia absoluta e relativa (Johnson, 2005; Light, 2005).

A visão dualista da relação existente entre o estado e as profissões de uma certa “semi-dependência” não corresponde à visão de Foucault, que declara não poder falar-se em dualismo, pois as profissões constituem elas próprias um *output* da governabilidade, e não será o domínio das técnicas que as distingue, mas sim, o domínio de determinados conhecimentos restritos. Este numa perspetiva histórica considera que a intervenção do estado não representa um agente facilitador à autonomia técnica, mas um elemento impeditivo para algumas ocupações atingirem o total profissionalismo. Foucault aparece num campo oposto à posição defendida por Freidson, para o qual o estado não é um agente externo, mas a forma institucionalizada do processo de governação, que inclui os «expertise». Para ele as profissões e o estado surgem lado a lado como partes de um todo comum na definição das políticas oficiais. Larson (1977, 1990) por seu lado refere que a intervenção estatal funciona como o escudo garante da autonomia das profissões, confluindo para o ideal de Freidson. Para a autora a relação profissão/estado é de dependência mútua, constituindo uma perspetiva semelhante à de Foucault. Abbott (1988) refere que na evolução histórica das profissões, o processo de lutas e competições em que os peritos reivindicam as suas áreas de domínio, é uma constante. Levando-

nos a compreender que as profissões necessitam do estado para se afirmarem não podendo este menosprezar as profissões pois estas acabam por se constituir como agentes legitimadores das políticas governamentais, funcionando como seus executores (Johnson, 2005; Light, 2005).

Em Portugal foi a partir de 1999 que a fisioterapia, através do Decreto-Lei n.º 320/99 de 11 de Agosto, se transformou numa profissão regulada, por cédula profissional aprovada pelo Ministério da Saúde e atribuída unicamente aos indivíduos que à época detinham habilitações obtidas em instituições de ensino superior reconhecidos. Com a crescente definição do estatuto profissional, percebemos que a auto-regulação é uma responsabilidade das estruturas profissionais suportada em códigos de ética e refletida no aumento da responsabilização dos seus profissionais. Ficamos perante formas de regulação do trabalho e do emprego baseados em princípios organizativos tais como: a certificação formal por obtenção de diplomas, (pelo reconhecimento do nível de conhecimentos científicos e competências específicas), a autonomia de decisão para a efetivação do exercício profissional, auto-regulação e fechamento do mercado de trabalho, a acreditação dos títulos académicos bem como a adaptação às alterações introduzidas com a Declaração de Bolonha. Estas questões colocam-se veementemente aos diferentes grupos profissionais e mais concretamente às suas Ordens e Associações, as quais pretendem ser representativas das classes profissionais. A fundamentação de que existem diferentes especificidades no setor da saúde em relação a outros setores de atividade económica, leva de forma determinante a que o estado desempenhe o papel de regulador num mercado caracterizado por um forte juízo de valores.

Como já referido a APFisio é em contexto nacional a única associação profissional representante dos fisioterapeutas Portugueses, e pretende desempenhar um papel uniformizador das práticas destes profissionais, independentemente do contexto do exercício. Presentemente devido à criação da Ordem dos Fisioterapeutas através da Lei n.º 122/2019, esta associação encontra-se numa fase de transformação tendo sido instaurada a comissão instaladora da Ordem dos Fisioterapeutas com a duração máxima de um ano a partir da data da sua nomeação, (17/12/2019) cessando esta com a investidura dos órgãos nacionais da Ordem, simbolizada pela tomada de posse do bastonário, tal sempre com o objetivo de auto-regular o sector, baseando-se na garantia de qualificação, regulação legal da profissão e definição de um padrão de formação. Esta considera a legislação existente em Portugal insuficiente para regular a profissão, e garantir ao mesmo tempo a qualificação da formação, e o controlo eficaz das práticas profissionais, com vista à defesa do cidadão de más práticas, e promoção da segurança de prestação.

No atual quadro legislativo português os fisioterapeutas são os únicos profissionais de saúde habilitados a prestar cuidados de fisioterapia, e este

é atualmente um tema de enorme pertinência. No entanto estes profissionais continuam a usufruir da regulamentação mais básica, identificando-se através de uma cédula profissional emitida pelo Ministério da Saúde atribuída a todos sem exceção, que obtenham o seu diploma numa instituição de ensino reconhecida. Este é um processo redutor pois, não contempla o posterior controlo efetivo das práticas desenvolvidas, subsistindo essencialmente por ausência de fiscalização instituída, a situação de desempenho não credenciado. E têm ainda o dever ético de basear a sua atuação profissional nas práticas recomendadas, tornando os cuidados por si prestados seguros, visíveis, eficazes e homogeneizados.

Também ao nível da formação de base e perfil de competências de saída, se coloca o problema da falta de homogeneidade do ensino, devido à enorme diversidade e efetividade do processo de ensino-aprendizagem, situação verificada essencialmente devido ao elevado número de instituições de ensino existentes no país a formar fisioterapeutas. As novas condições da relação entre as profissões e o mercado de trabalho, tem servido de base para teses que apontam para a erosão do fenómeno das profissões e para a tendência à desprofissionalização conduzindo esta, apesar do crescimento desses grupos profissionais, a uma deterioração do seu estatuto profissional com perda de poder, autonomia e autoridade (Johnson, 1972, 2005; Saks, 1995; Santos, 2011).

4 I TENDÊNCIAS, PROBLEMAS E PERSPETIVAS – DOS FISIOTERAPEUTAS PORTUGUESES

Como podemos perceber os fisioterapeutas portugueses têm-se empenhado nas últimas duas décadas, no aumento do nível de formação (inicial e avançada) e especialização, essencialmente focada na afirmação da sua identidade, reconhecimento social, e fundamentalmente numa crescente autonomia do exercício profissional. Tal articula a constatação de um mundo de profissionais de saúde, que os fisioterapeutas integram, que se encontra em constante processo de interação, regulação social e controlo no setor da saúde, tornando urgente a responsabilização dos cientistas sociais pelo mapear das implicações e transformações que ocorrem nos contextos de trabalho, que vão ocorrendo ao longo do tempo, mas também no reproduzir de reflexões e análise empíricas sobre os complexos processos de construção identitária e (re) organização dos saberes de grupos profissionais específicos, cuja realidade se encontra pouco investigada do ponto de vista da sociologia em Portugal.

Da análise disponível sobre a evolução histórica dos fisioterapeutas e as lógicas da matriz de ensino e formação, compreendemos que o desempenho e os saberes desta profissão, o conjunto de valores, saberes e princípios que a regem,

incluindo os critérios de competência, elaborados com auxílio do aumento do tempo (anos) de formação e de nível superior (mestrado e doutoramento), estão efetivamente sujeitos a ingerências de natureza política e ideológica, e cingidos a resoluções não totalmente internas ao grupo profissional, dependendo vários dos seus dilemas e desafios da regulação e desenvolvimento profissional, que dependem essencialmente da legitimação pelo estado, pelos sistemas periciais na área da saúde, e pelas instâncias legais do funcionamento das organizações e dos serviços de saúde bem como pela racionalização e controlo do ensino superior.

Enquanto atores tendencialmente autónomos, estes profissionais, tendem a gerar diferentes ações com o objetivo de solucionar os dilemas que lhes são colocados em contexto de ação coletiva, tendendo a gerar novas estratégias de ação, com o firme objetivo de potenciar a sua visibilidade de ação e difusão das suas práticas quotidianas.

As novas condições da relação entre as profissões e o mercado de trabalho, tem igualmente servido de base a diferentes trabalhos que apontam para a erosão profissional, com tendência à desprofissionalização, apesar do crescimento dos grupos sócio profissionais, podendo verifica-se uma deterioração do estatuto profissional, e uma perda de poder, de autonomia e autoridade, por falta de delimitação do seu campo de ação (“fronteiras”) ou por excesso de especialização, sendo o poder dos profissionais segundo Carvalho e Santiago (2012), “transferido” para sistemas cujo objetivo é a tentativa de (re) construção das profissões, que se prende de forma crescente com o controlo económico e de avaliação de qualidade dos desempenhos nos diferentes contextos organizacionais.

A problemática da sua evolução, e a reflexão sobre os fatores que a condicionam, bem como podem estes estar relacionados tanto com a formação de base, como com o seu contexto de ação,” e considerando a *omnipresença dos constrangimentos e regras do jogo específico que estruturaram a ação dos atores, só a análise crítica e necessariamente contingente permite à abordagem organizacional estudar as relações entre os atores num determinado espaço de ação particular.*” (Morais, 2016:157).

5 I OPÇÕES METODOLÓGICAS E RESULTADOS DE ESTUDO

Com base numa abordagem de natureza qualitativa de nível exploratório centramos o nosso estudo na análise das dinâmicas de ação dos fisioterapeutas portugueses, e na compressão de quais os fatores que condicionaram o seu passado, contextualizando com o seu presente, com o objetivo de compreender as tendências, problemas, incertezas do futuro, e (re) contextualizar o seu exercício profissional. Como instrumento de recolha optamos pela entrevista semiestruturada para melhor

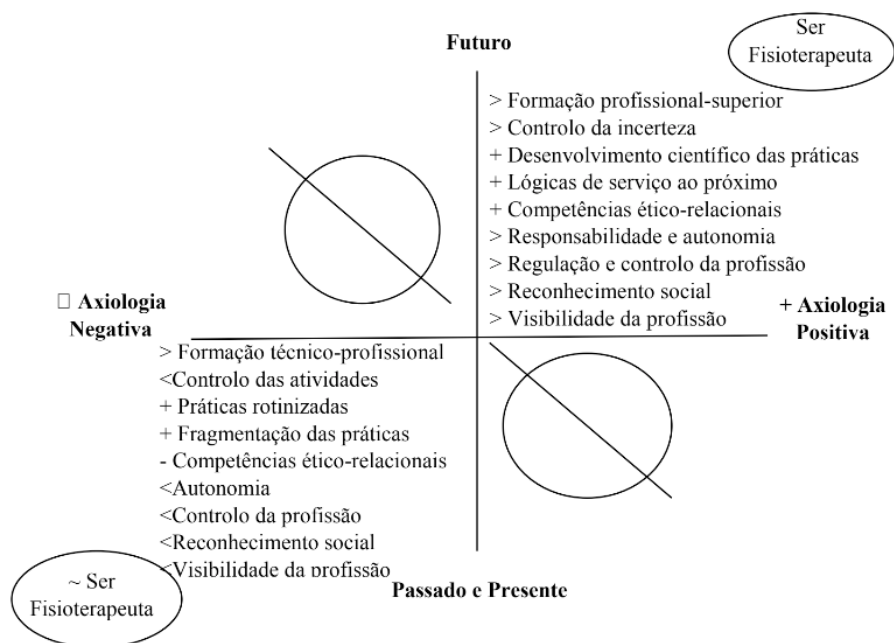
mapear os discursos, as vivências e as experiências dos atores, foram traçados dois objetivos gerais, com o intuito de compreender as relações entre os diferentes atores e as suas dinâmicas de desenvolvimento profissional, e dois objetivos específicos, para focalizar que fatores eventualmente influenciam o percurso da fisioterapia e a vida profissional de cada ator. O guião da entrevista, composto por 14 questões abertas, distribuídas por duas dimensões (D1 - Trajetória Profissional dos Fisioterapeutas, e D2 - Interesses e Expetativas de Controlo) foi aplicado, por conveniência a 12 fisioterapeutas com diferentes papéis desempenhados e distintos contextos de ação, sabendo que os atores são portadores de pontos de vista próprios consoante o papel ou posição que detém na estrutura social.

A recolha de informação foi efetuada segundo os princípios da análise estrutural de conteúdo, que teve como objetivo a descoberta da lógica da própria cultura e a sua relação com as práticas quotidianas dos atores sociais. Seguida da análise lexicométrica do *corpus* das entrevistas, sendo esta uma técnica de exploração interpretativa dos conteúdos que possibilita a utilização e quantificação de cálculos estatísticos sobre variáveis fundamentalmente qualitativas, como são os testes e seus conteúdos. Para a análise lexicométrica do *corpus* das entrevistas e processamento dos dados, utilizou-se o *software* livre *Iramuteq* com ancoragem no *software* R, que permite várias formas de análise estatística. Tendo por base as entrevistas e após análise das mesmas, começamos a compreender as opções e motivações para a escolha da profissão, o seu trajeto, e ligação com o percurso profissional, e como tem vindo a ser construída a sua identidade, formação e regulação, bem como as suas lógicas de ação, e a forma como percecionam a profissão e a desejam no futuro.

Numa primeira leitura podemos compreender através dos resultados obtidos que, o percurso destes profissionais tem sido construído e reconstruído com base em diferentes ações individuais e/ou coletivas, que têm guiado este grupo de profissionais ao longo de um caminho “sinuoso” feito de “avanços e recuos” caraterizado por um conjunto de incertezas e de dilemas, “entrancheirado” entre os interesses próprios e coletivos, condicionada por diferentes poderes e constrangimentos que têm conduzido maioritariamente estes profissionais a um conjunto de diferentes micro identidades dentro de um conceito da macro identidade profissional, com um enfraquecimento global ao nível do exercício, e um crescente grau de especialização e complexidade na divisão do trabalho, conduzindo ao declínio do poder profissional e comprometimento do ambicionado fechamento do sistema de saberes e fazeres específicos. De uma forma geral, os fisioterapeutas são proactivos na promoção dos seus serviços, no entanto o crescente grau de especialização e complexidade na divisão do trabalho podem ser fatores preponderantes no nível de controlo do trabalho da profissão, tendo como consequência, o declínio do poder profissional

que tendencialmente conduz à desprofissionalização, ou à proletarização, sendo a erosão das identidades profissionais, apontada como o fenómeno contrário à profissionalização, “apontam para a erosão do fenómeno das profissões e para a chamada tendência à desprofissionalização, [...] sobretudo, os processos de degradação do estatuto profissional.” (Rodrigues, 2012:25).

No esquema que se segue podemos perceber a visão globalizada do que foi o passado e presente, e o que os profissionais desejam ou perspetivam para o futuro, materializado numa matriz simbólico-valorativa entre o “*ser e não ser fisioterapeuta*”.



Esquema 1: Presente e Passado - Tendências de Futuro

Fonte: Interpretação dos conteúdos das entrevistas

No essencial, é importante referir que os resultados do estudo desocultaram uma matriz simbólico-valorativa dos fisioterapeutas estudados, onde estes aludem de forma constante às boas práticas em fisioterapia, e às práticas baseadas na evidência, como forma que adotam para resolver as suas questões de reconhecimento profissional e autonomia, considerando ainda tal fato de extrema importância, e recorrendo ao cumprimento dos princípios e normas de qualidade em fisioterapia definidos até ao presente pela APFisio. Isto reflete no seu entender uma valorização e reconhecimento da sua imagem enquanto profissionais, sendo estas conjuntamente com as suas competências, características que diferenciam um bom

de um mau profissional, tendo estes fatores consequências diretas na prática destes profissionais.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez mais e com um (re) olhar depositado no futuro, e parafraseando Rodrigues, esta situação indica um fenómeno contrário à profissionalização, e como refere a autora, aponta *“para a erosão do fenómeno [da profissão] e para a chamada tendência à desprofissionalização”* (Rodrigues, 2012:25), com degradação do estatuto profissional, e conseqüente erosão da sua identidade, por perda dos limites da ação, em detrimento do aumento dos saberes e competências técnicas.

É incontestável que esta tem sido uma profissão marcada por sucessivas transformações, sendo inicialmente considerada uma ocupação, ou uma ação simplesmente técnica isenta da dimensão científica, e transformando-se gradualmente numa profissão com exigências éticas e científicas bem definidas, que atualmente apresenta um elevado investimento por parte dos seus profissionais ao nível da formação e da seleção dos seus elementos. Contextualizando com Freidson (1994), verifica-se uma crescente procura na consolidação de uma autonomia efetiva, sendo esta referida como o “controlo do conhecimento”.

Em Portugal, estamos, perante formas de regulação do trabalho e do acesso ao emprego por parte dos fisioterapeutas, baseadas em princípios organizativos, tais como a certificação formal por obtenção de diplomas, (pelo reconhecimento do nível de conhecimentos científicos e competências específicas), a autonomia de decisão para a efetivação do exercício profissional, a autorregulação e fechamento do cado de trabalho, a acreditação dos títulos académicos bem como, a adaptação às alterações introduzi- das com a Declaração de Bolonha. Estas questões colocam-se veementemente aos grupos profissionais dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, e mais concretamente às suas associações e estruturas sindicais, as quais, cada vez mais, pretendem ser mandatários e as únicas vozes representativas das classes pro- fissionais.

Em síntese, as problemáticas do ensino e evolução profissional dos fisioterapeutas portugueses aqui referidas oferecem-nos um renovado olhar sobre os problemas e perspetivas da Fisioterapia como uma profissão emergente que se pretende que seja cada vez autónoma e responsável na decisão sobre os cuidados de saúde prestados. É pelas razões expostas que nos interessa aprofundar o conhecimento sobre a matriz simbólico-valorativa dos fisioterapeutas portugueses, para melhor compreender na perspetiva do grupo profissional, os fundamentos das práticas em fisioterapia, e o lugar e a importância das práticas baseadas na evidência, assim como as formas e as estratégias que os atores adotam para

resolver as questões do reconhecimento e autonomia profissional. Importa, então questionar quais são os fatores que condicionaram, condicionam e condicionarão as práticas profissionais dos fisioterapeutas portugueses, as suas estratégias de desenvolvimento, e a recontextualização das mesmas ao nível do exercício profissional.

NOTAS

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico

REFERÊNCIAS

Abrantes, A.L. (2012). *Determinantes organizacionais na qualidade em tecnologias da saúde. O caso particular dos serviços de radiologia do sector público da Região de Saúde do Algarve*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Évora: Universidade de Évora

Blin, J. F. (1997). *Représentations, pratiques et identités professionnelles*. Paris: L'Harmattan

Carvalho, T, Santiago, R. & Caria, T. (2012). *Grupos Profissionais, Profissionalismo e Sociedade do Conhecimento Tendências, problemas e perspectivas*. Porto: Edições Afrontamento

Dubar, C., (1997). *A Socialização construção de identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Ed.

Durkheim, É. (1940). *Os grupos profissionais*. Lisboa: Editórial Inquérito

Evetts, J. (2014). **The Concept of Professionalism: Professional Work, Professional Practice and Learning**. in S. Billett et al. (eds.), *International Handbook of Research in Professional and Practice-based Learning*, Springer International Handbooks of Education, Springer Science+Business Media Dordrecht, pp. 29-56

Friedberg, E. (1995a). *O poder e a regra - Dinâmicas da ação organizada*. Lisboa: Inst. Piaget.

Freidson, E. (1968). *Professional powers*. London: The University of Chicago

Freidson, E. (1973). *The professions and their prospects*. Beverly Hills: Sage

Freidson, E. (1975). *Profession of Medicine. A Study of the Sociology of Applied Knowledge*. New York: Dodd, Mead & Company

Freidson, E. (1988 [1994]). *Renascimento do profissionalismo. Teoria, profecia e política*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

French, H.P. & Dowds, J. (2008). **An overview of Continuing Professional Development in physiotherapy.** *Physiotherapy*, 94 (3), pp. 190–197

Lopes, A.M.F. (1994). **Desenvolvimento pessoal e profissional dos fisioterapeutas: papel e modalidades da formação continua.** Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Pedagogia na Saúde, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa

Lopes, N.M. (2006). **Tecnologias de Saúde e Novas Dinâmicas de Profissionalização.** in G. Carapineiro, (Org.), *Sociologia da Saúde: Estudos e Perspetivas*, Coimbra: Pé de Página Editora, pp. 107-134

Morais, P. (2016). **A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e os seus Inspetores. Uma análise sociológica dos dilemas identitários do grupo profissional.** Tese de Doutoramento em Sociologia. Universidade de Évora

Paradeise, C (2004). **Comprendre les professions: l'apport de la Sociologie, L'individu, le group et la société.** *Science Humaines* éditions (trad. Serbe 2005), rééd.2009

Reynaud, J.-D. (2004). **Les règles du jeu. L'action collective et la régulation sociale.** Paris: Armand Colin

Rodrigues, M.L. (2002 [1997]). **Sociologia das Profissões.** Oeiras: Celta

Rodrigues, M.L. (2012). **Profissões, Lições e Ensaio.** Coimbra: Almedina

Rodrigues, M.L. & Carvalho, H. (2004). **Entre o público e o privado - Associativismo profissional em Portugal.** In J. Freire (Ed.), *Associações profissionais em Portugal* (pp. 257-298). Oeiras: Celta Editora

Santos, C.C. (2011). **Profissões e Identidades Profissionais.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Silva, C.A. (2004). **O labirinto da Enfermagem. Participação e profissionalismo.** Lisboa: Colibri

Tavares, D. (2016). **Introdução à Sociologia da Saúde.** Coimbra: Almedina

CAPÍTULO 11

DINÂMICAS DA FAMÍLIA EMPRESÁRIA, REFLEXIVIDADE E A SUCESSÃO: A FERRAMENTA DO PROTOCOLO FAMILIAR

Data de aceite: 26/10/2020

Ana Paula Marques

Universidade do Minho
Braga, Portugal
ORCID: 0000-0002-9458-2915

António Nogueira da Costa

Instituto Politécnico da Maia
Maia, Portugal
ORCID: 0000-0002-8482-5266

Paula Freire

Universidade do Minho
Braga, Portugal

Artigo revisto, publicado nas Atas do X Congresso Português de Sociologia - Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo, Associação Portuguesa de Sociologia (APS). Lisboa, 2018.

RESUMO: O projeto “Roadmap para as empresas familiares portuguesas” (2016-2018), financiado pelo NORTE 2020/ FEDER, liderado pela Universidade do Minho, conta com a parceria da Associação Empresarial de Portugal (AEP). Teve como objetivo central mapear as empresas familiares do Norte do país para conhecer e avaliar o seu impacto na economia local, nacional e internacional (Marques, 2018). Na concretização deste mapeamento das empresas familiares, conhecidas pela sua relativa invisibilidade (político - institucional e económico - social) organizou-se um Ciclo de 8 workshops para as

empresas familiares da região Norte, distribuída pelas 8 N.U.T. III, ao longo dos meses de maio 2017 a fevereiro 2018, subordinado à temática “Empresas Familiares: Enfrentar os Desafios, Assegurar a Continuidade”. Tratando-se de uma temática transversal foi-nos possível sistematizar um conjunto de preocupações e desafios comuns aos testemunhos dos/as empresário/as que participaram, em especial, no que diz respeito à questão da sucessão da empresa. Três aspetos merecem ser destacados: 1) participação das empresas familiares em dinâmicas coletivas de partilha e discussão de tópicos internos; 2) importância da “voz” das empresas familiares na sinalização de preocupações e desafios comuns, particularmente tendo em conta a emergência de uma nova geração de empresários/as mais qualificado/as e/ou atuando em mercados competitivos e globais; 3) importância da ferramenta do protocolo familiar como boa prática de governo da empresa familiar e da família empresária. Este último aspeto merecerá particular destaque já que o protocolo familiar é um processo que visa definir e regular os três principais poderes de uma empresa familiar - o poder dos sócios, o poder da gestão e o poder da família - profissionalizar a família empresária e consequentemente auxiliar na continuidade do negócio ao longo das consecutivas gerações.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Família Empresária, Sucessão, Reflexividade, Poder, Protocolo Familiar..

DYNAMICS OF THE ENTREPRENEURIAL FAMILY, REFLEXIVITY AND SUCCESSION: THE TOOL OF THE FAMILY PROTOCOL

ABSTRACT: The “Roadmap for Portuguese Family Businesses” (2016-2018) is a project funded within the framework of NORTE-02-0853-FEDER-000018 and is headed by the University of Minho (Portugal), in co-promotion with the Portuguese Entrepreneurial Association (AEP). Its main objective consisted in analyzing and assessing the impact of the family businesses of the North of Portugal on the local, national, and international economy (Marques, 2018). In order to accomplish this mapping of family businesses, known for their relative invisibility (political-institutional and economic-social), a cycle of 8 workshops was organized for family businesses in the North region, distributed by 8 N.U.T. III throughout the months of May 2017 to February 2018, under the topic “Family Businesses: Facing the Challenges, Ensuring Continuity”. Since this is a cross-cutting theme to the various workshops, a set of common concerns and challenges were systematized considering the testimonies of the businessmen who participated, especially regarding the question of the firm’s succession. Three aspects should be highlighted: 1) participation of family businesses in collective dynamics of sharing and discussion of internal topics; 2) importance of the “voice” of family businesses in signaling common concerns and challenges, due to the emergence of a new and more qualified generation of entrepreneurs and/ or operating in competitive and global markets; 3) importance of the “family protocol” tool as a good governance practice for the family business and the business family. This last aspect will be given particular emphasis since the family protocol is a process that aims to define and regulate the three main powers of a family business - the power of the partners, the power of management and the power of the family - to professionalize the entrepreneurial family and consequently support business continuity over consecutive generations.

KEYWORDS: Portugal, Family Business, Succession, Reflexivity, Power, Family Protocol.

1 | INTRODUÇÃO

Com uma visão de longo prazo, as Empresas Familiares (EFs) contribuem significativamente para o PIB e o emprego, para a inovação e desenvolvimento das comunidades locais, constituindo um dos pilares essenciais do crescimento da economia de qualquer país. Na verdade, as empresas familiares constituem a forma empresarial dominante, sendo o seu sucesso e a longa estabilidade fundamentais para a economia e sociedade. Porém, um dos maiores problemas que as empresas familiares enfrentam na Europa e em Portugal é a falta de visibilidade político-institucional, onde não existem ainda estatísticas oficiais precisas e atualizadas sobre este sector da economia. Existem apenas estimativas que exprimem a importância desta tipologia empresarial no cômputo geral das empresas na economia privada, variando de país para país.

O presente artigo suporta-se no projeto “Roadmap para Empresas Familiares

Portuguesas” (NORTE-02-0853-FEDER-000018), em co-promoção com a Associação Empresarial de Portugal (A.E.P.), e financiado pelo Norte 2020 e pelo F.E.D.E.R. (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional). Este projeto prosseguiu um duplo objetivo estratégico: (1) mapear as empresas familiares da Região Norte, que podem ser pequenas, médias ou grandes; (2) e avaliar o seu impacto na economia local, nacional e internacional, tendo em conta a dinâmica de criação de emprego, internacionalização e inovação do investimento, por um lado, e, por outro, a profissionalização da gestão e de governo das empresas familiares. Trata-se de um projeto que visou mapear esta tipologia empresarial dominante no tecido económico português, caracterizá-las e identificar principais desafios e tendências emergentes (Marques, 2018).

Na concretização deste mapeamento das empresas familiares, conhecidas pela sua relativa invisibilidade (político-institucional e económico-social), organizou-se um Ciclo de 8 workshops para as empresas familiares da região Norte, distribuída pelas 8 N.U.T. III ao longo dos meses de maio 2017 a fevereiro 2018. A sigla N.U.T. é o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões. A região corresponde ao nível II de divisão do país em cinco grandes regiões, sendo que este projeto se focou apenas na região Norte, nível II da hierarquização, e contemplou 8 unidades territoriais, que correspondem ao nível III.

Nestes 8 *workshops*, subordinado à temática “Empresas Familiares: Enfrentar os Desafios, Assegurar a Continuidade”, estiveram envolvidos, em média, entre 12 e 20 empresários/as familiares, desde assistência à apresentação de testemunhos em primeira pessoa. Tratando-se de uma temática transversal aos vários *workshops* foi-nos possível sistematizar um conjunto de preocupações e desafios comuns aos testemunhos dos/as empresários/as que participaram, em especial, no que diz respeito à questão da sucessão da empresa. Neste contexto, a ferramenta do protocolo familiar afigura-se com potencial efetivo para o planeamento da sucessão empresarial, contribuindo para as boas práticas do seu governo, a continuidade da empresa sob o controlo da família e a própria coesão familiar. A partir desta experiência, foi-nos possível: 1) dar conta dos processos de participação das empresas familiares em dinâmicas coletivas de partilha e discussão de tópicos internos; 2) destacar a importância da “voz” das empresas familiares na sinalização de preocupações e desafios comuns, particularmente tendo em conta a emergência de uma nova geração de empresário/as mais qualificado/as e/ou atuando em mercados competitivos e globais; 3) pôr em evidência a importância da ferramenta do “protocolo familiar” como boa prática de governo da empresa familiar e da família empresária. Este último aspeto merecerá particular destaque já que o protocolo familiar é um processo que visa definir e regular os três principais poderes de uma

empresa familiar - o poder dos sócios, o poder da gestão e o poder da família - profissionalizar a família empresária e consequentemente auxiliar na continuidade do negócio ao longo das consecutivas gerações.

2 I PROJETO ROADMAP PARA EMPRESAS FAMILIARES

2.1 Objetivos e enfoques metodológicos

Com uma duração de dois anos (2017-2018), o projeto “Roadmap para Empresas Familiares Portuguesas”, financiado pelo NORTE2020 e FEDER prosseguiu um duplo objetivo estratégico: (1) mapear as empresas familiares da Região Norte, que podem ser pequenas, médias ou grandes; (2) e avaliar o seu impacto na economia local, nacional e internacional, tendo em conta a dinâmica de criação de emprego, internacionalização e inovação do investimento, por um lado, e, por outro, a profissionalização da gestão e de governo das empresas familiares.

Para sua operacionalização, este projeto desenvolveu-se a partir de três enfoques metodológicos, com o objetivos específicos associados a cada um deles. Em seguida, expõem-se brevemente cada um deles (cf. Figura 1).

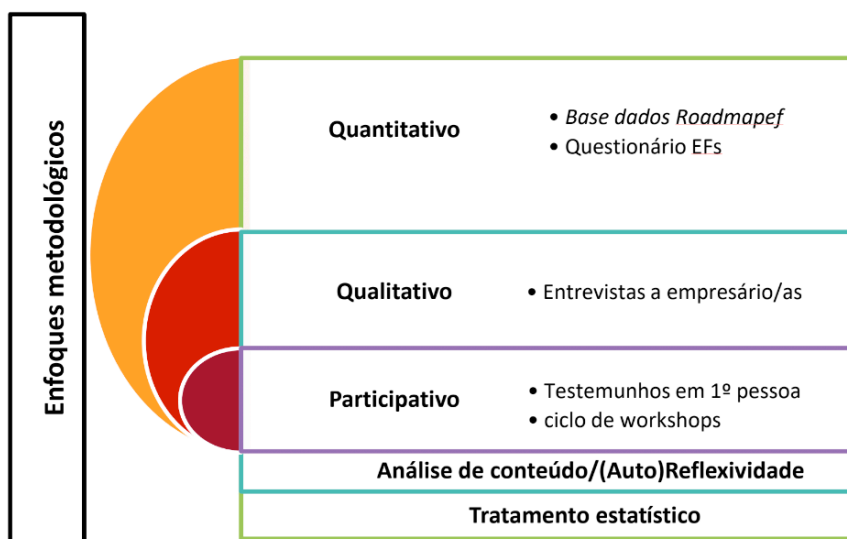


Figura 1-Desenho Metodológico

No “enfoque quantitativo”, visou-se criar uma base de dados que nos permitisse saber quantas são as empresas familiares, no sentido de as mapear e elaborar a sua radiografia com base num conjunto de indicadores chave. Para isso, foi importante estabilizar o conceito de empresa familiar, tendo a nossa opção

recaído na proposta de definição de empresas familiares avançada pelo Grupo de Peritos criado pela Comissão Europeia (COM, 2009). Note-se que a literatura especializada sobre o tema elenca mais de 90 definições e expõe a dificuldade da sua operacionalidade e conseqüente comparabilidade em termos não só nacionais, mas também internacionalmente. Para tal, assumem quatro elementos ou dimensões a serem contempladas na identificação das empresas familiares, distinguindo-se, assim das empresas não familiares. Esses elementos são:

1. a maior parte das decisões é tomada pelo fundador da empresa, ou por aquele que recebeu o legado da empresa enquanto herdeiro natural, ou familiar indireto;
2. a maioria da tomada de decisões pode ser indireta ou direta;
3. pelo menos um ou mais familiares estão envolvidos no controlo da empresa;
4. e, finalmente, as empresas registadas são consideradas familiares quando a pessoa que a criou ou os seus familiares e descendentes possuem 25% de ações (capital da mesma).

Com esta proposta de definição, duas ilações relevantes merecem ser destacadas. Primeira, a de que é possível considerar uma empresa familiar que ainda não passou por um processo de sucessão. Nesse sentido, não se partilha a perspetiva dos autores que apontam o critério da ocorrência de uma geração (pelo menos de uma geração) como condição para se definir a empresa familiar, constituindo per si critério exclusivo. Pelo contrário, poderemos ter empresas com idades distintas preparadas ou não para a sucessão, planeando-a através de um protocolo familiar (Costa, del Rio, 2012). A segunda ilação resulta de ser possível contemplar neste leque de empresas familiares os proprietários individuais em regime de autoemprego desde que a empresa tenha personalidade jurídica, permitindo a mesma possa ser legalmente transferida.

Até abril 2018, a Base de dados Roadmaef mapeou 41 496 empresas familiares da região Norte, cumprindo o principal objetivo de saber quantas são as empresas familiares e onde as mesmas se encontram localizadas na região Norte. Na fase subsequente, foi elaborado e aplicado um questionário (online através da plataforma *LimeSurvey* e presencial, entre junho a julho 2017) às empresas familiares que integram a nossa base de dados, ao permitindo sinalizar diferentes perfis desta tipologia empresarial. O plano de amostragem orientou-se pela representatividade da distribuição das empresas familiares por N.U.T. III e por dimensão da empresa definida por número de trabalhadores (cf. Tabela 1).

NUT III	Nº de trabalhadores				Total
	Micro ≤ 3	Micro (4 – 9)	Pequena (10 – 49)	Média e Grande Empresa (≥ 50)	
Alto Minho	10 14.9	28 41.8	20 29.9	9 3.4	67 5.8
Alto Tâmega	2 9.5	10 47.6	6 28.6	3 14.3	21 1.8
Área Metropolitana do Porto	200 36.8	146 26.9	142 26.2	55 10.1	543 47.3
Ave	25 18.1	40 29.0	45 32.6	28 20.3	138 12.0
Cávado	45 23.8	56 29.6	59 31.2	29 15.3	189 16.5
Douro	16 30.2	18 34.0	13 24.5	6 11.3	53 4.6
Tâmega e Sousa	25 22.7	28 25.5	34 30.9	23 20.9	110 9.6
Terras de Trás-os-Montes	3 11.1	14 51.9	8 29.6	2 7.4	27 2.4
Total	326 28.4	340 29.6	327 28.5	155 13.5	1148

Tabela 1 – Distribuição da amostra final por N.U.T. III e dimensão

Fonte: Questionário EFs

A informação recolhida sobre empresas familiares na região Norte, por via do questionário, orientou-se para as dimensões e indicadores mais relevantes, designadamente: i) identificação das empresas; ii) caracterização genérica da atividade empresarial; iii) estrutura e governação familiar; iv) Profissionalização das famílias empresárias; v) caracterização sociobiográfica do respondente do questionário que poderá ser o próprio fundador ou gestor com conhecimento geral da empresa familiar.

Em articulação com esta fase do projeto, privilegiou-se uma metodologia qualitativa, tendo-se realizado 23 entrevistas aprofundadas a empresário/as familiares nos contextos das respetivas organizações. Para além de esta atividade se justificar como suporte à conceção do questionário, com a sinalização das questões a formular, permitiu reconstruir a “história” e “cultura” da empresa familiar e redes de parentesco, recuperar a trajetória do/a fundador/a, principais momentos críticos de viragem/ readaptação/ transformação do negócio, bem como questões relacionadas com situação presente e desafios para o futuro próximo (Marques, 2018).

Na dinamização das ações previstas no projeto, foi imprescindível incentivar

a participação direta e indiretamente das empresas familiares. Neste enfoque participativo, destaca-se a organização do ciclo de *workshops* direcionado para empresas familiares, com lugar em cada uma das N.U.T. III região Norte, para além da participação de empresários/as e especialistas nos seminários internacionais que tiveram lugar no decorrer do projeto. Este ciclo decorreu entre maio 2017 a fevereiro 2018 e foi realizado em cada uma das N.U.T. III da região Norte e subordinado à temática transversal “Empresas Familiares: Enfrentar os Desafios Assegurar a Continuidade”.

Nos oito *workshops* distribuídos pela Área Metropolitana do Porto, Alto Minho, Cávado, Ave, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes, foram convidados empresários tendo em conta a região e o predomínio do setor de atividade. Em cada um dos *workshops* estiveram envolvidos, em média, entre 12 a 20 empresários/as familiares. Foi-nos possível sistematizar a partir dos testemunhos dos/as empresários/as que participaram, em especial, no que diz respeito à questão da sucessão da empresa, da profissionalização do negócio, da feminização dos líderes, dos conflitos família e negócio, da continuidade da empresa sob o controlo da família e coesão familiar.

Na discussão desta temática transversal aos vários *workshops*, destaca-se a importância da “voz” das empresas familiares na sinalização de preocupações e desafios comuns, particularmente tendo em conta a emergência de uma nova geração de empresário/as mais qualificado/as e/ou atuando em mercados competitivos e globais. Outros temas abordados foram, por exemplo, a questão da sucessão da empresa, da profissionalização do negócio, da feminização dos líderes, dos conflitos família e negócio, da continuidade da empresa sob o controlo da família e coesão familiar. Quanto à questão “sensível” da sucessão, a ferramenta do “protocolo familiar” afigura-se com potencial efetivo para o planeamento da passagem de “testemunho” para a geração seguinte, contribuindo para as boas práticas do seu governo, a continuidade da empresa sob o controlo da família e a própria coesão familiar.

2.2 Dinâmica coletiva dos *workshops*

Na organização dos *workshops*, presidiu uma preocupação comum: convidar empresários de ambos os sexos, localizados nas diversas N.U.T. III da região Norte, sob um tema comum: assegurar a continuidade das empresas familiares no contexto da globalização da economia. Para isso, foram contactadas entidades como Câmaras Municipais e Associações Empresarias de cada N.U.T. III da região Norte que, mediante as suas agendas e disponibilidades, mas também mediante os horários preferências dos empresários locais nos acolheram nas suas instalações ou nos encaminharam para um contacto que melhor se enquadrasse na atividade que

estávamos a propor.

Após estes contactos (via e-mail ou telefone) as Câmaras e/ou Associações que se disponibilizaram a ser nossas parceiras foram:

- Crédito Agrícola de Vila Verde e Terras do Bouro;
- Confraria dos Vinhos do Douro;
- Caixa do Crédito Agrícola – Caixa do Noroeste;
- NERBA – Associação Empresarial do Distrito de Bragança;
- Casa do Território;
- Associação Empresarial de Amarante;
- Oliva Creative Factory e SANJOTEC;
- Associação Empresarial Botiquense.

O ciclo de *workshops* decorreu de 26 de maio de 2017 a 3 de julho de 2018. Apesar de 7 dos *workshops* terem sido realizados em 2017, o último referente à N.U.T. do Alto Tâmega apenas se realizou no ano de 2018 devido a condicionantes alheias à nossa organização.

O contacto entre a equipa do projeto “Roadmap para Empresas Familiares” e as associações de acolhimento foi um ponto-chave na organização deste ciclo de *workshops* tanto no que diz respeito à marcação e uma data e hora que fosse favorável às entidades, como na divulgação e captação de participantes para o mesmo.

Neste ciclo de 8 *workshops* distribuídos pela região Norte estiveram presentes 107 participantes no total, sendo 37 do sexo feminino e 70 do sexo masculino. A entidade recetora do *workshop* assumiu um papel primordial na divulgação do evento uma vez que para além de já possuir uma base de dados com empresários locais, esta conhece as suas particularidades e interesses de modo a contactar os futuros participantes que poderiam vir a ter interesse no evento. Neste processo de divulgação e captação, a Universidade do Minho disponibilizou todos os meios para permitir o bom funcionamento do evento. Desde a conceção, impressão e envio dos cartazes, criação e envio de e-mails e notícias tipo no sentido de uniformizar e melhor esclarecer os futuros participantes até à disponibilização de material de apoio ao workshop como capas, blocos, canetas, entre outros. No sentido de melhor registar e organizar o número de participantes foram criados 8 *surveys* de inscrição por parte da Universidade do Minho. Este *survey* encontrava-se presente na divulgação das duas entidades e possibilitava aos participantes fazer a sua inscrição *online*. A modalidade de inscrições também era possível através de *e-mail* para uma das

duas entidades parceiras que, entrava em contacto com a outra no sentido de dar conhecimento do número de inscrições recebidas. Foi necessário um contacto diário entre as duas entidades até ao dia do evento no sentido de o melhor organizar e prever quaisquer questões que eventualmente pudessem surgir

Demonstrados os processos referentes ao “*pré-workshop*”, no que diz respeito ao dia do evento o processo foi bastante simples na generalizada dos casos uma vez que todos os aspetos já se encontravam acertados anteriormente, como é o caso do material necessário e organização da sala. A equipa, após chegar ao local, montava o local para acreditação dos participantes, distribui as capas com informações relevantes do projeto e testava os meios informáticos no sentido de estes não apresentarem anormalidades de funcionamento.

Na dinâmica coletiva proporcionada pelos *workshops*, foi possível a partilha e a discussão de tópicos internos da família empresária, com destaque nos testemunhos em “primeira pessoa” na sinalização das preocupações, desafios e boas práticas.

Os empresários, no geral, destacavam problemas relacionados com questões da sucessão da empresa, da profissionalização do negócio, da feminização dos líderes, dos conflitos família-negócio e da continuidade da empresa sob o controlo da família. Foram vários os empresários que apresentaram a questão da sucessão da empresa como um dos seus maiores desafios. Em vários casos, a geração mais recente de empresários destacou o facto da geração anterior não abdicar do controlo total da empresa, tentando por vezes reverter algumas decisões da administração atual.

O caso da feminização dos líderes foi um dos aspetos bastante abordado nas sessões, principalmente no caso do *workshop* realizado na Associação Empresarial do Distrito de Bragança. Contrariamente aos discursos observados nos outros *workshops*, as participantes deste workshop não referiram a sua entrada como líderes como um problema ou como sendo difícil. O mesmo se sucedeu no caso de São João da Madeira, onde o número de mulheres empresárias se apresentou superior ao número de homens empresários (8 mulheres e 5 homens).

Decorrida a sessão, o debate geralmente alargava-se no exterior do auditório acompanhado por um café. Este momento “*pós-workshop*” apresentou-se bastante importante no que diz respeito aos contactos para as entrevistas posteriores. Foi na “pausa para o café” que foi possível alcançar um contacto de maior intimidade onde todos os empresários se mostravam disponíveis para falar dos seus casos pessoais, problemas e até situações de algum humor no que diz respeito aos seus negócios.

No dia seguinte ao *workshop*, a equipa do projeto “Roadmap para Empresas Familiares Portuguesas”, para além do envio de um *e-mail* de agradecimento à entidade parceira, procedeu do mesmo modo com os participantes. As fotos

registadas pela equipa Roadmap encontram-se no *site* do projeto acompanhadas de uma notícia referente ao evento. Estas fotos foram também enviadas para a entidade parceira.

Com o intuito de melhor perceber a relevância do workshop e do projeto “Roadmap para Empresas Familiares Portuguesas” para as famílias empresárias e se este teria sido útil para estas no que diz respeito aos temas abordados, criamos um “mini-questionário” que era fornecido aos empresários no momento da acreditação. Este questionário possuía apenas quatro perguntas:

- As informação divulgadas na sessão de esclarecimento do projeto foram úteis para si e/ou para o seu negócio?
- Este *workshop* foi útil para si e/ou para a sua empresa?
- Que outros temas/assuntos no âmbito das empresas familiares gostaria que fossem abordados em eventos futuros?
- Deseja fazer algum comentário ou sugestão adicional?

No que diz respeito tanto à utilidade das informações referentes ao projeto, como na utilidade da sessão em si, 100% dos participantes responderam que “Sim”, que as informações apresentadas foram uteis para os empresários ou para as empresas que representam.

Relativamente aos temas e assuntos de maior relevância que os participantes gostariam de ver abordados em eventos futuros anunciados no questionário, a “Gestão de conflitos” (66.6%) foi o tema que estes anunciaram com maior frequência; seguindo-se a “Inovação” (47.60%) e a “Sucessão de Liderança” (42.85%).

3 I EMPRESA FAMILIAR E SUCESSÃO: A FERRAMENTA DO PROTOCOLO FAMILIAR

Esta tipologia empresarial assume singularidades que se expressam, em grande medida, pela influência das estruturas familiares na atividade económica em si. Uma dessas influências expressa-se de forma muito patente na questão da sucessão da liderança e/ ou propriedade. Com efeito, uma família que controle uma empresa familiar tem como intrínseca a vontade de assegurar a sua transmissão e continuidade pelas sucessivas gerações. No entanto, os dados refletem que esta vontade não é de fácil concretização.

Um dos primeiros e mais citados estudos sobre empresas familiares, realizado em Illinois por Jonh L. Ward, salienta que em sessenta anos de vida 80% das empresas desapareceram e, das restantes, somente 13% se mantiveram sob o controlo das respetivas famílias fundadoras. Este período de tempo reflete o envolvimento de duas ou três gerações familiares, o que leva ao suporte dos

empíricos ditos populares, comuns na maioria dos países que permitem a existência de empresas familiares: Pai Rico, Filho Nobre, Neto Pobre.

Em 1978, Renato Tagiuri e John Davis desenvolveram um modelo que representa a empresa familiar como um sistema que agregador de três círculos que refletem a existência e relacionamento de outros tantos stakeholders:

- a propriedade – detentores do capital social,
- a empresa – pessoa jurídica que desenvolve o negócio,
- a família – pessoas ligadas por laços familiares que controlam a propriedade e a gestão da empresa.



Figura 2 - Modelo dos Três Círculos

A existência da sociedade, enquanto entidade que desenvolve o negócio, e dos sócios que a controlam (proprietários do seu capital) está devidamente regulada - em especial pelo Código das Sociedades Comerciais – no entanto, a existência da família enquanto *stakeholder* com eles relacionados não tem suporte devidamente regulado.

Para num futuro próximo se poder chegar ao reconhecimento da família empresária como uma das partes interessadas na empresa familiar, têm sido desenvolvidos esforços no sentido de a estruturar e a profissionalizar; isto é, de lhe atribuir uma existência e capacidade de atuação conjunta para se relacionar de uma forma adequada com a empresa a que se encontra associada.

3.1 Estruturação da Família Empresária e paralelismo com a Empresa Familiar

No sentido de auxiliar a família empresária a alcançar os seus objetivos fundamentais: coesão em torno da empresa familiar e continuidade do património como um legado para as gerações seguintes, a mesma deve organizar-se, seguindo uma filosofia muito idêntica ao de uma sociedade comercial, com a qual

se estabelece um paralelismo que permite visualizar a sua estruturação, a sua completa independência e a ponte para contactos com a Empresa Familiar.

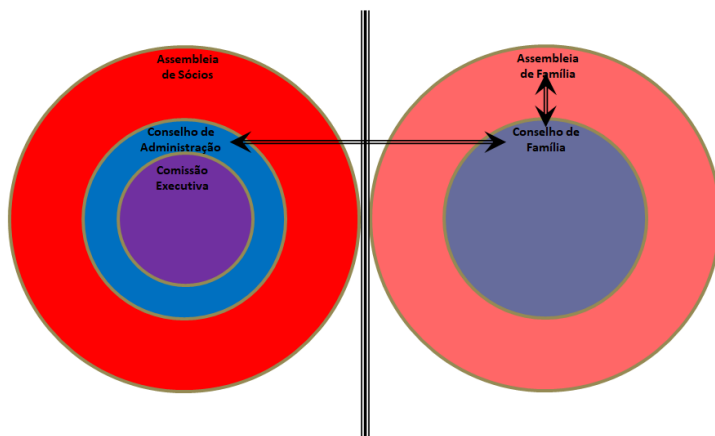


Figura 3 - Estruturação da Família Empresária e ligação à Empresa Familiar

3.2 O Protocolo Familiar ou Constituição Familiar

Ao não estar regulada do ponto de vista jurídico-legal, a área de conhecimento da gestão foi a primeira a identificar e a reconhecer a necessidade de considerar a família como um elemento diferenciador e impactante na empresa e, conseqüentemente, de protocolar a sua atuação e forma de inter-relação com a empresa que controla.

Na última década do séc. XX surge o Protocolo Familiar ou Constituição da Família como um acordo, reduzido a escrito, pelos familiares sócios de uma empresa, com o objetivo de regular a sua organização e as relações económicas e profissionais entre a família, a propriedade e a empresa (Gallo, 1992). O documento obtido é a parte mais tangível do processo que o concebe e reconhece a estruturação e regulação duma família empresária (Costa, 2017).

3.3 Como se desenvolve e quanto tempo demora o Processo

O protocolo familiar é normalmente desenvolvido por uma entidade externa que apoia e dinamiza todo o processo e segue uma determinada metodologia.

De forma sintética o processo de desenvolvimento utilizado pela efconsulting® (Costa, 2012) considera quatro fases sequenciais:

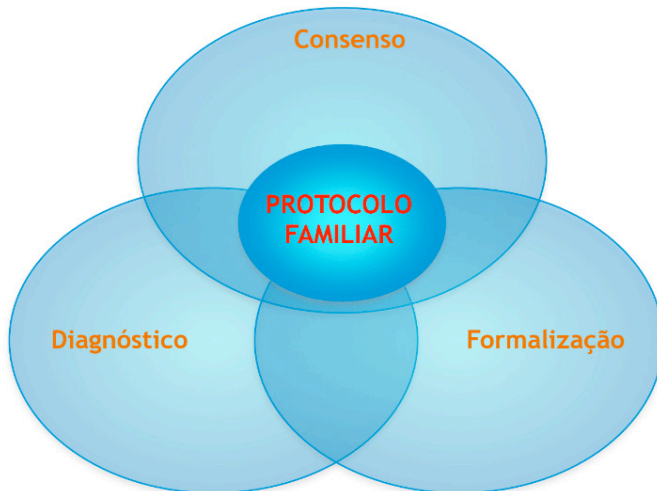


Figura 4 - As fases de desenvolvimento de um Protocolo Familiar

1. **Fase de Sensibilização:** explicação aos participantes de conceitos essenciais, do processo, dos principais objetivos, dos contributos esperados e esclarecimentos de dúvidas. Normalmente é uma reunião conjunta que pode ser integrada no início da fase de Diagnóstico.

2. **Fase de Diagnóstico:** interação da entidade externa com os participantes com o objetivo de conhecer suas posições básicas relativamente aos pontos fundamentais do protocolo. Suporta-se essencialmente em diversas reuniões individuais e questionários confidenciais e culmina com uma reunião conjunta de apresentação do diagnóstico essencial. Fase decorre num período entre 1 a 3 meses.

3. **Fase de Consensos:** construção de um acordo consensual global, sobre todos os pontos considerados relevantes e que devem fazer parte do documento final do protocolo. Suporta-se em reuniões individuais e de grupo (geracionais, ramos familiares ou outros) para, num processo iterativo, se desenvolver e encontrar soluções conciliadoras e abrangentes. Fase mais demorada e muito dependente da maior ou menor facilidade de se encontrar os consensos. Decorre num período entre 3 a 6 meses, podendo em determinados casos ser ultrapassar de forma significativa.

4. **Fase de Formalização:** agrupamento e redação num documento único – Protocolo Familiar - de todos os acordos estabelecidos. Tal como a fase de consenso, é um processo iterativo de troca de documentos e reuniões de esclarecimento até à redação da sua versão definitiva. A etapa terminada com a entrega e assinatura do Protocolo Familiar, por parte de todos os participantes. Dependendo da menor ou maior necessidade de revisões, normalmente necessita de 3 a 6 meses.

3.4 A vinculatividade do Protocolo Familiar

O Protocolo Familiar é um acordo entre as partes signatárias, no entanto, decorrente do seu próprio processo de desenvolvimento, fica acordado qual o nível de vinculatividade desejado. Para este fim atende-se a distintos meios:

- Internos à empresa: baseados em regulamentos da administração, regulamentos processuais ou de atuação das pessoas que assumem determinadas funções ou da estrutura organizativa da empresa;
- Jurídicos: suportados nos estatutos, em acordos parassociais, em testamentos ou doações.

3.5 Os Órgãos da Família Empresária

O Protocolo Familiar normalmente estrutura a família empresária suportada em dois órgãos:

- A Assembleia de Família: fórum que integra os familiares de maioria e tem por fim assegurar a coesão da família. Recorre à informação e formação dos seus membros, delibera sobre os assuntos que lhe foram assignados e supervisiona a atuação do Conselho de Família. Reúne uma ou duas vezes por ano.
- O Conselho de Família: órgão colegial, composto por dois a cinco membros, que tem por grandes objetivos ser o elo de ligação empresa-família e o dinamizador das ações ligadas à família empresária. Operacionaliza todas as tarefas que lhe foram atribuídas e assume a representação da família junto de cada um dos seus membros e da empresa. Reúne duas ou seis vezes por ano.

3.6 Empresas que possuem o protocolo familiar e sua utilidade

Existe uma relação entre a dimensão das empresas e a existência de protocolo familiar, como o suporta o estudo desenvolvido pela Cátedra da Empresa Familiar do IESE. Das respostas obtidas ao inquérito lançado a 1.000 empresas sediadas em países de língua castelhana, verificou-se a seguinte existência de protocolo familiar nas empresas:

- com menos de 50 trabalhadores - 35,7%
- entre 50 e 250 trabalhadores - 43,2%
- com mais de 250 trabalhadores - 66,1%.

Quando a variável de análise da empresa é o valor de faturação, constatou-se que daquelas que faturam acima de 10 milhões de euros 62,1% possuem protocolo familiar.

Dada a significativa expressividade destes números e os custos de desenvolvimento - financeiros e de alocação de tempo das pessoas a trabalhar na empresa e da própria família – é relevante perceber a utilidade de desenvolver e possuir um protocolo familiar. Este mesmo estudo questionou se o protocolo que as empresas possuíam já tinha sido utilizado pelo menos uma vez para gerir situações específicas ligadas à relação família-empresa: 60% dos participantes responderam afirmativamente.

4 | NOTAS FINAIS

Genericamente definidas pela intrínseca envolvimento de membros da família nos quadros de gestão e direção, as empresas de tipo familiar apresentam interessantes singularidades que as distinguem das restantes empresas, acentuando a sua importância nas economias de mercado à escala mundial. Reconhecendo-se o maior grau de resiliência e longevidade quando comparadas com as restantes empresas, as empresas familiares caracterizam-se pela preservação de valores e tradições pelas gerações futuras procurando-se desta forma estabelecer um vínculo entre a empresa e a família e, assim, garantir a manutenção do controlo da família no negócio.

Na dinâmica coletiva proporcionada pelos workshops, foi possível a partilha e a discussão de tópicos internos da família empresária, com destaque nos testemunhos em “primeira pessoa” na sinalização das preocupações, desafios e boas práticas comuns. Além disso, foi possível constituir-se num espaço formativo, potenciando a experiência de (auto) reflexividade dos próprios intervenientes no processo. Neste contexto, ficou evidente que desenvolver e implementar um protocolo familiar é uma decisão de investimento no futuro da continuidade da empresa e da família empresária e uma via de facilitar as dinâmicas associadas à passagem do legado ao longo das suas consecutivas gerações.

Prosseguir com este esforço de mapeamento desta tipologia empresarial dominante no tecido económico português, identificando suas principais e perfis e desafios emergentes é essencial como suporte ao desenvolvimento futuro de políticas públicas direcionadas ao apoio às empresas familiares.

REFERÊNCIAS

Aronoff, C. E., Ward, J. L. (2002). *Family Meetings. How to build a Stronger Family and a Stronger Business*. New York: Palgrave Macmillan.

Costa, A. N. (2012). O Protocolo familiar como arma anticonflito. *Revista Exame*, nº 344, 54-59.

Costa, A. N. (2017). *Manual de Boas Práticas da Empresa familiar*. DOI: 10.6084/m9.figshare.5545141

Costa, A. N. (2018). *A profissionalização da família empresária e a continuidade das empresas familiares*, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, <https://doi.org/10.21814/1822.56256>, ISBN: 978.989.99768.2.5

Costa, A. N., Negreira, F, Negreira, J. (2011). *50 perguntas essenciais sobre empresas familiares*. Porto: Vida Económica.

Gallo, M. A. (1998). *La sucesión en la empresa familiar*. Barcelona: Colección de estudios y informes La Caixa.

Gallo, M. A., Ward, J. L. (1992). *Protocolo Familiar. Nota técnica DGN-448*. Navarra, IESE.

Gersick, K. F.; Davis, J. A., Hampton, M. M., Lansberg, I. (1996). *Generation to Generation: Lyfe Cycles of the Family Business*. Harvard: Harvard Business School Press.

Montemerlo, D., Ward, J. L. (2011). *The Family Constitution. Agreements to secure and perpetuate your family and your business*. New York: Palgrave Macmillan.

Marques, A. P. (2018). *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*. Braga: Diário do Minho.

Negreira, F., Negreira, J., Costa, A. N. (2007). *Eu não vendi. Não o façam vocês. Empresa familiar e sucessão*, Porto: Vida Económica.

Tàpies, J., Ceja, L. (2011). *Los protocolos familiares en países de habla hispana: Cómo son y para qué se utilizan*. CDI-931, IESE, Cátedra de Empresa Familiar

Ward, J. (1987). *Keeping the Family Business Healthy*. San Francisco: Jossey-Bass Inc., Publishers

COMUNIDADE DE MOTOCICLISTAS: UMA ABORDAGEM SOBRE UM MOTO CLUBE DO PARANÁ

Data de aceite: 26/10/2020

Data de submissão: 06/10/2020

Karine Aparecida de Lima

Universidade Estadual do Centro – Oeste
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/6470680195980621>

Bárbara Mendes Paz Chao

Universidade Estadual do Centro – Oeste
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/0260787287099872>

Danielle Soraya da Silva Figueiredo

Universidade Estadual do Centro – Oeste
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/4633811183959364>

Fabio Antonio Matucheski Zarpelon

Universidade Estadual do Centro – Oeste
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/0473176216421112>

Iara Rodrigues Vieira

Universidade Estadual do Centro – Oeste
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/1106520076243861>

Cristiana Magni

Universidade Estadual do Centro – Oeste
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/5944677204229584>

Reinaldo Knorek

Universidade Estadual do Centro – Oeste
Guarapuava – PR
<http://lattes.cnpq.br/2298424134477441>

RESUMO: O estudo tem o objetivo de identificar as percepções vivenciadas por integrantes de uma comunidade de motociclistas do Paraná. Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa em um moto clube, buscando conhecer suas peculiaridades e ideais. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com integrantes da comunidade. O grupo é formado exclusivamente por homens e desenvolve ações sociais em benefício de comunidades carentes. O estudo apontou que à formação e continuidade da comunidade se devem a interesses em comum de lazer e ajuda ao próximo, visando a promoção do bem-estar e melhora da qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Moto clubes; comunidades; identidade.

MOTORCYCLE COMMUNITY: AN APPROACH TO A PARANÁ MOTO CLUBE

ABSTRACT: The study aims to identify how perceptions experienced by members of a motorcycle community in Paraná. It is an exploratory, qualitative research in a motorcycle club, seeking to know its peculiarities and ideals. The data were obtained by excluding semi-structured with members of the community. The group is formed exclusively by men and social actions for the benefit of needy communities. The study pointed out that the formation and continuity of the community should have a common interest in leisure and help others, complete the promotion of well-being and improve the quality of life.

KEYWORDS: Motorcycle clubs; communities; identity.

INTRODUÇÃO

Moto Clubes são comunidades que realizam atividades de lazer em conjunto, através de um meio em comum que é a motocicleta. As equipes de motociclismo buscam autonomia, liberdade sobre rodas, no entanto isso requer uma série de responsabilidades quanto à atenção no percurso, na estrada e até mesmo em sua rota, equipamentos e trajeto a ser percorrido (TUMA; MESQUISTA; MAIA, 2016). As comunidades dessa modalidade geralmente são compostas predominantemente por membros do sexo masculino, os quais possuem e cultivam os mesmos ideais. Os membros de moto clubes buscam lazer, entretenimento e movimentos sociais, portanto essas organizações promovem viagens, competições e eventos, sempre vinculados aos seus e objetivos (MESQUITA, 2007).

As práticas de atividades de lazer elevam o nível de satisfação com a vida, determinante para a promoção de bem-estar e qualidade de vida, influenciando diretamente na saúde mental. A prática de atividades de lazer em conjunto denota efeitos positivos como o engajamento com a comunidade alvo, apoio social, desenvolvimento de novas habilidades e prazer em praticar algo que otimiza sua identidade (PONDÉ; CAROSO, 2012). O lazer é uma opção que propõe um olhar de leveza e descanso, o qual permite um tempo dedicado para algo lúdico, promovendo ao mesmo tempo a formação social e a cidadania (SANTOS, 2015).

Em todas as faixas etárias o lazer é capaz de fomentar benefícios, pois além das compensações hábeis e de entusiasmo, refere desenvolvimento da cognição, ativando funções neurológicas na geração de sinapses que enviam estímulos para o cérebro ficar mais ativo. As conexões sinápticas advindas do lazer são capazes de promover restaurações em nível de sistema neurológico, proporcionando vitalidade mental e física (KIM; KIM, 2014). Por isso, a prática de atividades de lazer, além de ser um hobby, fortalecer vínculos e atuar na formação social, submetem à redução do estresse em repercussão da evolução cognitiva (MCHUGH POWER et al, 2018).

Como forma de lazer, além das comunidades de moto clubes realizarem suas atividades na pista, também promovem eventos, festas, ações sociais e como forma de confraternização (TUMA; MESQUISTA; MAIA, 2016). De acordo com Revista de Moto Clubes (2020), atualmente no Brasil existem 3933 equipes de moto clubes registrados, sendo que de total 247 são do Paraná. O estado com maior número de comunidade de motociclistas é Pernambuco que tem 681 moto clubes.

Comunidade é um termo que designa um grupo de pessoas com interesses em comum, representando proximidade entre os integrantes em questões sociais, tradicionais e culturais. Considera-se comunidade um grupo de indivíduos com fundamentos definidos e com objetivos coerentes entre si, fortalecendo sempre a identidade dos membros. A partir dessa perspectiva a palavra comunidade refere-

se a segurança encontrada pela união de um grupo e seus interesses em meio à sociedade, proporcionando ideais de solidariedade, respeito e união (PERUZZO; DE OLIVEIRA VOLPATO, 2009). A interação dos membros compreende o sentimento de proteção, harmonia e sensação de satisfação com o grupo, assim várias comunidades são formadas promovendo um suporte social (ELVAS; MONIZ, 2010).

Cada comunidade tem sua organização política estabelecida, a fim de configurar os ideais e estabelecer os limites com o consentimento de todos, para que os membros possam se enquadrar e argumentar sobre a comunidade, mas sem desfavorecer ninguém. É uma forma de anunciar informações comuns que são pertinentes ao grupo, estabelecendo objetos comuns, formulando regras, direitos e limitações (RANCIÈRE, 2016).

O objetivo deste estudo foi identificar as percepções vivenciadas por integrantes de uma comunidade de motociclistas do Paraná, buscando conhecer suas peculiaridades, ideais e perspectivas.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório em um moto clube no estado do Paraná, com abordagem qualitativa. Participaram do estudo 28 indivíduos do sexo masculino, adultos em idade entre 20 a 50 anos. O moto clube em questão é o objeto de estudo, por meio de uma pesquisa participante que será realizada construindo fundamentos teóricos para o desenvolvimento de conhecimentos sociais e ideológicos. Sendo assim, esse método de estudo faz um processo de levantamento de informações de forma participativa com a comunidade (BRANDÃO; BORGES, 2007). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas relacionada à vivência, tais como: fatores que levaram à formação da comunidade de motociclistas; dificuldades encontradas, exposição à riscos.

Os critérios de inclusão foram todos os participantes inscritos no moto clube e os critérios de exclusão foram considerados os participantes que optaram por não participar da pesquisa, ou não conseguiriam comparecer aos encontros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade de motociclistas alvo da pesquisa foi criada em 2011, a partir de um grupo de amigos com interesses em comum de viajar juntos, compartilhar experiências, lazer e vivenciar o verdadeiro e tradicional motociclismo. O clube possui sua sede oficial localizada no Paraná, somando 28 membros no total. A coleta de dados foi realizada de forma participativa, foram levantadas questões sobre a comunidade, desde sua formação, seus objetivos, até as ações sociais fomentadas. O estudo permitiu conhecer as peculiaridades de uma comunidade de motociclistas

tradicional em sua essência, hierarquia, códigos, identidades e filantropia. Uma comunidade dedicada quanto à representação de entidades sociais organizadas com fins não lucrativos.

O presidente do clube é o idealizador e fundador desde sua criação, por mais que no estatuto social conste que esse cargo será assumido por eleição a cada dois anos. Importante ressaltar que a informação repassada pelo presidente e membros foi de que o presidente somente será substituído caso haja a necessidade e isso adotará o critério de merecimento.

As funções existentes no clube são hierarquizadas da seguinte forma: Presidente, Vice-presidente, Secretário/Tesoureiro, Sargento de disciplina (Responsável por cuidar da disciplina em si em questões de costumes e cultura do clube). Sargento de armas (Responsável por ficar atento a questões de segurança dos participantes do clube), Capitão de estrada (Responsável por guiar todos em viagens, designando rotas, marcando rotas, sempre está à frente, desbravando por onde eles vão passar) e demais membros. Isso demonstra a existência de hierarquia e um complexo sistema de freios e recompensas.

A comunidade possui seu colete, bandeiras, símbolos, brasões e cores que simbolizam e identificam o Moto Clube perante os demais motos clubes existentes. O colete é um acessório com grande significado (cultura motociclista) e para usá-lo o integrante deve ser merecedor, somente podendo utilizar quando efetivamente for integrante do grupo (após os ritos próprios de passagem). Outro ponto bem importante da análise realizada neste estudo foi a compreensão sobre a vestimenta e a simbolização das diversas “caveiras” observadas tanto no colete, logotipo, como em vários objetos utilizados pelos motociclistas. As respostas e percepções dos integrantes da comunidade foram totalmente opostas ao pensamento doxal em que se relacionam as roupas pretas e a imagem da caveira com a morte.

É claramente evidenciado que as roupas pretas são usadas apenas como forma de que a sujeira da estrada seja melhor repelida ou não fique tão visível. A caveira para o motociclismo tem o significado de igualdade, demonstrando que todos, independentemente de sua aparência, classe social, raça e gênero, são iguais no seu interior. Por isso tratar todos com igualdade é um dos princípios importantes para o motociclismo, sendo uma de suas características que marcam a identidade de um moto clube (OLTRAMARI; NAUJORKS, 2020).

Desde o início do clube optou pelo estilo de motocicletas *Custom*, sendo este um requisito para ingresso dos membros. Para melhor compreender este estilo da motocicleta, remete-se ao estilo da marca *Harley-Davidson*, a qual especializou-se neste seguimento e somente produz veículos *Custom*, sendo legítimas motocicletas estradeiras, forjadas para estarem na estrada. Seu formato favorece o conforto, tendo altura de assento mais baixo, suspensões reforçadas, suspensão dianteira longa e

guidão elevado; isso fortalece o espírito de liberdade e a visão dos integrantes do moto clube em rodar (estar na estrada) em viagens.

A ideia de criação do MC ocorreu pelo fato de os atuais integrantes encontrarem dificuldades para se enquadrar em outros grupos de motociclistas, devido a questões culturais e preferências, pois estes eram abertos a qualquer pessoa, com qualquer moto. Isso demonstra a complexidade do contexto social em que os motociclistas estão inseridos, ficando evidente tratar-se de um grupo heterogêneo, apesar de o público não motociclista ter uma percepção de homogeneidade “todos iguais” (KRIGE, 1995). A comunidade de motociclistas em questão possui preferências bem delimitadas em relação ao estilo das motos. Todos os integrantes utilizam motos *Custom* e tem o mesmo gosto musical restrito ao “*rock and roll*”. O sentimento de pertencimento a um grupo vulnerável, muitas vezes perseguido por outros motoristas, e interpretado com conotação distorcida por outros grupos sociais fortalece a união entre os motociclistas e o desejo de ajuda mútua (TUNNICLIFF, 2011). Até o ano de 2015 o moto clube contava com aproximadamente 9 membros, mas por questões de delimitar o estilo decidiram fazer mudanças. Atualmente, ser proprietário de motocicletas da marca *Harley-Davidson* (estilo *Custom* que é símbolo do motociclismo) é requisito obrigatório para ser membro da comunidade.

O ingresso Moto Clube não depende exclusivamente da vontade do indivíduo, o clube é que deve estar interessado naquela pessoa e assim realizar o convite para a participação, observando os ritos de passagem (utilização inicial de colete de tecido “jeans” por tempo de observação para somente após ser aceito pelos integrantes e receber o colete de couro).

Grande parte dos integrantes já tiveram na fase de aprovação, com o passar do tempo conseguiram adquirir sua *Harley-Davidson*, e hoje fazem parte do clube, não apenas pela moto adquirida, mas também por serem aceitos pelo grupo após os ritos de passagem.

Os membros desta comunidade são todos homens, não sendo possível mulheres compor os quadros do moto clube, situação que demonstra de certo modo um pensamento machista. Esse fenômeno também é evidenciado em alguns outros estudos¹ demonstrando não ser imperativo apenas do moto clube estudado. Em contrapartida, as esposas ou mulheres que vivam em união estável com os integrantes da comunidade tem seu lugar como “*Lady’s*”, recebendo seu colete de tecido e podendo acompanhar seus esposos nos eventos, porém, não tem direito a qualquer manifestação em relação ao clube.

Atualmente, a percepção da equipe é de que eles possuem a comunidade formada, sem intenção de angariar novos integrantes, e que isso será válido até o

¹ Como exemplo citamos da dissertação de título Forjados no Calor do Asfalto: constituição e subjetividades de motociclistas no espaço social de moto clubes no Recife (2015), de autoria de Rebeca Kramer da Fonseca Calixto.

ponto em que eles conheçam alguém merecedor, que tenha o perfil, personalidade, visão, relacionamento com o próximo, costumes, bondade, honestidade, interesse, a maneira de lidar com o capital adequadas a filosofia do clube.

As análises das respostas demonstraram que entre as maiores dificuldades enfrentadas pelo clube está a situação de encontrar pessoas “merecedoras” de participar da comunidade, que possuam os mesmos princípios e ideais. Outra dificuldade é manter a comunidade coesa, unida, forte e empolgada no verdadeiro motociclismo, pois a globalização traz muitas formas concorrentes sobre o que é ser motociclista, que as vezes deturpa os pensamentos e faz o membro perder o foco.

Importante frisar que é unísono pelos integrantes da comunidade estudada que o verdadeiro motociclismo vivenciado por eles suplanta qualquer hobby ou atividade de lazer, ou mesmo o “fugir do stress/rotina”, pois se consubstancia em uma verdadeira filosofia de vida, uma maneira diferenciada de ver o mundo e de viver, por isso são tradicionais e não aceitam algumas inovações/evoluções como a participação de mulheres, outro tipo de estilo musical além do “rock”, outros estilos de motos, etc.

Interessante também que para o integrante ser aceito e permanecer no moto clube “é imprescindível o desprendimento e a liberdade”. Tendo em vista que a liberdade para essa comunidade significa manter o foco na estrada, sendo necessárias viagens frequentes, absorvendo tudo o que a mãe natureza oferece de bom e/ou de ruim, como exemplo: o vento, a vegetação, os animais, os obstáculos, as intempéries.

Como requisito para ser um integrante há a necessidade de possuir uma motocicleta *Harley-Davidson*, veículo de maior valor do mercado neste seguimento e de maior custo com manutenção, constituindo assim uma comunidade de marca². Para isso cada integrante paga uma mensalidade, que é usada para comprar peças, pagar impostos, realizar empréstimos para os próprios integrantes sem ter juros, e outros benefícios

Entre as maiores dificuldades enfrentadas pelo clube estão encontrar pessoas “merecedoras” de participar da equipe, com os mesmos princípios e as ideias, por isso dentre as funções todos do clube tem direito a voto para as tomadas de decisões. Cada integrante paga uma mensalidade, onde eles usam o valor para comprar peças, pagar impostos, portanto o próprio membro usa o dinheiro, podendo fazer um empréstimo sem ter juros.

A filantropia está entre as características de identidade da comunidade, realizando ações sociais concentradas em períodos de natal, páscoa, dia das crianças, visita à asilos, ações individuais, geralmente arrecadam doces e presentes,

2 Comunidade de marca é aquela definida por Muniz e O’guinn (2001, p. 42) como sendo uma comunidade especializada, não geograficamente localizada, com base em um conjunto estruturado de relações sociais entre admiradores de uma marca.

buscando sempre levar alegrias, sorrisos e abraços.

Em relação a exposição à riscos, os motociclistas fazem uso dos equipamentos de segurança no trânsito. Estatísticas sobre violência de trânsito no Brasil e no mundo revelam a elevada vulnerabilidade de motociclistas. Um estudo realizado na Austrália relatou um risco relativo de sofrer uma lesão fatal ao andar de moto, em comparação com viajar de carro 28 vezes maior (AUSTRALIAN TRANSPORT SAFETY BUREAU, 2005).

Portanto, a qualidade de vida dos membros de Moto Clubes está associada à condução com responsabilidade, onde o grupo sempre está equipado, pilotando nos locais adequados, respeitando sinalizações, velocidades e outros veículos, assim desfrutando do lazer proporcionado pela sua atividade com segurança e consciência (SPRENGER, et al. 2015).

A literatura é escassa no que diz respeito à subjetividade desses indivíduos, suas visões de mundo e suas representações em torno do objeto motocicleta e dos riscos possíveis. Além disso, é crucial projetos de pesquisas futuras e abordagens da mídia, a fim de identificar as abordagens para entender a formação, comportamento e inserção destes grupos na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou o enfoque no indivíduo como ser social e, por isso, representante de determinado grupo social, não se tratando apenas de uma amostragem, mas também de um pertencimento a uma comunidade com quem compartilha linguagem, ideias, valores e práticas. Conclui-se que a comunidade alvo demonstrou-se tradicional em seu meio, composta somente por homens com interesses em comum, desfrutam do lazer e ao mesmo tempo dispõem ajuda ao próximo. A partir do motociclismo a comunidade beneficiam-se da melhora da qualidade de vida proporcionada pela atividade social, sendo evidenciado no tradicional motociclismo como uma filosofia de vida. Essa forma de pensar e viver, baseada na busca pela simplicidade e liberdade, com seus trejeitos que ora se demonstram machistas e ora nos ensinam o real significado da “caveira” como símbolo de igualdade entre todos os membros do moto clube e sociedade em geral, demonstram uma comunidade tradicional em sua essência, hierarquizada, com códigos e identidades próprias. Nesse contexto, é crucial projetos de pesquisas futuras a fim de identificar os fenômenos para entender a formação, comportamento e inserção destes grupos na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. D.; ROAZZI, A.; DIAS, M. R. A intenção de evitar o consumo de álcool ao dirigir. **Estudos de Psicologia**, v. 33, n. 1, p. 137-150, 2016.
- AUSTRALIAN TRANSPORT SAFETY BUREAU (ATSB). **Road deaths Australia: 2004** statistical summary. Available at: <http://www.atsb.gov.au/publications/2004/pdf/rfa2004.pdf>.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, v. 6, n. 1, 2007.
- BRASIL. Lei nº 9.503, De 23 De Setembro De 1997. Código de Trânsito Brasileiro. **Diário Oficial da União**, 1997.
- BRASIL. Lei Nº 12.971, De 9 De Maio De 2014. . Código de Trânsito Brasileiro. **Diário Oficial da União**, 2014.
- CLABAUX, N.; BRENAC, T.; PERRIN, C.; MAGNIN, J.; CANU, B.; ELSLANDE, P. V. Motorcyclists' speed and "looked-but-failed-to-see" accidents. **Accident Analysis & Prevention**, v. 49, n. 1, p. 73-77, 2012.
- ELVAS, S.; MONIZ, M. J. V. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Análise Psicológica**, v. 28, n. 3, p. 451-464, 2010.
- KIM, E.Y.; KIM, K.W. A Theoretical Framework For Cognitive And Non-Cognitive Interventions For Older Adults: Stimulation Versus Compensation. *Aging And Mental Health*, v. 18, n. 3, 304-315, 2014.
- KHOR, D.; INABA, K.; AIOLFI, A.; DELAPENA, S.; BENJAMIN, E.; MATSUSHIMA, K.; STRUMWASSER, A. M.; DEMETRIADES, D. The Impact Of Helmet Use On Outcomes After A Motorcycle Crash. **Injury**, v. 48, n. 5, p. 1093-1097, 2017.
- KRIGE, M. Motorists attitudes towards motorcyclists and motorcyclists current attitudes and behaviour. Canberra, Australia: Federal Office of Road Safety. **Public Education Market Research Report**, 1995.
- MESQUITA, M. E. A. Territórios e territorialidades urbanas em Goiânia: as tribos dos motoclubes. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 27, n. 3, p. 125-142, 2007.
- MCHUGH POWER, J., TANG, J., LAWLOR, B., KENNY, R. A., & KEE, F. Mediators Of The Relationship Between Social Activities And Cognitive Function Among Older Irish Adults: Results From The Irish Longitudinal Study On Ageing. **Aging & Mental Health**, v. 22, n.1, p. 129–134, 2018.
- MUNIZ, A.M.JR.; O'GUINN, T.C. Brand Community. *Journal of consumer research*, v.27, p. 412-432, 2001.
- OPAS. **Folha informativa - Acidentes de trânsito. Organização Pan-Americana de Saúde**, 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5147:acidentes-de-transito-folha-informativa&Itemid=779. Acesso em: 26 jul. 2020.

OLTRAMARI, L. C. NAUJORKS, C. J. Identidade sobre rodas: um ensaio sobre a cultura biker custom. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 17, p. 1-14, 2020.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **LÍBERO**, São Paulo – v. 12, n. 24, p. 139-152, 2009.

PONDÉ, M. P.; CAROSO, C. Lazer como fator de proteção da saúde mental. **Revista de Ciências Médicas**, v. 12, n. 2, 2012.

RANCIÈRE, J. A estética como política. **DEVIRES-Cinema e Humanidades**, v. 7, n. 2, p. 14-36, 2016.

REVISTA MOTO CLUBES. **Moto Clubes**. 2020. Disponível em: <https://www.revistamotoclubes.com.br/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SANTOS. P. M. Lazer E Grupos De Convivência Para Idosos: Um Estudo Sobre A Participação De Homens Em Florianópolis (SC). **Licere**, Belo Horizonte, v.18, n.3, 2015.

SPRENGER, D.; COSTA E.; BORGES, A.; PESSOTO, F.; MONTIEL, J. M.; BARTHOLOMEU, D.; HEITOR, D.; TEALDI, L. L. Avaliação da atenção em uma amostra de motociclistas. **Salud & Sociedad**, v. 6, n. 1, p. 10-20, 2015.

TUMA, R. L.; MESQUISTA, M. E. A; MAIA, C. E. S. Liberdade Sob Duas Rodas: As Espacialidades Vidas Pelos Praticantes De Mototurismo. **Ateliê Geográfico**, v. 10, n. 2, p. 164-182, 2016.

TUNNICLIFF, D.; WATSON, B.; WHITE, K. M.; LEWIS, I.; WISHART, D. The Social Context of Motorcycle Riding and the Key Determinants Influencing Rider Behavior: A Qualitative Investigation. **Traffic Injury Prevention**, v. 12, p. 363–376, 2011

AUTONOMIA PROFISSIONAL DAS NOVAS PROFISSÕES DA SAÚDE EM PORTUGAL - OS TÉCNICOS SUPERIORES DE RADIOLOGIA

Data de aceite: 26/10/2020

Data de submissão: 16/10/2020

António Fernando Caldeira Lagem Abrantes

Universidade do Algarve
Faro, Portugal
CICSNOVA-Pólo de Évora
ORCID: 0000-0002-7792-678X

Rui Pedro Pereira de Almeida

Universidade do Algarve
Faro, Portugal
CICSNOVA-Pólo de Évora
ORCID: 0000-0001-7524-9669

Luís Pedro Vieira Ribeiro

Universidade do Algarve
Faro, Portugal
CIDAF, Coimbra
ORCID: 0000-0002-6967-0534

Bianca Vicente

Universidade do Algarve
Faro, Portugal

Kevin Barros Azevedo

Universidade do Algarve
Faro, Portugal
CICSNOVA-Pólo de Évora
ORCID: 000-0002-3050-8839

Carlos Alberto da Silva

Universidade de Évora
Portugal
CICSNOVA-Pólo de Évora
ORCID: 0000-0002-5015-4003

Dulce Miranda

Euro-Saudi Medical Diagnostic Centers

RESUMO: O presente documento aborda os principais resultados e conclusões de um estudo sobre a autonomia dos técnicos superiores de radiologia, em Portugal. O estudo teve como objetivo principal, compreender e verificar o nível de autonomia dos técnicos superiores de radiologia, em Portugal, considerando o clima organizacional no qual, habitualmente, desempenham as suas funções. Para a concretização deste objetivo, foi realizado um estudo descritivo, através da aplicação de um inquérito por questionário aos técnicos superiores de radiologia de cinco unidades hospitalares públicas portuguesas. Para a análise e a interpretação dos resultados foram enquadrados reconhecidos contributos da sociologia das profissões, nomeadamente dos trabalhos de Larson, Maurice, Parson, Hughes, entre outros. Os principais resultados deste estudo verbalizam a ideia de um certo esvaziamento da autonomia funcional dos técnicos superiores de radiologia, verificando-se a inexistência de uma relação entre a sua autonomia e a satisfação profissional. Ressaltam igualmente nas conclusões que a autonomia dos técnicos superiores de radiologia pode ser conquistada no consagrado espaço profissional, maximizando as disputas entre as responsabilidades clínicas e as técnicas. Contudo, se a autonomia deste grupo profissional for entendida como a capacidade de realizar perfeitamente as funções a si já pertencentes, sem qualquer tipo de supervisão, aplicando o melhor do conhecimento teórico à prática mais correta, então os técnicos superiores de radiologia podem conquistar autonomia, e por sua vez mais poder profissional, explorando mais

as suas tarefas que não se restringem às delegações médicas.

PALAVRAS-CHAVE: Técnicos Superiores de Radiologia; Autonomia Profissional; Profissões; Clima Organizacional.

PROFESSIONAL AUTONOMY OF THE HEALTHCARE PROFESSIONS IN PORTUGAL – THE RADIOGRAPHERS

ABSTRACT: This document addresses the main results and conclusions of a study on the autonomy of radiographers in Portugal. The main objective of the study was to understand and verify the level of autonomy of radiographers in Portugal, considering the organizational climate in which they usually perform their duties. To achieve this goal, a descriptive study was carried out, through the application of a paper-based survey to the radiographers of five Portuguese public hospital units. For the analysis and interpretation of the results, recognized contributions from the sociology of the professions were framed, namely the works of Larson, Maurice, Parson, Hughes, among others. The main results of this study verbalize the idea of a certain emptying of the functional autonomy of the radiographers, verifying the inexistence of a relationship between their autonomy and professional satisfaction. They also emphasize in the conclusions that the autonomy of radiographers can be achieved in the renowned professional space, maximizing the disputes between clinical and technical responsibilities. However, if the autonomy of this professional group is understood as the ability to perform perfectly the functions already belonging to them, without any kind of supervision, applying the best of theoretical knowledge to the most correct practice, then the radiographers can gain autonomy, and in turn more professional power, exploring more of their tasks that are not restricted to medical delegations.

KEYWORDS: Radiographers; Professional Autonomy; Professions; Organizational Climate.

1 | INTRODUÇÃO

O problema de investigação em causa surge pela observação de que a prática profissional dos técnicos superiores de radiologia (TRad) se encontra em constante interação com os médicos especialistas em radiodiagnóstico, ocorrendo muitas vezes situações de conflito, divergências e tensões entre os dois grupos profissionais.

É pela constatação de um certo “antagonismo” interprofissional, decorrente das relações de interdependência no trabalho e vivenciado pelos autores que nasceu o interesse pela investigação realizada.

Em estudos anteriores, Abrantes (2012) argumenta que a elevação do nível de formação dos profissionais de saúde oriundos das profissões das Tecnologias da Saúde, ocorrida nas últimas duas décadas, tem vindo a contribuir para uma acentuação notória do seu processo de “crescimento” científico e de autonomia.

Com a formalização da formação inicial, baseada em licenciaturas com 240 ECTS (*European Credit Transfer System*), acrescidas de diferentes formações pós-graduadas e mestrados com 120 ECTS, esta situação tem vindo contribuir para uma certa especialização do seu corpo de saberes, com impactos de ordem diversa do seu posicionamento no contexto da prestação de cuidados. Como sabemos, as fontes privilegiadas de poder das profissões contemplam, “além da autonomia, o credencialismo (gatekeeping), o monopólio de conhecimento (expertise) e o saber especializado (knowledge)” (Areosa e Carapinheiro, 2008:85). Todas elas, geralmente, provêm de um processo de aumento de conhecimentos e competência, sendo a autonomia, uma consequência. Sendo que “o poder das profissões depende da sua aptidão em desenvolver uma estratégia de mercado, apoiada na posse de credenciais obtidas através da educação universitária” (Areosa e Carapinheiro, 2008:85), os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica constituem-se claramente como profissões em clara ascensão de poder e domínio dentro das organizações de saúde. Os TRad em especial, vêm o seu poder aumentado exponencialmente, dado que o “manuseamento de tecnologia de ponta se converte normalmente em formas acrescidas de poder” (Areosa e Carapinheiro, 2008:87). Neste aspeto e parafraseando ainda Abrantes (2012), podemos concluir que os TRad são uma profissão em clara ascensão no panorama dos cuidados de saúde, mas que no entanto, ainda procuram o seu “espaço” e formas de se imporem nas organizações.

Em relação à radiologia, e salvo melhor opinião, o desempenho da sua atividade, parece encontrar uma certa concordância simétrica com as premissas preconizadas pelos autores para o alcance do estatuto de profissão, exceto o facto de não haver um controlo colegial dos profissionais sobre o acesso à “profissão” e sobre as condições do seu exercício, que apenas poderia ser feito através de uma Ordem profissional, como é o caso da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Enfermeiros. Aos olhos dos autores que compuseram estas premissas, os TRad, não pertencem a um grupo profissional, e por antítese direta pertencem a um grupo ocupacional.

De notar que, alguns autores, tem vindo a colocar em evidência que o percurso evolutivo de profissionalização dos TRad, assim como as possibilidades de autonomia funcional encontra como objeção os limites resultantes da dominância profissional da medicina (Varela, 2010). O estudo da autonomia funcional demonstra toda a sua relevância quando se considera que “as ocupações com percursos evolutivos de profissionalização que conduzem a uma autonomia funcional se tornam profissões dominantes” (Varela, 2010).

Neste sentido, o objetivo geral da investigação realizada consistiu em verificar e compreender o nível de autonomia dos técnicos superiores de radiologia em

Portugal, dentro do clima organizacional no qual desempenham as suas funções.

Para melhor analisar esta problemática, foi necessário compreender conceptualmente as diferenças entre uma ocupação e uma profissão, pelo que convocámos as perspetivas abordadas nos trabalhos de Larson, Maurice, Parson, Hughes e Silva: “a) formação escolar (pós-básica) prolongada e exigente; b) uma especialização aprofundada do conhecimento e do domínio técnico da sua aplicabilidade prática; c) noção de um serviço benéfico prestado à coletividade; d) a faculdade de um julgamento individual sobre os atos técnicos específicos da profissão e correspondente responsabilização legal; e) um acesso restrito e controlado ao exercício da profissão; f) Um controlo colegial dos profissionais sobre este acesso e sobre as condições do seu exercício; g) um reconhecimento oficial, público da profissão” (Silva, 2003).

De relevar igualmente que para além da interseção entre as funções dos técnicos superiores de radiologia e os médicos especialistas em radiodiagnóstico, também as políticas públicas de saúde levadas a cabo pelo Estado têm vindo a constituir alguns condicionalismos baseados na estreita dependência deste, no que diz respeito à regulamentação profissional. Por antítese deste par de fatores que suportam os limites da autonomia dos TRad surge a ideia da necessidade do reforço da sua autorregulação de forma a que a matriz de regulação administrativa e burocrática estatal deixe de ter justificação.

2 | PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo, do tipo predominantemente descritivo, foi realizado em cinco unidades hospitalares públicas portuguesas localizadas no Algarve, Alentejo e Vale do Tejo.

Durante grande parte da pesquisa que envolveu o desenvolvimento deste estudo, constatou-se que este é um tema muito pouco estudado em Portugal, especificamente na área da radiologia. Este facto foi de tal forma evidente que foi necessário procurar instrumentos de recolha de dados em trabalhos já realizados na área da enfermagem e das restantes tecnologias da saúde. Sendo que os instrumentos de recolha de dados sobre o grau de autonomia dos enfermeiros tinham como principal enfoque processos e procedimentos específicos em nada comparáveis com os dos TRad, dirigiu-se a pesquisa para instrumentos utilizados exclusivamente na área das tecnologias da saúde.

Assim, o instrumento de recolha de dados foi adaptado do questionário que consta no trabalho de José Varela “*O grau de autonomia dos técnicos de cardiopneumologia*” utilizado no âmbito da sua dissertação de mestrado apresentada, no ano de 2010, à Universidade de Évora. Sendo este o único trabalho dirigido ao

estudo da autonomia profissional de uma profissão das tecnologias da saúde em Portugal, estando validado e escrito em língua portuguesa, e contendo variáveis que também são estudadas nesta investigação, optou-se pela sua adaptação devidamente autorizada pelo autor e posteriormente validada de forma a se poder aplicar aos TRad. Esta versão adaptada aos TRad foi submetida a um pré-teste e validada por um painel de peritos da área.

Optando por um método de amostragem não probabilístico e acidental, a dimensão da amostra foi definida pelo número de TRad que preencheram o inquérito por questionário que foi utilizado como instrumento de recolha de dados para esta investigação. Assim, foram recolhidos dados de 85 TRad dos quais se anularam 12 por insuficiência no preenchimento das questões, constituindo-se uma amostra final de 73 indivíduos (n=73). A todos os inquiridos foi solicitado o consentimento informado para o registo da informação.

3 | RESULTADOS

Em primeira instância foram analisados os dados sociodemográficos, onde a moda amostral para a idade situa-se no escalão compreendido entre os 30-34 anos (26%) e que 46,6% (aproximadamente metade de todos os TRad) desta amostra, têm idades inferiores a 35 anos.

O intervalo de tempo compreendido entre os anos de 2005-2009 identifica-se como o período em que houve mais TRad a concluírem a sua formação graduada. Ainda que não tenha sido objeto de estudo tal identificação, a esta situação não será alheia a grande expansão da rede escolar, nesta formação, a nível do ensino superior politécnico privado e/ou cooperativo.

A Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Lisboa (ESTeSL) é a mais representada no número de TRad formados e em funções nos locais de estudo, com 26 TRad dos 73 respondentes. É uma das três instituições nacionais mais antigas¹ nesta formação e que, simultaneamente, disponibiliza anualmente mais vagas.

O grau académico mais representado nesta amostra é o de Licenciado tendo sido apontado por 82,2% dos inquiridos. De seguida, o grau académico de Mestre, foi a segunda opção mais registada na amostra, com 15,1%. Por último, mas não menos importante, existem 2 casos de TRad que afirmaram que o seu grau académico é o de Bacharel, perfazendo os restantes 2,7% da amostra.

No grupo estudado, 78,1% assume não pertencer a nenhuma associação profissional ou sociedade científica, sendo que a percentagem cumulativa por entre as respostas “Associação Portuguesa de Técnicos de Radiologia, Radioterapia e

¹ Até finais da década de 90 do século passado a oferta formativa nesta área era publica e era constituídas pelas Escolas Superiores de Tecnologias da Saúde de Lisboa, Porto e Coimbra.

Medicina Nuclear” (ATARP), *European Society of Radiology* (ESR) e Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear (SPRMN), não é superior à percentagem da resposta modal, ou seja, no conjunto destas três opções regista-se uma percentagem cumulativa de 21,9%.

A distribuição da amostra, no que refere à sua condição de associado em algum dos dois sindicatos específicos das profissões das Tecnologias da Saúde, é bastante equilibrada. Embora a maioria dos inquiridos não pertence a nenhuma unidade sindical (57,5%), realçamos que 31 indivíduos assumem pertencer a algum sindicato. Destes, 56,2% estão inscritos no Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (SINDITE), 18,8% estão inscritos no Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica (STSS), 3,1% estão inscritos no Sindicato Nacional do Ensino Superior e os restantes 21,9% não especificaram qual a organização sindical a que pertencem.

De entre as modalidades imagiológicas, a Radiologia Geral, a Radiologia de Intervenção (incluindo o bloco operatório) e a Tomografia Computorizada são as áreas que mais ocupam os TRad no quotidiano das suas atividades profissionais, sendo representadas por 30,0%, 26,7% e 25,8% da amostra, respetivamente. A área menos praticada pelos TRad é a de Ultrassonografia, com 1,2%.

A representatividade na categoria profissional da base da carreira dos TRad é-nos dada pelos 67,1% da amostra, que detêm a categoria de Técnico de 2ª classe (base da carreira). Assim, a amostra apresenta-se bastante “confinada” no escalão profissional mais inferior da respetiva carreira profissional, Técnico de 2ª classe.

Existe alguma “confiança” e segurança contratual assegurada aos inquiridos, pois 80,8% assumem deter um contrato de trabalho em regime de tempo indeterminado, 9,6% têm um contrato sem termo, apenas 5,5% possuem um contrato de trabalho a tempo incerto. Por último, os TRad com contratos de trabalho a termo certo representam 4,1% da amostra.

Quando questionados sobre a área de radiologia que consideram ser mais valorizada pelos outros profissionais de saúde, aproximadamente metade da amostra, afirma ser a Ressonância Magnética, com 49,3%. A área imediatamente mais valorizada seria a Tomografia Computorizada, com 39,7%. Os restantes 11% demonstram que, na perspetiva dos técnicos de radiologia, a Mamografia/Estereotaxia, a Radiologia Geral e a Radiologia de Intervenção (incluindo o bloco operatório), são técnicas desvalorizadas pelos outros profissionais de saúde.

Obtiveram-se valores bastante próximos dos anteriores quando a mesma questão foi colocada em relação à perspetiva dos TRad (auto-avaliação). A Ressonância Magnética e a Tomografia Computorizada voltaram a ser as áreas mais valorizadas, com 58,9% e 30,1%, respetivamente, sendo que, mais uma vez, o conjunto constituído pela Mamografia/Estereotaxia, Radiologia Geral e Radiologia

de Intervenção (incluindo o bloco operatório) totalizou uma percentagem cumulativa de 11,0%.

Os TRad sentem-se reconhecidos (42,5%) ou pouco reconhecidos (45,2%) quando se trata do reconhecimento atribuído no hospital onde trabalham. Esta situação mostra que o reconhecimento tem uma componente mais pessoal (ao indivíduo) do que ao grupo profissional.

Como seria de esperar, os resultados obtidos sobre o reconhecimento compreendido pelos TRad em relação aos pacientes são bastante aproximados dos descritos anteriormente, sendo que as opções colocadas “Reconhecido” e “Pouco reconhecido” são novamente as mais selecionadas com 39,7% e 45,2%.

A relação profissional entre os TRad e os médicos especialistas em radiodiagnóstico verificou-se ser positiva, obtendo apenas para o conjunto de respostas “Má”, “Medíocre” e “Razoável” uma percentagem cumulativa de 42,5%, sendo que para as opções “Boa” e “Muito boa” evidenciam os restantes 57,5% da amostra.

Da mesma forma compreende-se uma relação profissional positiva dos TRad entre si. Para o conjunto de respostas “Medíocre” e “Razoável” apenas existem 19,2% de respondentes. Os restantes 80,8% consideram ter uma “Boa” ou “Muito boa” relação profissional com os seus homólogos.

Quando questionados sobre quem realiza estes “esquemas de comentários”² aos exames imagiológicos executados, 47,9% dos inquiridos disseram que eram os TRad, porém 30,1% ainda assumem que são outros profissionais de saúde a realizar este esquema de comentários.

Quando questionados sobre o facto de manifestarem ou não a sua opinião sobre a necessidade da administração de contraste intravenoso, a maioria dos TRad

2 Segundo Price (2001) na década de 1980, a ultrassonografia proporcionou uma nova função para os Técnicos de Radiologia, que incluía providenciar os resultados aos doentes e relatórios para os médicos, incluindo tanto dados numéricos como de interpretação. Nesta altura foi desenvolvido o esquema “red dot”.

Os esquemas “red dot” foram introduzidos para que o TRad pudesse identificar a presença de uma anormalidade suspeita na imagem médica de urgência, adicionando um ponto vermelho ou uma notificação similar. Após a implementação deste sistema, foi concluído que se podia reduzir significativamente os erros de diagnóstico dos exames de radiologia convencional (Smith & Reeves, 2010).

O “red dot” acabou por sofrer alterações em alguns locais onde era implementado, sendo que uma dessas alterações foi a agregação de um comentário/relatório à imagem. Desta forma o esquema passou a ser designado de RADS.

Segundo Smith e Reeves (2010), o passo seguinte dos esquemas “red dot”/RADS era o de educar os TRad a fornecer relatórios formais das imagens. No entanto houve uma oposição considerável por parte dos MR a que os TRad relatassem exames de urgência.

Em 1994 o Código de Conduta do *College of Radiographers* (UK) foi modificado, de forma a incluir a possibilidade de os TRad fornecerem um comentário verbal acerca da imagem e o seu dever em fornecer um relatório escrito para o médico (Price, 2001).

Mais recentemente, esta prática tornou-se algo frequente nos exames de radiologia convencional do esqueleto (apendicular e axial), sofrendo também um aumento nos exames de Tomografia Computorizada Crânio-Encefálica e nos exames de Medicina Nuclear (Smith & Reeves, 2010).

Vários são os estudos realizados no sentido de demonstrar a eficácia da implementação destes esquemas e provar que os relatórios dos TRad são uma mais-valia para os doentes.

afirma que sim (64,4%), havendo ainda 35,4% que dizem que não costuma expor/divulgar a sua opinião.

A amostra encontra-se quase perfeitamente dividida entre aqueles que têm conhecimento da realização técnicas de diagnóstico em radiologia executadas por médicos especialistas em radiodiagnóstico (49,3%) e os que não têm conhecimento deste facto (50,7%). Estes valores podem revelar alguma dificuldade na interpretação da questão.

Dos 36 indivíduos que assumem ter conhecimento de técnicas de diagnóstico em radiologia executadas pelos médicos especialistas em radiodiagnóstico, mais de metade afirma ser a Ultrassonografia (52,8%). As reformatações em exames de Tomografia Computorizada e os exames especiais do aparelho digestivo foram também indicadas por 25,0% e 16,7%, respetivamente. Por último apenas foi registado um caso para a angiografia e um outro para a osteodensitometria, perfazendo este conjunto 5,6%.

Nesta amostra 53,4 % dizem que algumas atividades dos médicos especialistas em radiodiagnóstico deveriam ser da competência dos técnicos superiores de radiologia.

Dos 39 indivíduos que responderam “Sim”, 33,3% consideram que a Ultrassonografia deveria ser da competência dos técnicos superiores de radiologia, 17,9% dizem que deveriam ser as reformatações em exames de TC, 15,4% consideram que a realização de exames especiais do aparelho digestivo deveria estar a seu cargo, e por último, a angiografia apenas é vista por um dos inquiridos (2,6%) como uma atividade a integrar o seu domínio profissional.

Quando questionados sobre a razão pela qual o médico especialista em radiodiagnóstico delega uma atividade num TRad, a maioria respondeu que este facto se justifica por essa atividade “dar muito trabalho” (56,2%). Já os argumentos pejorativos para os TRad são sustentados no facto de que essa atividade parece ser de fácil execução ou essa atividade não ter interesse para a medicina, compõe 15,1% da percentagem cumulativa das respostas. Estamos perante uma situação de delegação do tipo *dirty-work*, já assinalados noutros estudos sobre as relações entre os médicos e os outros grupos profissionais, como por exemplo os enfermeiros.

Houve também uma separação bastante heterogénea da amostra quando questionamos os inquiridos se consideravam que desempenham todas as funções autonomamente, sendo que 54,8% disse que “Sim” e 45,2% disse que “Não”.

A área de atuação que os TRad consideram mais complexa é a Ressonância Magnética (60,3%), sendo que a segunda opção mais registada foi a Radiologia de Intervenção (incluindo o bloco operatório). Segundo os TRad, a Tomografia Computorizada tem uma complexidade muito semelhante à Ultrassonografia, sendo que para uma destas opções se registaram valores particularmente próximos,

11,0% e 9,0%, respetivamente. Não se obtendo qualquer frequência para a opção “Radiologia Geral”, observa-se que para os TRad esta área de atividade é a menos complexa.

Os inquiridos revelam que a área da radiologia em que têm maior autonomia é exatamente a Radiologia Geral (87,7%). Segue-se a Radiologia de Intervenção (incluindo o bloco operatório) com 6,8% da amostra e com a mesma ponderação a Ressonância Magnética e a Tomografia Computorizada, ambas com 2,7%.

Observa-se que em 45,1% das respostas dadas assumem que é a Tomografia Computorizada a área em que os TRad consideram que deveriam ter mais autonomia, seguindo-se a Radiologia Convencional (15,4%) e a Ressonância Magnética (12,1%). Apenas 9,9% da amostra considera que deveria ter mais autonomia na realização de exames de Ultrassonografia.

Quando questionados se consideravam ter autonomia funcional nas atividades que realizam 79,5% dos TRad afirmaram que “Sim”, opondo-se aos 20,5% que disseram que “Não”.

Quase a totalidade dos TRad assume que não tem possibilidade de progressão na carreira (93,2%). Este facto estará relacionado com os constrangimentos económicos que o país tem vivido, e ao inerente congelamento das carreiras, bem como à inadequada estrutura da carreira profissional.

Já em relação à satisfação profissional dos TRad, 64,4% afirmam não estar satisfeitos, sendo que destes, 53,4% argumentam que não é reconhecido(a) enquanto profissional. Os restantes 11,0% dizem que o seu trabalho é subaproveitado. Dos 35,6% que se sentem satisfeitos, 20,5% apontam como razão realizarem atividades de que gostam e 15,1% porque realizam boa parte das funções inerentes à profissão.

Embora a maioria dos TRad assuma que não mudariam de profissão (63,0%), mais de um terço da amostra considera essa possibilidade (37,0%).

Para o grau de autonomia que julgam ter, verificamos que mais de metade da amostra (52,1%) escolheu o grau intermédio, “Nem baixo, nem elevado”, não se revendo em nenhum dos graus negativos (Muito baixo ou baixo) 13,7%, ou graus fortemente positivos (Elevado ou Muito elevado), a que correspondem aos restantes 34,2% da amostra. Ainda assim, a distribuição da amostra recai mais nos graus de autonomia mais elevados.

Ora, conhecendo nós os valores de perceção da posse de autonomia funcional dos TRad (79,5%) e as limitações reais existentes, suportadas pelos argumentos anteriormente expostos, assumimos que os resultados do estudo parecem revelar que subjazem diversos equívocos na forma como os TRad apreciam e valorizam o significado de autonomia funcional para o seu grupo profissional.

Considerando que o nível de significância do teste de Qui-quadrado é de 0,702, aceita-se a hipótese de inexistência de relação entre as duas variáveis,

autonomia e satisfação profissional no grupo profissional dos TRad. Por outras palavras, na amostra estudada que não existe relação entre valores elevados de autonomia e a satisfação profissional.

4 | DISCUSSÃO

Para o grau de autonomia que julgam ter, as respostas dadas pelos TRAD da amostra estudada não encontram concordância com os resultados do estudo realizado por Varela (2010), apesar de ser sobre um grupo profissional da área de diagnóstico e terapêutica. Em termos estritos, verificámos o seguinte:

a) os TRad assumem ter um grau de autonomia elevado em 34,2% dos inquiridos, e para o mesmo nível os técnicos de cardiopneumologia apresentam 68,6%;

b) os TRad assumem ter um grau de autonomia “nem baixo nem elevado” em 52,1% dos inquiridos, e para o mesmo nível os técnicos de cardiopneumologia apresentam um valor de 29,4%;

c) enquanto que a percentagem de TRad que assumem ter um grau de autonomia baixo é 13,7% dos inquiridos, para os técnicos de cardiopneumologia este valor é de 2% (Varela,2010).

Nos testes realizados, também no estudo para os técnicos de cardiopneumologia obteve-se apenas um cruzamento válido para realizar inferência estatística através do Qui-quadrado e dos coeficientes de associação Phi, Cramer's-V e de Contigência, sendo que no caso dos técnicos de cardiopneumologia se pode aceitar a hipótese de existência de relação entre as duas variáveis, autonomia e satisfação profissional (Varela, 2010).

Tal como Rodrigues havia concluído em 2002 para um outro grupo profissional, apenas neste caso particular compreendeu-se que “existe afinidade entre não estar satisfeito e não ter autonomia, e estar satisfeito e definir como intermédia a sua autonomia” (Rodrigues, 2002).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos desta investigação era exatamente compreender a perceção de autonomia profissional manifestada pelos técnicos superiores de radiologia, contribuindo para uma melhor autoanálise do seu desempenho.

Através de uma revisão da literatura que abordou especificamente a autonomia profissional dos TRad, enquadrada no panorama da sociologia das profissões, não esquecendo o quadro legal em que se insere, pensa-se ter concretizado este objetivo de uma forma simplificada, mas direta. Ressalta do quadro analítico freidsoniano que as fontes do poder profissional centram-se nas vantagens da autonomia e do

poder sobre o próprio trabalho conferidas pelo conhecimento (*expertise*) e pelo *gatekeeping* (credenciais). Se por um lado podemos reconhecer a autonomia, não a dissociando das restantes, como uma das fontes de poder profissional, por analogia podemos assumir que a inexistência ou falta dela coloca em causa esse mesmo poder. A abordagem ao conceito de autonomia, embora não tenha sido esgotada, consideramos suficientemente ampla, de forma a permitir um aproximar do nosso olhar sobre a autonomia profissional aos TRad.

Os resultados do estudo permitiram obter uma caracterização dos TRad bastante pormenorizada, da sua situação de enquadramento hospitalar no setor público, desocultando uma realidade muito própria deste grupo profissional e o seu conteúdo funcional, embora limitada a uma amostra de 73 indivíduos.

Embora tivéssemos conseguido identificar o grau de autonomia que os 73 técnicos superiores de radiologia compreendem entre si, a análise estatística apenas nos conseguiu demonstrar que não existe relação entre valores elevados de autonomia e a satisfação profissional da amostra, deixando em aberto as questões que interrogam, respetivamente, a relação existente entre o grau de autonomia e o relacionamento profissional com os médicos especialistas em radiodiagnóstico, o reconhecimento dos TRad pelos pacientes e a categoria profissional.

De qualquer forma, apesar de a amostra não ter um número considerável de inquiridos, foi determinante a observação realizada no terreno aquando da distribuição e recolha presencial de todos os questionários aplicados. Durante o processo de recolha de dados foi notório que o tema em estudo ainda é visto pelos inquiridos como um tema a evitar quando se está na presença de um médico especialista em radiodiagnóstico ou até na presença de outros TRad Radiologia mais experientes ou com cargos de coordenação.

Parece-nos que é de considerar a hipótese da continuidade ou aprofundamento do trabalho aqui apresentado, com uma amostra ainda mais alargada, eventualmente de âmbito nacional, e não se limitando apenas a unidades hospitalares do setor público.

Sendo que o tema da autonomia profissional para as áreas das Tecnologias da Saúde apenas tenha sido estudado, até aqui, para os técnicos de cardiopneumologia, seria interessante que todas as profissões regulamentadas pelo Decreto de Lei nº 564/99 de 21 de dezembro, fossem submetidas a análises e ou investigações sociológicas similares à realizada neste estudo.

Em síntese, terminamos com a perspetiva de que os resultados do estudo realizado sugerem que a autonomia dos TRad pode ser “conquistada” no espaço hospitalar, no quadro das disputas entre os grupos profissionais no plano da redefinição e reapropriação das responsabilidades clínicas e as responsabilidades técnicas. Contudo, se a autonomia dos TRad for entendida como a capacidade

de realizar perfeitamente as funções a si já pertencentes, sem qualquer tipo de supervisão, aplicando o melhor do conhecimento teórico à prática mais correta, então este grupo profissional, os Técnicos Superiores de Radiologia, pode conquistar a tão desejada autonomia, e por sua vez, disputar com maior rigor o poder profissional no campo da saúde, explorando mais e melhor as formas de ultrapassar a contingência da regulação práticas e a delimitação da *expertise* das suas práticas profissionais, para melhor exacerbar que as suas práticas não se confinam em meras tarefas decorrentes das delegações médicas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, A. **Determinantes Organizacionais na Qualidade em Tecnologias da Saúde. O caso particular dos Serviços de Radiologia do Sector Público da Região de Saúde do Algarve.** Tese de Doutoramento - Universidade de Évora, 2012.

AREOSA, J.; CARAPINHEIRO, G. **Quando a Imagem é Profissão: Profissões da imagiologia em contexto hospitalar.** *Sociologia, Problemas e Práticas*, V. 57, p. 83-108, 2008.

FORTIN, M. **Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação.** (Salgueiro N. Trad.) Loures: Lusodidática, 2009.

FREIRE, J. **Sociologia do Trabalho: Uma Introdução.** Porto: Edições Afrontamento, 2002.

LOPES, N. **Tecnologias da saúde e novas dinâmicas de profissionalização.** In G. Carapineiro (org.), *Sociologia da Saúde: Estudos e Perspetivas*. Coimbra: Pé de Página, p. 107-134, 2006.

RIZZATI, G. **Categorias de análise de clima organizacional em universidades federais brasileiras**, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84206/186334.pdf?sequence=1>

RODRIGUES, M.L. **Sociologia das Profissões.** (2ª edição). Oeiras: Celta Editora, 2002.

SILVA, C. **(Re)Criar a ideia de habitus e campo social na encruzilhada das identidades profissionais na saúde**, *Economia e Sociologia*, v. 74, p. 89-103, 2004.

VARELA, J. **O Grau de Autonomia dos Técnicos de Cardiopneumologia.** Dissertação de Mestrado - Universidade de Évora, 2010.

CAPÍTULO 14

ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO INTRAMUROS DO PRP-RS

Data de aceite: 26/10/2020

Data de submissão: 12/08/2020

Jiulia Estela Heling

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Arroio do Padre – RS

<http://lattes.cnpq.br/7394376771376497>

Texto originalmente publicado em: [Anais] do 17º Simpósio Internacional Processos Civilizadores [livro eletrônico]/ organizadores: Tony Honorato, Célio Juvenal Costa. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://www.processocivilizador.ufes.br/sites/processocivilizador.ufes.br/files/field/anexo/anais_xvii_sipcs.pdf>.

RESUMO: O estudo tem por objeto a atuação da Defensoria Pública no intramuros do Presídio Regional de Pelotas (PRP) – RS, tendo como questão norteadora as interferências das peculiaridades do sistema carcerário e suas configurações na respectiva atuação. Entre fevereiro e março de 2018, se acompanhou a Defensora Pública de Pelotas, lotada na Vara de Execuções Criminais, no PRP. A análise ainda é parcial, mas já é possível verificar uma situação particular na atuação da Defensoria, quando realizada intramuros. As configurações obrigam a Defensora a se adaptar a realidade, para desenvolver sua atividade, quando do simples fato de atravessar um muro.

PALAVRAS-CHAVE: Configurações. Defensoria Pública. Questão Penitenciária.

THE WORK OF THE PUBLIC DEFENDER'S OFFICE INSIDE THE WALLS OF THE PRP-RS

ABSTRACT: The study has as an object the operation of the Public Defenders' Office inside the walls of the Regional Prison of Pelotas (PRP) – RS, taking as a South the interferences of the peculiarities of the prison system and its settings on the operation of the Public Defenders. Between February and March 2018, the work of a Public Defender of Pelotas assigned to the Criminal Execution Court, in the PRP, was followed. The analysis is still incomplete, but it's already possible to verify that there is a particular situation in the operation of the Public Defenders, when done inside the walls. There are nuances that force the Public Defenders to adapt to their reality to develop their activity, when they simply cross the wall.

KEYWORDS: Settings. Public Defenders Office. Penitentiary Issue.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo – fragmento de uma pesquisa de Mestrado – tem por objeto a atuação da Defensoria Pública no intramuros do Presídio Regional de Pelotas (PRP), RS¹, enfocando suas configurações com os atores

¹ Pelotas é uma cidade do sul do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de município polo nesta região e, como tal, é sede de uma das Regiões Penitenciárias do estado, possuindo um Presídio Regional. Já a configuração do sistema penitenciário do Rio Grande do Sul envolve unidades prisionais espalhadas por todo seu território, sob a responsabilidade de 10 Delegacias Penitenciárias Re-

do ambiente prisional.

A hipótese de trabalho é de que as possibilidades de atuação da Defensoria Pública estão, para além do seu próprio empenho, condicionadas às ações dos demais atores do ambiente prisional (Administrador do Presídio, Agentes Penitenciários, Presos e lideranças das galerias), os quais, em suas atuações limitam a autonomia do(a) Defensor(a), produzindo a necessidade de adaptações no trato com os atores do interior do presídio.

A noção de configurações/figurações², de Norbert Elias, é utilizada nesse contexto como chave para compreensão das relações peculiares ocorridas no interior do presídio. Tal conceito “chama a atenção para a interdependência das pessoas” (ELIAS, 1999, p. 144), ou seja, a definição “configurações” nos faz pensar sobre as relações existentes entre pessoas ou ainda entre instituições e nas influências que estas possuem sobre a ação dos indivíduos ou instituições (a depender do caso). Por meio dela é possível pensar em como a Defensoria Pública desenvolve suas atividades dentro das configurações penitenciárias, ou seja, como atua/reage frente às ações dos demais atores presentes no intramuros.

O propósito do estudo é refletir sobre questões que possuem pouco espaço no meio acadêmico e clarear que as possibilidades de atuação da Defensoria Pública, quando realizada no intramuros, são extremamente particulares.

2 | A INSERÇÃO FORMAL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA COMPLEXIDADE DA EXECUÇÃO PENAL

A criação da Defensoria Pública foi prevista na Constituição Federal de 1988 (CF), ficando condicionada a criação de Lei Complementar (BRASIL, 2018a). As Defensorias dos estados surgiram em momentos distintos, no caso do Rio Grande do Sul foi implantada efetivamente em maio de 1994 (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2018).

A Legislação Estadual sempre previu como atribuição da Defensoria atuar junto a estabelecimentos penais e atender aos apenados. Logo, a atuação junto à execução penal, no RS, é uma realidade desde a sua criação. Porém, não era um órgão previsto na Lei de Execução Penal (LEP) como integrante da execução criminal. Isto só veio a ocorrer com a Lei nº 12.313/ 2010 (BRASIL, 2018b).

Dados elencam que 90% dos apenados são assistidos pela Defensoria Pública do RS (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 51). Apenas no Presídio Regional de Pelotas, segundo dados de fevereiro de 2018, há 1058 presos (SUSEPE, 2018) e uma Defensora Pública responsável pela Vara de Execuções Criminais. Por conseguinte, a formalização desta atuação

gionais (DPR).

2 O autor utiliza ambas denominações como sinônimas.

se demonstra relevante para a própria instituição, como garantia do reconhecimento de uma atuação legítima, equiparando o órgão aos demais presentes no rol do artigo 61 da LEP.

A inserção se dá num ambiente que possui controvérsias e peculiaridades. Para além dos espaços – aqui nomeados – burocráticos, referentes ao âmbito da jurisdição formal, há como elemento diferenciador a atuação no espaço intramuros das prisões (tema que buscamos observar).

Este mantém uma série de contradições, não há consenso quanto à função, utilidade ou resultados do aprisionamento dos indivíduos, nem clareza sobre as relações que se estabelecem entre presos e agentes penitenciários. O aumento da população carcerária em níveis alarmantes e a superlotação dos presídios são realidade inequívoca. É neste espaço, em muito desconhecido/estranho, que a Defensoria Pública se insere e necessita desenvolver suas atividades.

3 | O INTRAMUROS: PARA ALÉM DAS PREVISÕES LEGAIS

Não desconhecemos a complexidade da questão penitenciária, que envolve diferentes configurações (ELIAS, 1999). Conforme Luiz Antônio Bogo Chies:

O reconhecimento de que a compreensão da questão penitenciária não pode estar restrita às ilusórias fronteiras do que se costuma chamar de sistema prisional – ambientes de sequestro punitivo em si e rede de instituições e órgãos de caráter público que atuam na gestão e controle da execução penal do encarceramento – não é novidade no campo (CHIES, 2014, p. 38).

Porém, no presente estudo objetivamos trabalhar especificamente com o recorte das configurações do intramuros, com a situação peculiar deste sistema no qual a Defensoria Pública se insere e quais as implicações para a atuação desta.

Gresham Sykes alerta que a pena de prisão produz conglomerados de indivíduos em espaços determinados durante longos períodos, o que gera inevitavelmente um sistema social (SYKES, 2017, p. 42). “Debemos ver la prisión como una sociedad dentro de otra” (SYKES, 2017, p. 43). O que nos permite falar na existência de uma sociedade no intramuros é a presença de interações entre os indivíduos pertencentes a este espaço (presos entre si, ou ainda com funcionários), caso contrário seria um aglomerado de pessoas, como animais em jaula, cumprindo os funcionários o papel de tratadores (SYKES, 2017, p. 56). Portanto, é indispensável à formação de configurações entre os indivíduos e, segundo Elias (1999), essas são possíveis através da comunicação, utilização de símbolos comuns, a prova é a existência de pronomes. Somente podemos falar em “eu”, porque existe o “tu”, “ele”, “nós” e assim por diante.

Tanto Sykes (2017), como Augusto Thompson (2002) falam sobre as contradições das funções da prisão. Neste cenário há por parte dos agentes penitenciários – no caso brasileiro – uma preocupação elevada em relação à custódia dos presos, subestimando as demais funções da prisão (que são contraditórias entre si).

Embora aparentemente os guardas detenham um poder absoluto sobre os presos, tal fato não é verdadeiro, uma vez que estão condicionados a leis que regulam suas condutas. Mas, para além do aspecto normativo, “los custodios – a pesar de su supremacía teórica – están vinculados a sus cautivos en una relación de conflicto más que de obligado consentimiento [...]” (SYKES, 2017, p. 100). Para o exercício do poder sobre outrem é necessário que no último haja uma convicção interna para realizar o cumprimento da ordem. Tal fator de ordem moral é condição presente na ampla maioria das organizações sociais, mas no que tange aos apenados não está presente (SYKES, 2017, p. 100-2). A ausência deste fator traz um elemento complicador ao exercício do poder e tem relação com as configurações próprias do ambiente: os guardas não “agem” livremente, eles “reagem” frente à ação dos presos.

Isto decorre do fato de os presos também possuírem uma parcela de poder. Encontramos em Elias apoio para confirmar tal assertiva, pois, conforme ele, mesmo que de forma muito desigual, a relação de poder existe, pois é inerente as relações de interdependência dos indivíduos. “O poder não é amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações humanas” (ELIAS, 1999, p. 81).

Assim, são estabelecidas configurações muito particulares, que visam garantir o funcionamento da prisão. Sem a adesão dos presos é impossível garantir “a ordem”, há inúmeras dificuldades, uma delas seria a desproporção entre guardas e presos.

O jogo na prisão é demasiado complexo, isto porque não envolve apenas dois grupos distintos e desproporcionais – guardas e apenados –, mas também rupturas existentes dentro desses dois polos – tidos como opostos. A ruptura entre apenados se evidencia no linguajar, criando variados grupos.

Thompson (2002, p. 53-6) fala sobre o jogo de força entre guardas e funcionários classificados como terapeutas (psicólogos, assistentes sociais, etc). Dentre as várias funções do cárcere, os guardas assumiram (podemos dizer que unicamente) a função de manutenção da ordem, enquanto os terapeutas estão engajados com a regeneração do preso. Ambas as posições se chocam. Para que os últimos possam exercer seu trabalho de modo satisfatório é necessário que os primeiros retirem das celas os presos e os levem até o local de atendimento. Este fluxo de presos pelos corredores é considerado prejudicial à manutenção da

segurança e ordem interna pelos guardas, em contrapartida esta não é preocupação dos terapeutas, apenas desejam exercer sua função profissional dentro do estabelecimento.

Esta ruptura no interior dos grupos é muito clara na fala de Chies:

Numa perspectiva aparentemente mais restrita, mas não menos complexa, um ambiente prisional (e suas consequentes dinâmicas) envolve um grande número de grupos que sequer são internamente homogêneos – encarcerados, agentes de segurança, técnicos, funcionários da administração. Esse ambiente ainda recebe o impacto de grupos externos, tais como familiares, instituições religiosas, educacionais, do terceiro setor e, inclusive, instituições criminais (CHIES, 2013, p. 30).

Tal ruptura gera uma imensidão de pequenos grupos, tornando o jogo de poderes no intramuros amplamente complexo, pois havendo o aumento do número de jogadores não há domínio de um sobre o outro e as “ações” são cada vez menos promovidas pela convicção própria, mas cada vez mais no sentido de ser a única atitude cabível frente às “ações” dos demais jogadores (ELIAS, 1999), em certa medida se transformam em “reações”.

É neste ambiente amplamente complexo e contraditório que a Defensoria Pública veio a se inserir, de modo formal, através da Lei nº 12.313/ 2010. Porém, o sistema intramuros é demasiado antigo e suas estruturas de lideranças, benefícios, troca de favores há muito consolidadas.

Com o fim de exercer sua atividade legalmente estabelecida, a Defensoria Pública necessita se adaptar a esta “sociedade dentro de outra sociedade”. Esta adaptação pode ser observada quando do período de pesquisa de campo. Junto com a Defensora Pública nos foi possível adentrar os muros e verificar *in locu* a existência das configurações.

4 I ATIVIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA NO INTERIOR DO PRP E AS CONFIGURAÇÕES ESTABELECIDAS

Nas quatro semanas do trabalho de campo foram acompanhadas todas as atividades da Defensora Pública no intramuros do PRP. Dentre estas: atendimento aos presos, realização de audiências de oitiva no PAD (Processo Administrativo Disciplinar) com a Comissão Disciplinar, bem como audiências de justificação do PAD (com Juiz e Promotor) também realizadas no interior do estabelecimento prisional.

No período do acompanhamento foram realizadas 19 audiências de oitiva nos PADs com a Comissão Disciplinar, as quais são realizadas em sala muito pequena, localizada próxima à entrada do prédio. Puderam ser realizadas audiências em duas

ocasiões, uma tentativa restou infrutífera sob a alegação de que o ambiente não era seguro para nossa entrada, pois havia um princípio de rebelião.

Para que as audiências se realizem é necessário que um agente penitenciário proceda a “busca” do preso, ou seja, um agente precisa se dispor a sair do seu posto e realizar a condução do preso (cela – sala de audiência – cela). Esta necessidade torna excessivamente complexa e demorada a realização das audiências, é necessário encontrar um agente penitenciário “disposto” a realizar a condução do preso. O número de agentes penitenciários não é suficiente para a demanda de trabalho, fato que também influencia no “deslocamento” de presos. Há ocasiões em que se fica por um longo período esperando que “tragam” o preso, o que atrasa o andamento das audiências, inclusive tornando necessário deixar de realizar algumas devido ao horário.

As audiências de justificação nos PADs são realizadas com a presença do Juiz, Defensora e Promotor (este pode, eventualmente, estar ausente). Essas ocorrem na sala dos Agentes da Segurança da SUSEPE³. Foram realizadas 28 no período. Nestas se enfrenta o mesmo dilema, ou seja, a demora da chegada do preso até a sala de audiência.

A “condução” do apenado pelo agente penitenciário não é uma prestação de favor, mas sim sua atribuição, porém nem sempre tal situação assim se evidencia. Podemos dizer que tal percepção se deve às configurações peculiares estabelecidas neste ambiente para possibilitar a realização das atividades.

Os atendimentos aos presos representam a maior particularidade do sistema, foram realizados cerca de 70 no período da pesquisa.⁴ Estes possuem diferentes motivos: o PEC (Processo de Execução Criminal) esta em carga com a Defensoria Pública e necessita de contato com o apenado para dar encaminhamento; solicitação de alguma providência por parte da família; pedido de atendimento realizado através da lista que o “jurídico” da ala entrega à Defensora; a pedido de algum agente penitenciário; ou ainda, a partir de pedidos/“gritos” dos presos, quando percebem a presença da Defensora dentro do estabelecimento prisional.

O que mais chama a atenção em relação aos atendimentos diz respeito as suas condições, eles não são realizados em sala própria, mas sim nas “bocas das galerias”. Quando questionada por que do atendimento nestes locais, a Defensora relatou que a demora para a chegada dos presos até a sala dificultava em muito seu trabalho, em uma tarde conseguia realizar 6 atendimentos, o que comparado a uma tarde atendendo nas “bocas”, 34 apenados em uma ocasião, demonstra como um

3 Órgão responsável pela administração dos presídios no Rio Grande do Sul.

4 A informação numérica é uma estimativa, levando em consideração as anotações realizadas no caderno de campo. Tendo em vista que o objetivo da pesquisa não é quantificar os dados, mas realizar uma análise qualitativa, os números não são as principais fontes de informação, em determinados momentos se realizou conversas informais com agentes penitenciários, objetivando obter informações sobre o funcionamento do sistema intramuros o que impossibilitou um acompanhamento fiel do número de atendidos.

ator pode influenciar as configurações, neste caso o agente penitenciário.

Frente à “ação” do agente penitenciário em demorar na apresentação do preso, seja devido a falta de efetivo, de vontade ou a necessidade de revistas na saída e volta das celas, a única “reação” da Defensora que pode contribuir para a realização de seu trabalho é realizar o atendimento nas “bocas da galeria”, de pé do lado de fora da grade, sendo observada por inúmeros presos que ficam caminhando no corredor da galeria.

Porém, o mais intrigante é a relação que a Defensora Pública necessita estabelecer com o “jurídico”⁵ de cada ala. Quando do chamamento do preso, não é o agente penitenciário que o realiza, mas sim o “jurídico”. O agente chama o “jurídico” para que este converse com a Defensora e realize o chamamento dos presos.

O que foi possível verificar é que quanto mais organizado este for, mais fácil se torna o trabalho da Defensora Pública. Contudo, a Defensora não tem a opção de escolha em tratar ou não com o “jurídico”, ele é uma realidade constituída do sistema, onde a Defensora para ter acesso aos seus assistidos necessita se submeter a tal “poder informal” da penitenciária, pois caso contrário encontrará barreiras para desempenhar seu trabalho.

É possível verificar que há, para além de toda carga de trabalho e tensão que inerente ao ambiente prisional, as configurações existentes no intramuros, que requerem por parte da Defensora Pública uma adaptação para que seja possível a realização de suas atividades.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as informações apresentadas, é necessário concordar com Sykes e reconhecer se tratar a prisão de uma “sociedade dentro de outra sociedade”, ou seja, uma sociedade paralela, com configurações peculiares.

Esta sociedade paralela mantém o seu próprio padrão de relacionamento, sendo necessário que aqueles que por algum motivo necessitam adentrar no intramuros sejam obrigados a se adaptar a esta forma de vivência. Mesmo aqueles que apenas por alguns momentos participam deste espaço necessitam se adaptar, quando atravessam os muros da prisão, caso contrário não serão reconhecidos como partícipes daquela sociedade, por seus integrantes.

Neste sentido a Defensora Pública busca estabelecer estratégias que auxiliem o desenvolvimento de suas atribuições institucionais, para tanto em alguns aspectos é necessário lidar com as teias de configurações existentes e visar estabelecer relações que permitam a sua aceitação como membro integrante do sistema social

⁵ Jurídico é o nome comumente dado ao preso que realiza o intercâmbio entre os presos e demais pessoas, não foge a regra a Defensora Pública.

ali vigente. É necessário compreender que a presença da Defensora Pública altera as figurações e novas relações se estabelecem.

Quando realiza os atendimentos dos apenados nas próprias galerias, busca driblar o obstáculo da demora em trazer os presos até a sala de atendimentos. Não se trata especificamente de uma “opção”, mas sim de uma “reação” possível frente às configurações existentes. Já o “bom relacionamento” da Defensora com o “jurídico” é o meio capaz de possibilitar a realização de atendimento com seus assistidos.

Podemos afirmar que o simples fato de a Defensora Pública atravessar um muro faz com que seja necessário se adaptar às configurações desta sociedade peculiar existente no intramuros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 2018a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.313, de 19 de agosto de 2010**. 2018b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12313.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 1, pp. 15-36, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/69031/71480>>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Questão Penitenciária: obstáculos epistemológicos e complexidade. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.35, n.126, pp. 29-47, 2014. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/697/892>>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Anual 2015**. Porto Alegre: Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, 2015.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Histórico: O Nascimento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**. 2018. Disponível em: <<http://www.defensoria.rs.def.br/lista/386/historico>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

SUSEPE, Superintendência dos Serviços Penitenciários. **Presídio Regional de Pelotas**. 2018. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=12&cod_conteudo=78>. Acesso em: 14 de julho de 2018.

SYKES, Gresham. **La sociedad de los cautivos: Estudio de una cárcel de máxima seguridad**. Traducción de Ramiro Gual; Sebastián Pacilio; Elena Odriozola. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017. Originalmente publicado em 1958.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. De acordo com a Constituição de 1988. 5ª Edição Revista e Atualizada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002. Originalmente publicado em 1976.

APROXIMAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE PODER E AUTORIDADE NA SOCIOLOGIA DA AÇÃO EM WEBER

Data de aceite: 26/10/2020

Alexsandro Teixeira Ribeiro
UFPR
Centro Universitário Uninter

RESUMO: O presente trabalho busca aproximações sobre alguns conceitos em Max Weber que buscam sustentar um olhar sobre a formação do estado dentro da lógica da sociologia da ação. O objetivo, contudo, não é debater o estado em Weber ou ainda analisar as tipificações sobre os modelos de sociedade ou de poder estabelecidos na lógica administrativa ou burocrática, mas sim gerar uma aproximação aos conceitos que podem jogar luz para o entendimento das lógicas do funcionamento do estado. Para chegarmos a uma sustentação que nos ajuda a compreender a forma de organização social e o funcionamento do aparato administrativo burocrático estatal, vamos nos debruçar sobre questões como autoridade e formas de dominação pela convenção e pela lei, bem como conceito de legitimidade.

PALAVRA-CHAVE: Sociologia da ação, poder, Weber, estado

ABSTRACT: The present work seeks approaches to some concepts in Max Weber that seek to sustain a look at the formation of the state within the logic of the sociology of action. The objective, however, is not to debate the state in Weber or to analyze the typifications about the models of society or power established in the administrative

or bureaucratic logic, but rather to generate an approximation to the concepts that can shed light on the understanding of the logic of operation of State. In order to arrive at a support that helps us to understand the form of social organization and the functioning of the state bureaucratic administrative apparatus, we will address issues such as authority and forms of domination by convention and law, as well as the concept of legitimacy.

KEYWORDS: Sociology of action, power, Weber, state.

INTRODUÇÃO

Olhar para a sociedade é, de alguma forma, buscar compreender as relações e as decisões que estão contidas nas intenções dos indivíduos e nos propósitos que motivam suas ações. Esta é uma perspectiva que pode, de alguma forma, conduzir uma determinada interpretação de vida em sociedade. Conduzir nossa percepção para tal orientação, é de alguma forma considerar que a sociedade é resultado de determinadas interações, bem como resultado de determinadas ações interpessoais. Assim, é a ação que move a sociedade, sendo que, nesta perspectiva, não há sentido em uma estática social. Aqui não nos é apenas importante contabilizar ou descrever, obviamente, a existência ou não e as medidas que tipificam as ações, mas sim pensar e compreender os significados que motivam e sobre quais pretextos e objetivos estão pautadas

tais ações.

Uma dimensão que é importante observar, neste aspecto, é a ação sendo uma medida de atingir determinados resultados ou performances na sociedade. Desta forma, existe aí um resultado que se busca alcançar. Em algumas vezes, isso se dá em relação ou em resposta aos outros indivíduos na sociedade. O resultado de tal ação, de alguma forma, pode estar condicionado ao potencial de poder ou de dominação presente em quem estabelece a ação. Isto, até certo ponto, pode nos ajudar a compreender como estruturas de poder, como o estado, se consolida nesta perspectiva de sociedade. Neste caso, não é a forma ou a estrutura que podemos observar, mas sim o desenvolvimento de conceitos que estão manifestadas nas relações e interações, como dominação e poder. Desta forma, para além de observar o resultado, o que podemos é desenvolver um olhar para a forma de consolidação da vida social.

O poder em Weber (1999) é a força, não necessariamente física, que cada um tem de fazer para que os outros realizem coisas que quem desempenhou a força queira. Esta, de alguma forma, é a base que consolida o estado. Conforme destaca Weber, um estado existe na medida em que as pessoas colocam-se de forma a se submeter aos desejos do estado, ou a obedecer o estado. Aqui explicamos pela forma de comunicação. Para pensarmos em como esta dominação ocorre, devemos resgatar o que o pensador, um dos pilares da sociologia clássica, pensa ou define como poder e suas formas de operação ou consolidação. Para discorrer sobre isso, precisamos ao longo do trabalho destacar ao menos dois conceitos que são fundamentais para entender essa relação de dominação. Uma delas é a autoridade e o outro é a legitimidade.

Este olhar para a sociedade, pelo viés clássico, contudo, não é único. Weber está entre um tripé que vislumbra as relações sociais ou de pensadores que se debruçam no entendimento de como os indivíduos vivem em sociedade. Compõem as bases do pensamento sociológico Marx e Durkheim. Cada qual com um olhar diferenciado para o objeto da sociologia, ora em pensar a sociedade a partir da produção humana e da luta de classe com um método de observação dialético, como vemos em Marx, ora ao observar a sociedade a partir de determinados fatos sociais, buscando uma metodologia que dê conta de explicar e analisar os fenômenos, como vemos em Durkheim.

Em Weber, foco do nosso esforço de revisitação de conceitos, o olhar se centra não em fatos sociais ou em embates sociais decorrentes das relações de produção, mas sim em fenômenos orientados pelas ações dos indivíduos, observadas suas singularidades e questões históricas. Assim, enquanto em Marx a sociedade é um cenário decorrente dos modos de produção e das condições sociais que resultam dos embates das classes que atuam neste processo, e em Durkheim

é algo que está fora do indivíduo, sendo que a realidade é algo que precede aquele, em Weber há um caráter de subjetividade do indivíduo e da cultura, e a sociologia, que se propõe a observar estas subjetividades e suas ações, seria a ciência que daria observaria o sentido e a buscaria compreender o que orienta as premissas ou os objetivos das ações.

Faz-se importante reforçar os olhares para a sociedade e seus objetos, na medida em que nosso esforço será perceber o poder e outros conceitos em Weber que nos ajudam a compreender o estado, na medida em que ao olhar sob outra ótica, sejam outros conceitos ou outras formas que explicariam a dominação e as formas de interação na sociedade. Justifica-se que marquemos o entendimento dos conceitos fundamentais para que percebamos a dominação no conceito weberianos para que seja possível organizar um rol de elementos que nos ajude a conceber o estado e a forma de organização social.

Para tanto, este trabalho será organizado em três partes. Em um primeiro momento, observaremos o que se entende por teoria da ação e quais suas premissas básicas para que possamos apontar os elementos fundamentais que nos ajudarão a entender a dominação na perspectiva de Weber. Na sequência revisitaremos de forma breve e pontual, a dominação sob a ótica dos dois outros clássicos, quais seja: Marx e Durkheim. Por fim, em um terceiro momento, centraremos nosso olhar para o que Weber entende por dominação e outros conceitos que podem colaborar para uma ótica do estado e poder no pensamento do sociólogo.

A SOCIEDADE E A AÇÃO SOCIAL SEGUNDO WEBER

Antes de partir para um resgate dos conceitos básicos da sociologia weberiana, faz-se mister que olhemos para alguns pontos sobre sua trajetória, afinal de contas, é de se considerar que um indivíduo se posicione no mundo não desvinculado das suas origens. Weber nasceu em 1864, em Turíngia, na Alemanha (WEBER, 1980). Filho de jurista e conselheiro municipal, Weber vem de família de comerciantes de linho e industriais. Ao olhar para sua obra e para as influências em seu pensamento, portanto, devemos considerar sua produção e o clima social em meio ao cenário da Primeira Guerra Mundial, na qual chegou atuar administrando hospitais como capitão, e posteriormente como consultor da Alemanha e participou na delegação de assinatura do Tratado de Versailles.

Concluiu seus estudos em Berlim, em 1888. Um ano depois escreve sua tese de doutorado. Em 1893 casa-se com Marianne Schnitger, socióloga e importante escritora, que seria responsável pela organização da sua obra e pela biografia logo após sua morte em 1920. Em 1896 assume uma cátedra em Heidelberg (WEBER, 1980). Nos anos que se segue é acometido por doença que o afasta das funções.

Em 1904 publica um dos seus principais trabalhos, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Na década de 20 do século XX, uma pneumonia aguda leva precocemente o sociólogo.

Ao longo de sua vida, Weber foi responsável por marcar uma das bases pelas quais conhecemos o campo da sociologia. Nela, o pensador analisa a sociedade como resultados de uma interação social adquirida pela ação social e a partir da parcialidade da visão do observador. A sociedade deve ser estudada como resultado da ação dos indivíduos e seus sentidos. Assim, ao contrário do que se percebe em Durkheim, aqui o indivíduo é anterior à sociedade e isso fica explícito na ideia de ação social onde o indivíduo se comunica e se relaciona orientado pelas ações dos outros.

Além disso o indivíduo em Weber é um ator social que desempenha um determinado papel e ações intencionais e interessada. E é sobre suas ações e motivações que a sociologia weberiana devota esforços, ou seja, em compreender de forma interpretativa a ação para explicar a relação causal dos seus efeitos, ou seja, é calcada na ciência da ação social.

Para observar isso, o sociólogo (1999) empreende em um método ou em uma forma de analisar o objeto que busca não descrever suas ações, ou ainda entender seus resultados ou reflexos no embate, mas compreender interpretativamente a ação, é uma sociologia compreensiva que faz do sentido subjetivo das condutas dos atores o fundamento da ação social, ou seja, reconstruir o sentido que o autor atribui à sua conduta. Neste aspecto, o conhecimento é construído dentro da lógica weberiana a partir do recurso metodológico de tipos ideais e na classificação de tipos de ação. Ou seja, mais que descrever, há a tipificação que nos ajuda a complexificar e analisar as particularidades das ações. O objetivo, desta forma, é perceber e entender as pluralidades de causas e as regularidades sociais, bem como analisar as relações de causalidades e as interpretações orientadas pelo ajustamento entre diversos componentes de uma cultura.

Weber entende então como ação toda forma de orientação e medida que esteja relacionada ao outro, e que os integrantes da relação depositem nela um determinado sentido subjetivo (WEBER, 2002). Assim, a ação social pode ser explicada a partir as decisões dos indivíduos de forma a atender determinados sentidos. Fundamental destacar que tais ações objetivam o outro. Reforça o sociólogo que o termo ação social será “reservado à ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos envolvidos se refere à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela” (2002, p.11). Assim, nem tudo na sociedade pode ser explicado como ação social. Se não for orientado pelo outro, ou ainda se não é externalizado. Da mesma forma, Weber (2001, p.415) destaca que nem todo contato é de caráter social, sendo, as vezes, apenas fenômenos naturais.

Para analisar esta ação, busca-se a partir da compreensão entender o sentido desta ação, ou seja, o que envolve tais medidas. Para tanto, o autor destaca ao menos duas perspectivas de sentido. Em um momento, há a conduta real, que envolve a ação concreta, entre os atores envolvidos na ação e vinculada a um determinado tempo e espaço. Na outra ponta, destaca-se o sentido dentro do que Weber (2002) vem destacar como ponto essencial da sua metodologia compreensiva, que é o tipo ideal. Neste caso, o sentido é dado à ação de um ator projetado, resgatado historicamente, o que nos permite analisar fatos e medidas mesmo após a sua realização dada um determinado tempo.

O outro que envolve a ação não precisa, segundo o sociólogo, ser necessariamente alguém conhecido. Além disso, cabe ressaltar que a ação social não precisa ser baseada em medidas ou ações concretas ou que estão próximas no tempo, podendo ser “orientadas para ações passadas, presentes ou futuras de outros” (WEBER, 2002, p.37).

Seguindo a lógica de tipificações e de racionalização, Weber nos ajuda a entender quais os limites ou intenções de firmam as fronteiras das ações, e reconhece que existem lógicas que regulamentam cada uma delas. Com isso, ele chega a quatro tipos de ações sociais, sendo que a primeira é uma ação racional em relações a fins (WEBER, 1980, 2002). Aqui, a intencionalidade e a expectativa opera como dominantes nas ações, que são desenvolvidas com objetivos específicos.

Em um segundo ponto, o sociólogo descreve a ação motivada por crença em relação a valores, e neste aspecto podemos pensar em ações vinculadas a conjunto de éticas, em medidas em um cenário religioso. Em um terceiro aspecto, chegamos a uma ação orientada pela afetividade. Por fim, Weber tipifica a ação guiada pela tradição ou pela replicação de determinados costumes ou práticas vinculadas ao contexto histórico comportamental. Tais ações podem ser operadas de forma complexa em relações sociais, que envolve duas ou mais pessoas, cada qual com intencionalidades ou orientações diferentes, mas que se guiam com base nas ações do outro. Há um jogo de probabilidade aqui, em interpretar os comportamentos e analisar os resultados e reações. Isso nos ajuda a compreender o jogo das ações e intencionalidades nas relações e em como isso forja o que entendemos como sociologia da ação. Ou seja, sem esta movimentação ou intencionalidade, ficamos sem condutas prováveis, que possam ser lidas e interpretadas dentro das ações, ou seja, não de forma reificada. Como destaca Weber (2002, p.46), o Estado, por exemplo, perde “seu significado sociológico tão logo se torne provável que cesse de manifestar qualquer espécie de ação com sentido”.

O sentido aqui é o que ativa a metodologia, que busca perceber ou compreender o que está nas intenções ou nos movimentos. Ou seja, é o que encontramos no exemplo de que na relação entre teia e a aranha, Weber está mais preocupado com

o movimento da aranha do que de fato com a estrutura deixada por ela. Pois é na ação que se consegue analisar as intenções ou ainda as marcas históricas. É o que podemos ver de racionalmente compreensível no domínio da ação (WEBER, 2001). Por compreensão, o sociólogo entende a percepção do sentido constante na ação, ao analisar e identificar o comportamento e os movimentos, racionais ou irracionais. Não basta identificar, mas sim dar significado aos atos. Assim, destaca-se o que Weber (2001, p.403) aponta como compreensão explicativa, que é a razão dos motivos que levaram à ação, qual as condições que levaram à execução em um determinado tempo e espaço. Ou seja, é pensar no motivo e a intencionalidade.

Reforça o sociólogo que a compreensão é a “apreensão interpretativa do sentido ou conexão do sentido” (2001, p.404). Esta compreensão pode ser desenvolvida pelo pesquisador ou pelo investigador considerando a ação em sua particularidade e elementos históricos, em sua realização em termos estatísticos ou por aproximação, ou ainda pelo processo científico, neste caso, a partir da construção dos tipos ideais.

Ora, se há intencionalidade e se as ações são desempenhadas com vistas ao outro, de alguma forma, em determinadas relações sociais, o poder e a autoridade são fundamentais para desenvolvimento e sucesso. Por outro, este mesmo poder e autoridade nos ajudam a entender como indivíduos se submetem às intenções alheias com vistas a atender suas intenções, sobretudo dentro do meio social, como no Estado. Cabe ressaltar que entende-se poder em Weber (2002) o potencial de impor vontade ao outro dentro de uma relação social, mesmo que exista uma determinada resistência.

UM OLHAR DO PODER E ESTADO EM MARX E DURKHEIM

Ao observar os outros clássicos da sociologia, não estamos apenas mudando um conceito ou outro, mas toda uma narrativa da realidade e das relações sociais, entendido agora como interações ou ocorrências da sociedade. Primeiro em Marx, podemos analisar o poder ou a dominação dentro da luta de classes (MARX, 1986), que é o ponto central para entender a sociedade interpretada pelo filósofo alemão que viveu entre 1818 a 1883. A relação entre superestrutura e a parte ideológica com a infra-estrutura com a parte produtiva ou física da sociedade é o que produz o estado em Marx.

A sociedade, segundo o filósofo, é entendida fora do indivíduo, ou seja, ela é estudada como algo exterior ao indivíduo, como uma totalidade. Nela, o indivíduo é um produto das relações históricas. O indivíduo aqui está de alguma forma incluso em uma relação material em meio ao coletivo, assim, o indivíduo é construído dentro da classe. Estas são premissas do materialismo histórico, que é a forma como Marx

observa as relações sociais compreendidas na análise das condições materiais de vida.

Se Weber usa a compreensão, Marx vai optar pela luta da dialética entre a teoria e a prática. Ou seja, a forma de conhecimento na sociologia marxista está na relação da práxis, em que tudo se relaciona e se transforma na luta entre o tensionamento, entre os contrários. É neste formato de contraposição que se consolida a base marxista da luta de classes. A divisão do trabalho, a separação do indivíduo da sua obra ou da sua produção, o afastamento da figura do artesão e o processo de alienação, bem como a exploração e a consolidação da mais valia é o que cria, no desenvolvimento econômico, a luta de classes.

Aqui surge também o conceito de estado marxista, entre as bases consolidadas na sociedade civil e nas relações econômicas. Se por um lado o estado seria um aparato que atuaria na administração dos conflitos, na outra ponta, é o próprio conjunto de instituições do estado que replica o status quo e amplia a supremacia ou o domínio de uma classe sobre a outra. O estado é um gestor que atenderia, na visão de Marx, aos interesses da classe dominante ou da burguesia. Assim, o governo, destaca o filósofo, não se distanciaria de um “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX & ENGELS, 1983, p. 23).

O estado e a organização da sociedade, destaca Marx, não podem ser encarados como elementos distantes ou como coisas diferentes, muito pelo contrário. Ou seja, a organização social consolida o estado, e é estabelecido e reconhecido por este, da mesma forma as suas anomalias. Assim, se o estado quisesse eliminar a impotência de sua administração, reforça Marx (2010, p.40). Teria “que eliminar a atual vida privada. Se quisesse eliminar a vida privada, ele teria que eliminar a si mesmo, porque ele existe tão somente como antítese a ela”.

Bem, se o indivíduo esta na classe, e se não há espaço para analisar suas características que o afasta do espaço social em que se localiza, podemos destacar que em Marx o poder é algo que difere de Weber na medida em que não é operado pelo indivíduo com relação a fins em comparação ao outro, mas sim pela classe em relação a outra classe. Oras, há aqui um olhar negativo sobre o poder, que é estabelecida sempre em detrimento de uma classe sob opressão à outra.

O poder, na visão marxista, é operada dentro da classe, sendo que ela não necessariamente se consolida de forma igualitária ou homogênea. Assim, não é necessariamente um grupo que se reconhece ou que se intitula, mas que a partir de marcas da sua função na sociedade, do seu consumo, da sua propriedade e ideais, se consolidam em uma esfera com conexões e interesses em sinergia ou na mesma orientação. A unidade política e de produção é uma forma de dominação presente nesta perspectiva na medida em que como classe se posicionam, mesmo que não em uníssono, como exploradores de uma determinada classe, ou como ditadores

da liberdade (MARX, 1983). Na outra ponta, o poder é ainda desenvolvida a partir do próprio estado. Assim, o estado é um replicador ou um prolongador do poder da classe dominante.

Já na perspectiva social de Durkheim, apesar de considerar uma estrutura anterior indivíduo e não necessariamente mutável por sua ação, por outro lado não considera a sociedade como reflexo tão somente de uma economia política e embate de classes. Considerado fundador do marco do objeto da sociologia e das linhas gerais, o sociólogo viveu entre 1858 e 1917 (DURKHEIM, 1999), também sob uma Europa pré-primeira guerra.

Filho e netos de rabinos, Durkheim não seguiu a função profissional do pai. Seguindo as linhas de observação sobre as perspectivas dos pensadores, pelo olhar do sociólogo a sociedade não é interna ou dependente dos indivíduos, mas sim externa, sendo que seu objeto é o fato social, a fora que a sociedade exerce sobre os indivíduos de forma coercitiva sobre seus comportamentos. Ou seja, o indivíduo tem um papel dentro das funções sociais, sobre ele é exercida a pressão ou força das instituições, responsáveis pela manutenção do corpo social.

A não ocorrência desta interação promove o que o sociólogo aponta como anomia social. O agente social interioriza e exprime as normas da sociedade. Para se aproximar da relação do fato social e a pressão da sociedade no comportamento, Durkheim (2002) usa a explicação, ou seja, a dissecação dos fatos sociais, de forma a rejeitar a subjetividade do ator. Observa-se o fenômeno e cria categorias de análise comparáveis para ver o padrão.

Aqui nos aproximamos de um olhar positivista. O objetivo na sociologia seria, portanto, a pesquisa da causa e a função dos fatos sociais, enfatizando as relações e o ajustamento entre diversos componentes de uma cultura ou sociedade. Neste meio, o estado, que em Marx atua de forma a reafirmar a injustiça ou as diferenças nas classes, em Durkheim, é um planejador de forças, ou ainda, um agente que atua para dirimir desigualdades. Ou seja, como destaca Durkheim, o estado libera o indivíduo:

Quanto mais forte o estado se torna, mais ativo o indivíduo se torna. É o estado que o libera. Nada, portanto, é mais fatal do que despertar na criança e manter no homem esses sentimentos de desconfiança e ciúmes em relação ao Estado, como se fosse obra do indivíduo enquanto ele é o protetor natural e o único protetor possível (DURKHEIM, 1958, p.7) (tradução nossa)¹

O estado, portanto, é uma instância que quebra do conflito, permitindo assim

1. Plus l'État devient fort, actif, plus l'individu devient libre. C'est l'État qui le libère. Rien donc n'est plus funeste que d'éveiller chez l'enfant et d'entretenir chez l'homme ces sentiments de défiance et de jalousie à l'endroit de l'État, comme s'il était l'oeuvre de l'individu alors qu'il en est le protecteur naturel et le seul protecteur possible (DURKHEIM, 1958, p.7)

o desenvolvimento do indivíduo junto ao grupo. O estado, assim, poderia atuar de forma a regular e criar laços e forças que reduziriam o estado de anomia. O estado atua, portanto, com uma função moral e como uma forma de emancipação do indivíduos às formas de coerção existente nos grupos intermediários ou secundários, que se consolidam em um grau não necessariamente de proximidade, mas de interesse.

DOMINAÇÃO, AUTORIDADE E ESTADO EM WEBER

Finalizado olhar sobre os demais clássicos, retomamos a observação sobre as premissas conceituais em Weber que nos ajudam a pensar o estado e a dominação, lembrando que para o sociólogo alemão o estado é uma ação social. O conceito de poder, que é uma porta de entrada para pensarmos dominação e estado em Weber, não é algo sólido. Conforme apontado, o poder é importante para que possamos perceber em Weber o estado e também as formas de relação, pensando que para o autor encontramos o poder na capacidade ou na probabilidade de perceber sua reação positiva, ou seja, a obediência, dentro de um ato ou na ação social (WEBER, 1980).

Assim, para observar as estruturas do estado ou política, podemos perceber o uso do poder ou da força. Pensando, claro, que estruturas diferentes exercem ou manifestam poderes e dominação de forma diferenciada. Isso inclusive quando direcionada para o exterior. O poder varia dependendo da forma de organização política e das necessidades e demandas dos indivíduos. Isso obedece uma lógica interna de funcionamento que faz com que o poder seja ora domínio externo ora expansão.

Como destaca Weber (1982, p.188), o poder para o político deve resultar em mais poder para seus pares ou ainda em transformação do poder em prestígio, para um burocrata pode se consolidar em medidas ou ações que gerem mais cargos ou melhores condições para ascensão. Já para o trabalhador do sistema feudal, o poder e sua amplitude estava relacionado não ao seu poder, mas ao poder da suserania com seus equipamentos, que pudessem dar oportunidade para que o trabalhador conseguisse ampliar seu potencial de produção.

Ao pensar em poder, em Economia e Sociedade, Weber descreve como sendo o potencial ou ainda a capacidade de fazer com que sua própria vontade se imponha a vontade de terceiros, não sobre o próprio indivíduo, mas sobre os outros. “Pode-se, por exemplo, como ocorreu ocasionalmente, compreender os direitos que a lei concede ao indivíduo, contra um ou vários outros, como o poder de dar ordens ao devedor” (WEBER, 1999, p.188). Aqui, o sociólogo parte do poder para debater a dominação, como um elemento fundamental para a ação social, mesmo que nem

toda ação envolva necessariamente estrutura de dominação. É do poder que se desenvolve o conceito de dominação. O fato é que a dominação depende apenas da presença real de uma pessoa emitindo com sucesso comandos a outra; não implica necessariamente ou a existência de um quadro administrativo, ou ainda a existência de uma associação. A dominação busca encontrar justamente a capacidade de obediência ou de aceite à manifestação do poder. Ou seja, em contraposição ao poder de determinar sua vontade, existe a probabilidade ou o potencial de ser manifestada a vontade de acatar a dominação.

Ao observar a dominação, somos orientados por Weber a observar, dentre uma possível série de tipificações, duas formas mais consolidadas de organizar as manifestações de poder. Em uma delas, destaca o sociólogo, o que vemos é a forma ou o tipo que seria considerado o mais puro, e com potencial dominante, ou seja, monopolizador no mercado (1999, p.189). Neste aspecto, a dominação se exerce na habilidade ou na posse com intenção a atender determinados interesses próprios dos dominados.

Na outra ponta, um segundo ponto seria uma dominação administrativa, que é exercida sob um poder de dever de obediência, sem reflexão necessariamente. Em ambas, podemos enxergar a relação construída por Weber na situação em que uma vontade desencadeia ações ou reações em um fluxo de dominador e dominado. Neste ponto, a dominação é importante para pensarmos a administração, sendo que de alguma forma esta precisa daquela, na medida em que é “mister que certos poderes de mando se encontrem nas mãos de alguém. O poder de mando pode ter aparência muito modesta, sendo o dominador considerado o servidor dos dominados e sentindo-se como tal” (WEBER, 1999, p.193).

Seguindo a lógica de identificação e tipificação para entender as dimensões e as lógicas contidas na ação social, o sociólogo nos aponta ao menos três formas de dominação que serão conhecidas como formas legítimas de dominação. Uma delas é a carismática. Nela, o que opera a força da dominação é a crença ou ainda por reconhecimento da fé em determinadas figuras. Aqui os tipos puros encontrados são os heróis, os guerreiros ou o demagogo (WEBER, 1989). Nestes casos, pouco importa a função administrativa ou a posição, mas sim suas qualidades e formas de impingir um poder de vinculação entre dominador e dominado de tal forma a conseguir uma determinada devoção irracional ou ainda afetiva. Este tipo de dominação não é homogênea e necessita de alimentação constante, sendo mutável ou instável ao longo do tempo. Há a necessidade de reacender o poder pela manifestação da qualidade do dominador ou do carisma do líder.

Em um segundo ponto, encontramos a dominação tradicional. Aqui, a dominação não é necessariamente pelas características do líder, mas pela lógica do sistema com base na tradição ou na conservação de status histórico ou pelo

costume. Regimes patriarcais, por exemplo, são tipos de domínios que pode ser analisados pela lógica da dominação tradicional.

O que explica a forma de poder exercido é a fidelidade tradicional, a lógica da obediência ou ainda a lei moral. Questões como resignação ou “foi sempre assim” reforçam este modelo ou tipo de dominação, que vê na tradição ou na manutenção de um determinado status quo uma forma de garantir a permanência dos poderes. Os poderes são dados pela transmissão e pela passagem, e não necessariamente pelo potencial do indivíduo ou por características carismática. Os laços se consolidam em vínculo de fidelidade entre dominante e dominado, considerando que a estrutura estamental se baliza pela honra.

Por fim, na lista de dominações puras, chegamos na legal, que se baliza pela formação de um conjunto de regras aceitas ou por um estatuto validade socialmente. Este tipo de dominação é da ordem da burocracia e mais se qualifica no regime democrático. A racionalidade é o que determina um tipo de vínculo entre dominante e dominado (WEBWE, 1989). A dominação não se dá, desta forma, necessariamente pela figura como das formas anteriores, que ou era operada pela relação pessoal ou carismática, ou pela estrutura de dominação pela tradição, mas sim como uma forma de dominação desencadeada pelo compromisso com a regra, ou ainda com o potencial de punição proveniente do descumprimento da regra.

Diferente do tipo carismático ou tradicional, a dominação aqui é mais firme ou homogênea uma vez que a regra não se estabelece por outras referências que não as contidas na letra da lei ou do conjunto do estatuto que estabelece direitos e deveres. A racionalidade da dominação de desloca e se efetiva não pelos interesses próprios necessariamente, mas de alguma forma pela impessoalidade do direito e pela garantia dos interesses comuns.

É passível de identificação nas sociedades modernas todas as formas de dominação, sobretudo em sistemas complexos, sendo oras mais um tipo, oras outro. Contudo, destaca-se que o tipo legal ou racional é o que mais se estabelece ou se reconhece no sistema democrático. Em regimes democráticos, o que se percebe é que o poder e dominação é transferido ou compartilhado com representantes.

Aqui um conceito importante para pensar essa transferência ou para entender como pode o poder e a dominação ser operada por terceiro é pela autoridade. Assim, para pensar a autoridade, é fundamental entender que pode ou não ocorrer a efetivação do interesse ou da necessidade de quem opera a autoridade. Ou seja, é preciso compreender que a efetivação da autoridade é operada a partir da validade. Desta forma, como destaca Weber (2002, p.54), a autoridade terá caráter de validade somente se “a orientação a estes axiomas incluir ao menos o reconhecimento de que tudo a que obrigam o indivíduo, ou a ação correspondente, constitui um modelo digno de imitação”.

Da mesma forma que a dominação, podemos ainda encontrar em Weber algumas orientações ou tipificações que não se deslocam dos tipos de dominação. Oras, uma das formas de contemplar a autoridade é pela lógica afetiva. Assim, temos um paralelo entre a dominação exercida e a autoridade carismática, que se consolida em um tipo de ação que cria uma obrigatoriedade de fazer. Para além deste modelo, em Weber podemos considerar a autoridade por dois sistemas. Um deles é o que Weber aponta como convencional.

Neste aspecto, a autoridade se dá, na prática, na medida em que os integrantes de um determinado grupo ou sociedade reconhece em comum acordo com os demais a autoridade ou o exercício do poder. Assim, as medidas que ignoram tais regramentos acaba, por serem penalizadas com a reprovação do todo. Já um segundo aspecto daria pela lei. Neste ponto, o sistema é reconhecido na medida em que a reprovação ou penalidade pelo não cumprimento da autoridade é física ou psíquica, na medida em que busca que a força seja a forma de reconhecimento da autoridade. Assim, no sistema convencional, a autoridade é pelo reconhecimento, enquanto que na lei, a autoridade se dá pela força.

Logicamente que para considerar o potencial da autoridade como uma concentração de representação do poder, é fundamental entender que entre a ação do poder e a efetivação por meio de uma autoridade, há de se considerar a legitimidade da autoridade, ou ainda o reconhecimento da legitimidade do poder. As legitimidades, destaca Weber, podem ser entendidos dentro da própria forma de dominação. Assim, assegura o sociólogo, essas “concepções de legitimidade e suas justificações íntimas são de grande significação para a estrutura do domínio” (WEBER, 1982, p.99). Desta forma, assim como na lógica da dominação o poder emana da figura do dominante e da relação de adoração sobre o dominado, na dominação racional, por exemplo, pode-se destacar a legitimidade no poder conferido ao regramento ou ao conjunto de leis que orientam as decisões socialmente.

CONSIDERAÇÕES

Compreender as relações e as ações sociais é mapear e identificar as intencionalidades e as formas de dominação e razões na sociedade. Ao propor uma sociologia da ação, Weber nos indica que o olhar para a sociedade não pode ser explicada unicamente pela lógica econômica ou de confronto de classes, mesmo que ele mesmo tenha se debruçado em tipificar classes sociais.

O sociólogo também nos aponta que a força e pressão não está necessariamente na sociedade que é externa ao indivíduo e que regra ou domina suas funções. O que ele nos aponta é que podemos analisar e compreender a sociedade na relação entre os indivíduos, na interação e na intencionalidade

que pode ser avaliada e identificada na medida em que se opera e que pode ser deduzida, entendida e avaliada em meio ao cenário local e temporal.

Longe de considerar que tais aproximações contidas neste trabalho explica ou dá conta das manifestações sociais pelo olhar weberiano, admite-se que o que se busca aqui é um apontamento para indicar uma forma de pensar em como se consolida o poder e como se opera a dominação é importante para analisarmos como uma sociedade burocrática administrativa se sustenta com uma infinidade de interesses opostos sendo manifestados constantemente. Pensar, assim, no trajeto do poder, que se manifesta na autoridade e que encontra eco na legitimidade nos aponta para um caminho que nos conduz para um olhar racional e sistêmico da sociedade, que colabora para mapear as formas de dominação e de autoridade exercida no estado.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile Davi. **Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURKHEIM, Émile. **L'Etat**. Revista de Filosofia. Paris, 1958. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/textes_3/textes_3_6/_Etat.htm

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e suas Fontes. São Paulo: Abril Cultural, 2. ed. 1986.

MARX, Karl. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl, e, ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas I, II e III**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**, in: MARX, Karl, e, ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Volume I. São Paulo: Alfa-Omega, 1983

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. UnB, 1999.

WEBER, Max. **Textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores). 1980.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 2 v. Cortez: Campinas, 2001

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo, Centauro, 2002.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1999.

A PROSTITUIÇÃO SOB ESCRUTÍNIO: QUANDO OS PROJETOS ANTIPROSTITUIÇÃO DO FEMINISMO ABOLICIONISTA E DE RELIGIOSOS CRISTÃOS CONVERGEM NO BRASIL

Data de aceite: 26/10/2020

Data de submissão: 05/08/2020

Tiago Luís Coelho Vaz Silva

Professor da UEPA e da SEDUC-PA.

Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP. Bolsista da FAPESPA.

<http://lattes.cnpq.br/5025462673753937>

RESUMO: Neste ensaio acadêmico, proponho discutir sobre a articulação entre os projetos antiprostituição de grupos religiosos e do feminismo abolicionista no Brasil; bem como os desdobramentos de uma possível proibição/criminalização da prostituição para as trabalhadoras sexuais no país. Grupos com base política entre os religiosos cristãos têm promovido ataques sistemáticos à prostituição, no intuito de criminalizá-la se apropriam de determinadas pautas e ressignificam a gramática de feministas contrárias ao trabalho sexual, afim de garantir a manutenção da ordem moral e a integridade da família cristã. Ainda que os projetos de sociedade de ambos os grupos sejam distintos, a adesão à política antiprostituição de religiosos cristãos é expressiva entre feministas abolicionistas no Brasil, mesmo que não seja feita nenhuma referência a respeito dessa convergência ideológica específica. A retórica salvacionista do feminismo abolicionista, que universaliza a imagem da prostituta como vítima a ser “resgatada” da condição de vulnerabilidade diante a opressão masculina, encontra afinidade em um processo

complexo de aproximação/distanciamento com a narrativa religiosa cristã de preservação de determinados valores morais da família e do cristianismo. A regulação moral e legal imposta por uma eventual proibição/criminalização da prostituição reforçaria ainda mais o estigma, negando todo tipo de aproximação e semelhança com a prática desta atividade. Mesmo que o ordenamento jurídico venha a proibir/criminalizar a prostituição, este segmento do trabalho sexual não deixará de existir, mas passará por um processo de marginalização e clandestinidade ainda maior, possibilitando a proliferação de redes de exploração sexual que se beneficiam da condição de ilegalidade do trabalho sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição; Proibição/criminalização da prostituição; Religiosos cristãos; Feminismo abolicionista; Convergência ideológica.

PROSTITUTION UNDER SCRUTINY: WHEN THE ANTI-PROSTITUTION PROJECTS OF ABOLICIONIST FEMINISM AND CHRISTIAN RELIGIOUS CONVERGES IN BRAZIL

ABSTRACT: In this academic essay i propose to discuss the articulation between the antiprostitution projects of religious groups and abolitionist feminism in Brazil; as well as the consequences of a possible prohibition/criminalization of prostitution for sex workers in the country. Political-based groups among Christian religionists have promoted systematic attacks on prostitution in order to criminalize it, they appropriate certain guidelines and resignify the grammar of feminists opposed to sex work in

order to guarantee the maintenance of the moral order and the integrity of the Christian family. Although the social projects of both groups are distinct, adherence to the anti-prostitution policy of Christian religious is expressive among abolitionist feminists in Brazil, even though no reference is made to this specific ideological convergence. The salvationist rhetoric of abolitionist feminism, which universalizes the image of the prostitute as a victim to be “rescued” from the condition of vulnerability in the face of male oppression, finds affinity in a complex process of approximation / distance with the Christian religious narrative of preservation of certain moral values family and Christianity. The moral and legal regulation imposed by an eventual prohibition/criminalization of prostitution would further reinforce the stigma, denying any kind of approximation and similarity with the practice of this activity. Even if the legal system prohibits/criminalizes prostitution, this segment of sex work will not cease to exist, but will go through an even greater process of marginalization and clandestinity, enabling the proliferation of sexual exploitation networks that benefit from the condition of illegality of sex work.

KEYWORDS: Prostitution in Brazil; Prohibition/criminalization of prostitution; Christian religious; Abolitionist feminism; Ideological convergence.

1 | INTRODUÇÃO

O universo da prostituição é diversificado e multifacetado, sendo formado por mulheres e homens; cisgêneros e transgêneros; homossexuais, heterossexuais e bissexuais; negros, brancos, mestiços, etc. Ainda que a prostituição seja composta em sua grande maioria por mulheres, elas não são as únicas a exercer a atividade, também marcada pela presença de homens. No que se refere a demanda, a situação se inverte e os homens constituem majoritariamente os clientes da prostituição. A troca de serviços sexuais pode dar-se por uma compensação financeira ou material e ocorrer em espaços públicos, privados ou comerciais. Sem dúvida, o contingente expressivo de mulheres na prostituição é reflexo da pobreza e do desemprego, ou mesmo, de alternativas limitadas e condições precárias de postos de serviços, como resultado das desigualdades nas relações de gênero no mercado de trabalho. Assim, muitas mulheres adentram e permanecem na prostituição por considerá-la, se não a única, mas uma alternativa econômica viável e, muitas vezes melhor, ao compará-la a outros empregos já desempenhados, levando em conta a compensação financeira e a flexibilidade de tempo.

A prostituição pode ser exercida de maneira contínua, se constituindo na “carreira” da pessoa. Mas também pode ser intermitente e, até mesmo, contingente para estudantes que busquem pagar seus estudos, e para donas de casa ou mesmo outras trabalhadoras a fim de complementar a renda familiar. Portanto, a diversidade de situações reflete diferentes níveis de decisão pessoal e de ganhos econômicos no trabalho sexual. Deste modo, se a prostituição não é única, se existem diferentes

atores sociais que a constituem e a partir de circunstâncias variadas, o olhar sobre ela também não pode ser único e cristalizado, sob risco de insistirmos no equívoco de reproduzir as histórias únicas (ADICHIE, 2019).

A perspectiva que adotamos considera a prostituição uma atividade livre e de caráter voluntário, praticada por pessoas adultas, maiores de 18 (dezoito) anos e em pleno gozo de suas capacidades mentais. Assim, toda e qualquer atividade sexual comercial que seja praticada fora dos pressupostos de liberdade e consentimento deve ser caracterizada como violação da liberdade individual; portanto, exploração sexual. Desta forma, é possível estabelecer a diferença entre prostituição voluntária¹ e exploração sexual: prostituição forçada² (DOEZEMA, 2000). De modo semelhante, aquilo que tem sido designado no senso comum por “prostituição infantil”, se configura como crime de exploração sexual de crianças e adolescentes³ e; portanto, um problema social distinto com características próprias e que não deve ser confundido ou associado a prostituição que, como foi dito, é uma atividade voluntária praticada por pessoas adultas.

Neste texto, pretendo apresentar um breve ensaio acadêmico a partir de inquietações que foram amadurecendo ao longo de minha experiência de pesquisa de campo⁴ sobre a controvérsia na esfera pública a respeito da possibilidade de regulamentação laboral da prostituição enquanto atividade reconhecida pelo Estado brasileiro ante as políticas abolicionistas e proibicionistas que visam coibir e/ou criminalizar a prostituição no país. Mais especificamente, esse texto aborda sobre a articulação entre os projetos antiprostituição de grupos religiosos e do feminismo abolicionista no Brasil; bem como os desdobramentos de uma possível proibição/criminalização da prostituição para as trabalhadoras sexuais no país.

2 | AS INVESTIDAS CONTRA A PROSTITUIÇÃO

Grupos com base política entre os religiosos cristãos têm promovido ataques sistemáticos à prostituição visando a sua criminalização, a começar pela proposta de

1 Entende-se por prostituição voluntária a prestação de serviços sexuais realizada por pessoa adulta e capaz (tendo a legislação brasileira estabelecido a maioria a partir dos dezoito anos) por sua livre escolha e sem privação de liberdade.

2 A prostituição forçada é aquela em que a pessoa entra de forma involuntária na prostituição (ou mesmo de forma voluntária, mas é impedida de abandoná-la), sendo obrigada a realizar serviços de natureza sexual em benefício de outrem, caracterizando crime de exploração sexual.

3 A inserção de crianças e adolescentes em atividades sexuais comerciais também configura crime de exploração sexual, prevista em legislação específica – Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual (Incluído pela Lei nº 9.975, Do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 23/06/2000).

4 A pesquisa teve caráter multissituado e foi realizada tanto no ambiente presencial quanto no virtual. Buscou-se acompanhar a organização e dinâmica de três associações ligadas ao movimento organizado de prostitutas, bem como o fluxo de eventos relacionados à controvérsia sobre a regulamentação laboral da prostituição como, por exemplo, encontros, palestras, mesas-redondas, atos públicos, marchas, etc. Todos esses eventos foram foco da observação por meio do registro etnográfico e da realização de eventuais entrevistas.

retirada da categoria *profissionais do sexo* do cadastro de ocupações do Ministério do Trabalho. Esses grupos têm acionado o legislativo com discurso correlato a de segmentos do feminismo contrários ao trabalho sexual, porém com propósitos distintos.

Até bem recentemente, tramitava na Câmara dos Deputados um projeto de lei de caráter proibicionista que requeria a retirada da descrição da ocupação de *profissional do sexo* em verbete da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do extinto Ministério do Trabalho e Emprego⁵. Se trata do **Projeto de Lei nº 2371/16**, de autoria do deputado federal Flávio Augusto da Silva (PSB-SP), vulgo “Flavinho do PSB”. Este Projeto de Lei tinha por finalidade a proibição da prostituição sob o argumento de que esta prática explora as mulheres e fere os direitos fundamentais relacionados à dignidade humana, que são protegidos pela Constituição Federal. Portanto, o ser humano e seu corpo não podem ser comercializáveis como mero produto. Em seu conteúdo, considera que, ao tornar a prática da prostituição legal, o Estado acaba por incentivá-la ainda mais, o que é socialmente reprovável já que a prostituição é associada a inúmeros riscos tais como: contágios de DST, maus-tratos, violência de rua e morte, além de envolvimento com o submundo do tráfico de drogas, armas e tráfico internacional de pessoas. Em janeiro de 2019, este Projeto de Lei foi arquivado com base no art. 17, inciso II alínea “d”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A inclusão da categoria *profissionais do sexo* na CBO representa uma grande conquista do movimento de prostitutas no Brasil e tem outorgado relativa legitimidade social e política às trabalhadoras sexuais no *métier* de sua prática laboral e ativismo, ainda que não garanta o reconhecimento da prostituição como trabalho assegurando o direito à organização e auto-organização no exercício da atividade profissional. Portanto, podemos imaginar o retrocesso que representaria a retirada da categoria *profissionais do sexo* da CBO para o Movimento em sua luta por direitos e cidadania; bem como, as implicações diretas desta medida no cotidiano das trabalhadoras sexuais, uma vez que esta mudança no cenário sinalizaria para o aumento do controle e coerção e, até mesmo, para uma possível proibição/criminalização da atividade prostitucional no país.

Por sua vez, **O Projeto de Lei nº 377/11**, de autoria do deputado federal João Campos (PSDB-GO), ainda em trâmite na Câmara dos Deputados, tem caráter proibicionista e visa criminalizar o ato de pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviços sexuais, penalizando juridicamente os clientes da

⁵ O Ministério do Trabalho foi extinto pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) através de Medida Provisória (MP 870/2019) e teve suas competências distribuídas entre as pastas dos Ministérios da Economia, da Justiça e da Cidadania. Tal extinção aponta para a diminuição da agenda desse Ministério enquanto prioridade para o governo em exercício, sendo que seus efeitos são impossíveis de serem mensurados a curto prazo. Para as trabalhadoras sexuais, isso lança incertezas diante da ausência de regulamentação laboral e representa mais uma ameaça à legitimidade do exercício da profissão.

prostituição. Este Projeto de Lei tem inspiração no “modelo sueco”, implementado na Suécia desde 1999 e, posteriormente, com adesão de outros sete países. A política antiprostituição de criminalização do cliente em vigor na Suécia apoia-se no princípio de que a prostituição é uma opressão de gênero, uma violência contra as mulheres e um sinal da desigualdade entre homens e mulheres, em particular, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Deste modo, as desigualdades são consideradas consequência da estrutura patriarcal predominante nas sociedades e da precarização do trabalho feminino no sistema capitalista.

Assim, o PL 377/11 considera a integridade sexual um bem indisponível da pessoa humana e que não pode ser objeto de contrato para fins mercadológicos. Por isso, entende a criminalização do pagamento por serviços sexuais como o caminho jurídico para proteger as pessoas e combater a opressão sexual ao criminalizar, exclusivamente, os clientes da prostituição. Isto decorre da compreensão da prostituta, invariavelmente, como vítima e da prostituição como sacrifício da integridade pessoal de quem a exerce, enquanto consequência gerada pelas circunstâncias sociais e pela necessidade de subsistência. Além disso, o PL situa a prostituição dentro de um quadro negativo acompanhada de outras práticas nocivas à sociedade como, por exemplo, o crime organizado, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de drogas.

No cenário mais amplo de combate à prostituição, existem redes transacionais (não necessariamente feministas) que se formam em torno desse posicionamento e tem influenciado o debate em nível global, organizando a pauta de vários coletivos feministas pelo mundo. Na articulação entre essas organizações transacionais e determinados segmentos dos feminismos locais contrários ao trabalho sexual, tem se difundido uma imagem negativa que vincula fortemente a prostituição a crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes e de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual (PISCITELLI, 2016; TAVARES, 2014). Essas organizações têm influenciado profundamente o debate público sobre prostituição, principalmente entre as novas gerações de feministas no Brasil. A difusão de suas ideias se destina a promover uma consciência antiprostituição como componente de um suposto processo civilizatório, ao passo que também facilita a formação para o ativismo feminista que se opõe ao trabalho sexual.

Se, para as trabalhadoras sexuais o reconhecimento da prostituição como atividade profissional se insere no domínio da conquista de direitos sexuais e de direitos trabalhistas⁶, além de mecanismo de combate ao estigma que recai sobre

6 O Projeto de Lei nº 4.211/12, mais conhecido como PL Gabriela Leite, elaborado pelo movimento de prostitutas em parceria com o ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), pretende regulamentar a atividade de profissionais do sexo no Brasil e retirar da ilegalidade as casas de prostituição transformando-as em empresas que podem ser fiscalizadas pelo Estado. Esta proposta tem por princípio o “empoderamento” das mulheres através do uso do corpo e da liberdade sexual, mas, sobretudo, pretende garantir direitos trabalhistas há muito reivindicado por associações de prostitutas e movimentos sociais a favor da regulamentação da prostituição.

a atividade; por outro lado, para as feministas abolicionistas tal reconhecimento implica em naturalização da violência contra as mulheres consentida pelo Estado, quando este supostamente favorece a “mercantilização” e “exploração sexual” feminina através da prostituição. Neste contexto, as feministas radicais defendem a eliminação da prostituição e veem na sua regulamentação laboral um projeto neoliberal atrelado a indústria do sexo para legitimar a exploração sexual feminina. Elas defendem que todos que recrutam e organizam a prostituição e dela se beneficiam devem ser criminalizados; algumas posições defendem, inclusive, a criminalização dos clientes, que passariam a ser penalizados ao pagarem por serviços sexuais. A prática da prostituição é compreendida por essas ativistas como violência, um atentado aos direitos humanos, e as prostitutas são consideradas vítimas. Essa perspectiva vincula prostituição à exploração sexual de mulheres, à exploração sexual de crianças e adolescentes, e ao tráfico de pessoas; servindo ainda para estimular aquilo que tem sido designado como “cultura do estupro”.

Se faz necessário destacar que essa convergência ideológica entre religiosos cristãos e determinadas vertentes do feminismo não é exclusividade do Brasil. Para o contexto dos EUA, Elizabeth Bernstein (2007-b) nos mostra as circunstâncias e as motivações que culminaram, desde o final dos anos 90, em uma ampla coalizão entre ativistas evangélicos, feministas seculares, organizações da sociedade civil e entidades governamentais. Esta coalizão se forma em torno do combate daquilo que eles denunciam ser um conjunto interligado e diversificado de violações dos direitos humanos como, por exemplo, o tráfico de pessoas e a inserção em atividades do comércio sexual, todas designadas como “escravidão moderna”. Destas alianças resultou a aprovação de uma série de leis federais e estaduais de combate ao tráfico de pessoas que igualam toda e qualquer forma de prostituição ao crime de tráfico⁷; bem como na implementação de inúmeros projetos humanitários que visam o “resgate” de mulheres da prostituição e a criminalização de outras tantas que se recusam serem “salvas”. Os clientes da prostituição também passaram a ser alvo das políticas de criminalização e, até mesmo, qualquer outra pessoa envolvida ou que seja suspeita de envolvimento com a atividade, sob a nova rubrica do combate a “escravidão moderna”⁸ (BERNSTEIN, 2007-b).

Portanto, trata-se de ampliação de cidadania a um segmento da sociedade que se encontra a margem das leis trabalhistas, visando à garantia de direitos a profissão como ocorre com as demais categorias profissionais. Com a renúncia de Jean Wyllys do cargo de deputado federal, o PL Gabriela Leite foi arquivado em 31 de janeiro de 2019, de acordo com os termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

7 Bernstein (2007-b) localiza que o tráfico de pessoas ganhou destaque como causa humanitária para os evangélicos quando as organizações religiosas passaram a ser elegíveis para financiamento federal, a partir de 2001 no governo Bush. Desde então, essas organizações conseguiram levantar recursos expressivos para realizar campanhas e ações antitráfico nacional e internacionalmente.

8 As operações de “resgate” contam com a atuação de um funcionário da organização disfarçado de cliente em potencial a quem compete investigar os bordéis e, em parceria com a polícia local, realizar o “resgate” de mulheres e crianças para, em seguida, encaminhá-las para receber assistência em estabelecimentos de reabilitação patrocinados pelo Estado ou em instituições religiosas. Essas operações têm se convertido em

Elizabeth Bernstein (2007-b) atribui o sucesso da aliança política entre evangélicos e feministas abolicionistas ao fato de compartilharem a premissa particular de que a prostituição se caracteriza essencialmente como “escravidão”. A convergência ideológica entre evangélicos e feministas abolicionistas, resulta em um humanitarismo militarizado dos evangélicos e um feminismo carcerário; este último caracterizado na conduta punitivista pela qual está vertente do feminismo tem orientado seu ativismo político, deslocando a noção de justiça social do estado de bem-estar para o estado carcerário como aparelho de execução para os seus objetivos (BERNSTEIN, 2007-b). Ironicamente e como contrassenso, essa política acarretou em um crescimento vertiginoso de homens negros e mulheres negras nos presídios, sob o pretexto de serem libertados da “escravidão moderna”. Assim, o trabalho sexual mais uma vez passa pelo escrutínio de vigilância e controle, de forma potente e vigorosa, por meio das agendas de religiosos evangélicos e de feministas abolicionistas, sob uma retórica humanitarista e punitivista, amparada por ordenamentos jurídicos (BERNSTEIN, 2007-b).

No Brasil, o propósito dos grupos com sua base política entre os religiosos cristãos é justamente inscrever na ordem legal do país uma certa moralidade no que se refere a questões relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos e à família – como ocorre no debate sobre a suposta “ideologia de gênero”, por exemplo. Para alcançar seu projeto de sociedade se apropriam de determinadas pautas e ressignificam a gramática de feministas contrárias ao trabalho sexual, afim de garantir a manutenção da ordem moral e a integridade da família cristã. A ênfase discursiva está na dignidade humana e na preservação de valores morais associados à família, supostamente ameaçada com a possibilidade de a prostituição ser redefinida como trabalho. Esta interseção entre os interesses desses grupos religiosos e do feminismo abolicionista ao mesmo tempo em que passa a ser conveniente para alguns segmentos do feminismo também gera bastante desconforto para outros. Isto porque uma pauta que se pretende revolucionária para as abolicionistas é encabeçada no legislativo por grupos historicamente associados a práticas e a defesa de pautas conservadoras; divergindo, inclusive, a respeito de questões caras tanto para religiosos quanto para as feministas, como ocorre, sobretudo, na disputa a respeito do aborto. Este desconforto decorre também do dissenso que prevalece entre as feministas sobre o entendimento da prostituição enquanto trabalho; bem como das medidas empregadas como alternativas que têm resultado em maior marginalização e encarceramento de quem está inserido neste universo, como apontam a experiência de outros países que adotaram modelos abolicionistas e proibicionistas como regime para regular a prostituição.

verdadeiros espetáculos, frequentemente realizados com a participação da imprensa que faz a cobertura das operações. Este modelo de ativismo tem se tornado o padrão entre as organizações evangélicas e feministas abolicionistas (BERNSTEIN, 2007-b).

3 | QUE TIPO DE TRABALHO SEXUAL SE QUER PROIBIR/CRIMINALIZAR?

Diante do cenário apresentado, se fez necessário pensar no aspecto proibitivo/criminalizador imposto à prostituição, enquanto construção discursiva e performática do projeto de sociedade que se quer para o país, onde o que está em jogo é a manutenção tanto de valores morais cristãos de grupos religiosos quanto de modelos hegemônicos de sexualidade que oprimem e excluem aquelas/es que não se enquadram a tais padrões estabelecidos; tudo isto atravessado pela pauta abolicionista antiprostituição de determinados segmentos do feminismo.

Trata-se de projetos de sociedade distintos em disputa onde a prostituição assume o centro do debate sobre o corpo e a sexualidade das mulheres (mas não exclusivamente delas). De minha parte, penso que os projetos antiprostituição não visam proibir o mercado do sexo de modo geral, mas, sobretudo, alguns segmentos específicos: a prostituição de rua, e aquela que tem lugar nas casas de prostituição, bem como a legalização dessas casas. Assim, é pertinente o questionamento sobre que tipo de trabalho sexual se quer proibir/criminalizar e quais aqueles toleráveis dentro do projeto de criminalização da prostituição no Brasil. Além disso, pensar também como outros nichos de trabalho sexual (como aqueles praticados por “acompanhantes de luxo”, por exemplo) se inscrevem nesta questão.

Desta forma, a “prostituição de luxo”⁹ passa a ser abordada na perspectiva de refletir sobre o quanto a sua prática e discurso podem servir para pensar o que representa a prostituição no projeto de sociedade dessas “foças políticas” que pretendem criminalizá-la. Deste modo, passa a se constituir como interessante pensar a “prostituição de luxo” não somente enquanto prática social, por meio da sua dinâmica cotidiana e dos significados atribuídos pelas pessoas inseridas neste universo. Mas, sobretudo, apreendê-la a partir de seus discursos marcadamente distintivos da prostituição convencional: aquela frequentemente estigmatizada pela sociedade, objeto de controle e intervenção do Estado; praticada nas *zonas* e nos *pontos de prostituição*, por exemplo. Tais discursos são engendrados a partir de pressupostos de hierarquia e prestígio na tentativa de distinguir, em seu aspecto moral e socioeconômico, a atividade desempenhada por “acompanhantes de luxo” daquela exercida por prostitutas.

9 Entendemos “prostituição de luxo” como uma categoria êmica (nativa) empregada tanto por profissionais do sexo quanto por clientes para estabelecer uma distinção entre este nicho do mercado do sexo e o da prostituição convencional, praticada nas ruas e nas *zonas*. É, pois, uma distinção com base em pressupostos de hierarquia e prestígio que se quer fazer notar em seu aspecto moral, visando se distanciar da lasciva e vulgaridade associada a prostituição de rua. Mas, também está bastante associado a dimensão socioeconômica, relacionada aos lugares destinados ao comércio sexual e aos contratos celebrados na troca sexo-por-dinheiro, uma vez que “requisite” e “exclusividade”, “conexão erótica” e “afeto autêntico”, são descritos como características distintivas neste segmento da prostituição. Além, obviamente, dos elevados valores praticados no preço do “programa”.

Ao longo desses anos de pesquisa pude observar a recorrência na forma como as “acompanhantes de luxo” e as trabalhadoras sexuais do baixo meretrício são retratadas em matérias jornalísticas e documentários sobre o tema. Em síntese, ambas são afetadas pelas dificuldades financeiras, mesmo que de maneiras diferentes. Entretanto, as “acompanhantes de luxo” não se comparam as putas porque, supostamente, escolheram trabalhar em busca de prazer e satisfação pessoal e não apenas visando o retorno financeiro ou mesmo a sobrevivência – e esta questão deve ser enfatizada porque constitui a espinha dorsal da narrativa. Por outro lado, a imagem da puta é representada pelo eixo simbólico da ausência e da necessidade: sem escolhas, desprovida de oportunidades, só lhe resta “vender seu corpo” para sobreviver.

A construção da imagem da puta através do estereótipo da necessidade (MARTIN, 2003) nega a ela a possibilidade de agência, uma vez que a “ausência” de escolha passa a ser inscrita na lógica do fracasso ou do auto-sacrifício. Além disso, impede que a sexualidade dessas mulheres seja compreendida com base no prazer, ao contrário do que ocorre na narrativa sobre as “acompanhantes de luxo” que, além de serem bem remuneradas, ainda obtém prazer e satisfação pessoal prestando serviços sexuais. Como dissemos na introdução deste texto, o universo da prostituição é diversificado e multifacetado. No entanto, não devemos considerar a ferramenta da divisão da prostituição em escalões (baixo, médio e alto meretrício) para se fazer, somente com base neste critério, generalizações de comportamentos e códigos de conduta típicos a cada um desses nichos da profissão, sob pena de reproduzir discursos engendrados no senso comum carregados de pressupostos de hierarquia e de exclusão que sustentam tais diferenças (LOPES, 2016). Além disso, a reprodução desses discursos acaba por atender a interesses particulares de determinados grupos específicos que se beneficiam direta ou indiretamente da imagem negativa de um certo tipo de prostituição considerada perigosa e imoral.

De acordo com Natânia Lopes (2016), esta distinção deriva menos da condição social da garota que oferta o serviço sexual de “luxo” e muito mais de uma moral que regula as práticas entre os diferentes segmentos da prostituição, sendo mais rígida quanto maior o nível socioeconômico do cliente. A autora nos mostra como homens constantemente buscam demarcar uma divisão entre a prostituição que consomem e outros tipos de prostituição, através do “requinte” dos espaços que frequentam e de pretensa exclusividade das mulheres e dos serviços pelos quais pagam (LOPES, 2016). No caso das profissionais do sexo, a categoria “luxo” parece revelar igualmente uma distinção moral em relação as mulheres das outras prostituições, contudo possibilita esquivar-se do estigma da “imoralidade”, em decorrência da suposta lasciva e vulgaridade daquelas mulheres; mas também do estigma de classe ao mobilizar todo um repertório simbólico que possa representar

esse “luxo” e, mesmo que isso não se evidencie na prática, opera nas expectativas das pessoas (LOPES, 2016).

Sabemos que ideias e práticas engendradas para distinguir “prostituição de luxo” e “baixo meretrício” não se constituem em fato novo. Margareth Rago (1990), em pesquisa sobre prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo entre as décadas de 1890 e 1930, já problematizava as explicações prontas e as imagens projetadas sobre essas mulheres, carregadas de estereótipos e clichês amplamente disseminados no senso comum, mas não reduzidos a ele, compunham também o repertório de romances, das notícias veiculadas pela imprensa e dos documentos oficiais daquele período. Nessas representações, o universo da prostituição *chic*, nos termos da própria autora, era metaforizado por imagens que evocavam “prazer” e “tranquilidade”, mas também “violência” e “depravação”. Por outro lado, o “baixo meretrício” era associado a noções de “animalidade da carne”, de “bestialidade do sexo”, do “gozo irrefreável” e da “orgia sem limite”, evidenciando que este representava o último estágio de degradação humana (RAGO, 1990).

Imagens negativas como essas a respeito das prostitutas do “baixo meretrício” existem desde longa data e, não obstante o lapso temporal, podemos perceber o quanto essas imagens que remetem uma postura de repugnância em relação a prostituição e a uma condição de degradação da pessoa que a exerce, em particular aquela praticada no baixo meretrício, tendem a ser reproduzidas e perduram até os dias atuais, assumindo contornos específicos a cada contexto.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retórica salvacionista do feminismo abolicionista, que universaliza a imagem da prostituta como vítima a ser “resgatada” da condição de vulnerabilidade (desprovida de agência) diante a opressão masculina, encontra afinidade em um processo complexo de aproximação/distanciamento com a narrativa religiosa cristã de preservação de determinados valores morais da família e do cristianismo. Tal fato tem se evidenciado veementemente em consequência do processo de recrudescimento do conservadorismo que assola atualmente o país. A exemplo disto, o PL 377/11 de autoria de João Campos (PSDB-GO), articula os fundamentos da política de combate à prostituição posto em prática pelo governo sueco, marcadamente inspirado pelo feminismo abolicionista, com o propósito de implementar a agenda conservadora de grupos religiosos cristãos via poder legislativo, através de uma lei que inviabilizaria o trabalho sexual e marginalizaria ainda mais as pessoas inseridas neste universo. Isto se manifesta sob o pretexto de querer proteger as prostitutas da opressão sexual e de violências consideradas intrínsecas ao exercício da atividade prostitucional, sem ao menos criar alternativas para que essas pessoas possam se

manter economicamente e seguir a sua vida, uma vez que o projeto de lei pretende retirá-las da prostituição, mas não prevê nenhum tipo de assistência as mesmas – a não ser a garantia de que não serão criminalizadas.

Entretanto, ainda que a proposta que versa sobre a criminalização do cliente da prostituição, em tramite no legislativo, seja conduzida como parte do escopo da agenda política do projeto de sociedade de conservadores cristãos, a adesão a esta proposta é expressiva entre feministas que se autodenominam radicais no Brasil, mesmo que não seja feita nenhuma referência ao PL 377/11. O argumento é construído com base na experiência, supostamente, exitosa da Suécia de que este modelo é o único capaz de possibilitar melhores condições para que as mulheres abandonem a prostituição, garantindo apoio psicológico e financeiro, educação, habitação e cuidado para as crianças – mesmo que isto esteja muito distante da proposta apresentada para a realidade brasileira; ao passo que também reeduca o comportamento masculino das gerações futuras para que se conscientizem que pagar por sexo é consequência de uma sociedade decadente e injusta.

A regulação moral e legal imposta por uma eventual proibição/criminalização da prostituição reforçaria ainda mais o estigma, negando todo tipo de aproximação e semelhança com a prática desta atividade. A despeito das regulações morais e legais, é possível conjecturar que determinados segmentos de trabalho sexual (“acompanhantes de luxo”, por exemplo) não seriam afetados diretamente, ou ao menos de imediato, pela alteração na legislação sobre prostituição. Isto porque costumam assumir características que visam distinguir-se e distanciar-se da prostituição de rua, a começar pela sua construção discursiva. Diferentemente, isto nos faz acreditar que a intervenção do Estado ocorreria com vigor nas *zonas* e nos *pontos de prostituição*, na tentativa de eliminar sistematicamente a visibilidade da oferta de serviços sexuais em locais públicos, o que nos faz pensar que tais dispositivos de controle e coerção serviriam, em última instância, como mecanismo para uma política de criminalização da pobreza¹⁰.

Neste caso, uma das questões a saber é se a “política de tolerância” (OLIVAR, 2013) que prevalece no Brasil com relação ao funcionamento das casas de prostituição, também terá sua versão equivalente empregada a criminalização da demanda por serviços sexuais, por exemplo. Neste esteio, é interessante pensar no quanto os marcadores de classe e raça serão decisivos para determinar os que

10 Elizabeth Bernstein (2007-a) aponta que, nos EUA, desde a década de 90 do século XX, estados e municípios tem implementado uma série de impedimentos legais para conter o comércio sexual seja através da criminalização da prostituição, de restrições de zoneamento em determinadas áreas urbanas, e até mesmo, paradoxalmente, da legalização da manutenção de bordéis. A autora nos mostra como a prática da prostituição entre as classes populares, o baixo meretrício, são alvos da ação policial e intervenção do Estado ao criminalizar tanto as trabalhadoras sexuais quanto os seus clientes, frequentemente associados a distúrbios sociais e a perpetração de crimes de toda a natureza; enquanto a prostituição praticada por pessoas de classe média e alta são toleradas por não serem consideradas ameaça a organização social e aos valores morais da sociedade estadunidense (BERNSTEIN, 2007-a).

sofrerão com mais rigor as penalidades da lei e aqueles que, de alguma forma, conseguirão transitar por seus meandros. Mesmo que o ordenamento jurídico venha a proibir/criminalizar a prostituição, este segmento do trabalho sexual não deixará de existir, mas passará por um processo de marginalização e clandestinidade ainda maior, possibilitando a proliferação de redes de exploração sexual que se beneficiam da condição de ilegalidade do trabalho sexual.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTECBO). **5198: Profissionais do sexo**. Classificação Brasileira de Ocupações. mteco.gov.br. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>. Último acesso em 01/08/2020

BRASIL Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 377/11**. Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=839127. Último acesso em 01/08/2020. Texto original.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.211/12**. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829. Último acesso em 01/08/2020. Texto original.

BRASIL Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2371/16**. Sugere e requer a retirada da descrição da ocupação de *profissional do sexo* em verbete da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1476319&filename=PL+5789/2016. Último acesso: 01/08/2020. Texto original.

BERNSTEIN, Elizabeth. **Temporarily yours: intimacy, authenticity and the commerce of sex**. The University Chicago Press. Chicago, 2007-a.

_____. The Sexual Politics of the “New Abolitionism”. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, 18 (3) pp. 128-151, 2007-b.

DOEZEMA, Jo. Loose women or lost women? The re-emergence of myth of “white slavery” in contemporary discourses of “trafficking” in women. **Gender Issues**, Washington, vol. 18, n 1, p. 23-50, winter 2000.

LOPES, Natânia Pinheiro de Oliveira. **Experimento em etnografia ou sobre o que nos diz Giovana: um estudo sobre prostituição “de luxo” feminina no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2016.

MARTIN, D. **Riscos na prostituição: um olhar antropológico**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2003.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**. Políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Conhecimento Antropológico, Arenas Políticas, Gênero e Sexualidade. **Revista Mundaú**, nº 1, pp. 73-90, 2016.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 1990.

TAVARES, A.G.C. **A organização da zona**: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 2014.

CAPÍTULO 17

A COMPLEXIFICAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR NOS DISCURSOS DA MÍDIA ESPORTIVA NO MIXED MARTIAL ARTS - MMA FEMININO

Data de aceite: 26/10/2020

Data de submissão: 24/08/2020

Luara Faria dos Santos

Universidade Federal de Uberlândia
PPGED/FACED/UFU
Uberlândia - MG
<http://lattes.cnpq.br/2305652370757495>

Ana Carla Dias Carvalho

Universidade Federal de Catalão
IBIOTEC/UFCAT
Catalão - GO
<http://lattes.cnpq.br/0998553297601765>

RESUMO: O objetivo é analisar a participação da mulher no MMA (Mixed Martial Arts) a partir dos discursos da mídia esportiva. O esporte, constituinte do processo civilizador (ELIAS e DUNNING, 1992), que privilegia a 'excitação' no contexto de controle social vigente; aliado ao conceito de informalização de Wouters (1986), são chaves interpretativas para o percurso de análise sobre a recente e crescente participação feminina no esporte de combate, que consiste na flexibilização dos códigos, valores e comportamentos deste espaço social predominantemente masculino. A inserção feminina no MMA e em outros espaços de poder parece contribuir com a tessitura de novos mecanismos de controle social, particularmente dirigidos a produção do corpo feminino, ao mesmo tempo em que permite um equilíbrio desigual da tensão de poderes entre homens e mulheres, que representa a complexificação do

processo civilizador.

PALAVRAS-CHAVE: Processos civilizadores. Mulher. MMA.

THE COMPLEXIFICATION OF THE CIVILIZING PROCESS IN SPORTS MEDIA SPEECHES AT MIXED MARTIAL ARTS - FEMALE MMA

ABSTRACT: The objective is to analyze the participation of women in MMA (Mixed Martial Arts) from the speeches of the sports media. Sport, a constituent of the civilizing process (ELIAS and DUNNING, 1992), in which privileges 'excitement' in the context of current social control; combined with the concept of informalization by Wouters (1986), are interpretive keys for the analysis path about the recent and growing female participation in combat sport, which consists in the flexibility of the codes, values and behaviors of this predominantly male social space. The female insertion in MMA and in other spaces of power seems to contribute to the fabric of new mechanisms of social control, particularly aimed at the production of the female body, at the same time that it allows an unequal balance of the tension of powers between men and women, which represents the complexification of the civilizing process.

KEYWORDS: Civilizing processes. Woman. MMA.

1 | INTRODUÇÃO

O texto tem o objetivo de discutir aspectos dos discursos da mídia esportiva

sobre a presença da mulher no universo do MMA (Mixed Martial Arts), que em nossa análise, podem representar a complexificação do processo civilizador. Utiliza-se do clássico “A Busca da Excitação” escrito por Norbert Elias em parceria com Eric Dunning, que trata o fenômeno esportivo na modernidade como constituinte do processo civilizador e como atividade privilegiada de ‘excitação’ por compreender níveis toleráveis de exaltação e descontrole no contexto em que predominam o controle social e o autodomínio sob a égide da subordinação à ordem.

Para tal, elege dois hipertextos, com reportagens veiculadas entre os anos de 2017 e 2018, alojados no site Combate, que é parte do conglomerado de mídia do grupo globo, que retroalimenta o sistema de promoção e informação sobre o MMA no mundo, veicula a trajetória e principais resultados dos brasileiros e brasileiras rumo ao UFC (Ultimate Fighting Championship) e também eventos menores correlatos ao espetáculo.

Neste website, o esporte tem sido amplamente divulgado com reportagens sobre o universo dos combates e sobre o cotidiano dos personagens do espetáculo, lutadores e lutadoras. Para a análise privilegiou-se a participação feminina no MMA, a partir das informações que compõem os discursos delas e sobre elas no esporte, a inserção das mulheres no esporte de combate, especialmente seu perfil, histórico, objetivos e motivações para atingir a performance esportiva.

Com base nos discursos da mídia esportiva sobre a participação da mulher no MMA, buscou-se evidenciar a percepção de si mesmas, isto é, como as atletas percebem sua própria representação na sociedade. O eixo de análise decorre, pois, da identificação de rupturas e convenções sobre o significado da profissão lutadora e o lugar da mulher atleta de MMA na sociedade.

Nas sociedades contemporâneas sublinha-se a especial representatividade do “esporte moderno” como um fenômeno que tem se constituído como unânime em adesão social e cultural. De acordo com Dunning (2008), o esporte é ubíquo, pois suas práticas, assistência e subprodutos se expandiram universalmente, ao mesmo tempo em toda parte, configurando-se em um fenômeno onipresente; uma espécie de “idioma comum” a todos, sendo difícil contestar a relevância e impacto político e econômico de eventos como os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo de Futebol e, recentemente, o UFC - Ultimate Fighting Championship.

No fenômeno esportivo expressa-se uma complexa e intrínseca rede de relações sociais que estabelece valores que parecem estar em oposição e harmonia, num mesmo contexto. Por exemplo, competição e cooperação; conflito e harmonia; racionalidade e irracionalidade; são características que fundamentam o sistema esportivo apresentando uma polarização que consagra o fenômeno promotor de tensão e descontrole geradores típicos do prazer e que, por vezes, extrapolam quaisquer normas e níveis aceitáveis de civilidade.

Os conceitos de formalização e informalização, desenvolvidos por Wouters (1996), contribuem para explicar o equilíbrio tenso que envolve o processo civilizador. Em linhas gerais, os processos de regulamentação de direitos sociais e de um reposicionamento da ordem a partir de mecanismos jurídicos guardam sua relação com o processo de formalização, enquanto que as flexibilizações das tensões e leniência sobre a moral, os valores e comportamentos de grupos sociais distintos possuem relação com o processo de informalização, que admite um posicionamento mais favorável aos grupos sociais subordinados.

É preciso destacar que toda informalização é posterior a um processo de formalização. Portanto, as flexibilizações da vida social são decorrentes de controles e autocontroles gerados anteriormente pelo processo de formalização. Tal processo ocorre em ondas e contra ondas, numa tensão permanente rumo a uma espécie de vigilância controlada das emoções sociais. Assim, as ondas de informalização foram seguidas por novas ondas de formalização, especialmente, a partir do final do século passado. E a tendência à informalização identificada nesse processo, no qual a vida social tornou-se menos regulamentada, permitiu várias outras conformações antes não permitidas.

Assim sendo, conformam a vida social, novas condutas e estilos de vida sintonizados com tendências de informalização, que no decorrer do desenvolvimento compreende sua forma em espiral, constituindo a formalização do informal, ou seja, novos aspectos são assimilados em um código de conduta estabelecido e dominante, a partir daí tem-se alternativas comportamentais. (WOUTERS, 1996).

A investigação em tela, portanto, dá-se a partir dos desenvolvimentos dos processos civilizatórios, no qual têm consequências nas condições sociais subjacentes aos movimentos coletivos de sentimento, alterações de conduta e mudanças no nível de consciência moral das sociedades. Especialmente, no que se refere a participação da mulher no esporte, esses desenvolvimentos, por vezes abrangentes, pressupõem mudanças no posicionamento dominante em relação a vida social; tais mudanças, representam revisões de questões sociais, tais como: autobiográficas, autoimagem e imagens do passado coletivo. (WOUTERS, 1996)

2 I A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MMA - EQUILÍBRIO TENSO

As lutas têm sua gênese na forma de autodefesa, com o objetivo de resolução de conflitos. Podem ser muito significativas, para pensar os desenvolvimentos das sociedades como parte da cultura, levando em conta seus aspectos lúdico, educacional e ritualístico (ALVES JR. 2006).

A esportivização das lutas é parte do processo civilizatório (ELIAS, 1992); o que torna conveniente destacar, que lutas com poucas regras ocorrem desde os

primórdios das humanidades. No entanto, durante o século XX houve aproximações e hibridizações entre modalidades de lutas, por exemplo, nos anos 60 e 70 ocorreram diversos eventos entre lutadores estadunidenses e japoneses, enquanto que no Brasil destacam-se eventos de lutas com poucas regras protagonizados por membros da família Gracie, representantes do Jiu-jitsu contra lutadores de judô, capoeira, entre outras modalidades, com o objetivo central de comprovar a eficácia de uma modalidade de luta sobre a outra. (VASQUES e BELTRÃO, 2013).

Uma das principais inspirações para o MMA, tem origem brasileira e refere-se às competições de vale-tudo, que até os anos de 1980 vigoravam sob regras simples, sendo proibido apenas “morder o adversário” e “colocar o dedo no olho”. Não havia classificação de peso, rounds, tempo limite, júris e nem pontuações. Competiam para solucionar a questão que norteia a história das lutas “vence o mais forte”. O final da luta era por nocaute ou submissão. Os atletas participantes tinham formação e representavam diversas modalidades dentre elas, destacam-se: boxe, karatê, luta livre, kickboxing, judô, jiu-jitsu e muay thai. (VASQUES & BELTRÃO, 2013).

Sabe-se que, os esportes de combate têm sido historicamente dominado pelos homens. Embora, compreenda-se que a conquista de participação da mulher é parte do processo de desenvolvimento deste esporte, bem como da sociedade.

Se até muito recentemente, o universo das lutas foi demarcado como território estritamente masculino, mais recentemente, o MMA tem-se constituído simbolicamente mais aberto, sintonizado com práticas culturais mais permissivas, associado a participação controlada das mulheres, acompanhando a tendência civilizadora de aumento da sensibilidade a violência.

Com isso, parece-nos que a presença da mulher no MMA é parte da complexificação do processo civilizador, gerado também pela tensão desigual de uma concessão, informalização e da regulação, com base nos costumes sociais formalizados, sobre os quais justificam e formalizam a admissão da participação feminina nos esportes de combate.

Os ideais de figuração relativos às desigualdades de poder, conformam características presenciadas em diversas camadas de representações sociais, a exemplo disso, observa-se relações marcadas pela desigualdade de poder, ou noutros termos, por polaridades de dominação versus subordinação entre homens e mulheres; chefes e empregados; que se expressam também nas relações, entre pais e filhos; professores e alunos; líderes religiosos e políticos e seus seguidores. Conseqüentemente, de acordo com a diminuição das relações de poder desiguais aumentam-se os níveis de informalidade.

Assim, tem-se uma transição da informalização para a formalização (e vice-versa), de modo que se ressignificam as relações sociais a partir das mudanças nas

imagens dominantes do passado e do presente. Nesse sentido, pode-se dizer que a flexibilização da participação da mulher nas lutas, antes proibida em lei e justificada em virtude da natureza física frágil e dócil, decorre de um processo de controle social mais amplo, ou seja, as mulheres além da prática de esportes, estavam privadas de participação em vários espaços de poder.

O que houve foi a flexibilização no que tange a participação desses espaços. O que não representa necessariamente a igualdade de direitos de modo amplo. Todavia, aparecem como modificações sociais importantes no quadro de desigualdade de poder em vigor.

Nas primeiras Olimpíadas da era moderna em Atenas 1896, não foi permitida a participação das mulheres, o argumento central para a exclusão feminina emitido pelo barão de Coubertin, idealizador do Jogos estava ancorado no mito da maternidade e no papel reprodutivo que a mulher exercia na sociedade patriarcal do final do século XIX. Quatro anos mais tarde, nos Jogos Olímpicos de Paris tem-se a participação feminina com dezenove atletas nas modalidades do tênis e do golfe.

Nos Jogos da Austrália (2000), um século depois, o quadro de participação feminina havia se modificado radicalmente, dos 28 esportes presentes na competição, 26 contaram com a participação feminina nas disputas, com a exceção do boxe e da luta livre. (MOURÃO, 2003).

No Brasil, a participação das mulheres nos esportes de combate foi proibida conforme o Decreto de nº 3.199, de 14 de abril de 1941, do CND (Conselho Nacional do Desporto), em que conforme Art. 54, “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com sua natureza, devendo para este feito, o CND baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Com a proibição, apesar de não participarem de competições formalizadas pelas federações, muitas atletas praticavam esportes de combate, especialmente as Artes Marciais.

Em 1975, o CND enfatizou as normas que censuravam a participação da mulher, segundo a qual “Não é permitida a prática feminina de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e beisebol”, sob pressupostos que consubstanciam o mito do sexo frágil. Em 1979, a participação de uma equipe feminina, de quatro atletas, no Sul-Americano de Judô no Uruguai tensionou o rompimento do tabu no judô (MOURÃO, 2003).

Em 2011, em entrevista para o website TMZ, o presidente do UFC Dana White, ao ser indagado sobre a possível participação feminina no MMA, anunciou veementemente que as mulheres jamais participariam do UFC. Contudo, apenas dois anos depois, Ronda Rousey “abriu as portas do UFC” para as mulheres. A atleta, quando contratada pelo UFC tinha em seu currículo nove vitórias no MMA, campeã do Strikeforce, judoca medalhista olímpica. Além de seus resultados, somavam-se ao seu favor, sua presença constante em revistas, programas de TV e

até participação como protagonista em filmes de Hollywood.

Ronda, dona da combinação: “agressividade, carisma e beleza”, ao adentrar o UFC, colaborou para a complexificação do processo civilizador no que tange à possibilidade de vigilância sobre o corpo e o comportamento da mulher, isto é, sua imagem enfatizou o ideal de feminilidade assegurado como parte de um contrato implícito de participação, ao mesmo tempo em que se demarcou níveis mais toleráveis de exaltação e descontrole no contexto do MMA. A partir daí, houve 16 eventos no UFC em que a luta principal da noite contemplou a disputa entre mulheres. Embora seja recente, evidencia-se um crescimento expressivo da participação feminina no MMA.

O Ultimate Fighting Championship - UFC, organização de MMA que produz eventos no mundo, em 2018, contava com 65 atletas divididas em quatro categorias: Peso-Palha (Strawweight até 52,2kg.); Peso-Mosca (Flyweight) até 56,7kg; Peso-Galo (Bantamweight) até 61,2kg; Peso-Pena (Featherweight) até 65,8 kg. Em levantamento realizado pelo website ESPN.com.br, em 2015, em que foram considerados os lutadores e lutadoras que constam no site oficial do UFC, totalizaram 547 profissionais, sendo 496 homens e apenas 51 mulheres, (pouco mais do que 10%).

A média dos valores pagos é de 27,8 mil dólares por luta. Os homens recebem, em média, 29,4 mil dólares. Já as mulheres recebem, em média, 11,6 mil dólares, portanto, as mulheres recebem 39,4% da média dos recebimentos dos homens, ou seja, menos da metade da média da remuneração dos lutadores. Em geral, os lutadores/as não tem um salário mensal, recebem por luta, a partir do posicionamento dos lutadores/as no ranking e de acordo com a importância do evento e de seus patrocinadores. Em caso de vitória, recebem uma bonificação adicional, além disso, são concedidas premiações em dinheiro para atletas de destaque nas categorias, como exemplo, “Luta da Noite”, “Nocaute da Noite” e “Finalização da Noite”.

Desde 2011, no Brasil, as lutas de MMA são transmitidas, ao vivo, com exclusividade pelo pay-per-view, através do Canal Combate. Ocorre ainda, a transmissão de reprises em Rede Aberta de Televisão pela TV Globo, alcançando milhões de telespectadores, além da transmissão das lutas, a emissora produz um reality show denominado Contender, em que os lutadores são confinados em uma casa e lutam entre si. O programa reúne novos talentos que vem se destacando em eventos menores e atletas com passagem pelo UFC; os selecionados são premiados com contratos profissionais.

O programa consiste na produção e veiculação do produto MMA, tendo como objetivo central alimentar os consumidores sobre o esporte, apresentando os lutadores, suas técnicas e especialidades no contexto da lógica interna do espetáculo. Assim, constitui-se numa forma privilegiada de circulação de informações

e acompanhamento da “agenda esportiva”.

Nesse sentido, o programa garante a emoção dos telespectadores, que se dá não somente pela produção da tensão decorrente do combate em si, como nos esportes tradicionais, mas também pela tensão de quebrar as normas de violência amplamente aceitas. Destaca-se que essa excitação, não é a mesma decorrente da excitação do jogo, mas a excitação do extraordinário, do que é comumente proibido. (VASQUES e BELTÃO, 2013).

Então, a imagem de mulheres em combate, antes impensável para muitos e muitas, passa a fazer parte de processos de desenvolvimento social. Em concordância com Wouters (1996) essas imagens sociais passam a ser vistas cada vez mais e conformam ativamente esses processos. Alguns desses novos caminhos admitidos pela sociedade parecem mais radicais em uma direção, ou em outra, representam mudanças profundas na mentalidade dominante, todavia se esses novos caminhos forem examinados numa tessitura social mais ampla, pode-se inferir que eles não são tão radicais e profundos assim.

Assim, com a recente e significativa expressão feminina no MMA revela-se um processo de permissão controlada, isto é, de informalização, na medida em que são flexibilizados os objetivos, motivos, interesses, sensações e violência no processo de construção dos significados acerca da mulher nas lutas.

3 | ANÁLISE DOS DADOS: O DISCURSO DA MÍDIA ESPORTIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MMA

Apresenta-se a seguir, a descrição e análise de duas reportagens que situam a participação de duas atletas de MMA. Sob o título “Marina Rodriguez se inspira no irmão para conquistar vaga no UFC Contender”, uma breve biografia da atleta é traçada. Com nove vitórias, Marina tem a chance de conquistar uma vaga no UFC através da seletiva “Contender Brasil”. A atleta declara possuir apoio integral da família, pois esta reconhece a sua profissão, seu potencial e aposta em seu futuro promissor no MMA (COMBATE, 2018).

Apesar de a reportagem trazer elementos sobre a trajetória profissional da atleta, destacam-se trechos de sua fala que evidenciam algumas vantagens subjetivas, como exemplo: “Eu vou mostrar o meu potencial. A agressividade, que é meu diferencial”. Todavia, o potencial e agressividade citados pela atleta não tomam relevo na reportagem. A ênfase do texto é dedicada a inspiração de um dos irmãos na vida da atleta, que “nasceu com uma deficiência física, mas conheceu a natação e se tornou atleta paralímpico, da seleção brasileira de natação” (COMBATE, 2018). Além disso, a reportagem cita o pai da atleta “peladeiro nato” e o irmão mais velho muito habilidoso no futebol ao qual teria herdado a “habilidade nos gramados”.

A performance esportiva e sucesso emergente da atleta de MMA, segundo a reportagem associa-se a membros da família que a influenciaram à prática esportiva, precisamente, o pai e irmãos. Especialmente com o irmão que superou os limites da deficiência, com a prática do esporte.

O argumento central da reportagem indica que Mariana, supostamente, se inspirou nos homens da família para conhecer as lutas, se dedicar e conquistar seu espaço no MMA. Contudo, ao longo do texto, não fica explícito o vínculo entre a escolha da atleta em se profissionalizar, a condição do irmão e a sua trajetória de vida. Tão pouco fica clara, a relação direta do pai “peladeiro” que parece praticar o futebol no final de semana, com os esportes de combate e com o ingresso de Marina no MMA.

No discurso midiático ocorre uma tensão desigual entre a trajetória de vida da atleta e o presumido histórico esportivo do pai e dos irmãos, ao passo que há uma supervalorização das histórias de vida masculinas, que talvez revelem resquícios do modelo patriarcal, subjetivamente presente como referência de suporte e significação do MMA para a atleta. Por outro lado, identifica-se um silenciamento do protagonismo da atleta em ter alcançado destaque num universo tradicionalmente masculino. Além disso, não são apresentados seus interesses, desejos e competências no desenvolvimento de sua carreira no competitivo MMA.

Vale destacar, contudo, que não se pretende aqui desconsiderar a importância de um ambiente rico em ofertas lúdicas e de práticas corporais para que, quando adultas, as pessoas possam vincular-se ao esporte, todavia, na reportagem em análise, não são apresentadas ligações entre as práticas exercidas pelos familiares da atleta e seu ingresso e desenvolvimento nas lutas.

Na reportagem intitulada: “Em nome da mãe: Maria Oliveira busca vaga para amenizar o sofrimento em casa”, diferentemente da trajetória expressa anteriormente, nesta história o personagem masculino não é evidente, já que Maria jamais conheceu o pai, conforme enfatiza o subtítulo da reportagem. O distúrbio psíquico da mãe se constitui como motivação para que a atleta alcance o maior *reality show* de MMA do mundo, o UFC. Além do que, a vida precária da família e a condição de mulher, impôs a atleta a responsabilidade pela mãe.

A narrativa acerca de sua entrada no MMA extrapola os limites do esporte e recai no objetivo de conseguir um contrato, pois segundo a chamada da reportagem: “A sua busca pela taça é outra: conseguir um contrato com o Ultimate para poder oferecer um tratamento melhor à mãe, Dona Ísis, que sofre de problemas mentais”.

O drama familiar de sofrimento da atleta tomou a reportagem, não permitiu portanto, muito espaço para que os leitores conhecessem as características de Maria enquanto lutadora, seus desejos, gostos e trajetória no esporte nem tampouco suas habilidades físicas e técnicas. Contudo, se tratando de estratégia para a próxima

luta, Maria afirmou que seu “estilo de luta é o mesmo do Anderson Silva, é bater e sair, ir pra frente o tempo todo. Não gosto de caminhar para trás. Meu estilo é técnico e agressivo” (COMBATE, 2018).

O contexto da reportagem sugere que a inserção da atleta no MMA, um esporte rentável para aqueles que alcançam o profissionalismo aparece como uma saída honrosa a jovem proveniente de um contexto de vulnerabilidade econômica e social.

Estas reportagens parecem ter a particularidade de apresentar as atletas que participarão do Contender, reality show que fará a seleção das lutadoras, posteriormente contratadas pelo UFC. Ressaltamos que o objetivo da inserção no esporte profissional é justificado, nos textos analisados, pela recompensa financeira e, que somente tal, será capaz de amenizar as condições econômicas e sociais adversas do contexto vivido pela atleta.

As lutadoras são significadas como mulheres que se esforçam, sobremaneira, para atingirem seus objetivos ainda atrelados à pressupostos forjados pela construção de uma feminilidade pautada em aspectos domésticos, ligados a manutenção e ao cuidado da família. Considera-se o MMA como uma profissão difícil, mas que pode ser bem remunerada e, portanto, pode contribuir para ascensão social da família, constata-se que a representação da lutadora mulher, é antes de tudo, de mãe, de irmã e de filha que luta contra a pobreza da família objetivo extremamente justificável.

O MMA, tem se constituído como um fenômeno no campo das lutas, que ao tolerar níveis consideráveis de violência, traz a tona os importantes conceitos de tensão, excitação e civilização propostos por Elias. Nesse sentido, o campo esportivo, promove um tipo específico de excitação, frequentemente, relacionada ao medo, a tristeza e outras emoções na vida cotidiana. Tais emoções, em geral, cabem às mulheres apenas no âmbito privado.

Talvez, sob esse aspecto baseiam-se os argumentos que compõem as representações das lutadoras, ou seja, sob à égide da construção de uma feminilidade voltada para a instituição familiar. Por isso, provavelmente justifique-se a ausência de representações/argumentos ligados ao desejo de atingir sucesso num território de domínio masculino, de tentar uma profissão que embora exija muita disciplina, autocontrole possa estar relacionada com o campo do prazer de jogar, de lutar, possivelmente ainda não flexibilizados no atual contexto civilizatório.

Em suma, a recente participação das mulheres no MMA denota um quadro de avanço no campo esportivo. No entanto, é evidente que a forma em que esse acesso tem se dado tem sido muito desigual, pois, é latente a restrição a quantidade de categorias femininas no MMA, a quantidade de lutadoras em formação e profissionais e a diferença salarial entre homens e mulheres. Associado a isto, é irrefutável, a ausência ou quase inexpressiva da atuação profissional feminina como

técnicas, mestres, árbitras, jornalistas e empresárias do esporte.

Assim sendo, identifica-se, como urgente, a superação dos discursos da mídia esportiva ainda crivados de preconceitos, uma vez que esta se inscreve como veículo privilegiado de formação de mentalidades, para tal, faz-se necessário que reconheça o valor da mulher no esporte, suas ideias, trajetórias, discriminações e superações.

Sobre este processo, compreende-se, com base no conceito de informalização de Wouters (1986), que a informalização contempla modificações comportamentais complexas e diferenciadas de processo civilizador, identificadas com um equilíbrio entre formalizar e informalizar dentro do processo civilizatório, de modo que o controle comportamental na informalização torna-se mais implícito e conduzido internamente em contraposição aos controles externos e impostos. Ou seja, a participação da mulher no esporte de combate consiste na informalização dos códigos, valores e comportamentos deste espaço social, já que flexibiliza o território de convívio exclusivamente masculino.

A polarização aparente da complexa e intrínseca rede de relações sociais e de valores tais como: liberdade e dominação, feminino e masculino, força e flexibilidade geram a tensão prazerosa necessária à excitação no esporte, além do que reverbera na complexificação do processo civilizador por meio da produção ilusória de igualdade de direitos e participação social.

Enfim, a crescente participação da mulher nos espaços de poder, assim como no esporte e lazer parece contribuir com a tessitura de outros mecanismos de controle social, que evidenciam o desenvolvimento e equilíbrio de tensão, tanto para controle social da violência, quanto para o aumento da sensação de igualdade entre os gêneros. A presença delas, no MMA, certamente, compreende um avanço no quadro antes improvável, sobretudo, é preciso sublinhar, que “Depois de muitas lutas as mulheres conquistam espaço no MMA”, quiçá conquistem mais e mais espaços que representem outras formas de feminilidade em curso.

REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, E. D. **Discutindo a violência nos esportes de luta**: a responsabilidade do professor de educação física na busca de novos significados para o uso das lutas como conteúdo pedagógico. IN. Usos do Passado. XII Encontro Regional de História. ANPUH. Rio de Janeiro. 2006.

BARONE, M. **Em nome da mãe: Maria Oliveira busca vaga para amenizar sofrimento em casa**. Disponível em: <<https://sportv.globo.com/site/combate/contender/noticial>> Acesso em: 04 de setembro de 2018.

CARVALHO, A. C. D.; SANTOS, L. F. **O Esporte e o Lazer na Constituição da Sociedade Moderna**: Excitação e Controle Social. In. Anais do Simpósio Internacional Processos Civilizadores: diálogos interdisciplinares: política, contextos e processos sociais. UFES. Vitória. Espírito Santo. 2017.

DUNNING, E; GASTALDO, É. Esporte, violência e civilização: uma entrevista com Eric Dunning. Revista Horizontes **Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 223-231, jul./dez. 2008.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. The Quest for Excitement. Tradução: Maria Manoela Almeida e Silva. Memória e Sociedade. Difusão Editorial. 1992.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação física e a construção do corpo da mulher: imagens de feminilidade. **Movimento**. Porto Alegre. Vol. 7, n. 13, (2000), p. 61-70.

MOURÃO, L. Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físicas e esportiva. SIMÕES, A. C. (ORG.) **Mulher & Esportes**: Mitos e verdades. Ed. Manole. São Paulo. 2003. p.123-152.

RODRIGUES E. BARONE, M. **Marina Rodrigues se inspira no irmão para conquistar vaga no UFC Contender**. Disponível em: <<https://sportv.globo.com/site/combate/contender/noticia/marina>> Acesso em: 04 de setembro de 2018.

Estrelas de “evento do ano”, mulheres recebem menos da metade que homens no UFC. Disponível em: <<http://www.espn.com.br/noticia/487733>>. Acesso em: 01 de setembro de 2018.

O **Fenômeno MMA**: Lutadoras assumem o protagonismo da modalidade no Brasil. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6889561/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2018.

VASQUES, D. G.; BELTRÃO, J. A. **MMA e Educação Física**: A luta vai começar. Revista Movimento. Porto Alegre, v. 19. n. 04. p. 289-308. Outubro/Dezembro. 2013.

WOUTERS. C. **Formalization and Informalization**. Changing Tension Balance in Civilizing Processes. Theory, Culture and Society. 3(2): 1-8. 1986.

SOBRE O ORGANIZADOR

ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO - Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na linha de pesquisa em Cidadania e Estado, no eixo temático Instituições e Poder, é mestre em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de pesquisa em processos jornalísticos com pesquisa sobre o jornalismo sindical e o processo de produção da notícia no meio paranaense. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pelo Centro Universitário Uninter e Especialista em Docência em EaD pela Uninter e em Comunicação Empresarial e Institucional pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Educação e Letras (Facel). É coordenador do grupo de pesquisa da Uninter sobre transparência pública passiva e ativa a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI) e seus reflexos no jornalismo, e editor assistente da Revista Uninter de Comunicação (RUC). Atualmente é professor nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e em Marketing Digital do Centro Universitário Uninter atuando em disciplinas como teorias da comunicação, teorias do jornalismo, produção gráfica, jornalismo online, jornalismo de dados, planejamento de produtos digitais, redação para web, produção de inovações em jornalismo, narrativas contemporâneas, diagramação e layout, composto mercadológico, campanha publicitária, dentre outras. Como jornalista, tem experiência em assessoria de imprensa, assessoria de comunicação, jornalismo político e jornalismo de dados. É integrante da agência Livre.jor, que é a primeira atividade de acompanhamento sistemático de dados públicos relacionados ao Paraná. É produtor de material didático e livros teóricos no campo da comunicação para a Editora Intersaberes, como Jornalismo de dados Conceitos, rotas e estrutura produtiva e Conceitos fundamentais de planejamento e produção gráfica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia profissional 124, 125, 133, 160, 161, 164, 169, 170

C

Clima organizacional 160, 161, 163, 171

Comunidades 12, 14, 15, 18, 19, 22, 25, 27, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 91, 94, 99, 103, 104, 105, 136, 151, 152, 153

Configurações 84, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Convergência ideológica 193, 198, 199

Covid-19 68, 69, 72, 74, 82

Criminalização da prostituição 193, 195, 200, 203

D

Defensoria Pública 172, 173, 174, 176, 177, 179

Desafios ambientais 12

Desregulação 68, 72

E

Educação 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 40, 65, 66, 83, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 105, 106, 134, 158, 162, 203, 215, 216, 217

Educação informal 28, 29

Envelhecimento 12, 18, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40

Envelhecimento profissional 12

Estado 3, 4, 33, 59, 65, 68, 72, 74, 76, 79, 80, 91, 94, 108, 109, 111, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 152, 153, 163, 172, 173, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 217

F

Família empresária 135, 137, 138, 143, 145, 146, 148, 149, 150

Feminismo abolicionista 193, 195, 199, 202

Fisioterapia 121, 122, 123, 124, 127, 130, 131, 132

G

Georg Simmel 1, 2, 3

I

Identidade 12, 15, 27, 31, 38, 50, 65, 90, 106, 107, 119, 128, 130, 132, 151, 152, 154, 156, 159

Interculturalidade 28, 30

J

Jogos escolares 90, 91, 92, 96, 97, 99, 100, 105, 106

Jogos indígenas 90, 106

L

Lugar de sujeito e indivíduo 83

M

Marx 4, 10, 181, 182, 185, 186, 187, 192

Mercados 12, 41, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 135, 137, 141

Michel Foucault 83, 89

Migração 28, 31, 35, 36, 37, 38, 40, 71

MMA 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Modernidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 17, 18, 20, 25, 65, 84, 207

Moto clubes 151, 152, 155, 157, 159

Mulher 69, 73, 80, 81, 114, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

N

Norbert Elias 83, 88, 89, 92, 173, 207

Novas substâncias psicoativas 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53

P

Peruzzo 57, 62, 67, 153, 159

Poder 25, 30, 35, 57, 62, 63, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 100, 103, 104, 109, 111, 114, 118, 119, 124, 126, 128, 129, 130, 133, 135, 138, 145, 160, 162, 164, 169, 170, 171, 175, 178, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 205, 206, 209, 210, 213, 215, 217

Políticas públicas 41, 43, 44, 49, 51, 52, 53, 55, 66, 72, 74, 119, 120, 149, 163

Posições desiguais 108, 119

Processos civilizadores 172, 206, 215

Prostituição 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Protocolo familiar 135, 137, 139, 141, 144, 146, 147, 148, 149, 150

Q

Questão penitenciária 172, 174, 179

R

Redes de apoio 108, 109, 113, 114, 116, 119

Reflexividade 135, 149

Regulação 68, 71, 73, 74, 77, 79, 80, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 146, 163, 171, 193, 203, 209

S

Saber popular 55, 64

Saúde 29, 32, 34, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 66, 75, 96, 98, 103, 121, 122, 123, 125, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 152, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171

Situação de rua 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120

Sociologia da ação 180, 184, 191

Sustentabilidade 12, 17, 18, 25, 26, 27

T

Técnicos superiores de radiologia 160, 161, 162, 163, 167, 169, 170, 171

Trabalho na pesca 12

Trabalho sexual 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 193, 194, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204

W

Weber 4, 11, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 